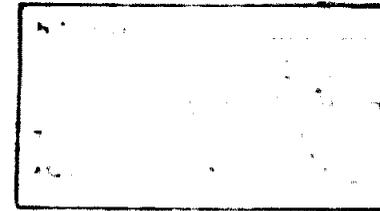


1998 **PROJETO HISTÓRIA 12**



projeto
HISTÓRIA¹²



Nº 12
Outubro/95

REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PUC-SP

ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 12	p 1-203	Outubro/95
----------------	-----------	-------	---------	------------

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP - Brasil, 1981

Publicação semestral a partir de 1985.

1981-1985, 0-4

1986, 5-6

1987, 7

1992, 8-9

1993, 10

1994, 11

1995, 12

ISSN 0102-4442

Projeto História

Editora

Maria Antonieta Antonacci

Conselho Editorial

Antonio Pedro Tota

Fernando Londoño

Maria Antonieta Antonacci

Maria Izilda Matos

Yara Aun Khoury

Yvone Dias Avelino

Educ - Editora da PUC-SP

Direção

Maria do Carmo Guedes

Produção

Eveline Bouteiller Kavakama

Revisão

Berenice Haddad Aguerre

Editoração Eletrônica

Waldir Antonio Alves

Edna Maria da Silva

Capa

Vista Produções Gráficas

Educ - Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984, Caixa Postal 7982 - CEP 05014-001

Tel.: (011) 873-3359 - Fax: (011) 62-4920 - São Paulo - SP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....5

DOSSIÊ: DIÁLOGOS COM E. P. THOMPSON

POR QUE DIALOGAR COM E. P. THOMPSON?

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Marcos Antonio da Silva9

RAZÃO E DESRAZÃO EM E. P. THOMPSON

Bill Schwarz. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro11

BLOWN' IN THE WIND: E. P. THOMPSON E A EXPERIÊNCIA NEGRA NO BRASIL

Silvia Hunold Lara.....43

E. P. THOMPSON E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:

REVISÕES CRÍTICAS E PROJEÇÕES

José Carlos Barreiro.....57

E. P. THOMPSON - HISTÓRIA E POLÍTICA

Déa Ribeiro Fenelon.....77

EXPERIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIMENTO HISTORIOGRÁFICO EM E. P. THOMPSON

José Jobson de Andrade Arruda.....95

E. P. THOMPSON: UM PERSONAGEM DISSIDENTE E LIBERTÁRIO

Edgar Salvadori de Decca 109

E. P. THOMPSON E A TEORIA NA HISTÓRIA

Holien Gonçalves Bezerra..... 119

E. P. THOMPSON: BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Déa Ribeiro Fenelon..... 129

RESENHAS

THOMPSON, E. P. *CUSTOMS IN COMMOM*

Sidnei Munhoz 139

E. P. THOMPSON VISTO POR PERRY ANDERSON EM *TEORÍA, POLÍTICA Y HISTORIA. UN DEBATE CON E. P. THOMPSON*

Modesto Florenzano..... 145

ENTREVISTA	
MERCEDES VILANOVA. Entrevistada por Maria Lúcia Martinelli, Elza Koumrouyan e Juana E. Arias Rojas.....	157
PESQUISAS	
ESPANHÓIS EM SÃO PAULO: MODOS DE VIDA E EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIAÇÃO	
Laura Antunes Maciel	
Maria Antonieta Martinez Antonacci.....	173
A TRAJETÓRIA DE UM GRUPO E A CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO	
Yvone Dias Avelino.....	193
À PROCURA DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS NEM-PUC-SP	
Maria Izilda Santos de Matos.....	199
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	
	203

APRESENTAÇÃO

Ao abrir-se para estes *Diálogos com E. P. Thompson*, a intenção da Revista *Projeto História* não é apenas divulgar os debates promovidos em sua homenagem – nos Departamentos de História da USP e da PUC-SP –, em 1994.

Atendendo demandas de inúmeros pesquisadores no Brasil, *Projeto História* registra como, de diferentes matrizes ideológicas e vertentes historiográficas, historiadores vêm interagindo com sua obra. Com isso, pretende apreender o impacto das formulações de Thompson em torno de cultura e experiência social – desenvolvidas a partir de lutas sociais vivenciadas nas últimas décadas – na produção acadêmica, acompanhando suas possíveis redefinições.

E este impacto pode ser melhor avaliado tendo presente o significado dos termos cultura e experiência social em sua obra. Enquanto com *cultura* Thompson rompeu os silêncios marxistas em relação à moral, às normas, valores, crenças, costumes, modos de vida e de luta – na acepção de que “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” –, com *experiência social* enfrentou as racionalizações em torno da teoria, recuperando o imprevisível e indeterminado *fazer-se* histórico das classes sociais numa concepção de teoria como “uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos”.

Neste sentido, a Revista *Projeto História* também está atenta ao *fazer-se* de nossos historiadores, que, do interior de suas experiências, explicitam seus discursos, ângulos de abordagem, espaços de participação e compromissos sociais.

Dividida em duas partes, a Revista contém o Dossiê Thompson, que começa por um “Por que dialogar com Thompson?”, seguido de tradução de texto inédito de Bill Schwarz (do corpo editorial do *History Workshop Journal*), de artigos apresentados nos referidos encontros, completando-se com um levantamento bibliográfico organizado por Déa Fenelon e por resenhas de texto e polêmica com Thompson, ainda não traduzidos. Em sua segunda parte, como é habitual na *Projeto História*, tem-se uma entrevista com Mercedes Vilanova, quando de sua passagem pela PUC-SP, e informes de pesquisa e/ou núcleos de estudo.

Maria Antonieta Antonacci
Editora



DIÁLOGOS
POLÍTICOS
E CULTURAIS

POR QUE DIALOGAR COM E. P. THOMPSON?

*Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura**

*Marcos Antonio da Silva**

Edward P. Thompson morreu em 1993. Sua morte não alcançou, entre nós, a repercussão que corresponderia à importância da obra que elaborou: quando muito, houve algumas breves e impessoais notas na imprensa, como que dando por encerrada a trajetória desse historiador e militante político inglês, irreverente pacifista da Nova Esquerda, laconicamente.

Entretanto, a morte de Thompson trouxe à tona a oportunidade de (re)discutir o anseio de renovação que sua obra imprimiu aos caminhos da produção historiográfica brasileira e internacional, do revisionismo que motivou. A FFLCH/USP e a PUC-SP, na ocasião, promoveram ciclos de debates sobre esse autor, cujos resultados compõem, parcialmente, este volume.

No apaixonado exercício de historiador, Thompson se propôs resgatar, *dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade*, do esquecimento, *os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores*. (*A formação da classe operária inglesa*, tradução de Denise Bottman, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.) De seus textos, a ação humana emerge em toda a plenitude: homens e mulheres, imersos no passado, recuperam sua historicidade e se projetam enquanto construtores da própria História. É possível, assim, ouvir suas vozes, imaginar seu rosto, visualizar seus projetos. Desse modo, a questão das múltiplas experiências culturais foi colocada, de uma perspectiva de esquerda muito crítica em relação às ortodoxias economicistas.

No Brasil, os escritos de Thompson foram traduzidos apenas no correr da década de 80, precedidos pela versão de *A miséria da teoria* (Zahar), muito influente entre pesquisadores de diferentes campos das Ciências Humanas, o que poderia levar a falar numa "chegada tardia", embora os pesquisadores mais interessados já os lessem, nos meios acadêmicos, no original inglês ou em versões para o espanhol.

A obra de Thompson não envelheceu, talvez pelas polêmicas que suscitou, talvez porque sempre é tempo de rever conteúdos, teorias e métodos, talvez por sua original

* Professores do Departamento de História da FFLCH/USP.

força política neste fim de século, quando predominam neoliberalismo pragmático e anúncio do fim da História: são muitos, ainda, os becos sem saída que a História deve explorar, as causas perdidas que precisa rever, os perdedores que tem a escutar.

Nesse sentido, permanece instigante, sobretudo porque, nela, a *Árvore da liberdade* debruça sua sombra, com veemência, sobre a *História dos vencidos*, obrigando-nos a refletir sobre a postura do historiador diante da luta de homens e mulheres, da medida de suas conquistas, ao tentar identificar artífices da experiência social nos protagonistas do passado.

TRADUÇÃO

Razão e desrazão em E. P. Thompson

Bill Schwarz*

Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro

Revisão: Déa Ribeiro Fenelon**

Heloisa de Faria Cruz**

Marcos Antonio da Silva***

*A necessidade da razão não tem palavras.
Sua posse, que domina a História, é plena de
eloquência.*

Theodor Adorno e Max Horkheimer,
Dialética do Iluminismo.

Comecei a usar a razão aos trinta e três anos de idade e, a despeito de meus melhores esforços, não pude me livrar deste hábito. Assim Thompson abre a coletânea que leva o título *The poverty of theory***** e que foi concebida como o primeiro volume de uma série maior de trabalhos, que denominou *Reasoning*.¹ O principal ensaio – o ataque em regra contra Althusser –, ele considerou não se tratar apenas de um debate entre duas interpretações filosóficas opostas, mas fundamentalmente como “a defesa da razão em si”.² Mas, ao mesmo tempo e sem nenhuma ironia, nossa epígrafe poderia ser lida como ligeiramente insana ou pelo menos excêntrica: dentro de nossa cultura, qualquer um que desejasse não raciocinar poderia passar por um tanto desequilibrado.

* Universidade East London, Inglaterra.

** Departamento de História da PUC-SP.

*** Departamento de História da USP.

**** Tradução em português: *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Não contém todos os artigos. Ver Bibliografia selecionada ao final para todas as obras traduzidas.

1 Thompson, E. P. *The poverty of theory and other essays*. Londres, Merlin, 1978, p. 1. O volume contém o artigo de Thompson “Open letter to Leszek Kolakowski”, no qual ele afirma: “Tudo que podemos fazer, e tudo que você pode desejar que façamos é raciocinar”, p. 131.

2 *The poverty of theory*, ibidem, p. 196

A sugestão de revelação, a referência à ressurreição cristã, a concentração em seu próprio eu, combinam com as obrigações morais de alguém que fez uma análise crítica vigorosa sobre si. Thompson torna-se um homem conduzido pela razão, compelido por forças maiores que ele mesmo para difundir a palavra àqueles que ainda não a têm. Tais defesas dos poderes da verdade revelada e do impulso decorrente para fazer obra de proselitismo são raras na vida pública contemporânea. Podíamos recorrer a Sir Keith Joseph, descobrindo, na primavera de 1974, que era conservador, ou, uma década antes, à súbita percepção, por Enoch Powell, de que o Império Britânico na verdade jamais existira: fora apenas um sonho. Mas a capacidade reveladora do raciocínio secular é um tema proeminente nas narrativas históricas do próprio Thompson; falando das classes populares do século XIX, por exemplo, ele sugere: "As obras do Iluminismo chegaram a elas como uma revelação".³ Isto deveria ser encarado seriamente pela própria natureza do assunto. A imagem que Thompson elabora de si mesmo é mais problemática, pois sua ironia jocosa é um conceito literário que simultaneamente enfoca e desfoca a voz do autor. O posicionamento desajeitado do eu thompsoniano; o subtexto revelatório ou cristão; e a compulsiva tendência a falar alto e bom som questionam, ou pelo menos matizam, a autoridade da voz subterrânea da razão não expurgada. Uma voz pode impelir-nos para a razão; mas de um modo mais complexo o texto vizinho conspira para minar as propriedades aparentemente positivas e evidentes de uma racionalidade sem corpo. A partir do início do primeiro volume de *Reasoning*, a própria categoria de razão está viciada. Embora se possa argumentar de forma plausível que, no que se refere a sua própria obra, esta ambivalência permanece pouco discutida, Thompson sempre insistiu nas raízes emocionais do intelecto e na incorporação de idéias e filosofias – no fundamento profano, material, que dá vida aos sistemas de pensamento. "Pensamento e ser habitam um mesmo espaço, que somos nós", alega.⁴ Assim, ao mesmo tempo que pensamos num Thompson cognitivo como o defensor da razão, necessitamos também de recordá-lo como um ser. Este é o caráter do carisma, paixão moral, energia e fogo, qualidades tão profundamente presentes tanto quanto dedicação à razão, e inseparáveis desta. Este é o Thompson memorável, o homem de gênio. Mas, se invariavelmente a razão é codificada como masculina, aqui encontramos um registro diferente no qual a masculinidade é formada: a desordem do intelectual público, que entra na arena como um gladiador. Claramente estas são também qualidades muito distantes das concepções usuais de racionalidade, e não se necessita de muita imaginação para ver como elas poderiam, talvez, trabalhar contra os protocolos

3 Thompson, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth, Penguin, 1970, p. 799.

4 *The poverty of theory*, p. 210.

dados pela razão. A energia limitada pode ter uma virtude algo blakeana, mas pode também inflar-se e extravasar na irracionalidade e na destruição. "Thompson tem um veio de perversidade em si."⁵ Assim fala Edward Thompson Júnior sobre o seu pai. Não há nenhum desrespeito em se notar em que medida o temperamento paterno foi herdado pelo filho.

Meu interesse aqui é com as categorias de razão e desrazão no trabalho de Thompson: principalmente no que se refere aos seus pensamentos e escritos, embora a consciente intrusão de seu ser exija uma extensão de um simples engajamento analítico, mesmo se muito do que tenha a dizer a este respeito deva permanecer como simples indicação. Começarei esquematizando meramente as linhas principais em que se desenrola o trabalho de Thompson.

Em *The making of the English working class* é possível detectar três motivos dominantes que dizem respeito a este tema. Em primeiro lugar há a razão iluminista em si mesma, personificada por Newton e Locke, os quais, para Thompson, organizaram os antecedentes filosóficos do utilitarismo. Este é um modo de pensamento visto pelo autor como essencialmente tirânico. Esta interpretação negativa da razão circula através do livro, constituindo o contraponto cultural ou intelectual para a emergente cultura democrático-plebéia. As reformas psíquicas ou emocionais da razão, neste estudo, Thompson memoravelmente, ainda que polemicamente, localiza no Metodismo, que ele condena como "a desolada paisagem interior do utilitarismo" e a qual ele afirma forjar "uma desorganização central da personalidade humana".⁶ Essa leitura negativa, na qual a irracionalidade é incubada dentro das categorias de racionalidade, está presente em Marx e, mais fortemente, em Weber.⁷ Em si mesma esta contradição permanece não desenvolvida. Mas na cultura britânica dos intelectuais de hoje, trata-se de posição mais familiar – dada uma maior receptividade às tradições da teoria crítica,

5 Thompson, E. P. *Alien Homage, Edward Thompson and Rabindranath Tagore*. Bombay, Oxford University Press, 1993, p. 89.

6 *The making of the English working class*, pp. 402 e 406.

7 Weber, em seus famosos artigos de 1904-5, acreditava que o desenvolvimento do capitalismo "pode ser melhor entendido quando tomado como parte do desenvolvimento do racionalismo como um todo". In: Weber, Max. *The Protestant Ethic and the spirit of Capitalism*. Londres, Unwin, 1974, p. 76; e veja também Weber, Max. *General Economic History*. Nova York, Collier, 1961, pp. 260-2. O que não é muito bem lembrado é sua insistência "no elemento irracional que está aí contido". Este é um ponto enfatizado por Lukacs, para quem a sociologia de Weber "aspira demonstrar que um necessário irracionalismo foi enquadrado no próprio terreno da racionalização capitalista". "Max Weber and German Sociology", *Economy and Society*, 1:4, 1972, p. 308. Ver também Marcuse, Herbert. "Industrialization and Capitalism in the Work of Max Weber", *Negations*. Harmondsworth, Penguin, 1968.

a impecável crítica da razão, agora marcada por todas as variedades de pós-estruturalismo – que a registrada no início dos anos 60. Com todas as polêmicas contra os imperativos da razão instrumental – sempre cordiais, mas algumas vezes calculadamente maldosas, como em sua denúncia do Metodismo –, ele percebeu muito bem os contraditórios legados do raciocínio iluminista. Enquanto Ure ou Bentham podiam ser um produto, Paine, Owen, Hazlitt, Carlile eram outro. O recurso que forjou, a soberania da razão humana, como Thompson demonstra, podia ter consequências atordoantes. Ele coloca estas tradições intelectuais bem próximas do centro de sua explicação re-fazendo a cultura do radicalismo democrático nestes anos. Ainda assim, embora saudando (o termo é característico de Thompson) estes heróis pioneiros, há uma parte dele, autor, que permanece impassível. A falta de recursos imaginativos e a natureza escorregadia da razão de Paine lembram-o das estruturas de Blake na “visão simples”: a de Carlile era uma filosofia composta totalmente pela negação; o materialismo mecânico de Owen levava-o à ilusão racionalista que acreditava ser o único limite para a difusão da razão e conhecimento imposto pela inadequação dos meios. Somente Hazlitt, Thompson suspeita, estava apto a rejeitar as ingenuidades do Iluminismo ao mesmo tempo que sustentava “as tradições de *liberté e égalité*”.⁸ Como Hazlitt consegue isso, Thompson pouco faz para demonstrar. Acima de tudo, entretanto, o registro sugeriria a razão iluminista trabalhando como uma visão excludente: em suas maneiras radicais centrariam as capacidades da inquirição humana como a pedra de toque de políticas democráticas, ao mesmo tempo que suas definições características – da personalidade humana, da imaginação, da política – carregavam a impressão estropiada do domínio racional, inescapavelmente legado por suas bases filosóficas.

Em segundo lugar, Thompson descreve o colapso da subjetividade metodista nas excêntricas, desequilibradas, histéricas e crédulas travessuras de Joanna Southcott e seus seguidores.⁹ Estes termos sugerem que um limiar foi cruzado e, que com os southcottianos, entramos no terreno do que pode, de melhor modo, ser entendido como irracional. Southcott, ela mesma, é apresentada como uma figura patológica, suas estranhas imagens e fantasias – nas quais versejadores místicos de má qualidade são postos juntos com uma prosa acurada de autobiografias penetrantes, que tentam retratar a vida ao pé da letra em memórias da infância, casos amorosos infelizes e encontros entre a filha de camponeses cabeçudos e pastores desacreditados e gente simples – exigem uma diferente maneira de analisar do que a usada habitualmente por historiadores. As várias seitas que a seguiram em seu despertar, nas palavras de Thompson,

8 *The making of the English working class*, pp. 107, 842, 806, 805 e 821.

9 *Ibidem*, pp. 420-8

são formas pervertidas e peculiares que talvez requeiram mais atenção do psiquiatra que do historiador.¹⁰ Esses ensaios são complicados por envolverem concepções concorrentes entre a razão e a não razão. A interpretação entrecruza como uma forma de prática intelectual e razão – ou mais acuradamente dentro do trabalho de Thompson, a desrazão – como um estado psíquico. As conexões entre estas diferentes interpretações são importantes: pode haver até um ponto de convergência. Mas o que as poucas páginas sobre Southcott em *The making of the English working class* sugerem é que Thompson se sente mais à vontade quando lida com os componentes psíquicos do pensamento ou quando o aberrante ou patológico está em destaque, e que a razão explica melhor as atitudes políticas dos trabalhadores, digamos, do que se envolve com as dinâmicas de memórias da infância, de amores infelizes ou de filhas teimosas e patriarcas desacreditados. A irracionalidade, à primeira vista, deve ser entendida na sua forma psíquica: a razão (ou ao menos, a razão como Thompson a observa, a boa razão) prescindem deste requisito, transcendendo suas próprias condições psíquicas ou emocionais de existência.

Em terceiro lugar, exemplificando as possibilidades da razão como meios para a emancipação, seria o que poderia ser chamado de a idéia popular da razão. Talvez isto esteja de conformidade com a noção de Gramsci de “bom-senso” dentro da vivência das classes populares, embora passando por alto sobre as especificidades de sua formação histórica. Em Thompson, seria onde a cultura intelectual do radicalismo “exposta com a energia do autodidata”, usando textos de alto iluminismo, se imbricaria em uma cultura artesanal.

Um sapateiro, que tivesse aprendido a ler no Velho testamento, trabalharia direto a *Age of reason*: um professor, cuja educação não tivesse ido além de homilias religiosas dignas, alcançaria Voltaire, Gibbon, Ricardo; aqui e lá líderes locais radicais, tecelões, livreiros, alfaiates, acumulariam estantes de periódicos radicais e aprenderiam como usar os *Blue Books* parlamentares; trabalhadores iletrados, no entanto, iriam cada semana a uma cervejaria onde o editorial de Cobbett seria lido em voz alta e discutido.

Thompson continua:

... o impulso do iluminismo racional que (nos anos das guerras) tinha sido grandemente confinado à *intelligentsia* radical agora era buscado pelos artesãos e alguns trabalhadores especializados (tais como muitos fiandeiros) com um zelo evangélico para arrebanhar

10 *Ibidem*, p. 879. Para outra visão, Harrison, J. F. C. *The Second Coming, Popular Millenarianismo, 1780-1850*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1979.

números ilimitados – um zelo propagandista dificilmente encontrável em Bentham, James Mill ou Keats.¹¹

E nesta cultura política de liberdade de pensamento, Thompson argumenta, a classe trabalhadora se constrói.

Embora haja alguns paralelos com maior contemporaneidade, com maiores investigações teóricas autoconscientes do pensamento iluminista, o método de Thompson de averiguar apresenta um bem-vindo libertar-se do textualismo que caracteriza a grande massa do trabalho em vigor. O iluminismo era menos este tratado ou aquele, mas dizia mais respeito às leituras negociadas de uma variedade de textos conflitantes – altos e baixos – constituídos por um total tráfico de idéias circulando através de aldeias, cidades e oceanos. Deste ponto de vista a razão não se formou somente de acordo com os princípios elaborados por vários filósofos, mas incorporou em particular homens e mulheres, em locais particulares. *The age of reason*, ele afirma, chegou imbricado com ares de formas heréticas.¹²

Contudo, em Thompson, cético sobre um instrumentalismo do qual o racionalismo nunca pôde se livrar completamente, esta complexidade da formação histórica provê – paradoxalmente – a solução para a questão dos filósofos. O legado do iluminismo não pode ser resolvido por meios de abstração formal. Trabalhadores imbuídos com o espírito radical encontraram utilitarismo em suas vidas diárias, e ansiavam para se livrar dele, não cegamente, mas com inteligência e paixão moral... Nestes mesmos anos, a grande crítica romântica do utilitarismo corria em paralelo embora em percurso totalmente separado. Para a questão Iluminismo? Thompson providencia uma resposta singular: Blake! Pois Blake foi quem mais se esforçou para perceber a necessidade de associar radicalismo e romantismo, detendo as realidades vividas de uma cultura radical com as possibilidades rebeldes da imaginação humana. Mas:

Após William Blake, ninguém estava à vontade em ambas as culturas, e também não houve gênio capaz de interpretar as duas tradições reflexivamente... Na falência das duas tradições para encontrarem um ponto de junção, alguma coisa se perdeu. Quanto, não podemos apontar, pois não estávamos entre os perdedores.¹³

11 Ibidem, pp. 781, 782 e 789. Isto deve ser lido lado a lado com o argumento sobre cultura popular, formas que Thompson considerou como “não racionais”: “elas não apelam à ‘razão’ através de panfletos, sermões ou plataformas: elas impõem sanções de força, ridículo, vergonha, intimidação”. *Customs in common*. Harmondsworth, Penguin, 1991, p. 9.

12 Ibidem, p. 130. Para uma discussão magnífica do Iluminismo, ver: Darnton, Robert. *The kiss of Lamourette*. Londres, Faber and Faber, 1990. Tradução: *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

13 Ibidem, p. 915.

A razão – com suas armaduras mecânicas, suas juntas rangendo – triunfou.

Como podíamos esperar, estes temas repetem-se trinta anos mais tarde em sua monografia final, dedicada apropriadamente a Blake. Este é um livro de análise refinada, circulando profundamente através dos picos da erudição de Blake. Reconhecendo a instrumentalidade de minha abordagem, passaria adiante, desejando somente elaborar alguns pontos gerais. Thompson concede que as posições predominantes, dentro da erudição contemporânea, agora acentuam o grau para o qual os anos 80 do século XVIII testemunharam um autêntico contra-iluminismo. Caminhando em direção a esta interpretação, ele oferece uma leitura mais particular: seu propósito é reconstruir as culturas mais profundas da Inglaterra revolucionária do século XVII, e traçar as frágeis linhas históricas – o decrescente número de membros de igrejas pequenas; o repertório contínuo de sistemas simbólicos específicos – que conectam a *Commonwealth* às décadas finais do século XVIII, de modo a mostrar como as seitas dissidentes de 1640 permaneciam vivas nas memórias, de alguns, um século e meio depois e algumas gerações posteriores. O poder exercido pela cultura radical subterrânea requer de nós, ele crê, repensar as legítimas premissas do Iluminismo. De novo, o argumento é histórico, não textual. Se entendermos, Thompson escreve, o conflito entre o racionalismo esclarecido e a herança popular de sensibilidade radical como uma simples oposição entre razão e a não razão (ou fé cega), chega-se a um irracionalismo autopunitivo. Mas se considerarmos as ascensões reais da *The age of reason* então a estância antinomiana adquire uma nova força, mesmo uma racionalidade.¹⁴

Esta afirmativa para a subversão de categorias admitidas de racionalidade domina o livro. Domina, também, de acordo com Thompson, o mundo dos muggletonianos – a seita, parece, que mais ativamente conduziu a visão da *Commonwealth* a partir de 1790. A hostilidade muggletoniana dirigiu-se principalmente contra a idéia da *Serpent's reason* – uma antagonista muito familiar a Thompson, o que lhe permite incorporá-la como sua e se declarar, insolente como sempre, um marxista muggletoniano.¹⁵ Assim ele se propõe refutar as denúncias usuais dos muggletonianos como obscurantistas e investigar o assunto em seus valores, como valores, desembaraçados ou pelas convenções do presente ou pelos dogmas de visão histórica ultrapassada. Este é um argumento que repete a crítica primitiva da razão, embora talvez mais obstinadamente. Neste ponto, em um forte movimento de fusão, a razão se torna identificada com “ideologia”, com

14 Thompson, E. P. *Witness against the beast. William Blake and the moral law*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. XIV, 8 e 110. Thompson reconhece que trabalha a partir das pistas de pioneiros, particularmente David Erdman, A. L. Morton, e certamente Christopher Hill.

15 Ibidem, pp. 86 e XXI.

“os compulsivos obstáculos do ‘discurso’” predominante.¹⁶ Mesmo assim, o enfoque de Blake é reafirmado: sua vida dramatiza a possível junção entre a herança antinomia e o radicalismo esclarecido que nunca foi preenchido. Há, não obstante, uma mudança marcante na ênfase em relação ao trabalho anterior. Na última análise, Thompson é mais veemente para mostrar a longevidade da tradição antinomia e, por implicação, a relativa inovação do racionalismo popular. Ele enfatiza a intensidade da visão em círculos antinomianos “os quais derivam de fontes muito mais antigas que o Iluminismo” e os quais, ele proclama, liberaram suas aderências dos reflexos do desespero político imbuídos da mais pura persuasão racionalista.¹⁷ Seguindo este ponto, é quase como se ele tivesse identificado algo primordial dentro da própria cultura plebéia, algo mais profundo que a mera razão, que tinha capacidade de articular a complexidade plena da experiência humana. Thompson fornece uma indicação – mais que uma indicação – na linha final do livro. Mesmo quando Blake se encontrava “em seu temperamento mais ‘jacobino’ e revolucionário”, ele se ligava firmemente ao “Deus Eterno do Evangelho de sua fé antinomia mais antiga. Para criar a Nova Jerusalém, deve ter trazido de fora o sistema racionalista, e alguma coisa podia simplesmente ser encontrada na imagem não racional de Jesus, nas afirmações de agradecimento, piedade, paz e amor”.¹⁸ Assim, como cristão, Thompson finaliza sua jornada – um grito longínquo talvez dos imperativos cognitivos do raciocínio.

A preocupação com os anos 90 do século XVIII constitui uma trajetória dentro da qual Thompson luta com os legados do racionalismo. Outro foi o seu longo diálogo com o marxismo. A despeito de muitas décadas, quando protestava sua fidelidade ao marxismo, minha percepção dele me leva a uma característica totalmente diferente. Tendo a pensar nele como procurando com maior frequência libertar-se do marxismo – para se livrar deste como sistema de pensamento. Um pequeno volteio pode ser útil aqui. Cheguei a Thompson relativamente tarde. Na escola, fui aconselhado a manter-me distante de *The making of the English working class* por causa de suas simpatias comunistas – uma proibição que, dada a cultura da época, eu me surpreendo agora, não tenha me dirigido diretamente à obra: mas por alguma razão, tal não se deu. Logo após, estudante, eu li, escolhendo uma tarde para terminá-lo, e devido à atmosfera histórica, eu o fiz em uma sala de chá cavernosa da cooperativa local – um espaço não exatamente colocado na área principal de circulação dos estudantes. Eu me convenci, então, como estou ainda, de que o livro era diferente de todos os demais livros

16 Ibidem, p. 109.

17 Ibidem, p. 229.

18 Ibidem, p. 221.

de história com os quais tinha tido contato. Alguns anos mais tarde, deve ter sido no fim de 1978 ou início de 1979, pela primeira vez ouvi Thompson falar. Estava em uma plataforma, fazendo campanha a favor do dissidente preso da Alemanha do Leste, Rudolf Bahro, e fez o que penso ter sido uma de suas raras aparições públicas – de improviso – à Universidade Warwick.¹⁹ O trabalho analítico de Bahro, devido ao qual estava preso, tratava de uma poderosa exploração dos caminhos não capitalistas para a industrialização, culminando em uma crítica responsável do socialismo real. Era uma crítica inspirada, em primeira instância, em alguns conceitos marxistas básicos, mas que rapidamente ultrapassava qualquer marxismo reconhecível e caía numa prosa de humor particularmente utópica, apelando para uma política baseada em torno da esperança de emancipação geral. No processo, o marxismo, como um corpus teórico distinto, dissolvia-se. Thompson sentiu-se ultrajado pela barbaridade do tratamento a Bahro. Mas, também se sentiu profundamente complacente com a trajetória teórica dele, porque grandemente (se não exatamente) retratava a sua própria.²⁰ Talvez tudo isto esteja revelando muito a respeito de primeiras impressões: eu, como muitos da minha geração, postulava, na época, o auge do meu marxismo, enquanto Thompson estava falando especificamente sobre o destino do marxismo nas fases finais do socialismo real, e profeticamente extraía conclusões diferentes. Embora fosse necessário um papel mais longo para discutir o ponto que poderia ser mostrado então, pelo menos desde 1956, a noção de Bahro de emancipação geral é mais próxima do modo de pensar de Thompson sobre a história e política do que de um marxismo mais convencional, que necessariamente coloca a classe trabalhadora no centro das coisas, como mencionado, agente principal para trazer a emancipação a todos. Se assim é, o libertarismo, algumas vezes utópico, eixo que daí se seguiria, requer uma séria confrontação com o próprio marxismo. Pode-se mais adiante sugerir – embora este seja um argu-

19 Bahro, Rudolf, *The alternative in Eastern Europe*. Londres, New Left Books, 1978; e Rudolf Bahro *Interviews Himself*, Nottingham, New Statesman/Spokesman, 1978. Ver também de Raymond Williams sobre Bahro ‘Beyond actually existing socialism’, *New Left Review*, 1980, p. 120.

20 O que recordo mais intensamente é a insistência de Thompson de que a oposição aos regimes stalinistas, no Leste Europeu, frequentemente seguia todos os traços de um irracionalismo místico. Ou como ele escreveu naquela época: “uma forma de protesto contra a ideologia stalinista e formas têm sido quase sempre moralista”, mas uma vez que se negou qualquer oportunidade de articulação aberta, quase sempre aparece como um moralismo deslocado, ilusório, e utópico, como uma volta à fé Grega Ortodoxa, como auto-exclusão nacionalista, como auto-isolamento personalista ou como Solzhenitsyn, como a batida agonizante de um coração dentro de um mundo sem coração”. In: *The poverty of theory*, p. 369.

mento diferente – ser preciso, igualmente, uma reavaliação das raízes racionalistas do marxismo.

Para Thompson, a ruptura de 1956 trouxe um novo potencial à linguagem de emancipação, na qual a subordinação das faculdades imaginativas e morais para a autoridade política e administrativa, a partir de então, seria inequivocamente repudiada.²¹ Embora subsequentemente estas posições pudessem se mover em um caminho ou outro, esta crença permaneceu um princípio constante. Em tal contexto, o marxismo foi transformado, podia parecer, em um recurso intelectual historicamente eventual mais que em uma categoria conceitual transcendente. Mas subordinado aos decretos da imaginação e da moralidade, isto também se torna um legado crescentemente problemático. Em 1956 e logo após, Thompson e seus companheiros dissidentes encontravam-se em dificuldades para assegurar que sua rejeição ao comunismo institucionalizado não fosse vista como uma desaprovação ao marxismo – embora em um momento de tal modo turbulento, quando antigas amizades e lealdades mudavam, podia-se legitimamente se perguntar a respeito de apreensões particulares proferidas *sotto voce*. Mas a primeira insinuação de Thompson de que na verdade podia existir alguma conexão formal, ou lógica, entre o marxismo e o stalinismo apareceu em *The New Reasoner*, em 1958. O tom é marcadamente cauteloso e jurídico, mas a implicação é grave:

se o stalinismo é uma mutação das idéias de Marx, a indicação maior de que eles são capazes de tal mutação, enquanto permanecem em uma linha direta de relações, indica uma fraqueza original que vai além de mera ambigüidade.²²

Muito repousa no que se entende por ‘fraqueza original’. Poderia haver muitas interpretações e muitas reconstruções detalhadas das subsequentes relações de Thompson com o marxismo.²³ Minha própria visão é preferencialmente de senso comum: muito simplesmente, após a publicação de *The poverty of theory*, ele perdeu o interesse. Longe de ser um vira-casaca ou um herético, o seu interesse em tal assunto diminuiu, ele se imbuíu de um agnosticismo incontroverso, e calmamente entrou em uma tarefa monótona de emancipação geral. Sugeri duas razões para isto. Em parte, deve-se à sua

21 Thompson, E. P. “Through the smoke of Budapest”. *The Reasoner*, 3, Novembro 1956, republicado em Wiggery, David (ed.). *The Left in Britain, 1956-68*, Harmondsworth, Penguin, 1976, p. 69. Na mesma passagem, o stalinismo foi denunciado como um “idealismo mecanicista”.

22 Thompson, E. P. “Agency and choice”, *The New Reasoner*, 5, 1958, p. 96.

23 Um dos mais inteligentes é de Perry Anderson, *Arguments within English marxism*. Londres, Verso, 1980.

rápida imersão em um movimento pacifista revitalizado, o qual decolou no momento preciso em que o debate sobre história e marxismo esbarrava em um obstáculo.²⁴ Mas parece também ter sido uma reação à própria redação de *The poverty of theory*. No ensaio ele teve de lançar mão de milhares de palavras, trabalhadas em abstração formal de modo a argüir contra as virtudes desta. Temperamentalmente, o historicismo de Thompson não condizia em ter de filosofar em um modo que ele considerava inamistoso e tedioso. Ou para esposar uma posição mais conceitual, em *The poverty of theory* ele se coloca fora do marxismo: quanto mais tentava se apegar às categorias formalmente, mais elas se afastavam de seu controle e mais impacientes ele se tornava. Isto não nega a presença de marcantes percepções localizadas. Mas penso que a maior dissolução do marxismo – muito do mesmo teor poderia ser dito da mais epistemologicamente audaciosa proclamação de Althusser por renovação – produziu em Thompson o recurso a uma retórica demasiadamente aberta e uma não desejável verbosidade: em minha opinião houve causas teóricas e não simplesmente estilísticas. Quanto mais forte a defesa da história empírica – “não muitos historiadores supõem que [...] o Logos está sussurrando em seu ouvido” – , mais forte a defesa do marxismo.²⁵ Isto também leva em conta a singular posição apresentada no ensaio no qual ele sugere que os escritos amadurecidos de Marx, *O capital* acima de tudo, representam não sua verdadeira originalidade intelectual, mas o reverso: sua capitulação à economia política e a um racionalismo calibrado – o momento, em outras palavras, quando Marx parou de raciocinar.

Isto é, ou poderia ser, uma acusação severa ao marxismo como tal. Não foi suficiente para sua expulsão, pois, de certo modo, as forças do arrazoado eram diretamente menos contra o empobrecimento teórico do marxismo que contra os intelectuais que agiam de má fé e permitiam seu empobrecimento.²⁶ O argumento é tanto

24 Ver principalmente: Thompson, E. P. “An alternative to Doomsday”, *New Statesman*, 21/28, dezembro 1979.

25 *The poverty of theory*, p. 207. Para seu tédio com o marxismo: Thompson, E. P., “Agenda for radical history”, em seu polêmico *Persons and polemics. Historical essays*. Londres, Merlin, 1994, p. 362; e Palmer, Bryan, *E. P. Thompson. Objections and oppositions*. Londres, Verso, 1994, p. 125.

26 A preocupação com as falhas de uma nova geração de intelectuais marxistas, que não tiveram sua atuação política conduzida pelos ditames da III Internacional, ou qualquer de seus ramos históricos, levou Thompson a deparar-se com os Goodwinianos como precursores aceitáveis. Isto representa um dos mais bizarros esforços de sua imaginação histórica. Ainda que antecipada anteriormente, sua tese básica foi revelada ao público em uma palestra na Universidade de Birmingham, em 1979, mas ficou com ele até o fim, quando sugeriu que a sua razão é fabricada

moral como teórico. No que lhe diz respeito Thompson já havia firmado sua posição em um estudo sobre William Morris. Na segunda edição, publicada em 1977, ele estabeleceu bastante claramente a necessidade de reordenar o marxismo de acordo com "a lógica da tradição romântica". Do mesmo modo que Blake em 1790, Morris funcionou como a dramatização da conjunção entre o radicalismo popular e o radicalismo da imaginação que não conseguiu se realizar no final do século XIX, como havia acontecido com Blake. Fazendo eco a suas próprias palavras de 1956, Thompson encontrou em Morris "o problema completo da subordinação das faculdades utópicas imaginativas dentro da mais tardia tradição marxista", uma tradição que tem provado ser incapaz de apresentar "um vocabulário de desejo". Morris (diferentemente de Southcott, devemos presumir) "posicionou-se contra sua herança romântica de sonho e fantasia... A intenção dele era incorporar em fantasias alternativas valores esquematizados em um caminho alternativo de vida".²⁷ O marxismo agnóstico de Thompson, parece, foi reformulado para colocar o desejo em seu coração. O que sobrevive do corpus original, e da razão, permanece nebuloso.

Suas investigações históricas sobre o século XVIII e seus encontros mais teóricos com o marxismo em diferentes caminhos conduziram-no contra o problema da razão iluminista. Assim, num outro contexto, ele colaborou no movimento pró paz e cunhou o termo exterminismo. A convicção básica era bastante simples: a degeneração da Guerra Fria em uma lógica de destruição mútua assegurada – *mutual assured destruction*, representada mais perceptivelmente pela criação do sistema de mísseis MX, marcou um novo salto num mundo irracional. Para muitos, dentro da tradição marxista, a realização histórica de irracionalidade acontecia primeiro com o imperialismo, como um estágio do desenvolvimento capitalista; para outros, que pensavam do mesmo modo, fora o fascismo e o holocausto, ou o gulag; para Thompson foi a intensificação da corrida armamentista nos anos 80 e a chegada da Segunda Guerra Fria. Sua discussão que melhor se sustenta sobre a lógica da nova época tem início com uma exposição sobre a razão e a não-razão. O que ele pergunta, é se o seu objeto de análise – a crise presente de uma guerra iminente – é "irracional"? "O que assistimos no presente formou-se historicamente, e até então em um grau sujeito a análise racional: mas isto

pelos intelectuais – conscientemente ou não – por interesse próprio: Thompson, E. P. "Benevolent Mr. Godwin", *London Review of Books*, 8, July, 1993. A este respeito *The poverty of theory* deveria ser lida junto com Said, Edward. *Representations of the intellectuals. The 1993 Reith Lectures*. Londres, Vintage, 1994.

²⁷ Thompson, E. P. *William Morris: romantic to revolutionary*. Nova York, Pantheon, 1977, pp. 802, 792 e 790; e Thompson, E. P. "William Morris", in *Persons and polemics*.

agora existe como uma massa crítica no ponto de detonação irracional."²⁸ Seu temor, perfeitamente óbvio, era de que "o resultado irracional de formações e desejos conflitantes" levaria à destruição mútua. A incapacidade de cálculo racional em fazer sentido sobre o essencialmente instável, irracional e contingente, lhe sugeria a idéia de que uma terrível vertente histórica tinha sido cruzada. Atrás disto repousa uma curiosa suposição de que a história antes deste momento era programada racionalmente e não se sujeitava nem a "formações colidentes" nem a atores históricos que não percebiam seus interesses racionais – uma situação que sua própria historiografia desmente.²⁹

Mas o que o compele nesta direção é a convicção de que a razão tivesse caído na desrazão, e talvez um estudo muito sobrecarregado de hipérboles e muito empedernido das lógicas mais profundas da Guerra Fria, o que permitia considerável discernimento a ser seguido. Torna-se necessário, então, ver o imperialismo ocidental como uma força originária de uma matriz institucional racional e econômica, mas que, em um certo momento, assumiu um impulso autônomo autogerador de seus próprios direitos, não podendo mais, pela análise, ser impelida a prosseguir na busca de interesses racionais – que, na verdade, atuavam tão irracionalmente como se ameaçassem os autênticos domínios de sua origem e os derrubassem. Um vasto sistema fechado burocrático e militar, conseqüentemente, foi instituído nesta base irracional, tocando todos os aspectos da vida humana. A dinâmica administrativa e técnica "aniquila o preciso momento da 'política'". Tudo se transforma em seu oposto: a razão transforma-se em não-razão, o materialismo em misticismo.

Indubitavelmente o sistema míssil MX será o maior artefato singular de qualquer civilização. Será o tortuoso definitivo templo do extermínio. Os foguetes em seus abrigos, como menires gigantes apontando para o céu, desempenharão para "o Ocidente livre" não uma função militar, mas sim uma espiritual. Eles guardarão os espíritos diabólicos na baía e convocarão adoradores para os ritos fálicos do dinheiro. Dentro da aura daqueles gigantes círculos nucleares, os altos sacerdotes da ideologia desempenharão sacrifícios rituais de impostos. Nos distantes postos avançados da fé, em Westminster, Bruxelas e Haia, os servidores druídicos se inclinarão para o Ocidente e os misteriosos mísseis retos.

Num mundo como este, o realismo traz em si a conformidade enquanto a utopia torna-se o único realismo possível. Mesmo cientistas esclarecidos necessitam agora da

²⁸ Thompson, E. P. "Notes on exterminism, the last stage of civilization", in Thompson, E. P. et alii. *Exterminism and Cold War*. Londres, Verso, p.1.

²⁹ *Ibidem*, p. 2.

postura visionária de Southcott para conservar a serenidade. “Não foi Joanna Southcott que resumiu a primeira Pugwash Conference, mas Einstein e Russel.”³⁰

Em todos estes estudos o problema que Thompson estuda há um que é central, apontado por muitas das variedades da crítica filosófica contemporânea: que dialética é esta que liga a razão à não-razão? Como conseguiremos adaptar o Iluminismo às diversas necessidades da época pós-iluminista? E de que recursos necessitamos para atualizar para nossos tempos tradições éticas e estéticas herdadas?

Com um pouco de abertura é possível ler Thompson de diversas maneiras. Contra toda expectativa, há uma convergência entre seu ensaio “Exterminism” e as tradições do marxismo de Frankfurt. É perfeitamente possível ver a *Dialectic of Enlightenment* de Adorno e Horkheimer – a primeira edição publicada em Los Angeles em 1944; a segunda compreendendo “Elements of antisemitism” publicada três anos mais tarde – não somente como uma reflexão sobre o fascismo e o holocausto, mas como um produto precoce da Guerra Fria. O retrato enfático de uma sociedade intensamente administrada com “todos os poros da consciência bloqueada”; a crença de que a razão se encontrava em um processo de colapso num bárbaro “enredo de cega dominação” no qual a racionalidade iluminista se tornou “paralisada por medo da verdade”; a fé que, em desacordo com o barbarismo do hiper-racionalismo, existia num “núcleo de verdade histórica” no qual a esperança para um “verdadeiro humanismo” só pode permanecer – estas proposições todas são demonstráveis, embora com repercussões levemente surpreendentes, em um momento de Thompson.³¹

Talvez, fazendo um pouco de força, se pudesse recrutar um Edward Thompson relutante, rebelde, como aliado de um pensamento frágil advogado por diferentes pensadores pós-modernistas. Como Foucault, ele recusa ser chantageado respondendo na ciclópica maneira monológica do Iluminismo – “a favor” ou “contra”.³² Como todos os pós-estruturalistas ‘de carteirinha’, Thompson é capaz de produzir suas próprias cráticas, persuasivas e lúcidas, de teorias totalizantes, enquanto confessam a ‘compulsão hipnótica’ que continuam a sustentar.³³ Ou quando, de um modo diferente, ele coloca inequivocamente que:

30 Ibidem, pp. 21, 8, 13 e 27.

31 Adorno, Theodor e Horkheimer, Max. *Dialectic of Enlightenment*. Londres, Verso, 1979, pp. 204, XVI, XIV, IX e X.

32 Foucault, Michel. “What is the enlightenment”, in *The Foucault Reader*. Harmondsworth, Penguin, 1991, p. 45. Ver também a recusa de Foucault em igualar *a priori* humanismo com iluminismo, p. 44.

33 Thompson, E. P. “Europe, the weak link in the Cold War” in *Exterminism*, pp. 342-4. Ou como

A questão, então, é: deve o Outro ser o Inimigo...? Esta é a questão no encerrar do século XX...

E aí ele toca num ponto central para muitos deconstrucionistas.³⁴ E poderíamos notar haver agora uma geração intelectual inteira que é semelhante à primeira surgida a partir de Derrida, talvez para tropeçar em Thompson, um pouco mais tarde.³⁵

Para alguém habituado a uma perspectiva intelectual fechada este é um assunto tendencioso: condenar Thompson a uma armadilha epistemológica, neste esquema de coisas, parece ser um jogo limpo; condescendendo em leituras super aquecidas na esperança de descobrir que durante todo o tempo o historiador fora um pós-estruturalista clandestino é uma tendência controversa – embora isto ocorra e se possa perceber o porquê.³⁶

Ou podemos nos apegar ao próprio veredicto de Thompson e vê-lo como um socialista humanista qualquer, que tem os méritos de oferecer uma política prática, aceitável. Mas mesmo esta linha de argumento requer consideração mais cuidadosa, reconhecendo não somente o que possa permanecer problemático dentro desta virtude aparente, opção benigna auto-evidente, mas também notando bem as tradições de discussão do socialista humanista em jogo. Filosoficamente, desde os anos 30, a elaboração clássica de um humanismo socialista tem estado dominada por uma volta a Hegel.³⁷ Certamente este tem sido o caso dentro do pensamento social europeu – e realmente genuíno na verdade do mais próximo contemporâneo de Thompson, saudado sempre como alguém convertido ao humanismo socialista, o americano C. L. R. James. Mas mesmo a mais superficial leitura de Thompson revela pouca consideração sobre

colocado por outro historiador em termos que Thompson não discordaria: “Moralidade não é levada à frente por nação, classes ou espírito universal, é um projeto em que embarcam os indivíduos em comunidades inspiradas em suas ações pelas máximas da razão prática”. Jones, Gareth Stedman. “Faith in history”, *History Workshop Journal* 30, 1990, p. 66.

34 Thompson, E. P. “The rituals of enmity”, in Smith, Dan and Thompson, E. P. (eds.), *Prospectus for a habitable planet*, Penguin, Harmondsworth, 1987, p.12; e veja o fecho em Thompson, E. P. *Beyond the Cold War*, Londres, Merlin and European Nuclear Disarmament, 1982, p.36: “Precisamos reconhecer que o outro somos nós mesmos”.

35 Para o primeiro encontro neste viés, Spivak, Gayatri Chakravorty, “Subaltern Studies: deconstructing historiography”, in Guha, Ranayit and Spivak, Gayatri Chakravorty (eds.), *Selected subaltern studies*. Delhi, Oxford University Press, 1988. Embora não seja insensível o trabalho de Spivak, considero este ensaio uma terrível peça de escrita.

36 Isto existe principalmente na forma *samizdat*: rascunhos de textos para discussão, conferências, trabalhos de pós-graduação e etc. Um argumento convincente ainda é esperado.

37 Ver Soper, Kate. “Socialist Humanism”, in Kaye, Harvey J. and McClelland, Keith (eds.), *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Cambridge, Polity Press, 1990, p. 206.

Hegel. Na verdade, revela virtualmente nenhuma menção a Hegel. Sobre Husserl, Thompson leu e pensou a respeito.³⁸ A ausência de Hegel pode apenas sugerir outra instância da impaciência thompsoniana, suas mais profundas ligações a Blake ou Milton. "Nosso melhor idioma", ele diz, sem esforço, apelando para a primeira pessoa do plural no coletivo nacional, "tem sido protestante, individualista, empírico, desintegrativo dos universais..."³⁹ E adota estratégias de escrita para conciliar, esforçando-se em quebrar as conformidades impostas pela abstração racional, sempre espiando as conformidades impostas pela abstração racional, sempre espiando Cobbett sobre o seu ombro (quando seu gato permitia), e conscientemente tecia em sua retórica não só uma pluralidade de vozes, mas também muitos registros diferentes do seu. Faz isto em passagens de suas próprias cartas e poemas, intercalando autobiografia e memórias, vagando da exortação do sermão leigo para uma ironia auto-caçoista, e nunca resistindo à metáfora prolongada que rolaria por muitas páginas. Em suma, isto o torna um socialista humanista muito especial.

Deixemos esta análise para mais tarde e voltemos à sua palavra, uma vez mais, em 1956. Sem dúvida, isto era uma – talvez a – ocasião intelectual e política definitiva, formativa de sua vida. Há uma verdade óbvia encapsulada em suas declarações repetitivas de 1956 e de sua agenda. Na verdade, Thompson não podia se libertar desta maneira de agir, o grau de repetição sugerindo não somente seu significado político, mas também a suspeita que em seu ser o evento permanecia profundamente não resolvido, necessitando exames constantes. Esta situação me reporta, a despeito de todas as diferenças palpáveis, ao profundo distúrbio intelectual experimentado por Adorno e Horkheimer quando ambos chegaram aos Estados Unidos. Como um hospedeiro de imigrantes anteriores, seus navios deslizaram frente à estátua da Liberdade – Horkheimer em 1935, Adorno um ano mais tarde –, pelos cais de Manhattan e, finalmente, para a tranquilidade esperada de Morningside Heights. Pode-se imaginar o horror deles quando, aclimatando-se gradualmente à sua nova cultura, tiveram um primeiro sentimento de que os Estados Unidos, em suas estruturas de vida cultural, se assemelhavam enervantemente ao que haviam assumido como particular ao nazismo alemão. Adorno nunca conseguiu se livrar desta sensação pegajosa (parecida ao presságio espiritual experimentado quando se locomoveu no túnel debaixo do Hudson a caminho de Newark), enquanto para outro influente membro da escola, Marcuse, os Estados Unidos proporcionaram uma experiência tão poderosa que o absorveu pelo resto de sua vida. O reflexo desta experiência na teoria de Adorno foi modulado caracteristi-

38 Ver a "Letter to Kolakowski".

39 Ibidem, p. 106.

amente. Tendo sobrevivido aos primeiros anos do nazismo, ele possuía um compromisso ilimitado em raciocinar equacionando a cultura de massa de uma democracia liberal ao fascismo. Mesmo assim, "mentes reificadas não são de modo algum limitadas à América", ele comentou com diplomacia e talvez um toque de ironia, "mas são nutridas pela tendência geral da sociedade."⁴⁰

Para Adorno e Horkheimer, a divisão entre a irracionalidade do fascismo e a racionalidade do sistema social dos Estados Unidos não podia ser sustentada por muito tempo, desde que haviam vivenciado diretamente os Estados Unidos. Embora tão perturbadora quanto pudesse ter sido esta vivência, eles eram suficientemente bem versados em filosofia e nos riscos da dialética de modo que – filosoficamente – não se encontravam despreparados: politicamente, a transformação foi mais desguarnecida. Thompson, em Halifax em 1956, deve parecer pertencer a um *script* totalmente diferente. Mas a sua história pode ser interpretada como uma última parcela de cultura política e intelectual extraordinariamente contrastante, de um processo similar: a descoberta de que as distinções herdadas entre razão e desrazão se situam separadas, e nunca poderiam, tranquilamente, ser recolocadas em prévia simetria.

Concisamente, poder-se-ia sugerir que a forma predominante na qual o marxismo se desenvolveu, desde 1890, foi uma continuação consciente do racionalismo iluminista: mesmo quando, nos trinta ou quarenta anos seguintes, uma reação às 'encrustrações positivistas' do marxismo emergiu como uma sistematização de teoria, introduzindo uma agenda mais idealista, intencional e – na influente ainda que singular figura de Georges Sorel – alguma galanteria séria com o irracionalismo, o compromisso definido com a razão permaneceu intacto.⁴¹ Após a investida inicial do fascismo, esta fidelidade para com a razão redobrou, codificada na principal corrente do movimento comunista, em 1935 no Sétimo Congresso da Terceira Internacional. A partilha entre a racionalidade do comunismo e a irracionalidade do fascismo foi levada ao extremo. Esta perspectiva sustentou as defesas mais convencionais do marxismo na Europa dos anos 30, através da guerra, no período pós-guerra, e é presente ainda hoje.⁴² Para Thompson

40 Adorno, Theodor. "Scientific experiences of a European Scholar in America". In: Fleming, Donald and Bailyn, Bernard (eds.). *The intellectual migration – Europe and America, 1930-1960*. Cambridge (Mass), Harvard University Press, 1969, p. 347.

41 Velho pensamento este, fui persuadido por H. Stuart Hughes, *Consciousness and society, the reorientation of European social thought, 1890 – 1930*. St. Albans, Paladin, 1974 (publicado em 1958, pela primeira vez).

42 Um dos mais racionais exemplos na historiografia é a biografia de Trotsky feita por Isaac Deutscher como a continuação e culminância do iluminismo cercado cada vez mais fortemente pelas forças

isto foi formativo, provendo-lhe uma visão da Segunda Guerra Mundial motivada por uma crença que a civilização humana estava, ela mesma, sendo julgada, e que a linha divisória do bem e do mal podia ser estabelecida não de acordo com os protocolos de um patriotismo ansioso, mas sim pela divisão entre o fascismo apto a formular uma crítica produtiva destas posições e ao mesmo tempo apreciar o extraordinário auto-sacrifício que os levava a viver – aqui na verdade estamos falando sobre ser humano – e apreciar também que a vitória resultante constitui o legado histórico de uma linguagem franca da minha própria geração. O que se pode dizer é que esta concepção coreografada da razão, na qual o bem se movia para a esquerda e o mal para a direita, deixou a descoberto muitas coisas. Quanto ao sentido de como esta coreografia teórica podia ser internalizada, e a partir de então trabalhar politicamente, não há necessidade maior do que se ler o estudo de Thompson sobre Morris, na primeira edição, publicada em 1955. Um prospecto potencialmente radical foi qualificado por um programa realmente conservador, no qual todas as complexidades de vida moderna foram racionalizadas a partir da existência.⁴³

No drama de Thompson de 1956, o pensamento e a pessoa reagiram decisivamente, o autor convencendo-se de que muitos antigos aliados na razão tinham simplesmente parado de pensar. O projeto histórico do comunismo – levado ao ar por uma orgulhosa teleologia que em troca tinha sido santificada na memória de atos sem conta de coragem individual, compreendendo “a luta anti-fascista” – parecia ter entrado em colapso. Ele notou a “contorção raivosa da história” que apanhou Budapest em sua revolução de 1956; e esteve para realizar a partir deste ponto – em palavras escritas mais tarde – que “a História não conhece verbos regulares”.⁴⁴ Para Thompson, as possibilidades de um racionalismo mais livre começaram a clarear. Ao longo desta disputa filosófica, uma evidente crise emocional irrompeu, na qual lealdade a ex-amigos associada a lembranças daqueles que tinham imolado as suas vidas provocaram muita dor e sensações de perda. Embora novos compromissos fossem forjados dentro da crise, com um simples salto Thompson

da não-razão, que finalmente o destruíram: *Trotsky*, 3 vols. Oxford, Oxford University Press, 1954, 1959 e 1963. E para uma história do período que tenta estabelecer isto como uma verdade teórica, Hobsbawm, Eric. *Age of Extreme. The short twentieth century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994.

⁴³ Thompson, E. P. *William Morris: romantic to revolutionary*. Londres, Lawrence & Wishart, 1955. O subtítulo é mais apropriado à primeira edição do que a segunda, embora tenha permanecido inalterado.

⁴⁴ “Through the smoke of Budapest”, p. 66; *The poverty of theory*, p. 238.

atravessou este rio de fogo e provocou sua saída do mundo comunista britânico.⁴⁵ Apesar da notável generosidade de sua imaginação histórica, daí para a frente as forças da história foram mais rancorosas e caprichosas e ultimamente menos suscetíveis de trazerem a luz da razão humana.

Não estou sugerindo que 1956 representasse alguma coisa como fim, ou Cartesiano, como uma ruptura epistemológica. A velha lógica de 1953, na qual os reflexos de uma razão popular virtuosa tomassem para si o racionalismo degradado de uma elite social, podia ainda se repetir até mesmo na melhor das historiografias. Isto está em *The making of the English working class* e circula através de *Witness against the beast*; pontua também a sua retórica política.⁴⁶ Mesmo assim, depois de 1956, somos confrontados pelas duas personalidades de Thompson: a racional e a romântica. O entusiasmo em relação a um novo trabalho mostrava, em todas as ocasiões, o conflito a ser resolvido. Habitualmente, ele sempre estava pronto para historicizar sua própria condição como podemos julgar, por exemplo, da seguinte passagem escrita no fim dos anos 60:

Wordsworth e Coleridge foram apanhados no turbilhão das contradições que eram ambas reais e ideais. Eles eram campeões da Revolução Francesa e se aborreceram com seu curso. Foram isolados como jacobinos e abominavam a abstração de Godwin. Haviãam rompido com a cultura recebida e estavam espantados com alguns aspectos da nova. Desejavam esposar a causa do povo, e temiam que a massa pudesse primeiramente se colocar contra homens de sua qualificação. Há uma busca para uma síntese no momento da dialética aprisionada; um relâmpago de percepções vem desta tensão; uma vibrante corrente alternativa passa atrás e adiante entre Hartley e Berkeley, Godwin e Burke, Newton e o Livro da Revelação, deixando aquela mescla de discernimento e contra-senso

⁴⁵ Os relatos mais recentes revelam pouco: Saville, John, “Edward Thompson, the Communist Party and 1956”, in Miliband, Ralph and Panitch, Leo (eds). *The Socialist Register 1994. Between globalism and nationalism*. Londres, Merlin, 1994. Mas para uma extraordinariamente franca distância com as disputas essenciais de 1956, por um camarada e amigo, ver Hill, Christopher “The shock tactician”, *Times Higher Education Supplement*, 7, October 1994. A referência a “mundos perdidos” é de Samuel, Raphael “The Lost World of British Communism”, *New Left Review*, 154, 155, 156 e 165, 1985-7.

⁴⁶ Para um exemplo do resgate de Colbert por Thompson, que não funcionou, Thompson, E. P. *The defence of Britain. European Nuclear Disarmament and Campaign for Nuclear Disarmament*, Londres, n.d. (1983). É preciso ficar claro que os eventos de 1956 não aboliram suas simpatias por uma recuperação humanista da filosofia iluminista. Ver, por exemplo, Alasdair Mac Intyre, “Breaking the chains of reason”, em uma coleção editada por Thompson na qual as posições de Mac Intyre, Hegel e Marx (e de certa maneira Freud) como os próprios herdeiros do iluminismo juntos, “Os conceitos de razão, liberdade, natureza humana e história”, in Thompson, E. P. (ed.). *Out of Apathy*. Londres, Steven and Soes, 1960, p. 199.

que Coleridge experimentara durante toda a sua vida buscando se congregar em um sistema.⁴⁷

Ele estava escrevendo e fazendo uma distinção entre apostasia e desencantamento. Recordamos o "terrível isolamento" daqueles simpatizantes ao jacobinismo em 1797-8, e reflete sobre os perigos de uma derrota na fé que era unicamente interior.⁴⁸ Podemos dar um desconto à idéia de Thompson seja escrevendo "absurdos" seja buscando alguma coisa tão grandiloqüente como "um sistema". Mas o dilema intelectual que ele atribui a Wordsworth e a Coleridge era reconhecidamente seu; e o isolamento que ele identifica é mais próximo dele do que alguém poderia supor a princípio. A solidão de Thompson é uma séria saída, conectada principalmente aos problemas teóricos que estou discutindo.

Acho desafiador que um historiador tão enérgico, mostrando a todo o momento um poderoso sentido do presente e do futuro, possa ao mesmo tempo ser tão insistente que a história o tenha ultrapassado. Talvez esta seja outra das pequenas peças de Thompson. Mas eu não penso assim: pode ter havido uma extravagante auto-indulgência algumas vezes, mas a saída permanece bastante real. Soa perversa. Houve Thompson, uma das maiores presenças radicais na vida pública, ativo em três continentes, sempre se alinhando com uma causa ou movimento – ou, quando esta falhasse, criando movimentos como se atuasse sozinho – dando conferência, falando, testemunhando, ouvindo, escrevendo: em muitas circunstâncias representava uma vida comunitária exemplar, prática, dentro da qual ele evoluiu apenas através da comunicação. Era a espécie de homem que sentado na Oxford Street podia ao mesmo tempo obstruir o tráfico com um protesto contra o bombardeamento da Líbia pelos Estados Unidos e se deliciar discutindo a pesca de enguia no Rio Wye.⁴⁹ Mas apesar disto tudo ele carregava um sentimento de solidão interna – como muitos dos dissidentes sectários

47 Thompson, E. P. "Disenchantment or default? A Cay sermon", in O'Brien, Connor Cruise and Dean Vanech, William (eds.). *Power and consciousness*. Nova York, New York University Press, 1969, p. 152.

48 *Ibidem*, pp. 156 e 175.

49 Thompson, E. P. "The view from Oxford Street", in Kaldor, Mary and Anderson, Paul (eds.). *Mad dogs. The U.S. raids on Libya*. Londres, Pluto, 1986, p. 143. Para as reflexões do próprio Thompson sobre seu isolamento, "Interview with Mike Merrill", in Henry Abelove, Betsy Blackmar, Peter Dinoch and Johnathan Schner (eds.). *Vision of history*. Manchester, Mahro and Manchester University Press, 1983, pp. 9-10.

que aparecem em suas próprias narrativas históricas – de alguém que é compelido sem cessar para a ação, qualificado para tarefas maiores.⁵⁰

Algumas vezes esta situação surge como uma brincadeira, como os momentos percebidos através dos mais tardios ensaios de *The poverty of theory* quando o autor se descreve como velha abetarda, incapaz de competir com as mais adaptadas, mais inclinadas e mais cognitivamente hábeis espécies dos tempos correntes. O balanço, naturalmente, vem com a constatação que a velha abetarda, como velhos bastardos em todo o mundo, tem virtudes escondidas, percebidas pela geração mais jovem que foge do caminho deles buscando todas as novidades possíveis.

Ou podemos colhê-lo em um modo semelhante no final de *Whigs and hunters*:

Eu permaneço em uma margem muito estreita, observando as marés subirem. Ou, para ser mais explícito, sendo aqui em meu estúdio, na idade dos cinquenta, a escrivainha e o chão entupidos com notas, xeroxes, esboços rejeitados de cinco anos, o relógio acusando as primeiras horas da manhã e me vejo, por um instante lúcido, como um anacronismo.⁵¹

Mais convincentemente, o homem público Thompson revela um ser doméstico trazido pela carga de seu passado, um passado, um passado além da compreensão daqueles que não o compartilharam:

É difícil explicar como as memórias afetam alguém na meia idade. Por meses o passado se estende como um disco inerte de eventos. Então, sem avisar, o passado parece de repente se abrir – com uma força emocional mais palpável que o vago presente – no gesto de um amigo morto há tempos, ou na lembrança de algum ponto no passado marcado com significado intraduzível. Fica-se espantado de se encontrar consigo mesmo com lágrimas nas faces, enquanto se trabalha no jardim ou se ocupa na cozinha.⁵²

Em um diferente veio, podíamos pensar de Thompson como o muggletoniano de estilo próprio. Em *Witness against the beast*, ele descreve como rastreou e salvou o arquivo muggletoniano. Entrou em contato com Mr. Noakes de Matfield, próximo de Tunbridge Wells, o último sobrevivente muggletoniano e o último depositário de uma tradição de trezentos anos. Os documentos decisivos, estendendo-se para os primeiros dias da seita, tinham sido empacotados em engradados de maçãs e atirados nos

50 *The Protestant Ethic*, p. 120

51 Thompson, E. P. *Whigs and hunters – The origins of the Black act*. Harmondsworth, Penguin, 1977, p. 260.

52 Thompson, E. P. "A state of blackmail" em seu *Writing by candlelight*. Londres, Merlin, 1980, p. 132.

escaninhos escuros de um depósito de mobília. Thompson conta como imergiu no arquivo: quando a escuridão chegou, ele folheou os papéis antigos e teve de acender fósforos para ver o que estava diante de si.⁵³ Não era apenas Mr. Noaks a última corporificação dos muggletonianos: há uma sensação na qual, pela precária luz dos fósforos comuns, Thompson ele mesmo entra em contato com os radicais da *Commonwealth*. É como se a tradição que efetivamente morrera com Blake momentaneamente voltasse à luz na imaginação do historiador e por um instante transcendesse a longa distância de solidão – de perda – que tinha sido colocada desde a morte de Blake. Por um momento Thompson, o historiador, em linhagem direta – e em nome da razão humana – fala para as gerações perdidas da Revolução Inglesa.

Esta é uma afirmação sensível sobre a prática do historiador, indicando ao mesmo tempo os procedimentos racionais da historiografia e, no espírito de Collingwood, os poderes de reconstrução imaginativa. Daí muitas questões complexas sobre a história em si são levantadas: se a indagação histórica não se constitui antes de tudo em um ato de fé, uma caminhada na terra do morto (como o grande historiador Carlo Ginzburg sempre parece subentender) onde apenas os filamentos mais finos, mais precários e os mal percebidos se conectam ao nosso presente – a história como uma maneira organizada da lembrança humana. Imaginar Thompson em conversa com o último muggletoniano invoca algo assim, lembrando ao leitor como o trabalho do historiador, cavando fundo no passado, se imbrica no fato da mortalidade. Suas próprias reflexões parecem sustentar esta linha. Mas isto não é tudo. Em parte, a solidão de Thompson pode não ser não mais do que o isolamento do criativo historiador acadêmico *per se*. Mas, também, muitas de suas paixões como pensador e historiador são orientadas por sua recusa em consignar o passado pelo passado, insistindo nos vários caminhos em que o passado é ativo no presente e precisa ser conhecido não meramente em suas formas interior, existencial, mas num mais amplo sentido público. Durante a sua vida ele tentou imaginar caminhos nos quais a história, com todas as suas variedades caprichosas, irregulares, podia se ligar com e iluminar as conjunturas do presente. Certamente seu poder tem sido sua capacidade para fazer a história falar para o presente?

Porém há um problema aqui que resiste em parte a suas noções de razão e desrazão. Ao evocar as qualidades morais de um radicalismo perdido, suas histórias também falam de uma cultura decrescente, uma entropia, desgarrada de experiências da principal corrente social do século vinte. É como ele finda as referências a Blake em *The making of the English working class*. Mas constituindo um conjunto de conexões – históricas –, um conjunto ulterior de desconexões acontece. Posto que neces-

⁵³ *Witness against the beast*, pp. 115-9. Ver Christopher Hill, Barry Reay and William Lancout, *The world of the Muggletonians*. Londres, Temple Smith, 1983.

sariamente sempre seja o caso, com Thompson esta saída parece especialmente perspicaz. O que quer que se possa pensar não há mais uma geração vinda através de Milton, Bunyan ou Blake. Esta é a realidade. Como um padoleiro na Primeira Grande Guerra, Leavis podia ter escolhido carregar com ele a sua edição de bolso de Milton; para Hill e Thompson a força maior desta cultura inglesa de dissidência ainda era deles, como direito de nascimento e por um componente ativo na cultura contemporânea de ambos; minha própria geração, exibindo talvez sua própria perversidade, parece mais provável ter vindo para Blake sofrendo antes vibrações causadas pelas elegias loucas, alucinógenas de Allen Ginsburg a uma América perdida – Blake transposto para a City Lights Bookstore. Mesmo estes tempos estão passando. Como um acadêmico dedicado ao conhecimento, da mesma maneira que os monges na tardia cristandade medieval guardavam o que viam como a herança precíval da sabedoria humana, seu desejo de recuperar visões perdidas aprofundava-se na medida em que o mundo parecia entrar em combinações vertiginosas de dogmas e modas. Ninguém em si consciência poderia opor objeções a esta colocação. Mas ao mesmo tempo lá permanece em seu trabalho uma resistência poderosa contra a cultura moderna em si, recusando a levar suas práticas para o que elas são: não os produtos irracionais de uma cultura implícita co-modificada (ou não apenas isto), mas formas complexas em seus próprios direitos que não podem pretender reclamar, em termos que em outras circunstâncias históricas permaneceriam ligadas ao seu coração à sua própria lógica humana. Há diferentes questões aqui que não deveriam ser conflitantes. Thompson o acadêmico é uma coisa; o velho alertado, impaciente com as culturas da modernidade e puxado para o passado pelas reflexões dos dissidentes radicais como uma visão mais pura da história humana, é outra.

Por muito tempo esta foi uma queixa familiar a respeito de Thompson.⁵⁴ Sobre o levante húngaro de 1956, ele colocou a seguintes questão:

Mas – deixando de lado grupos de contra-revolucionários que lá devia haver – os jovens e trabalhadores de Budapeste, os primeiros a erguerem as barricadas contra os tanques soviéticos, certamente não desejavam abraçar o *American Century*?⁵⁵

Após 1989, por todas as complexidades envolvidas, a resposta a esta questão retórica é tão ambivalente agora como foi em 1956. Mas a premissa do argumento de

⁵⁴ Para uma variação anterior, ver o relato de Peter Sedgwick, "The Two New Lefts", in *The Lefts in Britain*, publicado em 1964 pela primeira vez.

⁵⁵ "Through the smoke of Budapest", p. 66. Precisamos lembrar os escritos de Marx a Friedrich Sorge, em Hoboken, em 1880. "Ficaria muito agradecido se pudesse me encontrar algo bom (isto é sólido) sobre as condições econômicas da Califórnia... Califórnia é muito importante para mim porque em nenhum outro lugar a convulsão social foi tão vergonhosamente causada pela centralização capitalista que teve lugar de forma tão acelerada."

Thompson é bastante clara: o socialismo é construído diametralmente oposto à cultura de massa americanizada. Tem havido críticas suficientes sobre esta dicotomia o que nos exime de detalhá-la.⁵⁶ Podemos notar *en passant* apenas duas coisas. Primeiro, era possível neste período, para uma versão do humanismo socialista, ter conceitualizado uma posição mais refletida, mais aberta, sobre as possibilidades inerentes aos interstícios da cultura contemporânea de massa.⁵⁷

Em segundo lugar, sem sucumbir às mais fantasiosas proposições daqueles que estão incessantemente prontos a apoiar a condição pós-moderna, é inegável que as categorias-chave que o próprio Thompson elaborou – sonho, fantasia e imaginação – tenham todas elas sido maciçamente transformadas no século XX pela explosiva cultura do modernismo, por suas revoluções filosóficas concomitantes e pela cotidiana revolução paralela na vida oriunda de uma cultura de massas modificada. Daí resulta uma vantagem para Morris que permanece uma figura muito século dezenove, e Thompson com ele. É dentro da dinâmica cotidiana de uma cultura de massa – de Hollywood e uma América imaginária – que, para a maioria de nós, o desejo veio a ser organizado. Talvez para um ouvido thompsoniano, isto soe terrivelmente sinistro; ou talvez, dada a condição corrente da cultura acadêmica, tristemente profético e satisfatório. Mas o mesmo ponto podia ser traduzido em um inglês mais adequado, fora do jargão que, em sua ênfase em nação e classe, e na centralidade da religião como uma expressão da experiência vivida da classe trabalhadora, marque uma posição diferente da de Thompson. Assim Dennis Potter, em seu relato sobre o fazer e desfazer da classe trabalhadora inglesa, e em suas próprias pesquisas sobre a estrutura contemporânea dos sonhos e fantasias da Inglaterra no “século americano” diz:

Quería escrever sobre a cultura popular como herdeiro de algo mais. Você sabe que as ditas canções baratas têm realmente alguma coisa dos salmos de David. As canções tratam um mundo que não é este.⁵⁸

⁵⁶ Dadas as fronteiras convencionais das disciplinas, isto traz a discussão para o terreno dos estudos culturais, que não desejo fazer aqui. Para uma visão de onde o Thompson dos anos cinquenta e sessenta aparece, Schwarz, Bill. “Where is cultural studies?”, *Cultural Studies*, 8:3, 1994.

⁵⁷ Especialmente: James, C. L. R. *American Civilization*. Oxford, Blackwell, 1993. Comentei sobre isto em Schwarz, Bill. “C. L. R. James in America”, *New Formations*, 24, 1994.

⁵⁸ Potter, Dennis. “Interview, March 1994”, em seu *Seing the Blossom. Two interviews and a lecture*. Londres, Faber and Faber, 1994, p. 19. Um modo convencional de colocar este argumento em relação a Thompson e outros de sua geração política tem sido aproximar-se de Carolyne Steedman, *Landscape for a good woman. A story of two lives*. Londres, Virago, 1968. Tudo que estou sugerindo é que pode ter havido alguém culturalmente mais próximo de Thompson, que a seu próprio modo levantou a mesma sorte de problemas. Com uma mais explícita e acentuada política sexual, ver Steedman, Carolyn. “The piece of experience womem and *The making of the English working class*”, *Radical History Review*, 54, 1994.

O assunto é simples, mas significativo. Se se quer centrar as categorias que o próprio Thompson julga indispensáveis, e se elas têm que funcionar para o século XX, devem ser lidas através das relações sociais de uma cultura massificada que, suspeita-se, Thompson não somente rejeitava, mas achava de modo penetrante, irremediavelmente irracional.⁵⁹ Parece, algumas vezes, que a razão morreu com Mr. Noakes.

Um efeito deste tipo de raciocínio é que suas denúncias sobre a América dos anos 50, algo muito corriqueiro, transformaram-se, sem um elo visível, em frustrações declaradas com relação a uma geração marxizante, radical ou feminista mais jovem, uma década depois, cuja fidelidade à agenda de 56 provou ser excessivamente livre pensadora e cética, mesmo quando concordando no fundamental. Com toda a presença majestática dos reclamos por justiça do século XVIII, os quais ele (Thompson) pesquisava, esse mesmo Thompson sentia-se à vontade ao denunciar a geração de 68, criada por Hollywood e pelo rock e não, como seus precursores do século XVIII, que se baseavam em pesquisas e nos *Collected Works*. Mil novecentos e sessenta e oito significou para ele pouco mais que um novo irracionalismo, um emocionalismo indulgente e mais geralmente uma história que quebrou os circuitos entre a intelectualidade e a experiência prática – o que é estranho porque se 1968 representou alguma coisa foi ter marcado uma transferência de um marxismo mais antigo, ou stalinismo, para uma política com uma concepção utópica acentuada de “emancipação geral”, com a imaginação para o futuro, e havia também, entre Thompson e aqueles que ele condenou, notáveis débitos compartilhados.⁶⁰

⁵⁹ Em todos os seus escritos, com suas múltiplas interpolações subjetivas, não me recordo de uma única passagem, onde ele desse uma pista de que tivesse sido seduzido pelo sopro mágico das extravagâncias cróticas da Hollywood clássica, ou movido pelo riso do humor popular do carnaval. A existência da televisão é confirmada por uma referência a Perry Mason e os *Rockford Files*, “In defence of the jury”, *Persons and polemics*, p. 153. Entretanto, em 1946 ele viajou a Nova York onde descobriu estar “eletrizado com a vida” (Palmer, *E. P. Thompson*, p. 14), e onde ele ouviu Paul Robeson no Madison Square Garden. Em *Desert Island Discs* ele adorou Robeson. Sem contestar Robeson ou seus admiradores, entre os quais me incluo, pode-se notar algumas complexidades. Parte de sua popularidade entre os radicais de um certo período foi inspirada pela crença de que ele inventara uma rejuvenescida cultura popular com a capacidade de competir na imaginação popular com as banalidades de uma cultura capitalista. Correta ou não, os resultados foram às avessas. Depois da visita de Robeson a Praga, em 1949, Josef Skvorecky, um jovem anti-stalinista, aficionado do jazz, escreveu amargamente sobre a reputação de Robeson entre seu círculo: “Em lugar de [Stan] Kenton, eles nos empurravam Paul Robeson ... eles continuavam a insistir com ele, para nós, como exemplar ‘progressista homem de jazz’, e nós o odiávamos”, citado em Dubermam, Martin Bauml. *Paul Robeson*. Londres, Bodley Head, 1989, p. 351. Em outras palavras, odiar Robeson podia se tornar um veículo perfeitamente respeitável para um sentimento anti-stalinista: triste sina.

⁶⁰ “Letter to Kolakowski”, p. 99: *The poverty of theory*, p. 195. Brevemente nos débitos: na *The*

Muito disto pode simplesmente ser uma questão de gosto cultural pessoal, indiferente sob muitos aspectos. Certamente isto parece importar pouco no que diz respeito ao campo da prática histórica. E ainda se nos voltamos do historiador para intelectual público, que escolheu se apresentar como falando para o povo – como o fez – a proposta se torna mais compacta. Aí é também onde o isolamento de Thompson repousa. Como intelectual ele permaneceu do lado de fora, profético, sectário (no sentido protestante mais antigo do termo) conduzido por forças diferentes e preocupações oriundas da gente comum – para usar o termo revelador em aceitação comum entre socialistas dos quarenta e cinquenta.⁶¹ Naturalmente, algumas vezes ele realmente abriu caminho, cruzando rios de fogo e unindo um número de mundos perdidos e solitários. Mas igualmente, em outros tempos, ele podia acenar para um público que nunca existira, ou existira somente em sua imaginação histórica. Nestes momentos uma espécie de solipsismo podia ocorrer, evidente que em uma retórica elevada. Ressaltando isto, talvez estivesse a sua “ilusão racionalista” que, exagerando a força da desrazão apegada à cultura do povo, comensuradamente exagerou a razão solitária de sua própria voz. O fato de Thompson ter a necessidade de elaborar uma narrativa própria sobre a nação dividida usando para tanto a figura do historiador avistando-se com seu eco o pescador, como o fez Woodsworth – o poeta e o coletor de sanguessugas –, é tanto atraente como revelador; sintomático e sabedor, talvez de um conservadorismo voluntarioso.

Esta voz da razão, viva na ética e na imaginação do indivíduo, desintegrativa de universais e suspeitosa do olhar estrangeiro em relação a sistemas, é também explicitamente uma voz inglesa. Enquanto escrevo isto posso ver os vermes fervilhando na lata. No instante em que a Inglaterra de Thompson é questionada ou criticada, uma defesa instantânea logo se enfileira: somos lembrados de seu internacionalismo comunista, sua constante atenção com a Europa Central e do Leste e seu apaixonado euro-

poverty of theory (pp. 329 e 360). Thompson saiu de seu caminho para prestar homenagem a Castoriadis a seu pequeno grupo *Socialismo e Barbárie*, influenciador de Debord e Lyotard, ambos dele participantes por uns tempos. (Ver Peter Wollen, “The Situationist International”, *New Left Review*, 174, 1989). No limiar de 1968 e das manifestações na Califórnia, *The world turned upside down* (Nova York, Viking, 1975) de Christopher Hill foi tanto uma teorização crucial e oblíqua daqueles anos como uma decisiva influência na historiografia marxista inglesa, inclusive Thompson. Entretanto, Marcuse e Norval O. Brown, presentes no trabalho de Hill, nunca pareceram tocar Thompson.

⁶¹ Assim coloca Dorothy Thompson: “Um dos maiores choques que eu tive em Cambridge foi quando descobri que as pessoas, na escola, me envolviam junto com um secretário conservador, porque ambos estávamos interessados em política. Eu pensava que éramos os lados absolutamente opostos da experiência mundial, mas de fato, para o resto dos estudantes, os políticos, Esquerda e Direita eram muito a mesma coisa.” “The personal and the political”, *New Left Review*, 200, 1993, pp. 89-90.

pefismo, seu reconhecimento e amor à Índia, seu parentesco e subseqüentes laços intelectuais aos Estados Unidos, seu serviço de guerra na Itália e muito mais. Ele é, somos lembrados, um internacionalista e um Europeu através de suas próprias filiações nacionais. Tudo verdade. E a menos que se deseje optar por negar ou renegar uma identidade nacional herdada, ou abraçar o cosmopolitismo administrativo de Bruxelas, é difícil ver como, de outro modo, a maioria dos habitantes do Reino Unido podia ser Européia, ou em uma perspectiva mais ampla internacionalista. Nem a idéia de Inglaterra sinalizara um corpo uniforme de preconceitos.⁶²

Mas muito disto está fora de questão. Posso reconhecer o cosmopolitismo e o internacionalismo de Thompson; impressionei-me com isto e até tive inveja. Mas um alcance de realidades maior que a Inglaterra pode não ser a questão. Houve muitas gerações de homens e mulheres ingleses que viveram sua identidade étnica e nacional mediada por terras e culturas estrangeiras, exibindo o seu comando de Urdu, sua profunda internacionalização de história clássica, sua intimidade descontraída com o Cairo ou a cidade do Cabo, sua intimidade com um globo que era o deles. Podemos lembrar, por exemplo, o europeísmo apaixonado de Winston Churchill, seu conhecimento e amor pela Índia, suas amarras paternas – e subseqüentemente intelectuais – aos Estados Unidos, seu tempo de serviço na guerra em quatro continentes... Naturalmente isto é muito temerário: nenhuma equivalência pode ser sugerida. Mas pode-se perceber o problema: o absolutismo étnico da Inglaterra não precisa ser cortejado em nenhum outro discurso amplo sobre fidelidade internacional ou cosmopolitismo.

Creio que com Thompson a idéia de Inglaterra e sua história vêm constituir uma solução conceitual para dicotomia filosófica da razão e da desrazão. A Inglaterra vivida, prática e plebéia consegue o que Hegel e Marx não conseguiram: uma solução vital para os legados contraditórios do Iluminismo. Este é o ponto onde Blake, Morris e – menos certamente – Caudwell permane-

⁶² Escolher articular uma visão vanguardista ou radical dentro de uma linguagem tipicamente inglesa, tem uma longa história e uma história contínua, como Derek Jarman demonstrou recentemente com espírito. Para colar-se a Thompson, um tanto arbitrariamente, pode-se contrastá-lo com Colin MacInnes ou Dennis Potter, ambos os quais tentaram mais conscientemente transformar as categorias dadas através das lentes da cultura de massas. (Além da ficção ver Colin MacInnes, *England, Half English*. Londres, Hogarth Press, 1986, 1ª edição em 1961, e para uma resposta fascinante e contemporânea, Richard Wolheim, “Babylon, Babylone”, *Encounter*, May, 1962) ou talvez mais para crédito de Thompson ele poderia ser comparado a Michael Foot: ver especialmente Foot, *Loyalties and Lovers*, Londres, Collins, 1986; e como crítica, Anthony Barnett, “From Britannia”, *New Left Review*, 134, 1982 (sobre o papel de Foot na guerra com a Argentina), e do próprio Thompson “The News tradition”, in *Writing by candlelight* (sobre a Emergência de Indira Gandhi).

cem.⁶³ É também, como vejo, onde uma frustração perfeitamente devida com as categorias de filosofia sofre um colapso dentro de uma epistemologia simplista e populista ou, para recuperar um não muito feliz vocabulário, um historicismo (no mau sentido). Quanto isto contém ao mesmo tempo um etnocentrismo não pensado é uma questão de ordem diferente que profeticamente divide as opiniões. Discuti isto em outro lugar e não quero fazê-lo aqui.⁶⁴ Sob um ponto de vista, entretanto, isto diz respeito aos temas que esbocei. Em resumo, o isolamento percebido de Thompson também provém de sua conexão com uma Inglaterra em crise – descolonizando-se. Sua referência constante aponta para aquelas instituições da sociedade civil que sustentaram as tradições de livre-pensamento – as igrejas e o movimento trabalhista dominante que simplesmente não existem mais, no campo principal da cultura nacional, como no passado para colocá-las no centro, como continuadoras privilegiadas de uma tradição, não se pode ir mais longe, dirigindo-se a uma Inglaterra em declínio e percebendo outras realidades, comprovadamente pós-colonial.⁶⁵ Na verdade, aqueles que adotaram uma visão da emancipação geral podem ter uma conexão muito atenuada com heranças mais antigas da Inglaterra que ocuparam tão intensamente a imaginação histórica de Thompson.

Em tudo isto, Thompson permanece o homem da razão, mas um homem não convencido dos poderes recuperadores apenas da razão. Como a sua historiografia torna claro as propriedades rebeldes da imaginação humana, e os imperativos éticos da consciência individual são necessariamente elementos ativos na prática do “bom” raciocínio.

Como declarou em numerosas ocasiões, o repertório mais profundo e consistente do qual se valeu para contrapor-se ao instrumentalismo incipiente de legado racionalista foi o impulso imaginativo contido no romantismo inglês. Aqui Thompson encontrou a força do idioma para colocar desejo e fantasia como a essência das coisas, nas quais a noção de poesia em si mesma funcionou como a principal metáfora através da qual

63 Thompson, E. P. “Candwell”, in Mihiland, Ralph and Saiville, Joher (eds.). *The Socialist Register 1977*. Londres, Merlin, 1977.

64 Schwarz, Bill “Conquerors of truth. British imperial history and post colonial theory”, in Schwarz, Bill (ed.). *The Expansion of England. Essays in cultural history, race and ethnicity*. Londres, Routledge, 1995.

65 Por todas as referências bíblicas à Babilônia, as repercussões contemporâneas não aparecem: não somente às igrejas negras e na corrente principal do discurso político negro, mas para qualquer um que tenha algum dia ouvido uma simples batida de *reggae*, Babilônia permanece bastante evocativo.

se pode falar de uma dinâmica de um mundo não racional. Os detalhes desta leitura do romantismo inglês são complexos e não permitem uma apropriação simplista.

Uma questão, entretanto, deve ser enfatizada. A idéia da imaginação poética que domina a cultura inglesa no final dos anos 30 e 40, deste século, quando Thompson era jovem, já possuía um viés marxizante: em lugar nenhum isto está mais claro do que na formação intelectual de Humphrey Jennings, por exemplo, e não no dele.⁶⁶

A determinação de aproximar romantismo e marxismo teve inúmeros pontos de origem e o esforço nem sempre foi um movimento do político para o estético. Muitas coisas boas resultaram daí, diálogo de Thompson com a ortodoxia marxista sendo uma delas. Mas enquanto isto permitiu toda uma importante crítica ao alertar para a capacidade impositiva e utilitarista da razão, em Thompson trouxe também alguns fechamentos, ou somente permitiram apropriação limitada das possibilidades prometidas. Há muitas questões aqui.

Mais que tudo, a idéia de “si mesmo” que se seguiu à conjunção de pensamento e ser deixa muito a ser questionado. Podemos ver isto no próprio Thompson: seu eu racional permanece constante, de uma inocência transparente. O problema, entretanto, é da linguagem disponível, na qual estas questões podem ser pensadas.

Ao estender-se tão decisivamente na busca do romantismo no idioma inglês, duas questões aparecem. Primeiro, há um reviver da figura do poeta, cujo ser é torturado com a internalização das dúvidas, isolamentos e ansiedades e cuja capacidade de pensar e de ver carregam uma intensificação da turbulência emocional. Segundo, isto pode ser contraposto à serenidade física das pessoas comuns, das quais o poeta precisa aprender. Não é difícil ver como esta visão das coisas pôde tornar-se próxima de manifestações posteriores, do socialismo ou do marxismo. Mas até onde estas noções informam as reflexões de Thompson sobre razão e desrazão, elas levam em conta a criatividade de resoluções que na essência repousam exclusivamente nas obrigações morais da consciência do indivíduo: “Nas afirmações de Caridade e Compaixão, Paz e Amor”. Podê-se respeitar isto e insistir em sua indispensabilidade, mas, ao mesmo tempo, reconhecer que não proporciona o melhor ponto de partida para explorar as

66 Jennings, ele mesmo, herdou diretamente o legado intelectual de Ruskin, Morris e Oredge, sua inacabada “imaginativa história da Revolução Industrial”, começando com Milton e terminando com Morris, foi dirigida ao mesmo tempo por uma teoria materialista, da percepção de influência marxista e pela apreciação das “áreas das artes, da poesia e da religião”, que melhor representaram as complexidades da experiência humana. Jennings, Humphrey. *Pandaemonium, 1660-1886. The coming of the machine as seen by contemporary observers*. Londres, Picador, 1987. pp. XXXV-XXXIX.

conseqüências mais profundas, perturbadoras e provocativas do desejo, da fantasia e da imaginação para uma visão da “emancipação geral” ao final do século vinte.

Tudo isto diz respeito apenas parcialmente à sua historiografia mais formal embora em um aspecto seja significativo. Existem hoje muitas interpretações sobre o coletivo de Historiadores do Partido Comunista, nos anos 40 e 50, e do qual Thompson fazia parte. Muitas vezes falou de sua escrita da História como um trabalho de colaboração e embora não fosse de forma nenhuma um dos mais ativos membros do grupo é útil colocá-lo dentro deste contexto mais amplo. Não se pode atribuir ao grupo uma convincente identidade coletiva: seus talentos historiográficos eram muitos variados, iconoclastas mesmo, para serem moldados em um corpo singular e coerente. Atualmente minha própria sensação é a de que a contribuição mais decisiva dos historiadores comunistas repousa menos na teorização da luta de classes, ou a formação do capitalismo, ou mesmo em uma articulada ênfase na invenção plebéia da democracia, do que na aproximação do marxismo com a poesia. Ou, para colocar em linguagem menos literal, sua determinação de refazer um marxismo super racionalizado em novas formas, introduzindo nele um espírito essencialmente estético.⁶⁷ Se isto faz sentido, o aliado mais próximo de Thompson vem a ser Christopher Hill. Juntando os trabalhos dos dois, podemos ver que estabeleceram um *continuum* cultural que vai de Milton e Bunyan a Blake e Morris.⁶⁸ A visão secular e imaginativa de um outro mundo, firmemente apoiada nas experiências de uma cultura vernacular, foi o que eles mais valorizaram, e onde sua herança intelectual é ao mesmo tempo mais vital e mais controversa.⁶⁹ E

67 Há um belo momento quando Thompson, um jovem professor extra-curricular, mostra sua frustração com uma classe em ele ensinava em Scheppley, em 1948-9, reclamando que a maioria dos homens (as mulheres eram mais receptivas) insistiam em encarar a poesia como um luxo que o movimento operário podia bem dispensar”; ver Peter Searby, John Rule and Robert Malcolnson, “Edward Thompson as a teacher: Yorkshire and Warwick”, in Rule, John and Malcolnson, Robert (eds.). *Protest and survive. The historical experience. Essays for E. P. Thompson*. Londres, Merlin, 1993, p. 15. Ou como ele coloca em outra parte: “Se tivermos melhor poesia, poderemos ter menos má sociologia e menos política vazia e falsa”, in “Commitment in Poetry”, *Persons and polemics*, p. 335.

68 Hill, Christopher. *Milton and the English Revolution*. Londres, Faber and Faber, 1977; e Hill, Christopher. *A turbulent, seditious and factions people. John Bunyan and his church*. Oxford, Oxford University, 1988.

69 Nesta leitura de Hill, *World turned upside down* torna-se um texto axiomático. Há muitas críticas, mas a mais contundente é de J.C. Davis, *Fear, Myth and History. The Ranters and their historians*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. Em parte pode ter sido a centralidade de *The world turned upside down* que impeliu ambos, Hill e Thompson, a responderem respectivamente, “The host Ranters? A critique of J.C. Davis”, *History Workshop Journal*, 24, 1987; e “On the rant”, in Elery, Geoff e Hunt, William (eds.) *Revining the English Revolution. Re-*

se isto é certo, por todas as especificidades de seus procedimentos empíricos, poder-se-ia sugerir uma despercebida convergência entre os historiadores marxistas ingleses e seus colegas filósofos continentais.⁷⁰

Dentro deste esquema a idéia de poesia continha também uma noção programática, codificada, própria da historiografia. Referia-se a possibilidades de se desenvolver uma concepção de história cultural autônoma, com a promessa de se libertar do positivismo de uma disciplina profissionalizada. Quando Thompson falou sobre “o que fez de mim um historiador”, colocou assim:

Penso que é como ser um pintor ou um poeta. O poeta ama as palavras, o pintor ama as tintas. Encontrei uma fascinação em chegar ao fundo das coisas, nas fontes mesmas. Retirei isto nos arquivos.⁷¹

Ou de maneira semelhante, em seu último livro, Christopher Hill se lembra de ter lido, quando jovem, em Eliot, as rumações simbólicas e imagéticas da “mente de um poeta”, as quais de acordo com Eliot

são constantemente experiências díspares e amalgamadas. O homem comum... apaixonase, ou lê Spinoza, e estas duas experiências não têm nada a ver uma com a outra, ou com o barulho da máquina de escrever ou o cheiro da comida, na mente do poeta elas estarão sempre formando novos conjuntos.⁷²

Aqui também o historiador é identificado com o poeta. Há dificuldades previsíveis com esta formulação.

Mas dada a teorização super-cognitiva da historiografia em anos recentes também se sustenta hoje como uma forma atraente de compelir a pensar especificamente mais práticas da história cultural, e uma (em meu ponto de vista) que Thompson teria endossado. A citação de Eliot feita por Hill sugere uma concepção de História que conecta ativamente o historiador a seu objeto, a um julgamento analítico da memória, à forma narrativa, à sensação fugaz de (digamos) “gestos de amigos mortos, há muito”. Promete

reflections and elaborations on the work of Christopher Hill. Londres, Verso, 1988.

70 “Acima de tudo, com o reino da cultura em si mesmo, foi a arte que envolveu as energias intelectuais e os dons do Marxismo Ocidental”, Anderson, Perry. *Considerations on Western Marxism*. Londres, New Left Books, 1976, p. 76. “Interview”, p. 13.

71 “Interview”, p. 13.

72 Hill, Christopher. *The English Bible and the Seventeenth Century Revolution*. Londres, Helen Lane, 1993, p. 437.

trazer a imaginação de volta à história profissional e criar novas formas narrativas, novos modos de dizer a história.

Há muitas correntes nos emergentes gêneros contemporâneos de história cultural abertos por esta controvérsia. A História cultural na Inglaterra seria impensável sem os precedentes da esquerda, dos historiadores da geração de Thompson.

É aqui em sua história que a representação de Thompson se firma. Não tentei falar substantivamente de sua historiografia. Meu objetivo foi esboçar um *meta-Thompson*, se tal construção pode ser compreendida. Indiquei que por todos os elementos pré-modernistas ele é profundamente uma figura de seu próprio tempo.

Politicamente isto é assim. Mas mais importante, sua vida intelectual – pensamento e ser – dramatiza com notável clareza a aparentemente irreconciliável e contraditória herança do Iluminismo, tanto quanto Blake e Morris dramatizaram suas categorias para Thompson. Sugeri que ao tentar resolver estas questões conflituosas ele foi ao passado e depois reintroduziu ao presente sem as transformar – tradições. A *longue durée* da solidão de Thompson não é inteiramente insólita. Talvez esta seja meramente a solidão que representa a oportunidade de um historiador que tem algo digno de ser dito a seus contemporâneos. De qualquer modo, ele possuía uma invejável elasticidade moral e intelectual. “Com você”, ele escreveu a Kolakowski, “sinto que a desesperança já penetrou em demasia. Ela se partiu no impacto com as portas da razão.”⁷³ Ninguém pode dizer o mesmo de Thompson.

73 “Letter to Kolakowski”, p. 131.

BLOWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*

Silvia Hunold Lara**

Pode parecer estranho associar um historiador que se dedicou a estudar a sociedade inglesa do século XVIII com a experiência negra no Brasil. Que relação poderia haver entre estudos sobre a formação da classe operária inglesa, as relações *gentry-plebe* ou as leis e o direito na sociedade inglesa setecentista, e a escravidão africana, o processo da abolição e a história dos negros depois da emancipação no Brasil? Aparentemente, nenhuma: em termos cronológicos a coincidência é um tanto reduzida e, do ponto de vista temático, há bem poucos elementos em comum. Alguém, com um fino sorriso de ironia nos lábios, poderia ir logo dizendo que os negros da floresta de Windsor¹ nada têm a ver com os africanos escravizados na América e nem a venda de esposas² pode se assemelhar ao comércio de escravos...

Um caminho possível seria partir das relações entre Brasil e Inglaterra e lembrar de alguns ingleses investindo seu capital no tráfico negreiro ou, depois, pressionando para que tanto este comércio quanto a própria escravidão terminassem, mas isto está bem distante dos temas thompsonianos da história operária, de multidões amotinadas ou de caçadores das florestas. Poderíamos também buscar algumas respostas localizando, nas obras de Thompson, referências às Américas ou ao Brasil, em particular à história da escravidão africana. Entretanto, a ausência de relações entre a experiência dos escravos afro-americanos e a formação da classe operária inglesa,

* As reflexões deste texto fazem parte de uma pesquisa em andamento, financiada pelo CNPq.

** Departamento de História da Unicamp.

1 Cf. Thompson, E. P. *Senhores e caçadores. A origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (1ª ed. ingl. 1975).

2 Cf. Thompson, E. P. “Folklore, anthropology and social history”, *Indian Historical Review*, 3(2):247-66 (jan. 1978), e, mais recentemente, “The sale of wives”. In: *Customs in common*. Londres, The Merlin Press, 1991, pp. 404-66.

em um dos primeiros livros de Thompson, já foi tema de um instigante artigo de Peter Linebaugh.³

Partindo do silêncio thompsoniano quanto ao modo de transmissão das tradições oposicionistas e democráticas do povo inglês ao longo dos séculos XVII e XVIII e de uma crítica ao viés economicista e europeizante da interpretação de Hobsbawm sobre a crise do século XVII, Linebaugh procurou analisar os vínculos entre Europa, África e América naquele período. Em "Todas as montanhas atlânticas estremeceram", este autor desenvolveu a tese de que as tradições antinômicas dos debates de Putney foram conservadas pelos "pobres"⁴ ingleses e dispersaram-se pela América com os exilados políticos, criminosos deportados e trabalhadores com obrigação de serviços. Nas colônias inglesas e no Caribe juntaram-se aos africanos escravizados em suas lutas pela liberdade e aliaram-se a piratas e corsários: no final do século XVII e durante a primeira metade do XVIII esta tradição se internacionalizou, ganhando tons de uma ideologia anti-escravista e libertária.

Tal como um bumerangue, navegando pelo Atlântico, estas tradições aportaram novamente em Londres engrossando o movimento abolicionista na Inglaterra e contribuindo para a formação da classe operária inglesa. Linebaugh chega até mesmo a acusar Thompson de não ter prestado suficiente atenção à presença de homens como Equiano e Cugoana e de ideais anti-escravistas ou abolicionistas na história intelectual do radicalismo da classe operária inglesa em sua obra: "Foi Equiano (...) um nigeriano e ex-escravo afro-americano que possibilitou a ligação histórica celebrada por Thompson no início de A formação da classe operária inglesa".⁵

A proposta de Linebaugh pode até nos chamar a atenção para outros indícios semelhantes em uma releitura desta obra de Thompson. Mas este não é um bom caminho a seguir: encontramos relações entre ingleses e africanos escravos ou ex-escravos do Caribe ou das colônias inglesas no Caribe, mas nada que nos ajude a pensar a relação entre Thompson e a experiência negra no Brasil.

3 Linebaugh, Peter. "Todas as montanhas atlânticas estremeceram", *Revista Brasileira de História*, 6:7-46, set. 1983. Ensaio originalmente publicado em *Labour/Le Travailleur*, 10, 1982. A este respeito, vide também o debate entre Robert Sweeny e P. Linebaugh publicado em *Labour/Le Travailleur*, 14, 1984, e traduzido na *Revista Brasileira de História*, 16:205-31, mar.-ago. 1988.

4 O termo é do próprio Linebaugh, inspirado em Christopher Hill, "Parliament and people in the seventeenth-century England", *Past & Present*, 92:100-24, ago. 1981.

5 Linebaugh, Peter. "Réplica", *Revista Brasileira de História*, 16:230, 1988.

Em um artigo que explora as relações entre classe e cultura plebéia para a análise da sociedade inglesa do século XVIII,⁶ encontramos no entanto uma referência direta à escravidão no Brasil. Ao discutir as implicações do uso do termo paternalismo para a caracterização de uma sociedade, Thompson propõe o exame comparativo de duas descrições referentes aos grandes proprietários de terras do século XVIII: uma sobre a aristocracia, ou a grande *gentry* inglesa, e outra sobre os donos de escravos do Brasil colonial.⁷

Estamos, portanto, diante de uma boa pista: há indícios explícitos de uma equiparação entre a sociedade inglesa do século XVIII e o mundo colonial português no mesmo período. O vínculo direto e imediato oferecido pela citação referente ao Brasil esconde um problema, já que Thompson afirma que tais descrições poderiam aplicar-se também a patrícios romanos, grandes fazendeiros da Virgínia ou a grandes proprietários de terras em qualquer sociedade na qual a autoridade econômica, social e judicial estivesse unificada em um só ponto. A aproximação entre as duas sociedades é, pois, apenas aparente. Podemos, no entanto, aproveitar a deixa e ir além das aparências.

No artigo, esta comparação é um dos recursos utilizados pelo autor para construir o argumento central do texto, que rejeita a utilização de termos demasiadamente genéricos e imprecisos (como "feudal", "capitalista" ou "patriarcal") e, ao mesmo tempo, recupera a operacionalidade analítica do termo "paternalismo" para o estudo da luta de classes na sociedade inglesa setecentista. Mais que isto, este artigo, publicado em 1978, completa a análise iniciada em 1974 em "Patrician society, plebeian culture"⁸ que procura demolir a análise tradicional da sociedade inglesa do século XVIII como uma sociedade consensual, de uma só classe. Nestes dois ensaios, a reciprocidade *gentry*-plebe e o equilíbrio estrutural da relação *gentry*-multidão foram analisados a partir dos conceitos de luta de classes e de hegemonia.

É exatamente aqui que encontramos a possibilidade de convergências entre as interpretações históricas de Thompson e a historiografia sobre a experiência negra no Brasil: tal como na Inglaterra, também aqui há historiadores que consideram os termos

6 Thompson, E. P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?". In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica, 1979, pp. 13-61. Artigo originalmente publicado em *Social History*, 3(2), 1978.

7 Idem, ibidem, p. 16. A primeira descrição é de Perkin, H. *The origins of modern English society, 1780-1800*, e a segunda de Marchand, A. "Colonial Brazil". In: Livermore, X. (ed.). *Portugal and Brazil: an introduction*.

8 *Journal of Social History*, 7:382-405, 1974.

abstratos e generalizantes de pouca ajuda para a análise das especificidades históricas das relações entre senhores e escravos no Brasil.

Durante muitos anos, os estudiosos brasileiros investiram um enorme esforço para decidir se o processo colonizador português havia instalado aqui um modo de produção historicamente novo, ou não, discutindo quais os elementos fundamentais capazes de caracterizar a sociedade colonial. Apesar do volume de trabalhos produzidos, muitos de excelente qualidade, acabou-se construindo a imagem de um mundo governado pelos interesses senhoriais (fossem eles metropolitanos ou coloniais, capitalistas ou escravistas), no qual a dominação sobre a massa escrava era inexorável: um mundo em que a exploração atingia sua forma limite e a dominação era extremamente violenta. Opondo-se a uma visão anterior que enfatizava o caráter paternal e benevolente da escravidão no Brasil, os textos produzidos nos anos 1960-70 acabaram também por cristalizar uma certa leitura daquela sociedade. A ênfase na violência e nos interesses econômicos resultava em um modo de reconstrução da história que, embora sem o desejar, também privilegiava a ótica senhorial e resultava na exclusão dos escravos.⁹

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. Não se trata apenas e simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A "inclusão dos excluídos" vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.¹⁰

⁹ Esta é, evidentemente, uma leitura da produção historiográfica brasileira sobre o tema. Para outra abordagem, em sentido oposto, vide, por exemplo, Costa, Emília Viotti da, "História, metáfora e memória: a revolta de escravos em 1823", *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, 9(1):7-20, jan.-jun. 1988.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (São Paulo, Companhia das Letras, 1990), e Lara, Sílvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988).

Uma *relação* de dominação e exploração que, de modo contraditório, unia horizontalmente e separava verticalmente homens e mulheres como senhores e escravos e que, através de suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir, construíram isso que, no final das contas, chamamos de "escravidão", de "escravismo". Selecionar unicamente a vontade de um dos agentes ou privilegiar apenas necessidades e razões econômicas para a análise desta relação constituem procedimentos capazes de produzir somente uma versão (transformada em explicação) deste processo.

Os senhores, por exemplo, até poderiam considerar os escravos como "coisas", seres destituídos de vontade própria, incapazes de atitudes políticas, que deveriam comportar-se como uma extensão da vontade senhorial, concebida como absoluta e universal. No entanto, eram homens e mulheres que eram comprados para serem dominados e expropriados pelos senhores: homens e mulheres que, como escravos, impunham limites à vontade senhorial, possuíam projetos e idéias próprios, pelos quais lutavam e conquistavam pequenas e grandes vitórias. Os senhores, evidentemente, não reconheciam estas conquistas; para eles tratavam-se de concessões, generosas e paternas concessões. Os escravos, no entanto, traduziam o paternalismo numa doutrina diferente da imaginada pelos senhores e as "concessões" senhoriais transformavam-se em conquistas obtidas arduamente que deviam ser mantidas como "direitos".¹¹

A política de domínio senhorial operava, portanto, no interior de uma relação que não pode ser entendida sem o conceito de luta de classes. Através do paternalismo, os senhores tentavam superar a contradição da impossibilidade de os escravos tornarem-se *coisas*; ao definir o trabalho compulsório dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção senhoriais, concebiam a escravidão como uma relação permeada de "direitos" e "deveres"... recíprocos.

Assim, reencontramos aqui a noção de "reciprocidade", tal como utilizada por Thompson em vários de seus textos. Ela também pode ser percebida em muitos trabalhos que discutem a relação senhor-escravo no Brasil.¹² O modo de nomear a questão,

¹¹ Apoio-me, aqui, em grande parte nas páginas iniciais de Genovese, E. D. *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made*. Nova York, Vintage Books, 1974. Uma bela análise do paternalismo e sua presença na política de domínio senhorial no século XIX brasileiro pode ser encontrada em Chalhoub, Sidney. *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1991 (Primeira Versão, 33).

¹² Creio que um dos primeiros trabalhos a analisar a relação senhor-escravo no Brasil a partir da noção thompsoniana de paternalismo, ainda que preferindo o termo "clientelismo", foi o de Robert W. Slenes e Pedro Carvalho de Mello, "Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888". In: *IX Congresso Mundial de Sociologia*. Uppsala, agosto de 1978 (mimeo).

defini-la como uma relação "contratual" (ou não), fruto de "negociações" ou de lutas que podem ter maior ou menor conteúdo "classista", varia de acordo com os vários autores.¹³ Nem sempre a referência a Thompson pode ser encontrada nas notas de rodapé, mas o volume de trabalhos que procura utilizar as proposições teóricas da "luta de classes sem classes" na análise da escravidão é cada vez mais amplo.

Alguns incautos, talvez mais afeitos às acirradas contendas entre militantes em busca da linha justa, foram logo achando que se estava voltando ao paternalismo de Gilberto Freyre.¹⁴ Ledo engano. Uma das obras que mais marcou a recente produção historiográfica sobre a escravidão brasileira foi *Roll, Jordan, roll* de Genovese. Esquecendo-se que esta obra foi muitas vezes considerada o equivalente americano para a *Formação da classe operária inglesa*,¹⁵ insistem em "denunciar" sua nefasta influência na reabilitação de valores senhoriais. Há no entanto uma enorme diferença entre o paternalismo freyreano e o de Genovese (ou de Thompson): a mesma diferença que existe entre uma análise classista e uma não-classista (para usar uma expressão de Ginzburg).

Na obra de Freyre o paternalismo é, sem dúvida alguma, um termo descritivo e impreciso, que oferece uma perspectiva de análise da sociedade "a partir de cima", e

implica noções idealizadas de calor humano e valorização das relações pessoais: a formação patriarcal do Brasil criou um sistema social plástico que, assentado na família, contemporizou tendências antagônicas e apoiou sua estabilidade na casa grande.¹⁶ Em Genovese, o paternalismo não está dissociado do conceito de hegemonia, que nada tem em comum com a noção de consenso, representando ao contrário sua antítese, pois implica a existência da luta de classes e não tem significado fora dela: constitui um modo de definir a contenda histórica da luta de classes em tempos de aparente aquiescência social.¹⁷ Na primeira versão, o escravo é chamado a "colaborar" no processo da "civilização" agrária e escravocrata nos trópicos; na segunda, ele usa os elementos disponíveis como arma de luta contra os senhores.¹⁸

Não nos apressemos, porém. Hoje o debate historiográfico e teórico sobre o tema da escravidão se faz no Brasil de modo mais claro, embora nem sempre de modo direto. Mas nem sempre foi assim. Sem dúvida alguma, a obra de Genovese se constituiu numa verdadeira "ponte" entre as reflexões thompsonianas e a história da escravidão no Brasil.¹⁹ É preciso observar, entretanto, que a aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão é essencialmente teórica (e política) e não temática. Por isso mesmo, o debate demorou a aparecer por aqui.

Não podemos nos esquecer que até quase o início dos anos 80, Thompson era praticamente desconhecido no Brasil. Do antigo grupo de historiadores marxistas do

13 Embora sem referências a Thompson, um dos primeiros ensaios a realizar uma reflexão histórica sobre a noção "contratual" subjacente a certas concepções e práticas da escravidão brasileira foi Manuela Carneiro da Cunha, "Sobre a servidão voluntária: outro discurso. Escravidão e contrato no Brasil colonial", *Dédalo*, 23:57-66, 1984. De modos e com sentidos diferentes, esta noção aparece também em outros estudos; vide por exemplo Naro, Nancy P. S. "Limites do comportamento aceitável e mecanismos de dominação social no meio rural brasileiro", *Estudos Afro-Asiáticos*, 15:34-42 (jun. 1988); Reis, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

14 Cf. Gorender, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990, pp. 12-8. Thompson, aliás, é objeto explícito da crítica de Gorender em diversas passagens do texto; a título de exemplo, vide o capítulo singelamente intitulado "Pecados do marxismo e miragens do antimarxismo", pp. 97-112.

15 Evidentemente não ignoro que Genovese explicitou ter se inspirado em *O mundo que o português criou* para intitular seu livro *The world the slavesholders made* (1965), posteriormente transformado e reaproveitado para o subtítulo de *Roll, Jordan, roll* (1974). Apesar disto, e da aproximação entre esta obra de Genovese e *Casa grande e senzala* e *Sobrados e mocambos* de Gilberto Freyre expressa em algumas resenhas (como em Woodward, C. Vann, "Seeing Slavery Whole", *The New York Review of Books*, 3 de outubro de 1974, pp. 19-21), o trabalho de Genovese é claramente uma análise marxista da escravidão norte-americana. Para a análise da proximidade teórica entre Thompson e Genovese vide Dawley, Alan. "E. P. Thompson and the Americans", *Radical History Review*, 19:33-60 (1978/79); Johnson, Richard. "Edward Thompson, Eugene Genovese and Socialist-Humanist History", *History Workshop Journal*, 6:79-100 (1979); e McClelland, K. "Some comments on Richard Johnson. 'Edward Thompson, Eugene Genovese and Socialist-Humanist History'", *History Workshop Journal*, 7:101-15 (1979).

16 Cf. Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 19ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978, passim.

17 Cf. Genovese, E. D. *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made*, passim.

18 Por isso mesmo, mais interessante que associar o paternalismo de Genovese ao de Freyre teria sido lembrar as críticas de Gutman ao trabalho de Genovese, cobrando-lhe a pouca atenção dada ao movimento: "O modo de examinar o mundo que as pessoas fizeram é mostrar este mundo em formação. O principal problema conceitual em *Roll, Jordan, roll* é que ele ignora a formação de classe. Uma relação de classe estática é provada por centenas de páginas, algumas vezes de modo imaginativo e brilhante. Mas somos apresentados a um sistema escravista plenamente desenvolvido. As relações de classe e as ideologias são descritas apenas no período escravista tardio, nas décadas imediatamente anteriores à emancipação. O problema com tal abordagem é que, quando se congela um momento no tempo para examinar uma relação estrutural, não se pode negligenciar o processo pelo qual essa relação se formou e como se desenvolveu". Cf. "Herbert Gutman". In: Abelove, H. et alii (ed.). *Visions of history*. Nova York, Pantheon Books, 1984, p. 209.

19 Sem dúvida alguma, a obra de Gutman, H. também é muito importante neste sentido, embora sua influência talvez tenha ficado mais restrita aos estudos sobre família e demografia escravas. Provavelmente este seja um dos motivos para o fato de que, até agora, o magnífico *The black family in slavery and freedom, 1750-1925* (Nova York, Pantheon Books, 1976) não tenha sido ainda traduzido.

Partido Comunista inglês dos anos 50, as universidades brasileiras, nos anos 70, por exemplo, conheciam bem Dobb, Hobsbawm e..., talvez, Hill.²⁰ Exceto por algumas referências esparsas a Thompson, feitas em geral pelos estudiosos da classe operária, o mesmo quadro se manteve no período imediatamente posterior, até quase meados da década de 80.

Contudo, se Thompson passou a ser um autor cada vez mais conhecido no Brasil nos últimos 10 anos, ainda podemos encontrar confusões que tendem a aproximar a noção thompsoniana de experiência das concepções que fundam a possibilidade de uma história do cotidiano, ou ouvir alguns críticos que insistem em desconsiderar as propostas thompsonianas sobre a relação entre teoria e empiria para simplesmente afirmar que “ficar contando casinhos não é fazer história”. Apesar disso, os campos teóricos me parecem bem marcados e a variedade de pesquisas que vem sendo realizada, sobre uma pauta temática cada vez mais ampla, indica o vigor dos estudos sobre a experiência escrava no Brasil. E, aqui, o termo experiência não é empregado por acaso.

A crítica àquilo que Sidney Chalhoub denominou “teoria do escravo-coisa”²¹ perpassa vários trabalhos publicados e pesquisas em andamento. A constatação de que o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definido e definindo-se no bojo das relações sociais, parece ser algo inquestionável para vários pesquisadores hoje em dia. Esta assertiva, bastante simples e suficientemente demonstrada em diversas pesquisas, tem possibilitado uma certa renovação nos estudos sobre a experiência escrava no Brasil.

Cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, em confronto com as visões senhoriais e de outros grupos sociais, têm sido objeto de investigação e têm propiciado diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema. A rediscussão dos significados do

20 Posso dar um testemunho pessoal a respeito. Fiz meu curso de graduação na USP entre 1974 e 1977: o entendimento da transição do feudalismo para o capitalismo passava pela leitura de Dobb e Sweezy e de outros autores que “comentavam” o debate; o “grande” texto de Hill, a ser necessariamente lido pelos estudantes de graduação, era o esquemático *A revolução inglesa de 1640*; o Genovese conhecido era aquele de *A economia política da escravidão*, lido como um seguidor das idéias de Eric Williams; prestávamos mais atenção às análises sistêmicas sobre a escravidão afro-americana na primeira parte de *O mundo que os senhores criaram* do que em suas palavras sobre hegemonia e luta de classes, em frases explícitas na “Introdução” e espalhadas por todo o livro. Em 1978, quando ingressei na pós-graduação, apenas uma cópia xerox da tradução espanhola de alguns artigos de Thompson (*Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*), circulava entre os alunos, e raríssimas menções em bibliografias de alguns cursos quebravam o silêncio...

21 Cf. Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade*, especialmente capítulo 1.

castigo físico dos escravos na política de domínio senhorial, a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e tortuoso processo da emancipação, a existência da família e das linhagens escravas e sua importância na conformação dos conflitos entre senhores e escravos, as ligações frequentes entre quilombolas, comerciantes e escravos das fazendas – para citar apenas alguns desdobramentos temáticos – constituem bons exemplos.²²

Evidentemente, e contradizendo a alcunha historiográfica oferecida por Gorender, estes estudos não se limitam a alguns historiadores que trabalham na Unicamp. Também trata-se de um movimento historiográfico apenas brasileiro. Aliás, bem antes que estas perspectivas de trabalho se fizessem presentes na produção nacional, muitos historiadores norte-americanos, por exemplo, ao tratarem da escravidão e do período pós-emancipação no Sul dos Estados Unidos e no Caribe, compartilhavam este tipo de enfoque.²³ No Brasil, são muitos os trabalhos históricos que, hoje em dia, partem destas concepções para realizar estudos sobre as relações entre escravos e libertos no mundo escravista, sobre a experiência destes sujeitos históricos e a importância de suas lutas no processo da emancipação e da abolição.²⁴

22 Além dos trabalhos de Sidney Chalhoub, João José Reis e Eduardo Silva, já citados, vide também Slenes, Robert W., *The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888*, tese Ph.D., Universidade de Stanford, 1976; Eisenberg, Peter, *Homens esquecidos*. (Campinas, Ed. da Unicamp, 1989, que reúne diversos artigos escritos durante a década de 70); Dias, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (São Paulo, Brasiliense, 1984); Azevedo, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987); Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1986); Machado, Maria Helena Pereira Toledo, *Escravos e cometas: movimentos sociais na década da abolição* (tese de doutorado, FFLCH-USP, 1991); Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX* (dissertação de mestrado, Unicamp, 1992).

23 O trabalho de E. D. Genovese, *Roll, Jordan, roll. The world the slaves made* (Nova York, Vintage Books, 1972), marcou uma certa inflexão nos paradigmas dos estudos sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos. Como exemplo das novas abordagens, vide, entre outros, Berlin, Ira, *Slaves without masters. The free negro in the antebellum south* (Nova York, Oxford University Press, 1981); Foner, Eric, *Nothing but freedom. Emancipation and its legacy* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1983, traduzido pela Paz e Terra em 1988); Fields, Barbara J., *Slavery and freedom on the middle ground* (Londres, Yale University Press, 1985); Litwack, Leon, *Been in the storm so long. The aftermath of slavery* (Nova York, Random House, 1979); Rodney, Walter, *A history of the guyanese working people, 1881-1905* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1981); Scott, Rebecca J., *Slave emancipation in Cuba. The transition to free labor, 1860-1899* (Princeton, Princeton University Press, 1985, também traduzido pela Paz e Terra em 1991).

24 Além do livro de Sidney Chalhoub, indicado na nota 10, e dos estudos de Célia M. M. Azevedo

Estes estudos e outros, ainda em andamento, têm revelado novas dimensões das relações entre escravidão e liberdade nas últimas décadas da escravidão. Saldos positivos de uma reativação da pesquisa empírica sobre o tema, diretamente relacionada aos debates historiográficos, apresentam muitas vezes indícios que permitem problematizar as interpretações geralmente aceitas sobre a dinâmica das relações sociais no final do século XIX e início do XX. São justamente estes indícios, e as possibilidades entreabertas por eles, que nos permitem apontar algumas questões que julgamos importantes para futuros projetos de pesquisa.

As novas interpretações sobre a experiência da escravidão no Brasil têm, cada vez mais, revelado um grande desconhecimento da maior parte dos historiadores em relação à cultura africana. Uma parte significativa dos estudos sobre o século XIX brasileiro tende a desconsiderar que a população brasileira, neste período, era majoritariamente *negra*: dos 205.900 habitantes da cidade do Rio de Janeiro em 1849, por exemplo, quase 80.000 eram escravos, dos quais cerca de 60% eram africanos, e dos quase 11.000 libertos, cerca de 70% também tinham nascido em África;²⁵ dos 65.500 habitantes de Salvador em 1835, 42% eram escravos (63% dos quais africanos) e outros 22% eram livres ou libertos “de cor”.²⁶ Estes simples dados demográficos não são destituídos de significados sociais e políticos. As culturas africanas, predominantemente banto no centro-sul e nagô na Bahia, sem dúvida alguma, informaram as lutas de escravos e libertos na escravidão, pela e na liberdade; constituíram o “outro” em muitas estratégias políticas dos senhores, dentro e fora do Parlamento. Se hoje temos novas análises sobre a relação senhor-escravo, precisamos, por exemplo, redimensionar os estudos sobre o “lugar” das culturas africanas no Brasil.²⁷ Este é um

e Maria Helena P. T. Machado, citados na nota 22, vide, entre outros, Lamounier, Maria Lúcia, *Da escravidão ao trabalho livre* (Campinas, Papius, 1988); Penna, Eduardo S., *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba Provincial* (Curitiba, dissertação de mestrado, UFPR, 1990); Graham, Sandra L., *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910* (São Paulo, Companhia das Letras, 1992).

25 Cf. Karasch, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987, p. 66.

26 Cf. Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil*, p. 16.

27 Tal perspectiva, já presente em obras como as de M. Karasch e João J. Reis, citadas nas notas anteriores, vem sendo aprofundada em pesquisas recentes, como se pode observar através dos instigantes artigos de Slenes, Robert. W. “‘Malungu, ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 12:48-67 (dez.-jan.-fev. 1991-92), e de Reis, João J. “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18:6-29 (jun.-jul.-ago. 1993).

tema que está diretamente ligado a outro, extremamente candente do ponto de vista teórico e político: o do racismo.

Os estudos sobre este tema estão em geral associados a uma determinada leitura da escravidão e de suas “heranças” para os negros no Brasil. Novas interpretações sobre a escravidão, assentadas essencialmente no terreno da luta de classes, devem levar, pois, a novas perspectivas de análise do racismo. Afinal, Thompson nunca se cansou de insistir que devemos sempre nos ocupar com a polarização dos interesses antagônicos em uma sociedade e sua correspondente dialética na cultura: com certeza, sob esta inspiração, o racismo deixará de ser considerado apenas como uma ideologia imposta de cima para baixo, “justificadora” ou “motivadora” da marginalização dos negros no Brasil, para ser pensado em seus diversos significados e analisado em termos de conflitos sociais e embates culturais.

O redimensionamento das análises sobre as relações entre trabalhadores livres e escravos, durante o período de vigência da escravidão,²⁸ aponta para novas dimensões da experiência escrava no período anterior à abolição que, sem dúvida alguma, marcaram a vida dos libertos e dos ex-escravos. Se há alguns anos era praticamente consensual a afirmação da impossibilidade de resgatar a experiência dos egressos da escravidão, pesquisas recentes têm justamente demonstrado o contrário. Rastreamento de fontes diversas já é possível, hoje em dia, acompanhar por algumas décadas as histórias de vida de alguns libertos e verificar quanto os laços de solidariedade (entre companheiros de um mesmo plantel, laços familiares e de linhagens, entre outros), bem como práticas econômicas e sociais, construídas no período do cativo, são revividos e preservados na liberdade.²⁹

Assim, a análise mais acurada das tensões do período final da escravidão e dos entrelaçamentos entre trabalho escravo e livre, assalariado ou não, vem se somando ao redimensionamento dos estudos sobre a resistência escrava e o significado da liberdade para os cativos.³⁰ A produção recente sobre escravidão e abolição, ao revelar novas

28 Deixo de lado, propositalmente, o debate sobre as relações entre “intendured servants” e escravos de origem africana nas áreas de colonização inglesa e aquele sobre a escravidão de indígenas e de africanos no Brasil. Longe de reiterar a freqüente associação entre os negros e a escravidão, já problematizada por mim em outro lugar (“Trabalhadores Escravos”, *Trabalhadores*, 1:4-19, 1989), refiro-me aqui apenas à experiência negra porque este é o recorte escolhido para esta palestra.

29 Exemplar, neste sentido, é o trabalho de pesquisa de Freire, Regina Célia Xavier, *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1993, que consegue acompanhar indivíduos negros, ex-escravos, por mais de 30 anos – entre as décadas finais do XIX e primeiras do XX – em Campinas.

dimensões da experiência escrava, tem problematizado os paradigmas explicativos para o processo da abolição e para a caracterização da experiência negra no período pós-emancipação.

Revisitando fontes já abordadas anteriormente ou investigando séries documentais que ainda não haviam sido utilizadas, alguns destes estudos voltam-se também para tentar entender como as explicações tradicionalmente aceitas pelos historiadores foram construídas. É o caso, por exemplo, de *Onda negra, medo branco*: baseando-se em uma análise das várias tendências emancipacionistas, abolicionistas e imigrantistas em luta na segunda metade do século XIX e do impacto da “onda negra” no debate abolicionista-emancipacionista, Célia Azevedo afirma que a produção acadêmica dos anos 60, sobre o tema, acabou dando foro científico (e transformando em explicação histórica) uma das tendências em jogo naquele período.³¹

Entretanto, a oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade, por exemplo, aparece ainda como um postulado quase sempre inquestionado. O final do século XIX é caracterizado freqüentemente como o período da substituição do escravo (negro) pelo trabalho livre (branco e imigrante), o chamado “período da transição”, da formação do “mercado de trabalho livre” no Brasil. A maior parte dos textos referentes a este tema costuma datar o início da análise a partir do final do século XIX ou mesmo a partir das primeiras décadas do século XX, identificando a história social do trabalho com a história do trabalho livre, assalariado (para não dizer com a história do movimento operário). Em geral, as últimas décadas do século XIX constituem-se, assim, em capítulos finais das obras sobre escravidão (quando não são tematizadas em si mesmas, em obras específicas sobre a abolição – entendida ela mesma como um último capítulo da escravidão), ou em capítulos introdutórios sobre a história dos trabalhadores em geral ou dos operários em particular: entre os capítulos conclusivos e os introdutórios, entre estes dois conjuntos de obras (sobre a escravidão e sobre o trabalho no Brasil) há um hiato, quase um abismo.

A história dos trabalhadores (a história social do trabalho) no Brasil continua, ainda, assentada num ocultamento imenso ou, no mínimo, na construção de uma ruptura radical. Há, portanto, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo – milhares de trabalhadores, que viveram e lutaram durante séculos, desaparecem do cenário histórico num piscar de olhos.

30 Cf. especialmente, Chalhoub, Sidney, *Visões da liberdade*, e Machado, Maria Helena P. T., *Escravos e cometas: movimentos sociais na década da abolição*.

31 Vide Azevedo, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco*, pp. 21-31, e também Bresciani, Maria Stella Martins, “A lenda da abolição”, *Anais do Museu Paulista*, XXIX:193-200, 1979.

A abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão para os quais só resta a fuga ou a morte) ao universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, podemos encontrar sujeitos históricos). Na sua vertente mais tradicional, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalhador livre; e o negro escravo desaparece da história substituído pelo imigrante europeu. Imbuídos do espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagam da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não pertence ao universo dos trabalhadores, também o ex-escravo é excluído. Esta ruptura essencial da história no Brasil, de tão reiterada, já nos parece bem natural.

Pois precisamos avançar contra esta “naturalidade” e ousar fazer novas perguntas. Se a inspiração thompsoniana foi capaz de redimensionar a análise de parte da experiência negra no Brasil, há ainda muito a ser feito. Afinal, esta experiência não se encerra no século XIX, com a abolição. O que queremos enfatizar por ora é que estas pesquisas e seus argumentos revelam outras possibilidades de abordagem da história social dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX.

Thompson pode nos ajudar a ouvir melhor as palavras de Du Bois ao concluir *The black reconstruction*. Em 1934, ele insistia em afirmar que a escravidão africana, “a deportação de dez milhões de seres humanos da beleza morena de sua terra natal para o recém-descoberto Eldorado do Oeste”, fazia parte da história do movimento operário norte-americano.³² E a história da escravidão no Brasil? Precisamos aprender a pensá-la como parte da história social do trabalho e incluir as lutas pela liberdade como parte integrante dos chamados movimentos sociais deste país. Foi inspirado pela proposta thompsoniana que Linebaugh pôde formular sua tese sobre os “bumerangues atlânticos” que ligam as experiências anti-escravistas afro-americanas à formação da classe operária inglesa e, a partir daí, até mesmo criticar os silêncios do próprio Thompson. Podemos aprender a lição ao pensarmos na história dos trabalhadores no Brasil.

Esta não é apenas uma questão cronológica ou de searas temáticas entre historiadores; é um problema essencialmente político. Ao invés de tentarmos descobrir se os escravos agiam ou não segundo leis específicas de um bem estruturado conceito de modo de produção, podemos aprender a ouvir os escravos, fugitivos e libertos: suas

32 Du Bois, Web. *The black reconstruction in America, 1860-1880*. Nova York, Atheneum, 1969, p. 727.

histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram “direitos”, transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Dar voz para estes homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras para podermos aprender com eles que liberdade não significa vender livremente sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: a luta pela liberdade entendida por eles pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantistas e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária?

Que outras dimensões da experiência negra não podem ser resgatadas se nos dispusermos a questionar respostas que nos pareçam “naturais”? Novas abordagens para o estudo das relações raciais, étnicas e de classe permitirão, sem dúvida, redimensionar as interpretações tradicionalmente aceitas pelos historiadores, propondo novas questões, problematizando paradigmas explicativos e levando a investigação a novas fontes ou mesmo à releitura de fontes já utilizadas anteriormente.

De modo nem sempre explícito e com certeza sem planejamento e sem qualquer linearidade, Thompson esteve ligado a este processo: sem nem mesmo saber disso, soprou bons ventos sobre a historiografia da experiência negra no Brasil. Por sua causa, muitas perguntas, algumas já antigas, puderam ensaiar outras respostas. Através da inspiração criadora oferecida pelo seu trabalho, fortemente ancorado na investigação histórica e na reflexão teórica, algumas outras e novas perguntas só agora podem ser feitas. E as respostas? Para cada uma delas, só podemos dizer, repetindo a canção, que a resposta, “my friend, is blowing in the wind”...

E. P. THOMPSON E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: Revisões críticas e projeções*

José Carlos Barreiro**

Thompson, por sua história de militância e pelos inúmeros debates travados com intelectuais de grande projeção, dentro e fora do partido comunista inglês, acabou por produzir uma obra de grande nome, transformando-se, portanto, numa das maiores expressões da historiografia mundial.¹

Contudo, o surgimento do pensamento de Thompson não está desvinculado das configurações políticas de seu próprio presente. Nesta perspectiva, torna-se imperativo relacioná-lo aos principais acontecimentos do cenário político mundial. Não se quer com isso repor a velha correspondência mecânica entre a produção das idéias e o determinismo de seu tempo. Contudo, não se chega a uma reflexão fecunda a não ser libertando-se de uma história desencarnada que institui um universo de abstrações sem limites para o próprio pensamento.² Neste sentido, se não isolarmos o conjunto das idéias de Thompson das formas de vida social que o produziu, é possível perceber que ele foi profundamente marcado pela emergência das contradições que abalaram progressivamente o sistema totalitário do mundo socialista a partir dos anos 30, e sobretudo dos anos 50. Nessa conjuntura, nos principais acontecimentos internacionais, discutiam-se entre outras coisas a Guerra Fria, os processos de Moscou, a divulgação da

* Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq, sob o título: Gestualidade, história popular e memória coletiva no Brasil Império, 1780-1880.

** Departamento de História da Unesp, Campus de Assis.

1 Dentre os trabalhos mais conhecidos no Brasil destacam-se: *The making of the English working class* (Londres, Penguin Books, 1968); *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial* (Barcelona, Editorial Crítica, 1989); seu mais recente trabalho constitui-se no livro *Customs in common* (Nova York, The New York Press, 1991).

2 Cf. “História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação”. In: Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa, Difel, 1990, especialmente pp. 34-5.

existência de campos de concentração na URSS. O socialismo real e a política dos Partidos Comunistas passam a ser questionados, porque nada diziam que pudesse anular a reputação socialista do regime soviético ou dos regimes dos países do leste. Não deram ao protesto dos dissidentes a ampla ressonância que estavam em condições de dar. Longe de informar ou instruir seu público, dissimulavam e soterravam a questão do stalinismo e a natureza do Estado totalitário.³

Este quadro de crise do socialismo e da política dos partidos de esquerda estimula a emergência de alguns grupos ou escolas importantes que dariam contribuições duradouras para a renovação do conhecimento humanístico e do conhecimento histórico em particular. Na França, por exemplo, não se pode ignorar as contribuições do grupo vinculado à Filosofia Política Francesa Contemporânea⁴ e dos historiadores vinculados à Nova História.⁵

Todavia, o pensamento de Thompson surgiria em meio aos movimentos importantes que emergiam na Inglaterra naquele momento. A contestação ao mecanicismo stalinista que subordinava a interpretação histórica aos cinco modos sucessivos que as sociedades humanas deveriam necessariamente percorrer, e as discussões internas levadas a cabo pelo Partido Comunista Inglês, fazem surgir, por exemplo, a obra de Dobb recolocando de forma inovadora a questão da transição do feudalismo ao capitalismo, bem como as grandes contribuições de historiadores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel e do próprio Edward Thompson entre outros.⁶ Muitos desses historiadores reuniram-se em torno da *New Left Review* criada em 1957, abrindo debates criativos, até pelo menos 1963, quando Perry Anderson assume a direção da revista e Thompson marca seu rompimento com o grupo escrevendo o seu *The making of the English working class*. Outros grupos igualmente vigorosos surgem na Inglaterra como, por exemplo, o grupo *History Workshop* nascido no Ruskin College, Oxford, em 1966, em torno da figura de Raphael Samuel. Propondo-se a lutar contra o sistema tradicional de exames e a dar uma participação ativa no estudo da história aos estudantes da classe operária, o grupo publica uma série de panfletos entre 1970 e 1974, que origina, em 1976, a *History Workshop Journal*, revista que consegue sus-

3 Lefort, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Trad. de Isabel Maria Loureiro. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 15-34.

4 Dentre eles Merleau-Ponty, Claude Lefort e Cornelius Castoriadis.

5 Sobre a Nova História e a Historiografia dos Annales, cf. Burke, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1991.

6 Cf. Fontana, Josef. Prólogo ao livro *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*, de E. P. Thompson, pp. 7-11.

citar o debate em torno das questões contemporâneas de modo não ortodoxo, por engajar não só historiadores preocupados com os problemas atuais, mas também setores do movimento operário e de outros movimentos populares, como o feminismo.⁷

Em meio à efervescência dessas idéias, Thompson, enquanto historiador marxista, procedeu a inúmeros avanços em relação ao tratamento dado à questão da teoria e dos conceitos no materialismo histórico. Tais questões vão no sentido de que a teoria, na sua relação com as evidências empíricas, envolve uma exploração aberta do mundo que supõe a recusa da decretação de certezas prévias em relação ao fazer social-histórico. Neste sentido, Thompson rompe, sob muitos aspectos, com o determinismo das análises fundadas no materialismo histórico, substancialmente presente em autores marxistas à época em que produziu seus trabalhos mais vigorosos. Thompson, portanto, tornou o marxismo mais criativo enquanto teoria e conceitos operacionalizáveis.

Os trabalhos de Thompson têm sido divulgados no Brasil há mais de uma década, pelo menos. Contudo, sua leitura ainda não despertou a revisão de nossa literatura histórica clássica de melhor qualidade, que estudou a história do Brasil inspirada no marxismo. Tampouco despertou ainda uma retematização de nossa própria história, que avance para além dos estudos da questão do Estado e dos demais canais institucionais a ele ligados.

Parece oportuno, no momento histórico em que vivemos, pensar essa dupla revisão à luz do avanço proporcionado por Thompson em relação ao tratamento dado pelo marxismo ao problema da cultura. Thompson avançou neste ponto, em relação ao marxismo da época, graças ao seu diálogo com a Antropologia e também graças à incorporação à sua obra das reflexões de Gramsci sobre o conceito de hegemonia.

Thompson e os nossos clássicos

Por que os clássicos não são discutidos, mesmo à luz de um trabalho tão estimulante quanto o de Thompson? Pelo menos uma hipótese pode ser aventada: é grande a legião dos que acreditam que um clássico é intocável. Trata-se, contudo, de um pressuposto que não contribui para o debate. Trabalhar de forma criativa com textos clássicos significa, antes de tudo, vencer a sua "intocabilidade" para poder submetê-los a um diálogo frutífero à luz da renovação permanente dos conhecimentos históricos adquiridos. Não é possível refazer a história do Brasil sem buscar e discutir a referência dos clássicos, sob pena de alimentarmos o paradoxo de fazer uma história sem memória.

7 Idem, ibidem.

São vários os autores clássicos da historiografia que poderiam ser discutidos à luz das questões instigantes levantadas por Thompson. Contudo, viabilizar uma discussão dessa natureza significa fazer recortes. Neste sentido, nossas reflexões limitam-se a alguns autores, tributários direta ou indiretamente do marxismo, que estudaram o Brasil do século XIX – período privilegiado da história do Brasil – para o entendimento da crise das instituições na sociedade brasileira contemporânea.

Dentre tais autores que estudaram o Brasil deste período, ressaltam-se os trabalhos de Caio Prado Junior e Emília Viotti da Costa. Caio Prado levou a efeito uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de aplicar o marxismo à historiografia brasileira, com o seu *Evolução política do Brasil*.⁸ Todos os trabalhos subsequentes desse autor exerceram profunda influência sobre os estudos sociais de sua época e continuam a ser leitura obrigatória para os estudiosos de história do Brasil. Emília Viotti, cujos trabalhos principais datam dos anos 60, projetou-se como uma historiadora importante principalmente por ter produzido um dos mais importantes livros sobre a escravidão no Brasil⁹ e também por suas contribuições decisivas para o estudo da Independência do Brasil de 1822.¹⁰

Nossos clássicos e a questão da cultura

É interessante, pois, pensar uma revisão da literatura clássica à luz da questão em que Thompson deu contribuições importantes para a renovação do marxismo enquanto teoria. E essa questão é a da *cultura*.

Sob o ponto de vista da cultura, como as “camadas populares” foram pensadas pela historiografia clássica? Entrar no complicado terreno das relações do marxismo com a cultura, para, a partir daí, resgatar a memória cultural das “camadas populares” significa, ao mesmo tempo, questionar a perspectiva que concebe os homens como produtos de forças materiais que os determinam por completo. Assim, a tentativa de introduzir a questão da cultura como fenômeno importante do materialismo histórico permite recuperar as teses de Marx contra Feuerbach e, com elas, a idéia revolucionária

8 Prado Junior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

9 Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966 (Corpo e Alma do Brasil).

10 Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 1ª ed., São Paulo, Grijalbo, 1979.

de que o povo se educa a partir de sua própria práxis. Através dela, os homens constituem-se em sujeitos de sua própria história, modificando continuamente as circunstâncias em que vivem e se transformam.

Então, sob a perspectiva da cultura, como as “camadas populares” foram pensadas pela historiografia brasileira clássica, particularmente por Caio Prado Junior e Emília Viotti? Prado Junior parece evocar o tema da cultura das “camadas populares”, não para investigar a sua condição de sujeito, mas para desenvolver a idéia de passividade. Ao refletir, por exemplo, em seu *Formação do Brasil contemporâneo*, sobre os elementos desfavoráveis da escravidão na América, lembra este autor que o escravo, na escravidão antiga, era culturalmente mais elevado que os seus conquistadores, enquanto aqui “foram eles, os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, comparados aos de seus dominadores”. Na América, ao contrário da escravidão romana, assiste-se “ao recrutamento de povos bárbaros, arrancados de seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha”.

Segundo o autor, a contribuição do escravo negro ou índio é quase nula, porque se trata de uma contribuição passiva. “É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzido, relativamente à das outras raças a sua contribuição demográfica”,¹¹ diz Prado Junior.

Concepções semelhantes a propósito da cultura das “camadas populares” aparecem em outros momentos deste mesmo livro¹² e em livro anterior.¹³

O problema dessas considerações é que elas direcionam-se no sentido de tratar a cultura como “coisa”, isto é, como algo que é criado pelos dominantes e simplesmente internalizado pelas “camadas populares”. É possível perceber hoje que, para entender a dinâmica de tal processo, é preciso estar atento à perspectiva de que cultura é um processo que envolve criação e luta.¹⁴ Porém, mais do que isto, o conceito de cultura parece ter-se embasado numa “fixação etnocentrista”, em que tudo é definido a partir da idéia de “civilização”. Esta idéia, por sua vez, é constituída pela “convicção complementar de que a história tem um sentido único, de que toda a sociedade está

11 Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 273.

12 Idem, *ibidem*, pp. 276-7.

13 Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 60-1.

14 Samuel, Rafael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Trad. de Jordi Beltran. Barcelona, Editorial Crítica, 1984, pp. 89-91.

condenada a inscrever-se nesta história e a percorrer as suas etapas que a partir da selvageria, conduzem à civilização".¹⁵

Thompson consegue produzir um resultado teórico mais dinâmico ao analisar a plebe inglesa do século XVIII. Tal resultado decorre do próprio conceito de cultura que utiliza como ponto de partida para analisar as lutas sociais do período. Sua concepção de cultura vincula-se ao conceito de *experiência*, que *incorpora múltiplas evidências de vida ou de arte* dos homens, evidências estas tratadas no plano de sua consciência, das maneiras as mais complexas, para em seguida agirem sobre as situações determinadas. Thompson examina, então, para apreender a vida social a partir da perspectiva da "experiência humana", os sistemas densos e complexos vinculados a relações de parentesco e aos costumes; inclui na análise as regras visíveis e invisíveis da dominação social, as formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas. Os *costumes*, por exemplo, como elementos constitutivos das definições consuetudinárias da plebe inglesa do século XVIII, serviam para que ela mostrasse o lado rebelde da sua cultura tradicional às inovações e racionalizações por ela experimentadas como exploração, expropriação de direitos de aproveitamentos tradicionais ou destruição violenta de modelos valorativos de trabalho e descanso.¹⁶ A *expressão simbólica* aparece como mecanismo particularmente importante para decifrar o comportamento da plebe em relação à igreja ou à nobreza, quando, por exemplo, Thompson analisa o simbolismo do nabo e dos cornos, usado jocosamente para definir a relação da plebe com o rei Jorge I.¹⁷ Pode-se perceber, pois, que o termo "cultura", básico para que Thompson desenvolva o conceito de "experiência humana" e recupere os elementos fundamentais para a reconstrução do confronto entre a plebe e a *gentry*, fundamenta-se na melhor tradição teórica dos estudos antropológicos. Ao invés de jogar com a dicotomia civilização *versus* barbárie, o autor reconstitui a dinâmica da vida social a partir do conjunto de normas, valores, obrigações, expectativas e tabus existentes em cada um dos grupos sociais.

Emília Viotti entra no terreno da cultura ao discutir a Independência do Brasil e, mais especificamente, os limites do Liberalismo e do Nacionalismo enquanto "ideo-

15 A expressão "fixação etnocentrista" é usada por Pierre Clastres ao criticar as análises das sociedades primitivas, efetuadas a partir de enfoques evolucionistas, que privilegiam idéias provindas do campo ideológico do Ocidente. Cf. "A sociedade contra o Estado". In: Clastres, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, cap. XI, pp. 132-52.

16 "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?". In: Thompson, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Trad. de Eva Rodríguez. Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 45.

17 Idem. *ibidem*, pp. 52-3

logias importadas". Procura enfatizar sobretudo a questão da "pobreza ideológica" da população brasileira nos primórdios do século XIX. Conforme suas palavras,

... apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras dos autores que liam, freqüentemente, mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas.¹⁸

Em geral, para a autora, a ausência de certas condições materiais, como a inexistência no Brasil da época "de uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas idéias", a preponderância das relações de trabalho escravistas, o "mercado interno extremamente limitado" e as "vias de comunicação escassas" impossibilitavam, na "superestrutura", o desenvolvimento de ideologias como o liberalismo e o nacionalismo, características de países "adiantados".¹⁹ O analfabetismo da população, determinando o seu "atraso" e "incultura", constitui-se também em fator explicativo da "deformação" a que essas ideologias eram submetidas no interior da sociedade brasileira.

É um tanto rápida a ligação entre as condições materiais "atrasadas" da sociedade brasileira da época e a produção de idéias "deformadas". Porém o que mereceria ser debatido no texto é também a concepção de cultura de Emília Viotti, principalmente nas referências feitas ao analfabetismo e à população "inculta e atrasada". Ora, sabe-se, por exemplo, que, na França pré-revolucionária, o índice de analfabetismo da população era extremamente grande. As cidades maiores, como Paris, apresentavam um índice de analfabetismo que talvez chegasse a 60%. Aos escritos de Rousseau, tinha acesso apenas uma elite alfabetizada. O eleitor plebeu só conseguia ter acesso a essas idéias em segunda ou terceira mão.²⁰ Nem por isso a França deixou de ser um dos países que mais sistematizou e difundiu o ideário liberal burguês. Não se trata, pois, de vincular o analfabetismo à idéia de atraso para apontar a leitura "errada" e "deformante" que as "camadas populares" do Brasil fizeram do liberalismo europeu. Talvez, o caminho mais rico seja o de investigar que tipo de leitura as "camadas populares" aqui procederam a partir de sua experiência cultural específica. Uma sociedade analfabeta recobre características que remetem às especificidades da cultura oral em relação à cultura letrada.²¹ Neste sentido, o importante é se indagar a respeito do processo que pode ter

18 Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 19 ed., São Paulo, Grimaldo, 1979, pp. 27-8.

19 Idem. *ibidem*, pp. 27-31.

20 Rudé, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 31-2.

21 São inúmeros os trabalhos que discorrem sobre a especificidade da cultura oral em relação à cultura

levado as "camadas populares" a retraduzirem todo um universo intelectual da cultura letrada e, a partir de sua cultura, herdada através de transmissão oral, conseguir pensar diferente.²² É possível que uma abordagem de tal natureza estimule pelo menos a reflexão sobre o que foi a prática política das "camadas populares" brasileiras, a partir do resultado da complexa combinação entre suas formas "menos estruturadas de pensamento" (mitos, idéias simples, tradição) com as chamadas "ideologias derivadas" ou sistemas "mais estruturados" de idéias (direitos do homem, *laissez-faire*, etc.).

Thompson desenvolve de forma instigante o problema da especificidade da cultura oral, ao estudar os movimentos pré-industriais da Inglaterra do século XVIII. No limiar da Revolução Industrial, a preservação da memória significará um poderoso instrumento de luta contra a opressão imposta pelo livre-cambismo à plebe inglesa. Nos motins da fome contra o livre-cambismo, a plebe exibiu um modelo de conduta cuja ação central referia-se ao resgate de procedimentos de 150 anos atrás contido no *Livro de Ordens*, determinando que os funcionários da justiça assistissem os mercados no sentido de se prover os pobres dos grãos necessários e com a fixação dos preços fora das leis da livre concorrência. Thompson diz então que

... esta legislação de emergência foi-se desmoronando durante as guerras civis. Porém a memória popular, especialmente em uma sociedade analfabeta, é extraordinariamente ampla. Pouca dúvida existe de que há uma tradição direta que se estende desde o *Livro de Ordens* de 1630 até os movimentos dos trabalhadores de confecção no leste e oeste da Inglaterra do século XVIII.²³

Aqui, também, Thompson se liberta da interpretação simplista segundo a qual a plebe inculta e atrasada não consegue entender as novas idéias e as novas práticas. Recorrer a práticas medievais enquanto o liberalismo plantava a semente da "modernidade" parece caracterizar, de fato, um comportamento atrasado da plebe. Porém, trata-se de interrogar, mostra Thompson, de que forma os pobres experimentaram as

letrada. Vale a pena mencionar, pelo menos: Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979. Uma das características da cultura oral, para esse autor, reside no fato de que ela está referida, sobretudo, a uma "sociedade analfabeta", razão pela qual a "memória popular" é aí "extraordinariamente ampla". Cf., especialmente, p. 102. Para um estudo sobre a oralidade como forma específica de comunicação das sociedades tradicionais, cf. Certeau, Michel de, "Etnographie: L'oralité ou l'espace de l'autre". In: *L'écriture de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1975 (Bibliothèque des Histoires), pp. 215-48.

22 Cf. análise de Ginsburg, Carlo, *O queijo e os vermes*; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

23 Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, p. 102.

novas idéias na Inglaterra do período. Na verdade, o Liberalismo foi experimentado pela plebe inglesa não como progresso, mas sim como retrocesso. Os cercamentos retiraram-lhes direitos tradicionais. O livre-cambismo gerou uma situação de escassez profunda e fome entre os pobres. Thompson revela, enfim, que a questão do "atraso" não é tão linear. Ao procurar entender a história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma inovadora economia de mercado e a economia moral tradicional da plebe, revela uma curiosa dialética. A plebe inglesa era tradicional em suas formas, ao recorrer a um modelo medieval de conduta. Porém, era revolucionária em seu conteúdo ao lutar contra a opressão das novas formas sociais e políticas. É um pouco desta dialética complexa que precisamos resgatar no processo de reconstituição das lutas sociais no Brasil do século XIX.

Retematizando a História do Brasil: estudo de caso

É necessário enfatizar que as considerações acima não se pretendem como crítica historiográfica exaustiva do percurso intelectual de Edward Thompson e da historiografia clássica brasileira. Quisemos apenas levantar algumas possibilidades que a obra de Thompson oferece para restaurarmos o diálogo com a historiografia brasileira clássica, principalmente em relação à forma inovadora com que esse autor trata a questão da cultura no interior do marxismo.

O que se propõe agora é apresentar um exemplo, através de estudo de caso, que poderia nortear certas reconstituições históricas à luz das contribuições teóricas de Thompson. Trata-se, contudo, de reflexão em curso, e, portanto, ainda inacabada, que propõe apenas iluminar, através de situações históricas concretas, as considerações teóricas que acabamos de evocar de maneira global.

Criação social-histórica: a vida nas tabernas

A nossa historiografia clássica está em grande parte comprometida apenas com os grandes temas. As "camadas populares" têm sua ação política definida única e exclusivamente a partir do Estado e dos demais canais institucionais a ele ligados. Caio Prado Junior, analisando a formação do Estado nacional no século XIX e estudando o movimento dos Cabanos nos anos 30, que considera um dos mais importantes movimentos populares do Brasil, diz:

É ela [a sublevação dos Cabanos] um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder.²⁴

É interessante notar, então, que o critério aqui utilizado para valorizar a ação política dos movimentos populares é institucional e está ligado à capacidade ou não das camadas populares de assaltarem e gerirem o Estado. Como as tomadas de poder do Estado não aconteceram no Brasil senão de maneira episódica e, assim mesmo, de forma "desorientada" e com "falta de continuidade", conforme acentua o próprio autor, deve-se concluir que análises obedientes a esses pressupostos conduzem a minimizar a importância das camadas populares enquanto agentes da transformação histórica.

Emília Viotti persegue caminhos semelhantes. Discutindo as repercussões da revolução do Porto no Brasil (1820), firma seu pressuposto de atraso político da população, argumentando com o entendimento precário que o homem livre e pobre tinha da palavra *Constituição*. Diz a autora que:

A ignorância das populações do interior é retratada num fato ocorrido no Ceará, por ocasião do juramento das bases da Constituição portuguesa proclamada a 14 de abril de 1821. Chegada a notícia ao sertão, a palavra *Constituição* provocou as mais variadas e contraditórias interpretações, isso numa região que participara em 1817 da revolução realizada em nome das idéias liberais e constitucionalistas.²⁵

A seguir, a autora arrola as formas mais disparatadas de entendimento que a população tinha da palavra *Constituição*. O que não se indaga, todavia, é se os próprios agentes, isto é, as camadas populares, legítimavam, naquele momento, canais institucionais ligados à Constituição, como instância privilegiada em que se deveria inscrever a ação política.

Ao aferirem a ação política das camadas populares exclusivamente a partir da referência institucional, os autores acabaram minimizando aquilo que, em suas obras, se anunciava como possibilidade fértil de recuperação da memória histórica das camadas populares, por não encontrarem outro caminho senão o de caracterizá-las como politicamente "atrasadas". Perde-se, portanto, a possibilidade de reconstituir a expe-

24 Prado Junior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 69.

25 Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 1ª ed., São Paulo, Grjalbo, 1979, p. 39.

riência em termos amplos, no sentido dado por Thompson a este conceito (fé religiosa, impulsos milenaristas, antigos costumes, festas, relações familiares, regras visíveis e invisíveis da regulação social) destes segmentos sociais. O suposto do atraso impossibilita trabalhar com a hipótese das "camadas populares" como portadoras de práticas sociais que não são nem atrasadas nem adiantadas, mas complexas, específicas e ambíguas.

À jovem historiografia que trata do Brasil do século XIX, caberia ampliar a referência do entendimento da ação política das "camadas populares". É possível entendê-las, por exemplo, a partir de sua vivência em *espaços não-institucionais* como os vinculados às feiras, pousadas e vendas de beira de estrada. Nesses lugares, entrecruzavam-se tradições culturais variadas, e desenvolvia-se o exercício de negação das representações e das práticas sociais dominantes, que dava sentido às lutas sociais do século XIX. Ao apontarmos para uma abordagem que considere os diversos níveis de estruturação das "camadas populares", vamos também desfazendo a idéia da referência institucional dos partidos, das associações sindicais e da fábrica como espaços exclusivos em que se poderia dar a constituição do "sujeito revolucionário".

Apesar da importância, a historiografia tem negligenciado, ignorado, ou até mesmo visto com preconceito, o espaço das vendas, tabernas, pousadas e moinhos, em que, tradicionalmente, se desenvolveu de forma ampla a "experiência humana" das categorias sociais vinculadas aos estratos subalternos da sociedade. Contudo, já é possível encontrar entre nós uma bibliografia, que, embora não trate especificamente das "camadas populares" brasileiras, pode auxiliar no trabalho de contraponto crítico aos textos de Prado Junior e Emília Viotti. O estudo de Benjamin, por exemplo, ao analisar a boêmia na Paris do século XIX, registra a relevância social e política do espaço das tabernas e critica Marx por tê-lo visto de forma depreciativa.²⁶ Mas é de Thompson, ao estudar a classe trabalhadora inglesa do século XVIII, o trabalho mais sugestivo neste aspecto, para uma retematização da história das "camadas populares" do Brasil do século XIX. Este autor enfatiza a necessidade de estudos sobre a taberna e seus frequentadores. Diz, ao analisar o que se escreveu sobre o trabalhador inglês:

Os que pretenderam enfatizar os antecedentes constitucionais sóbrios do movimento operário por vezes minimizaram seus traços mais robustos e desordeiros. O que podemos fazer é ter em mente a advertência. Precisamos de mais estudos sobre as atitudes sociais dos criminosos, soldados e marinheiros, e sobre a vida de taberna; deveríamos olhar as evidências, não com olhos moralizadores (nem sempre os "pobres de Cristo" eram agra-

26 Benjamin, Walter. "A Paris do Segundo Império em Baudelaire". In: Khotz, Flávio R. (org.), *Walter Benjamin*. São Paulo, Ótica, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 50), p. 50.

dáveis), mas com olhos para os valores brechtianos – o fatalismo, a ironia em face das homilias do *Establishment*, a tenacidade da autopreservação. E devemos também lembrar o “submundo” do cantor de baladas e das feiras, que transmitiu tradições para o século XIX (até o *music-hall*, a cultura de circo de Dickens ou os contadores de história e animadores de Hardy); pois desta forma os “sem linguagem articulada” conservam certos valores – espontaneidade, capacidade para diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras de magistrados, usineiros e metodistas.²⁷

Nesta mesma linha de ênfase aos níveis diversificados de socialização e estruturação dos subalternos, é preciso lembrar o exemplo dos moinhos, espaço similar à venda, característicos de diversas regiões e momentos da história da Europa, e que foi objeto de bastante atenção por parte de Ginsburg, ao discorrer sobre a cultura popular européia do século XVI, a partir da vida do moleiro Menocchio²⁸. São espaços como estes, analisados por Thompson, que precisam ser relevados na reconstituição da memória cultural das “camadas populares” do século XIX brasileiro. A análise desses espaços sociais pode ensejar o acesso a fragmentos importantes da vida cotidiana do homem comum. Embora não se possa libertar aqui, do caráter fugidivo, fragmentário e esparso que define as ideologias populares, estudar a taberna e seus frequentadores significa dar um passo decisivo no trabalho de reconstituição da memória cultural das camadas populares do século XIX brasileiro.

No Brasil, espaços sociais informais, como as tabernas rurais e urbanas, existiam em grande quantidade, e elas aparecem como referências permanentes em diversos tipos de fontes do século XIX e início do XX.²⁹ As características destes estabelecimentos podiam variar bastante, indo, desde as instalações mais precárias, que não eram capazes de fornecer senão aguardente e algumas outras miseráveis provisões, até as que tinham uma quantidade maior de suprimentos.³⁰

Os documentos históricos fazem algumas enumerações bastante minuciosas que incluem o tipo característico e a descrição da vestimenta do taberneiro. Esses detalhes,

27 Thompson, E. P. *The making of the English working class*. Londres, Penguin Books, 1968, pp. 63-4.

28 Ginsburg, Carlo. op. cit., pp. 220-1.

29 As referências são particularmente frequentes nas anotações de cronistas, viajantes estrangeiros, na legislação municipal, nos Relatórios de Presidentes de Província e nas Atas da Câmara de São Paulo.

30 São bastante ilustrativas as descrições de Walsh e Saint-Hilaire, dentre outros. Cf. Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (Trad. de Cláudio Ribeiro de Lessa. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975 [Coleção Reconquista do Brasil, vol. IV]; Walsh, Reverend R., *Notices of Brazil in 1828-1829* (Londres, Frederick Westley, 1830, vol. 1, p. 22).

mais o relato do ambiente interno das tabernas, incluindo o balcão, o mobiliário e por vezes as estampas de parede, são indicativos de um complicado entrecruzar de hábitos e costumes em que dificilmente se pode identificar uma fronteira clara entre a cultura erudita e a cultura popular.³¹ Essas descrições remetem à reconstituição histórica de uma presença bastante significativa de homens que não estão vinculados a um patrão,³² mas que fazem parte de uma extensa rede de produção autônoma, compreendendo não somente as vendas e tabernas, mas também os pequenos ofícios rurais e urbanos e a economia de subsistência em geral. Na sua heterogeneidade, esse conjunto compõe um quadro diversificado em que todos se encontram mais ou menos vinculados ao tempo da natureza e à unidade com as condições de produção. Este mundo do pequeno comércio e da produção autônoma, quase sempre ignorado pela historiografia do trabalho,³³ reveste-se de significações que contêm os registros de sua própria experiência em cada objeto produzido. É possível, pois, observar na descrição do mobiliário simples das tabernas tanto quanto do das habitações populares rurais e urbanas do século XIX brasileiro (bancos, jiraus, redes e camas com estrados de couro), além da finalidade de seu próprio uso, a expressão de uma memória cultural.³⁴ Assim, o trabalho e os objetos produzidos por esses homens e mulheres traduzem os seus próprios valores culturais, compondo a experiência ampla e complexa desses segmentos sociais.

Portanto, para além das determinações econômicas, a temática do trabalho remete-se à questão da cultura e ao plano das ideologias populares. E a luta para a

31 Agassiz, L. e Agassiz, E. C. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975 (Coleção Reconquista do Brasil, vol. XII), p. 163.

32 Sobre as relações complexas entre o erudito e o popular, cf. Chartier, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime* (Paris, Editions du Seuil, 1987), L'Univers Historique, pp. 7-21; Burke, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 31-321). Há certas aproximações entre os estilos de pensamentos dos artesãos ambulantes da Inglaterra do século XVII, tal como aparece em análise feita por Hill, e os artesãos vinculados à produção autônoma no Brasil do século XIX, embora as linhas de sensibilidade de ambas as categorias sociais não sejam as mesmas. Cf. Hill, Christopher, “Homens sem Senhor”. In: *O mundo de ponta cabeça* (Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640). (Trad. de Renata Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 56.)

33 Crítica historiográfica mais desenvolvida a esse respeito encontra-se em Barreiro, J. C. “A memória do trabalho”. In: D’Incao, Mariangela, *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

34 A reconstituição histórica das camadas populares e dos objetos pertencentes ao seu cotidiano remete ao campo conceitual e metodológico ainda muito pouco explorado da *cultura material*. Cf. Pesez, Jean-Maurice. “Histoire de la culture matérielle”. In: Le Goff, Jacques. *La nouvelle histoire*. Paris, Editions Complexe, 1988 (Historiques), pp. 191-227.

implantação do trabalho racional se desenvolve amplamente no interior desse terreno. São muito freqüentes, por exemplo, as referências das classes dominantes e dos viajantes e cronistas do século XIX às tabernas como espaço de ócio e espaço de recepção de furto. Os viajantes admiravam-se de como os proprietários poderiam manter em funcionamento vendas cujas provisões limitavam-se quando muito a bananas, algumas garrafas de aguardente e um pouco de fumo. Percorrendo as imediações de Taubaté em inícios do século passado, Saint-Hilaire dizia sobre vendedores e taberneiros: "Corre na região que estes homens se mantêm é pelo ganho auferido dos furtos comprados a escravos".³⁵ É interessante verificar, por exemplo, em que medida, a partir dessas transgressões, as tabernas davam sustentação a parte de uma luta mais ampla na qual o que estava em jogo era a própria universalização das concepções liberais de propriedade privada e trabalho racionalizado. De fato, a prática do furto entre as camadas populares desse período emerge como um elemento essencial das relações sociais do século XIX brasileiro, a ponto de aparecer de forma significativa nas reminiscências poéticas registradas pela literatura popular da época.³⁶ O furto tem sido considerado simplesmente como crime, sendo vinculado de forma anacrônica a interpretações historiográficas que o definem como gesto primitivo, bárbaro e estéril de manifestação³⁷ ou mesmo a estado patoló-

35 Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Trad. de Afonso de E. Taunay. São Paulo, Martins, 1976, pp. 136-7.

36 Por exemplo, os versos recolhidos por Koster em inícios do século XIX em Pernambuco:

"Aviltante duplamente É tua pena Simplicio Horível porco flagício Dum nababo inclemente! Até quando esta tainha Que ao pesçoço tens pendida,	Restará de apodrecida Esturricada na espinha? Fique-te esta na mente, Toma sentido, rapaz: Não se bole impunemente Nas coisas de Dom Tomás".
---	---

Cf. Koster, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Trad. de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo, Nacional, 1942 (Brasília, vol. 221), p. 307.

37 Engels, estudando o movimento operário inglês, a partir de inícios do desenvolvimento industrial, divide-o em fases que vão sucessivamente das formas mais primitivas e arcaicas até as mais evoluídas e eficazes, iniciando-se pela fase do *crime*, passando pelas do *quebra-quebra*, *associação*, *cartismo*, até chegar à fase do *socialismo*. A fase do *crime* foi, para Engels, a mais brutal e estéril de todas. Em virtude da miséria e indigência a que estava submetido, o operário venceu o seu respeito inato à propriedade e começou a roubar. Portanto, para Engels a necessidade orgânica, mais do que a motivação política é que levou os operários ao crime do roubo. Cf. Engels, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires, Editorial Essencias, 1974, pp. 190-211, esp. p. 191. Para uma perspectiva de análise em que o crime se constituiu

gico da vida social.³⁸ Contudo, o espaço das tabernas ganha uma relevância temática importante quando a problemática do furto e do ócio é interpretada como forma de luta social específica do século XIX brasileiro e não como manifestação popular arcaica, por ser anterior à era sindical. Era muitas vezes no espaço das tabernas que essas manifestações se desenvolviam de forma ampla e complexa. Sob tal perspectiva cabe investigar, por exemplo, em que medida essas questões abrigavam um confronto ideológico entre concepções diferenciadas de propriedade e trabalho no interior da sociedade brasileira desse período. Num momento em que se estabeleciam as bases políticas para a instituição do Estado nacional brasileiro, era necessário, mais do que nunca, a solidificação e universalização da idéia de propriedade, como condição para o estabelecimento da hegemonia cultural burguesa. Todavia, a prática do furto e do ócio entre os elementos integrantes das camadas populares parecia ser simultaneamente a negação do trabalho disciplinado e do conceito capitalista de propriedade privada. Ao mesmo tempo em que nega os preceitos de honestidade estabelecidos pelo direito positivo no século XIX, tais práticas apontam, em certos momentos, para uma experiência de auto-organização, ainda que muitas vezes fragmentária, interrompida e ambígua, permitindo desvendar os registros de uma fala própria das camadas populares desse período.

Mas, talvez, um dos aspectos mais fascinantes deste tipo de reconstituição histórica seja refletir sobre as tabernas como um espaço onde se cruzavam as ideologias e formas de pensamento "menos estruturadas" com os sistemas "mais estruturados" de idéias ou as chamadas "ideologias derivadas".³⁹ Os testemunhos deste passado observam que aconteciam nas tabernas todas as manifestações específicas de uma cultura oral: entre os seus frequentadores praticavam-se vários costumes, havia danças e canções, tocavam-se instrumentos musicais das mais diversas procedências culturais, e, sobretudo, a taberna constituía-se no lugar do relato, da novidade e da arte de contar.⁴⁰ Associada muitas vezes à hospedaria e às dependências para abrigar ferreiros

em luta social significativa da classe trabalhadora inglesa do século XVIII, cf. Linebaugh, Peter, "Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII". In: Pinheiro, Paulo Sergio (org.), *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 101-37. Cf. também "comentário 1" de Maria Stella Bresciani, pp. 138-41.

38 Cf. Prado Junior, Caio. *História econômica do Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 198.

39 Rudé, George. *Ideologia e protesto popular*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 24-34.

40 Cf., por exemplo, Saint-Hilaire, A. de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, pp. 36 e 40; Idem, *Viagens às nascentes do Rio São Francisco*, 1975, p. 28; Debret, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 6ª ed., São Paulo, Martins; Brasília, INC e MEC, 1975.

ambulantes, as tabernas eram frequentadas por capitães-do-mato, escravos, camponeses livres, jornaleiros, pescadores, ferreiros, soldados, marinheiros e tropeiros. Ali, portanto, a cultura gestual definia práticas, cimentava sociabilidades e prescrevia comportamentos. Neste sentido, há registro de caso em que donos de taberna eram também atores de teatro popular. Esta vinculação entre a taberna e o teatro popular parece bastante significativa, uma vez que muito do comportamento dos segmentos sociais em conflito no século XIX pode ser decifrado a partir de análise de regras invisíveis da ação vinculadas às manifestações simbólicas.⁴¹

Todavia, tentar perceber o cruzamento entre ideologias inerentes e derivadas implica em não conceber os modos de aquisição e transmissão culturais como compartimentados. Com efeito, as chamadas formas tradicionais de comunicação vinculadas à cultura oral imbricam-se de maneira complexa e múltipla com as sociabilidades produzidas pelo mundo da escrita. Assim, a taberna transforma-se ao mesmo tempo em foro de discussão da política institucional da época. Os viajantes estrangeiros do século XIX, ao passarem por esses locais, surpreendiam seus frequentadores falando sobre negócios públicos, opinando sobre a Constituição e as idéias liberais, sobre o Rei e sobre os políticos em geral.⁴² Disso provavelmente saía motivação para as grandes agitações populares do período regencial. Se fosse possível analisar esta complexa combinação entre as "ideologias populares", herdadas através de transmissão oral, e os sistemas de pensamento mais elaborados, onde aparecem discussões sobre a Constituição e o liberalismo, talvez se pudesse chegar a um outro entendimento em relação à participação popular nas insurreições do século XIX. A retratação, a partir de sua experiência cultural própria, de todo um universo intelectual de cultura letrada, certamente possibilitou a emergência de quadros mentais específicos que estiveram presentes em todos os movimentos com participação popular, mas que nós, até agora, não conseguimos reconstituir.

tomo II, vol. III, p. 85.

41 Cf., dentre outras, as análises de Thompson, E. P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII", pp. 13-61; Darnton, Robert. "Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na rua Saint Germain". In: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da vida cultural francesa* (trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp.103-139); ibidem, "História e Antropologia", in *O beijo de Lamourette* (trad. de Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 284-303).

42 Barreiro, José Carlos. *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH, USP, 1988, pp. 188-223.

Os anos 70 do século passado parecem indicar o início de uma nova sensibilidade histórica⁴³ derivada da decadência ou remodelagem dos espaços sociais tradicionais, cujas práticas sociais eram em grande parte assentada na cultura oral. Nesse período, o Brasil entra mais decisivamente na era das estradas de ferro. A sociedade exterioriza vivamente sua fascinação pelo "monstro da locomotiva".⁴⁴ A ideologia do progresso e a apologia do "moderno" passam a integrar mais vigorosamente o imaginário nacional. Antigos caminhos coloniais começam a ser substituídos por rodovias.⁴⁵ Isso promove um duro golpe aos espaços sociais tradicionais das tabernas, pousadas e barracas de ferreiros ambulantes de beira de estrada. As tropas são progressivamente substituídas como meio de transporte e com elas se inicia o desaparecimento ou a "modernização" das tabernas. Em certas descrições de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil nesse período começa-se a falar, por exemplo, não mais nas tabernas com as características tradicionais, mas sim nas estações modernas de chalés suíços que em seu lugar iam sendo construídas.⁴⁶ O desaparecimento e a substituição do antigo espaço da taberna, com todo o conteúdo cultural de que se revestia, implicam também no declínio de uma tradição e de uma memória comum que garantiam a existência de uma experiência coletiva. Parece mesmo plausível definir essas transformações como um marco histórico reorientador das lutas sociais no Brasil do século XIX. A decadência de espaços em que práticas sociais eram em grande parte definidas pelo mundo da oralidade, coincide com o desenvolvimento lento e difícil das lutas trabalhistas no plano das associações sindicais. No período que compreende a virada do século e 1906, o movimento dos trabalhadores circunscreve-se cada vez mais à luta

43 Sobre a questão metodológica da mudança e da diferença entre sensibilidades históricas, cf. Ariès, Philippe. *Les temps de l'histoire*. Paris, Éditions du Rocher, 1954, pp. 291-325.

44 As impressões do cronista Koseritz, ao viajar em 1883 através da Estrada de Ferro Mauá é um exemplo: "... Pouco depois, o monstro da locomotiva começou a soprar e fazer barulho, lançou um estridente apito e foi morro acima, sempre em ladeiras de quinze por cento. No entanto, esta colossal subida era dominada por uma máquina, não com facilidade, mas, em todo o caso, era dominada. As máquinas ficam atrás dos trens e os empurram serra acima com força gigantesca, sustentadas por cremalheiras e rodas denteadas. E agora subimos sem cessar: rochedos selvagens, florestas escuras, grandes precipícios nos cercam: mas o nosso trem progride sempre e vence todos os obstáculos". Cf. Koseritz, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, Martins-Edusp, 1972, p. 48.

45 Agassiz, Luiz e Agassiz, E. C., op. cit., p. 58.

46 Idem, ibidem.

pela diminuição da jornada de trabalho, pelo aumento de salários e pela criação de sindicatos livres.⁴⁷

Além de influenciar no desaparecimento progressivo ou redefinição das tabernas, o evento das ferrovias e rodovias provoca outras transformações culturais importantes no seio das camadas populares. Ao desenvolver hábitos de pontualidade, esses meios de transportes contribuem para promover mudanças nas representações internas de tempo dos segmentos sociais vinculados às camadas subalternas. O viajante norte-americano Luiz Agassiz testemunha essas mudanças por volta de 1870 ao notar que a indiferença da população em relação à marcha do tempo e à máxima *tempus fugit* é muito menos acentuada nas zonas do Brasil onde funcionam estradas de ferro e navios a vapor.⁴⁸ Além disso, essa infra-estrutura viária começa a ligar as regiões mais distantes até as zonas de consumo. Com isso, vai se constituindo um ciclo de regularidade no trabalho que permite a formação do hábito e da disciplina nas regiões em que anteriormente o isolamento caracterizava-as como zonas de ócio.⁴⁹ Assim, a modernidade dos transportes ferroviários, rodoviários e marítimos é parte constitutiva de uma luta marcada pela expropriação do movimento infinito da memória popular ao promover o desaparecimento de espaços tradicionais como o das tabernas, além de contribuir para a universalização de representações ligadas à idéia de tempo útil. Sob todos esses pontos de vista estava em jogo a luta pela implantação do trabalho racional.

Foram múltiplas as inflexões modificadoras a atuarem sobre o espaço das tabernas. A atuação da ideologia do progresso e a ação das ferrovias e das rodovias foram precedidas pelas injunções normativas do poder público ao longo de todo o século XIX. A legislação municipal promovia o controle e a intervenção nas tabernas através de atos que puniam com multa e prisão a prática de jogos, os ajuntamentos e as rixas.⁵⁰ Também censuradas e detonadas pelas oligarquias, as tabernas viveram, ao longo de todo o século passado, sob o influxo permanente das reclamações de autoridades e fazendeiros. Esses espaços sociais foram considerados pelos fazendeiros "o maior flagelo da lavoura". Em 1878 as tabernas foram amplamente debatidas pelos oligarcas, ao longo da realização do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Eles queriam

47 Cf. Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920* (São Paulo, Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro, 1976, pp. 146-50); Rodrigues, Edgar. *Trabalho e conflito: pesquisa histórica, 1900-1935* (Rio de Janeiro, Arte Moderna, s/d, pp. 45-72; 85-106; 117-29).

48 Agassiz, L. e Agassiz, E. C., 1975, p. 262

49 Trab. Congres. Agr., 1878, pp. 138-9; 157-65.

50 Post. Munic., 1830, art. 3º e 24º.

providências do poder público para a sua extinção porque elas estimulavam o furto e o ócio e impediam dessa forma o desenvolvimento da disciplina de trabalho.⁵¹

Contudo, o exemplo mais veemente do significado da taberna como espaço de tensão entre a pulsão do coletivo e a disciplina imposta pela instituição pode ser observado em São Paulo, a partir dos anos 80 do século passado. No bojo de um projeto de policiamento de costumes,⁵² o poder público municipal intervém no processo de instalação de novas tabernas. A partir de então, elas só poderiam ser construídas em lugares previamente definidos e autorizados e sua arquitetura deveria estar ajustada aos moldes da planta existente na Câmara Municipal. As tabernas vão perdendo suas características originais e ganhando a conformação padronizada de quiosques.

A trama da evolução é clara. De uma situação a outra, a iniciativa e a criatividade histórica na organização dos espaços sociais informais dão lugar a uma interferência que confere às tabernas as características de espaço outorgado. Ao se transformar

em quiosque a taberna se uniformiza. Todos os quiosques deveriam possuir a arquitetura de uma barraca oitavada, com a forma de um grande guarda-chuva, com sua circunferência protegida por uma paliçada de tábuas.

A estratégia da triagem passa a regular as relações entre o poder municipal e as iniciativas populares, pois a exploração dos quiosques funcionava somente na forma de concessão do Estado e apenas a particulares que preenchessem os requisitos dos contratos estabelecidos entre as partes.

Essa descaracterização das tabernas transformadas em quiosques padronizados parece ter tido êxito porque eles foram instalados em grande quantidade. Nas palavras de um cronista da vida urbana, eles se alastravam por toda a cidade como cogumelos. Pelos anos de 1890 e seguintes chegou mesmo a existir em São Paulo uma "Empresa Industrial de Quiosques".⁵³

51 Congres. Agr., 1878, p. 32.

52 Um exemplo desse exacerbado rigor no policiamento do costume e controle da população por parte do poder público pode ser observado em 1902, quando a Câmara Municipal de São Paulo encaminha ao Prefeito indicação para proibir "a bem da moralidade pública", que as parceiras tivessem em suas casas em lugar visível, tabuletas com desenhos alegóricos à sua profissão. As tabuletas eram consideradas ofensivas à moral porque continham desenhos de crianças nuas. Portanto, os desenhos e os dizeres teriam, a partir daquela data que se submeterem à aprovação da prefeitura.

53 Cf. Sant'Ana, Nuto. *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1939, vol. III, pp. 263-6.

E. P. THOMPSON – HISTÓRIA E POLÍTICA

*Déa Ribeiro Fenelon**

I

Falar de Thompson neste seminário, que, em razão de sua morte, procura homenagear e colocar em discussão a trajetória deste historiador inglês, é motivo de pesar pela sua perda, mas de satisfação por participar desta atividade. Aqui, certamente, se proporcionará a ocasião para avaliações e para o diálogo sobre sua obra. Coube a mim o tema História e Política. É fácil prever que diferentes aspectos de sua vida e de sua contribuição, como historiador, serão abordados nesta série de palestras e creio ser uma importante homenagem que poderemos prestar a quem tanto lutou por uma história que buscasse o “fazer-se” dos sujeitos históricos em sua prática social e para quem a experiência social era a mais rica das possibilidades históricas. Procuro, portanto, de maneira geral, falar do assunto e deixar para outros temas mais específicos e discussões mais precisas de categorias de análise propostas por Thompson.

Refazer alguns de seus caminhos, acompanhar suas polêmicas, perceber a essência da mudança e do crescimento e em quais direções, são alguns de nossos objetivos e, por certo, também dos organizadores deste seminário. Ao nos propormos esta tarefa temos a esperança de estarmos também refazendo alguns de nossos próprios caminhos, nossos pontos de vista, esclarecendo dúvidas de interpretações ao longo destes anos, trabalhando algumas diferenciações e, sobretudo, fazendo avançar o tão reclamado debate acadêmico. Que seja Thompson a nos proporcionar esta oportunidade só pode ser motivo de júbilo por, de alguma forma, vivenciarmos suas propostas e darmos corpo e concretude a suas idéias.

Com certeza Thompson sempre me pareceu o historiador em quem desejava me inspirar, com quem estabelecer diálogo, com quem aprender a difícil relação entre orientações teóricas, que ao mesmo tempo valorizassem a prática da investigação, salientassem perspectivas de uma produção de conhecimento, que mantivesse uma relação

* Departamento de História da PUC-SP.

crítica com a pesquisa, a descoberta, e constante coerência com a idéia de lutar pela transformação social, no agora, para forjar um futuro melhor. Um historiador para quem a relação Histórica e Política não tivesse que ser justificada ou explicada a cada passo, porque ela é inerente à sua própria concepção sobre o significado de trabalho intelectual e profissional. Atento às questões do presente, sabendo que seu trabalho exige posicionamentos, a todo instante, ele sempre esteve lá, produzindo, trabalhando, polemizando, ou "demonstrando" contra a instalação dos mísseis nucleares.

Lembro-me de nossas dificuldades para fazer chegar até aos alunos de Mestrado em História, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas primeiras turmas de 1976/1977, alguns dos artigos de Thompson sobre a questão da "Lucha de clases sin clase...", "Tiempo y disciplina en la sociedad industrial...", "La economía moral del siglo XVIII...", "Patrician society, plebeian culture..." e muitos outros que acabaram por nos chegar em espanhol, reunidos por Joseph Fontana, em *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, em 1979. Mas ficava a maior parte da obra, não só de Thompson, mas de outros e do debate ou das polêmicas geradas em torno de suas posições, só acessíveis a quem dominava a língua inglesa. Várias promessas frustradas e adiadas, promessas de que *The making of the English working class* seria traduzido para o próximo ano, mas estas só se concretizaram em 1987, quando a editora Paz e Terra lançou o 1º volume, em português. Dificuldades quanto à cessão dos direitos autorais, tradução, etc. retardaram o aparecimento da obra em português, pois a 1ª edição, em língua inglesa, surgira em 1963. Edições em espanhol eram disputadíssimas, mas o debate se fragilizava pela incapacidade da maioria de acompanhar seus desdobramentos, ler as revistas especializadas, etc.

Pode-se até registrar o fato de algumas das produções críticas às categorias de Thompson ou os debates sobre classe, experiência, consciência, etc. terem sido absorvidos sem que se percebesse este caráter da crítica ou se desse o devido valor ao significado das posições e do debate. Muitas vezes, também, esta produção foi absorvida como isolada, fora do contexto em que foi motivada, sem atentar para as respostas e as provocações e com isto se perdia muito até do valor das ironias, por exemplo, para não falar apenas do conteúdo.

Isto pode explicar porque mesmo agora, tantos anos depois, alguns ainda absorvem Thompson de maneira acrítica e de certa forma "primitiva" ou como "modelo", sem perceber as nuances das modificações operadas por ele mesmo, ou a riqueza das discussões daí advindas e por não acompanharem o debate que se estabeleceu depois. De outra forma, alguns de seus mais ferozes críticos, entre nós, ainda combatem hoje posições que nem ele mesmo defenderia da mesma maneira, algum tempo depois, porque esclareceu dúvidas, reavaliou críticas, reviu categorias, realizou outras pesquisas

e também reafirmou entendimentos. Em alguns momentos, a crítica entre nós assumiu até características políticas bastante radicais, que tomaram a leitura bastante indigesta para alguns, que ainda se apegavam à rigidez dos conceitos recitados segundo manuais, não de todo superados, à maneira de Bíblia.

E agora, que também virou modismo decretar a falência do socialismo, o fim do comunismo como regime, e proclamar a vitória incontestável do capitalismo, afastando o marxismo como teoria, prática ou método de análise, a situação se complicou ainda mais, pois, se de um lado a direita se aproveita para dizer que "tudo acabou", de outro, a própria esquerda não está conseguindo realizar a crítica, enfrentar os problemas e dialogar com algumas questões perturbadoras.

Na verdade, em minha avaliação, creio que Thompson só se tornou mais conhecido na academia, no Brasil, como autor a merecer debate, muito mais por sua polêmica com Althusser e os estruturalistas marxistas, através de seu livro *A miséria da teoria*, traduzido e publicado no Brasil, em 1981, pela Zahar, que significativamente excluiu de sua tradução os outros ensaios da edição inglesa de 1979.¹ O livro imediatamente se tornou ponto para debate na Universidade, principalmente nos cursos de pós-graduação de história e ciências sociais. Por isto mesmo, muito das discussões posteriores, das polêmicas e dos diálogos com outros autores e com a produção da *New Left Review* ou da *History Workshop*, por exemplo, terem sido ignorados. Significativamente, ganha espaço entre nós, no período, todas as traduções das obras de Perry Anderson, que em seu "Arguments within English marxism"² polemizara com Thompson, na defesa do estruturalismo marxista e de Althusser.

Não é, pois, para todos os intelectuais que leram *A miséria da teoria* ou que se empenharam nas polêmicas sobre o estruturalismo, que a figura do "historiador Thompson" se destaca. Para nós, entretanto, este é um grande ponto de aproximação: um historiador que enfrenta as questões teóricas de sua produção intelectual, coisa rara entre os historiadores, que usualmente não tem grande disposição para os debates teóricos sobre os pressupostos da produção historiográfica e suas implicações políticas.

Tanto entusiasmo para falar de Thompson é outro ponto que quero deixar registrado. Por buscar sua inspiração e orientação, claro está que nunca busquei apenas "novos modelos" – como às vezes se imagina ou se diz –, mesmo porque, se a inspiração vem daí, o impulso é de quebrar ortodoxias, é de aprender a construir as

1 Um destes artigos, "The peculiarities of the English", saiu traduzido há pouco nos *Textos Didáticos*, 10, do IFCH/Unicamp, em 1993.

2 O livro de Perry Anderson teve uma tradução espanhola com o título *Teoría, política y historia. Un debate con E. P. Thompson*. Madrid, Siglo XXI, 1985.

categorias, é explorar as experiências vivenciadas e descobrir, neste diálogo constante com as fontes, as possíveis leituras de outras experiências, de outras realidades, porque, como diria o próprio Thompson, "visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica tive sempre o cuidado de evitar generalizações".

No entanto, para seguir-lhe o exemplo de sempre polemizar e aproveitando a deixa, queria levantar mais um ponto para o debate e que perturba nosso ambiente acadêmico: o porquê da idéia sempre presente, entre nós, de aquilo que vem da linha dos Annales ser considerado como herança cultural natural, ser absorvido como "a maneira de se escrever a história" e de ser apresentado como o exemplo a ser seguido, sem muita discussão sequer sobre as implicações políticas desta forma de fazer história.

Ao contrário, aquilo que se diferencia dessa tradição é imediatamente considerado como "desvio", precisa de rótulos. E aqueles que não compartilham das mesmas práticas historiográficas, acabam por merecer adjetivos desqualificadores, como já foram objeto muitos dos que se propuseram a trabalhar na linha de Thompson. O triunfo das perspectivas da historiografia dos Annales, das mentalidades, da Nova História, se impõe cada vez mais, na academia, como uma tentativa de hegemonizar a produção historiográfica. Sem discutir ou se preocupar com as questões teóricas e metodológicas, acabam por produzir uma idéia de exclusividade ou unidade, que é apenas aparente, e serve mais para excluir outras abordagens.

Por tudo isso, quero salientar a importância da oportunidade de, ao nos reunirmos, um numeroso grupo de historiadores, em torno da figura de um intelectual polêmico, quem sabe valorizar o momento, já que estes são raros, para enfrentarmos nossas questões. Que o Departamento de História da USP e também da PUC nos proporcionem esta oportunidade, é motivo de satisfação para todos nós.

II

Para Harvey J. Kaye, que publicou uma avaliação famosa sobre os "Os historiadores marxistas ingleses"³ e escreveu um elogio póstumo em razão da sua morte, Thompson foi, inegavelmente, um dos maiores historiadores de nosso tempo e seu livro *A formação da classe operária inglesa* o "mais importante e influente livro de história social jamais escrito", no sentido não apenas da Inglaterra, mas de outros países do mundo, especialmente os de língua inglesa. É sua avaliação que, com sua

3 Kaye, Harvey J. *The British marxist historians. An introductory analysis*. Cambridge, UK., 1986. Polity Press. Também em colaboração com Keith McClelland, *E. P. Thompson - Critical Perspectives*. Cambridge, Polity Press, 1990.

obra, Thompson proporcionou um "manifesto poético para historiadores radicais se dedicarem à reconstrução das vidas e ações das classes trabalhadoras e dos oprimidos".⁴

Também no Brasil, por exemplo, estaria por se fazer um levantamento de quantas teses e dissertações, livros ou artigos publicados e defendidos nos últimos 20 anos, dentro ou fora dos cursos de pós-graduação, buscaram sua inspiração na obra de Thompson e registraram, de alguma forma, citações já famosas do prefácio, tais como:

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se...;

... por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência...;

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus...;

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição...;

... finalmente... estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro "ludista", o tecelão do "obsoleto" tear manual, o artesão utópico e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social e nós não...⁵

De qualquer forma, aí estão definidas as características básicas de que se convencionou chamar de uma *history from below* (história vista de baixo), como uma perspectiva de trabalho para o historiador. Neste artigo de 1966, Thompson já chamava a atenção para o fato de que, mesmo a história do trabalho, ao se institucionalizar e obter reconhecimento acadêmico, estava sendo questionada principalmente na mudança da ênfase das temáticas sobre as instituições do trabalho, as organizações sindicais e

4 Harvey, J. "E. P. Thompson: historian and radical". *Perspective*, nov. 1993.

5 Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

partidárias, ideológicas e lideranças, para uma preocupação com a cultura dos operários, em sua dimensão de constituição de modos de vida, de valores, de estruturas de sentido, etc.⁶

Em artigo com este mesmo título, "A história vista de baixo", Jim Sharpe considera que esta perspectiva atraiu, de imediato, aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada, ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.⁷

Em coletânea dedicada a George Rudé, *A outra história*, um artigo de Hobsbawm⁸ chama-nos a atenção para os riscos e as dificuldades desta tarefa, principalmente se considerarmos o problema das fontes e dos materiais inexistentes. Qualquer um que tenha se embrenhado por estas perspectivas sabe dos problemas a serem enfrentados, e está sempre suspirando de inveja pela riqueza dos arquivos europeus quando acompanha pesquisas feitas mesmo sobre séculos anteriores. Basta ler também *Senhores e caçadores* para ver as reclamações de Thompson sobre como na Inglaterra não se preservaram as fontes relativas aos processos da Lei Negra. Mas a nossa realidade é a da carência de fontes bem preservadas e, principalmente, organizadas e sistematizadas, quando se trata de trabalhadores ou dos movimentos sociais em geral. Felizmente, a consciência desta necessidade, não apenas de preservar a memória, mas de colocar os arquivos à disposição dos pesquisadores, vai se difundindo entre nós e já é possível, hoje, contar com inúmeros centros de documentação, que realizam este trabalho e esta discussão e possuem acervos sistematizados, ricos e abertos à consulta de todos.

Por outro lado, as conceituações sobre fontes e sobre o que seja documento histórico foram alargadas e já deixamos de lado a antiga concepção de se pensar no texto escrito como único recurso digno da atenção dos historiadores. Hoje já se valorizam as canções, as poesias, as festas, os cantos populares, tudo transmitido através da tradição oral e também, porque não, os desenhos, as pinturas, as fotografias, etc. Isto nos levou a um diálogo maior com outros tipos de produção, como as da literatura, da sociologia e da antropologia e tem ampliado o diálogo dos historiadores, sobre as

6 Thompson, E. P. "History from below". *The Times Literary Supplement*. April 7, 1966, pp. 279-81.

7 Sharpe, Jim. "A História vista de baixo". In: Burke, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992, pp. 39-62.

8 Krantz, Frederick (org.), *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

definições de seu objeto de pesquisa, com outros cientistas sociais, além de nos proporcionar um grande número de obras bastante interessantes e que antes não teria sido possível ou, muitas vezes, nem sequer iniciado diante da constatação preconceituosa de serem inviáveis.

É certo também que, muitas vezes, a produção realizada com a perspectiva de "ver a história de baixo" tem servido apenas para se reescrever a história do movimento operário ou de movimentos rotulados grosseiramente como de resistência, invertendo-se os sinais, isto é, criam-se os heróis, os dominados dirigem o processo e só serão derrotados por não conseguirem realizar algum ponto de seu destino! Não houve, nestes casos, muitas vezes, uma mudança real de supostos e nem na maneira de abordar os recursos e as fontes da historiografia. Entretanto, os usos e abusos desta perspectiva servem para avaliarmos os problemas, fazermos as críticas, mantermos o diálogo e continuarmos em uma historiografia que seja capaz de recuperar todos os sujeitos históricos. Que ela se mantenha atenta a uma audiência para além dos muros da academia é um objetivo, e se para atingi-lo tiver que ser considerada como desestabilizadora do conjunto da historiografia já existente, tanto melhor. A busca do consenso e da unidade, definidas a partir de cima, como linha de trabalho ou de omissão, há muito deixou de ser meta a se buscar. A exigência da investigação séria, a busca da recuperação de propostas alternativas, que foram sufocadas no caminho da luta, as condições de vida e a constituição da cultura e dos valores dos trabalhadores são as temáticas que interessam hoje e que a leitura e o exemplo de Thompson podem nos inspirar no caminho a percorrer.

Mas, voltemos ao historiador Thompson para tentar acompanhar um pouco mais sua trajetória como intelectual nesta relação que é o tema de nossa palestra: História e Política.

Filho de educadores missionários que viveram na Índia, abraçaram a causa do nacionalismo indiano, foram críticos severos do imperialismo inglês e privaram da amizade pessoal de Nehru, Thompson iniciou seus estudos de literatura na Universidade de Cambridge, para logo depois se interessar e se transferir para a história. Neste período, filiou-se ao Partido Comunista inglês e teve de interromper seus estudos para juntar-se aos exércitos ingleses. Entre 1942-45 lutou na África do Norte, na Itália e na Áustria. Ao fim da Segunda Guerra Mundial retornou a Cambridge, terminou seus estudos em história e casou-se com Dorothy, uma colega de história. Em 1947 esteve na Bulgária, onde recebeu as homenagens ao irmão Frank, que havia lutado junto às brigadas búlgaras e, no verão, esteve na Jugoslávia, com um grupo de voluntários ingleses, para participar da construção de uma ferrovia. Sobre esta experiência Thompson vai se referir com entusiasmo aos novos valores de um socialismo nascente, uma

ética cooperativa e uma ênfase nas obrigações dos indivíduos para com seus vizinhos e com a sociedade, citando sempre os versos da canção popular dos voluntários, neste trabalho: "nós construímos a ferrovia e a ferrovia nos construiu".⁹

Sem se dedicar especificamente à carreira acadêmica, embora ocasionalmente trabalhasse em importantes centros como o da Universidade de Warwick, chama a atenção o fato de não ter jamais preparado uma obra especificamente para um grau acadêmico. Por alguns anos, ministrou classes para educação de adultos, operários, ocasião em que iniciou seus estudos sobre o que seria sua primeira obra de fôlego, *William Morris: romantic to revolutionary*, publicada em 1955, que ele sempre admitiu ter surgido de suas atividades como professor, neste período. É certo que seu interesse por Morris deu-lhe o gosto pela investigação:

Penso que é como ser pintor ou poeta. O poeta adora as palavras, o pintor adora as cores. Comecei a achar fascinante a possibilidade de ir ao fundo das coisas, nas fontes mesmas. Penso que apanhei aí este fascínio pelos arquivos. Penso que esta prática mais as discussões com duas ou três pessoas, e minha participação no Grupo de Historiadores do Partido Comunista, onde fazíamos discussões teóricas todo o tempo, me fizeram historiador. O intercâmbio formal e informal com os companheiros socialistas me ajudou mais do que qualquer outra coisa que havia encontrado em Cambridge. Isto não é para dizer que não valorizo a universidade, mas para enfatizar a necessidade de não dependermos dela, apenas das instituições, mas de nós mesmos e sempre nos ajudarmos uns aos outros.¹⁰

E, assim, insiste Thompson diante de seu interlocutor: "na verdade, nunca tomei a decisão de ser historiador". Se alguma opção houve naquele momento, foi a do trabalho político e a partir daí o gosto e a dedicação pela história. Mas a decisão dos historiadores do Partido Comunista inglês de se organizarem em um Grupo, em 1946, e seu trabalho subsequente por quase uma década, marcaram a historiografia inglesa. Nomes como Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel, Dorothy Thompson, George Rudé e inúmeros outros, para citar apenas os mais conhecidos entre nós, fizeram parte deste trabalho. Não há dúvidas, entre eles, de que sua formação intelectual foi marcada por estas discussões, debates, *papers*, exposições, críticas e reuniões, sobretudo se considerarmos o grau de instância organizada, mesmo que não

9 Thompson, E. P. *The Railway: an adventure in construction*. Londres, 1948. Referido na "Entrevista com E. P. Thompson", publicado na Revista da Mahro e depois no livro *Visions of history*, by Mahro. The Radical Historians Organization. Nova York, Pantheon Books, 1976/1982. Traduzida e transcrita ao final de *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979.

10 Merrill. Interview: *Visions of history*, op. cit., p. 13.

acadêmica. Foi neste contexto de trabalho que Thompson reconhece que "aprendeu a fazer história", amadureceu suas reflexões, enfrentou as críticas, forjando e definindo a todo instante seu relacionamento com o passado, a partir das demandas do presente, dedicando-se ao trabalho intelectual como um componente ativo na construção do socialismo e habituando-se na disciplina de manter a natureza autônoma e ao mesmo tempo coletiva de toda a produção conseguida pelo Grupo.¹¹

Desde as discussões sobre as práticas do Partido Comunista inglês, às questões enfrentadas no pós-guerra, parece certo dizer que as grandes questões deste grupo de intelectuais eram, sem dúvida, seu comprometimento com as definições e teorizações de uma política cultural nacional-popular, que valorizasse o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia. Ainda que seja Maurice Dobb uma das figuras mais influentes sobre o Grupo, todos eles deixavam implícito, já na década de 40, em seus escritos, uma forte tendência e desejo de romper com o reducionismo economicista, considerado como a vulgarização do marxismo, e estavam dispostos a uma batalha de idéias para levar avante suas posições.¹² Movimento semelhante acontecia na produção da literatura e da crítica literária e parece certo poder afirmar que há também no Grupo de Historiadores, desde sua formação, uma preferência e um interesse grande pelo estudo da cultura, que levou a aproximações importantes com os estudos de Raymond Williams, *Culture and society* (1958), e Richard Hoggart, *The uses of literacy* (1957). Pelo menos nos estudos de Thompson esta preocupação é sensível. O uso da literatura e da poesia, como fontes, pode mesmo ser considerado uma constante em suas obras, desde *William Morris*, ou na *Formação da classe operária*, anos mais tarde, a ponto de ter sido rotulado, por alguns, como um "culturalista", no sentido pejorativo e superficial, sem maiores aprofundamentos sobre sua proposta de análise.

O diálogo com Williams nem sempre foi tranqüilo, a princípio com resenhas ácidas e críticas duras, de parte a parte, mas aos poucos foram compreendendo e explicando melhor seus pontos de vista e aplainando as divergências para perceberem que, afinal, não estavam tão distantes. Absorvidas as críticas e trabalhadas as diferenças houve, principalmente através de outros historiadores e literatos que trabalhavam dentro das preocupações dos Estudos Culturais, um produtivo entrosamento.

11 Palmer, B. D. "Learning to be left". In: *The making of E. P. Thompson: marxism, humanism and history*. Toronto, New Hogtown Press, 1981, pp. 35-6.

12 Schwarz, Bill. "The people in history: the communist party historians group, 1946-1950". In: *Making histories. Studies in history writing and politics*. Johnson, Richard (ed.). Center for contemporary cultural studies. Londres, 1982, pp. 44-95.

Não há dúvida de que ao lidar com a categoria “cultura” em todo o conjunto de sua obra, mas especialmente na *Formação da classe operária*, Thompson propõe uma outra maneira de buscar e de investigar as “experiências” dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana em seu dia-a-dia, e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico. E é aí que podemos avaliar a maneira como essas experiências são elaboradas em termos culturais, incorporadas às tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais que podem se constituir em consciência de classe.

A proposta era polêmica, sobretudo na forma de operacionalização, no sentido de concretizar a investigação, e isto vai ser sempre cobrado de Thompson. Lendo a obra, seu detalhamento, a investigação cuidadosa, as precauções quanto às afirmações, interferências ou generalizações, pode-se sentir sua preocupação com o ofício do historiador, e o significado de suas discussões sobre o diálogo constante com as fontes, que ocupam muitas páginas de seus argumentos na *A miséria da teoria*, seu entusiasmo com os arquivos, sua discussão sobre a “lógica histórica” e “o discurso disciplinado da prova”. Também a obra *Senhores e caçadores* nos leva a estas reflexões, no acompanhamento dos processos, na discussão da rebeldia negra e do valor atribuído à lei, tudo muito bem apresentado como a leitura possível diante de material encontrado. E ele não se cansa de repetir que a importância da história real, da investigação empírica, é que ela não somente testa a teoria, mas reconstrói a teoria. Sem esta predisposição para trabalhar com a teoria, mas também com a investigação e a pesquisa, enquanto campo de exploração de possibilidades, não haverá contribuição possível. O historiador tem de estar alerta todo o tempo, com a responsabilidade constante de discutir passo a passo a teoria com a qual trabalha, sem confundi-la com a metodologia ou as técnicas de investigação. E é esta a polêmica principal que sustenta todo o tempo na *A miséria da teoria*. E está lá sua célebre afirmação, de que, como historiador, só conseguiu avançar em seu trabalho, quando se convenceu de que “a teoria não tinha sede nem no Partido e nem no Departamento de Filosofia”.

Muito das críticas levantadas a respeito da *Formação da classe operária* diz respeito exatamente a uma perspectiva de que o livro indica as direções de investigação, pesquisa e interpretação e traça as linhas de compreensão de como a classe operária determinou ou foi determinada, no processo específico da industrialização inglesa, mas não concretiza esta expectativa. Em outros trabalhos posteriores, ao invés de avançar para o século XIX, para acompanhar este processo, Thompson volta ao século XVIII.

Por várias razões, segundo ele, novas questões são colocadas – questões históricas e teóricas que necessitam mais investigação–; e é o que ele se propõe em seus estudos sobre o século XVIII. E, juntamente com vários outros autores marxistas ingleses, Thompson contribuiu para a revisão necessária da visão de um século XVIII de aparente estabilidade política e social.

Assim, enquanto historiador que sempre trouxe a política intimamente associada à sua profissão e por isso sempre reafirmou o compromisso constante com o seu tempo, é possível identificar em sua obra, desde cedo, outra abordagem engajada, no tocante a valores humanistas, na linha do socialismo, e, sobretudo, o destaque para a idéia de que os homens fazem sua própria história, acentuando sempre este lado da ação humana. Idéias polêmicas que lhe valeram qualificativos de “idealista” e de “socialista utópico” ou reformista, e que o acompanharam ao longo dos anos. Ação e luta estiveram intimamente relacionadas, sem no entanto permitir que os sujeitos perdessem sua força e sua identidade.

Não é difícil perceber que tendo se tornado um dissidente, em 1956, quando rompeu com o Partido Comunista inglês e com o movimento Comunista Internacional, liderado pela URSS, pelas discordâncias óbvias com o stalinismo e os usos totalitários da teoria marxista, sua historiografia passa a se identificar em todos os momentos da crítica, da polêmica e da revisão, com suas divergências teóricas e sua posição de dissidente.

A proposta de continuar o grupo de historiadores, sem filiação partidária e com adesões ampliadas, não teve muito sucesso. E os compromissos assumidos, dentre outros, os de reescrever a história inglesa, intervir na elaboração dos livros didáticos e no ensino e batalhar para manter viva a luta pela cultura da classe trabalhadora, vão sendo cumpridos esparsa e individualmente, com outros grupos que se organizam, outras revistas que são criadas e outros trabalhos que avançam.

Fazer, pois, do compromisso de escrever a história vista de baixo, como sendo a história da luta e da opressão de classes, no contemporâneo, fazendo surgir todos os sujeitos, combinando a investigação histórica com valores socialistas humanistas,¹³ sem perder a dimensão da “lógica histórica”, é o desafio que Thompson legou aos historiadores que nele se inspiraram. Tudo dentro do que ele chamaria de tradição marxista, isto é, examinando as fronteiras do desconhecido, interrogando os silêncios, sem querer apenas coser conceitos novos em pano velho, mas reordenando as categorias.

13 Thompson, E. P. “Socialist humanism”. *New Reasoner*, Summer, 1957.

III

Disposto a “fazer história” que significasse compromisso e engajamento com seu tempo, Thompson é antes de tudo um dos grandes exemplos de intelectual militante que discute supostos teóricos, como já acentuamos, sem se descuidar da necessária investigação empírica para sustentar posições. Com isso consegue mostrar que não há separação possível entre as lutas empreendidas no social e a produção intelectual, ainda que se reconheça a dificuldade, não apenas de realizar estas premissas, mas de manter a coerência nas práticas sociais demandadas pela realidade do tempo histórico vivido. Por isso mesmo, a preocupação com o diálogo, a polêmica sustentada com vários autores e a referência constante de que história e política em sua obra sempre estiveram intimamente relacionadas; e ele não saberia fazer diferente. Isso não significava, para Thompson, a supressão sistemática das evidências “inconvenientes” ou que não se adequassem a seus propósitos políticos, como faziam muitos dos intelectuais militantes da esquerda marxista ou ativistas do período. Suas críticas acerbas, seu rigor de pesquisador exigente, foram sempre dirigidos aos adversários da direita, bem como aos de seu próprio campo, o que de alguma forma lhe garantia credibilidade e lhe valeu acusações ora de ser agente da Otan, ora do Pacto de Varsóvia, ou de ser “duro” com o capitalismo e “mole” como o comunismo.

Veja-se, por exemplo, sua opção na década de 80, de colocar de lado, por algum tempo, seus estudos e pesquisas sobre o século XVIII inglês, para participar e liderar movimentos ingleses e europeus de armamento nuclear (CND – Campanha de Desarmamento Nuclear e END – Desarmamento Nuclear Europeu) por considerá-los, naquele momento, como prioridade na luta política. E é sobre os assuntos de sua prática social, no período, que ele trabalhou e produziu conhecimento, aliás pouco conhecido no Brasil. Na condição de militante ativo do movimento pacifista e de desarmamento nuclear, Thompson tornou-se uma figura conhecida nos meios de comunicação europeus, realizando entrevistas e palestras e se envolvendo em duras polêmicas e debates com personalidades de destaque dos meios governamentais, principalmente militares, a cujas questões se dedicou em profundidade, fazendo conferências por toda a Europa e Estado Unidos.

Em famoso artigo “Notes on exterminism”,¹⁴ publicado na *New Left Review*, em 1980, Thompson chama a atenção para o que considerava o “imobilismo” da

¹⁴ Thompson, E. P. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo, Brasiliense, 1985. Contém as discussões ocorridas em um Simpósio em torno do artigo de Thompson e as opiniões de vários autores e intelectuais americanos e europeus. Sobre estas discussões há também *Protest and survive* (Londres, 1980), coleção de artigos organizados em co-edição; *Beyond the cold war* (Nova York,

esquerda marxista, incapaz até ali, de se posicionar melhor teoricamente, ou de produzir qualquer base de interpretação para a Guerra Fria e a situação mundial posterior, que não fossem os inevitáveis chavões sobre a “vontade perversa de imperialismo”.

Para examinar a dinâmica interna e a lógica do processo, Thompson propõe uma nova categoria de análise para a Guerra Fria:

Não é propriamente o caso de revolver as entranhas de dois diferentes modos de produção, buscando augúrios quanto ao futuro, se é que somos tão desatentos para perceber a que produzem esses modos. Pois o que está sendo produzido cada vez mais pelos EUA e pela URSS são os meios de guerra, assim como o que está sendo exportado cada vez mais por ambas as potências para o Terceiro Mundo, em uma rivalidade competitiva, são materiais bélicos e respectivos sistemas, infra-estruturas e tecnologias militaristas.

Aqui há uma dinâmica interna e uma lógica recíproca que requerem uma nova categoria de análise. Se o “moinho manual nos dá uma sociedade com o senhor feudal”; o “moinho a vapor uma sociedade com o capitalista industrial”; o que nos é dado por esses “moinhos setânicos que agora estão em funcionamento, moendo os meios de extermínio humano?”. Já cheguei outras vezes a esse ponto de raciocínio, mas desviava os olhos por desespero. Agora, quando o encaro diretamente, sei que a categoria de que precisamos é a do “exterminismo”.¹⁵

Na verdade, a discussão e os argumentos de Thompson vão na direção de mostrar os crescentes comprometimentos dos orçamentos dos países, em todas as partes do mundo, com os gastos militares e o fato de que, na maioria das vezes, as decisões sobre tais investimentos, na área, escapavam ao controle, ou deixavam de ser opções políticas de executivos ou de legislativos para se tornarem o exclusivo campo de decisões técnicas, militares ou burocráticas em nome de uma suposta “paridade” armamentista decidida há muito tempo, sem que se reavaliasse o significado das decisões, apanhados que estavam na armadilha de um caminho dito necessário e sem volta.

Não há dúvida, entretanto, de que a principal contribuição de Thompson nesta polêmica foi a de trazer para o campo do debate político aberto, questões que teimavam em permanecer no campo cerrado da “segurança nacional”, ou mesmo dos detalhes técnicos e números de comitês reservados e sessões secretas. Principalmente conside-

1982) e *Zero option* (Londres, 1982), além de inúmeros artigos esparsos em jornais e revistas do movimento pacifista e outros. Nesse aspecto, a coletânea de 1980, *Writing by candlelight*, resumindo a produção dos anos anteriores, representa o esforço de desmontar passo a passo “os meios empregados para oferecer o que se denomina e elabora como ‘consenso’ da opinião pública nos limites da vida política inglesa”.

¹⁵ Thompson, op. cit., pp. 20-1.

rando-se o fato de que suas críticas se dirigiam a ambos os poderes mundiais, seu papel foi o de chamar a atenção do grande público europeu para o fato de que se devia reconhecer: a rivalidade Leste/Oeste havia se desenvolvido acima das cabeças e dos interesses europeus e era chegada a hora de eles mesmos refletirem e decidirem, politicamente, sobre como desenvolverem as condições necessárias para proporcionar o fim da Guerra Fria. Este é o ponto principal, batido e rebatido por Thompson, e que sempre colocava o componente da questão e a "necessidade da paz" e não da guerra, como alternativa.¹⁶

Não se podia dizer que o assunto não era polêmico e que Thompson não se dedicou a ele com toda a sua energia, escrevendo panfletos, lançando jornais, artigos, cartas ao leitor e ao editor, dando entrevistas e realizando conferências, onde quer que fosse chamado, no rádio e na televisão, a ponto de se tornar uma figura popular, como o Professor Thompson, liderança do movimento pacifista e pelo desarmamento nuclear.

E as questões levantadas não deixavam de ser aquelas que o acompanhavam como historiador: a necessidade de entender a Guerra Fria como um fenômeno multifacetado, emanado das condições políticas, econômicas, culturais e militares e não apenas como uma lógica militarista entre "dois blocos", como queriam alguns, e ainda mais, suas propostas práticas de que somente a revolta e a ação dos cidadãos conseguiriam se contrapor a um processo social que poderia levar os países, coletivamente, a um conflito nuclear, quando nenhum indivíduo assim o queria.

Criticado por seu excessivo otimismo – o que segundo alguns o fazia assumir posições idealistas –, ainda assim nunca abdicou de sua constante ênfase na ação humana como propulsora da história.

Mas as questões teóricas levantadas contra a categoria "exterminismo" foram fortes. Raymond Williams aponta mesmo um certo "determinismo tecnológico" no sentido de que as armas nucleares ironicamente passavam a constituir-se em uma força incontrolável e impessoal. Outros consideram que mesmo se levando em conta a grande autonomia dos setores produtores de armamentos, no Leste e no Oeste, estes estariam longe de poderem ser configurados como um modo de produção e, levando mais à frente os argumentos de Williams questionam quais seriam as forças capazes de ação, no sentido da mudança, dentro deste modo de produção. Tratava-se da volta tanto aos argumentos ortodoxos das contradições internas para fazer caminhar a roda da história como as da ação dos sujeitos, tão cara a Thompson.¹⁷

16 Bess, Michael D. "E. P. Thompson: the historian as an activist". In: *American Historical Review*, 98(1):19-38, feb. 1993.

17 Shaw, Martin. "From total war to democratic peace: exterminism and hystorical pacifism". In:

Bastante enfatizada por todas as críticas é o fato de que a discussão sobre a Guerra Fria trouxe à tona a incapacidade, não apenas dos historiadores socialistas, mas dos historiadores em geral, de lidar com as formulações teóricas sobre a guerra, na sua dimensão histórica, a participação dos trabalhadores e de suas organizações e o futuro do movimento pacifista, todas questões vitais aos socialistas e aos historiadores como Thompson, que colocavam premissas teóricas para sustentar sua prática, tanto historiográfica quanto social.

Refazendo alguns de seus argumentos, reconhecendo alguns exageros polêmicos e respondendo às críticas, ainda assim Thompson insiste em "Europa: o elo mais frágil da Guerra Fria", artigo também publicado ao final do debate sobre "Exterminismo", em considerar relevante e extraordinário, o sucesso e os bons resultados da discussão, pois "Inaugurou um discurso internacional do tipo novo". E acrescenta:

Reluto em abandonar a categoria de "Exterminismo"... o termo em si mesmo não importa, é feio e ultra-retórico. O que importa é o problema que ele aponta. No impulso inercial e na lógica recíproca dos sistemas antagônicos – e na centrifugação dos interesses materiais, políticos, ideológicos e de segurança que os acompanham – permanece algo que não pode ser explicado com as "categorias de imperialismo" ou "luta de classes internacional".¹⁸

De alguma forma, em seus escritos deste período e em sua participação nestes movimentos pacifistas e pelo desarmamento nuclear, Thompson mostra como jamais abandonou a discussão de questões teóricas de relevância para o historiador, sobretudo as que dizem respeito à compreensão de que afinal o que a história coloca em debate é exatamente esta inter-relação do passado com o presente e o futuro. E os pontos de destaque não deixavam de ser os de sua prática anterior: história e teoria, biografia e política, cultura e ideologia, guerra e paz, experiência, etc. Fosse em sua ação prática ou na produção de artigos e panfletos, estava enfrentando as questões de ações históricas, de movimentos, comitês, ou grupos que se organizavam na defesa de algum princípio de ação e para isso enfrentavam o poder, os tanques, os mísseis ou os governos de ambos os lados.

A partir da queda do muro de Berlim, dos acontecimentos da Praça da Paz, do desenvolver da situação na URSS e em resposta aos que tratavam dos "Fins da Guerra Fria", da derrocada do socialismo, do fim do marxismo e até da história, Thompson

Kaye, Harvey J. and McClelland, Keith (eds.). *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Cambridge, Polity Press, 1990, pp. 232-51.

18 Thompson, E. P., op. cit., pp. 239-40.

continuava insistindo na necessidade de os historiadores, principalmente os socialistas, terem presente que

Nosso argumento jamais se limitou a um interacionismo de sistemas de armamentos (especialmente nucleares), como às vezes se supôs. O trabalho do movimento pela paz não foi apenas o de opor, mas também o de expor e de desmistificar o vocabulário malcheiroso das armas nucleares, revelá-las não apenas como armamentos, mas também como retórica simbólica, para a "supressão" da polícia e a substituição da ameaça de aniquilação pela resolução negociada das diferenças.¹⁹

Neste sentido, Thompson prefere pensar o fim da Guerra Fria não apenas como uma derrota do socialismo, mas como uma reabertura de possibilidades antes fechadas, em parte como consequência das pressões populares, em ambos os lados. Considerando que os movimentos pacifistas e anti-nucleares sempre procuraram explorar as possibilidades de "terceiras vias" para não reduzir a análise da Guerra Fria apenas ao choque de "dois blocos", acentua, mais uma vez, uma crítica forte, principalmente a alguns setores da esquerda marxista, que por insistirem apenas neste antagonismo maniqueísta acabaram imobilizados diante dos acontecimentos e por terem de admitir a leitura do fim da Guerra Fria como um obituário, não apenas sobre o comunismo de comando e o "socialismo realmente existente", mas sobre qualquer alternativa à sociedade capitalista.²⁰

Em sua participação nestes movimentos e debates, Thompson costumava definir-se, a princípio e em sentido bastante estreito, como um "pacifista nuclear". Mas ao elaborar um pouco mais as questões e com o avanço da "paridade" armamentista, acabou por reconhecer o horror tanto das armas convencionais quanto das nucleares, concluindo não ser mais suficiente lutar apenas pelo desarmamento nuclear. Reafirmando a necessidade de alargar seus objetivos, o movimento pacifista elaborou posições teóricas e práticas para condenar a todos os tipos e recursos à guerra. Neste sentido, diz Shaw, seria melhor classificá-lo como um "pacifista histórico", baseado no argumento de que a sociedade atingiu o ponto onde o recurso à guerra seria inviável, pela destruição. Raciocinando desta maneira, o movimento pacifista precisava convencer a todos de ser um genuíno movimento para uma sociedade sem guerras, ou sem preparação para a guerra, e não uma forma alternativa de segurança militar

19 Thompson, E. P. "Os fins da Guerra Fria: uma resposta". In: Blackburn, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pp. 73-85.

20 Thompson, E. P., op. cit., p. 80.

coletiva. Para retomar o sentido e dar conteúdo à idéia de democracias em paz, o movimento pacifista deveria retomar sua principal articulação com a questão básica, sempre colocada, da liberdade.²¹

E os acontecimentos no Leste Europeu, nos últimos meses, testam de certa forma aquelas chamadas posições otimistas sobre a "maturidade" das nações européias para conduzir suas diferenças. Mostram também, mais uma vez, que, a insistência de Thompson quanto ao "imobilismo" da esquerda, incapaz de produzir, sejam análises explicativas para estes acontecimentos, sejam ações ou reações, para qualquer solução do problema, mantém-se atual. E assistimos, paralisados, às matanças e à destruição de cidades e cidadãos sérvios e croatas, tudo em nome de explicações rasas da grande imprensa sobre o nacionalismo e o fundamentalismo religioso, sem estabelecer com estes acontecimentos qualquer relação crítica a não ser o horror moralista.

21 Shaw, Martins, op. cit., p. 249.

EXPERIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIMENTO HISTORIOGRÁFICO EM E. P. THOMPSON

*José Jobson de Andrade Arruda**

Aqui me sento com meu estudo aos cinquenta anos de idade, a escrivaninha e o chão empilhados com cinco anos de anotações, xeroxes, rascunhos deixados de lado, o relógio mais uma vez marcando a madrugada, e vejo-me, num instante de lucidez, como um anacronismo. Por que gastei esses anos tentando descobrir algo que, em sua estrutura essencial, poderia ser conhecido sem nenhuma investigação?¹

Jamais uma linhagem historiográfica deveu tanto a um só historiador: a história da classe operária e seu *modus faciendi*, o procedimento ancorado na idéia de experiência. Thompson, refinado credor desta formulação compõe, ao lado de Eric Hobsbawm e C. Hill, a trindade maior dos historiadores marxistas aglutinados pelo Partido Comunista inglês. De fato, foi somente com a divisão do Partido Trabalhista, em 1920, que o comunismo começou a trilhar o seu próprio caminho na Inglaterra. Quando as interpretações da História, baseadas nos princípios definidos por Marx e Engels, sobre a inevitabilidade da preponderância do material, do lugar da luta de classes na determinação do padrão geral das mudanças econômicas e sociais, do papel do motor do proletariado na História, começou a ter um impulso significativo.

Nos anos 30, momento no qual o *Left Club Book* engajou-se na campanha pela aliança com a União Soviética, teve início a formação da ala intelectual do Partido Comunista inglês. O Communist Party Historians' Group era formado por historiadores marxistas que, tão logo terminada a Segunda Guerra Mundial, retornaram à academia.

* Professor Titular de História Moderna da USP.

1 Thompson, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 350.

Eram quase todos professores universitários, ou desejavam sê-lo. Seu número praticamente quadruplicara. Comungavam um grande ardor político, imensa paixão pela História, intensa atividade intelectual que se desdobrava em reuniões, debates, nos quais discutiam a interpretação marxista da História, dando o máximo de si mesmos nesta verdadeira batalha de idéias, cuja finalidade última era romper o discurso 'empírico' da tradicional historiografia inglesa.

Em 1956, o C. P. Group implodiu. Sob o impacto da denúncia dos crimes de Stalin, feita por Nikita Kruchev, teve início a desestalinização.

A invasão da Hungria, pela União Soviética, agravou a crise. Thompson e John Saville foram os primeiros a denunciar a atrelagem do Partido Comunista inglês ao Partido Comunista soviético. Foram também os primeiros a deixá-lo. Mas Thompson não havia ingressado na carreira universitária; optando pelo ensino básico, tornara-se professor de educação para adultos no bojo do movimento operário e foi nesta condição que escreveu o clássico *The making of the English working class*, em 1963.² Dando aulas noturnas, aproveitava a oportunidade para discutir as idéias mestras de seu livro com seus alunos. Encontrava-se totalmente tomado pela militância política, atuando no movimento pacifista inglês como personalidade destacada. Seu livro, reeditado em 1968, acrescido de um capítulo adicional com respostas a seus críticos mais acerbos, é hoje um clássico da historiografia inglesa, um marco na história social. Hobsbawm considera o título do livro de Thompson mais do que acertado, aliás o mesmo que deu a um de seus artigos componentes do *Mundos do trabalho: o fazer-se da classe operária, 1870-1914*, e assim justifica:

O fazer-se da classe operária não é porque eu pretenda sugerir que a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim, como a construção de uma casa. As classes nunca estão prontas no sentido de acabado, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar. Entretanto, como a classe operária foi historicamente uma classe nova – não reconhecida como um coletivo social ou institucional, interna ou externamente, até um período específico – faz sentido delinear sua emergência enquanto grupo social durante um certo período.

E aduz: "Foi isso que Thompson pretendeu fazer".³ Ou seja, para ele as relações de classe e a sua consciência eram formação cultural e a classe em si mesma não era uma "coisa" e sim um "acontecer".

2 Thompson, E. P. *The making of the English working class*. Grã-Bretanha, Victor Gollancz, 1963.

3 Hobsbawm, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 273.

Fala-se, freqüentemente, em lacunas a serem preenchidas, como se a História fosse um *constructu* de cimento armado, cujos caixilhos podem e devem ser sistematicamente recheados pela multidão operária dos trabalhadores da História, como se a idéia do que deve ser preenchido não estivesse também em constante elaboração. Hélas, se uma lacuna existia, esta era a mais gritante, ou seja, a tradução do livro de Thompson no Brasil, que partindo das 958 páginas da edição de 1968,⁴ – que na sua tradução para o português cresceu em cerca de 25%, – transformou-se em um conjunto de três livros, *A árvore da liberdade*, *A maldição de Adão* e *A força dos trabalhadores*.⁵

O autor trabalha seu texto em três grandes áreas, com grande poder de permeabilização: o impacto social da industrialização, o papel do metodismo e o crescimento da consciência de classe. Seu prefácio provoca inquietações à direita e à esquerda. Constata a visão generalizada de que a classe "é uma coisa". Que a classe operária, nestes termos, é quase matematicamente certa. O outro ramo desta erva daninha é considerar que a consciência de classe é algo "inventado por intelectuais deslocados". Conclui que, "se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências...". A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria experiência histórica. Nestes termos, a classe operária estava presente no seu próprio fazer-se.

"Classe, e não classes." Por classe, Thompson afirma entender um fenômeno histórico que integra uma série de acontecimentos díspares e aparentemente sem conexão, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência. Para ele, a classe não é uma "estrutura", muito menos uma "categoria", mas algo que resulta efetivamente das relações humanas, extremamente fluidas e que nos escapa ao tentarmos dissecar a sua "estrutura". Esta relação é vital e precisa estar sempre referida a contextos reais. Assim, "a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus". São as relações de produção que determinam a experiência de classe, nas quais os homens entram involuntariamente. A abordagem cultural destas experiências, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais, é a consciência de classe. Entender a classe impõe, pois, vê-la como uma formação social e cultural. Nestes parâmetros, pode-se afirmar que

4 Edição da Penguin Books, Harmondsworth, 1968.

5 Os dois primeiros volumes foram publicados pela Paz e Terra, na Coleção Oficinas da História, em 1987, e o terceiro em 1988.

nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores [...] a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica.

Teórica e metodologicamente, Thompson insurge-se contra a leitura da história à luz do devir. Neste caso, apenas os vitoriosos são lembrados. "Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos." Algumas destas causas perdidas pelo povo na Revolução Industrial inglesa poderiam ser vencidas na Ásia ou na África. Neste passo, Thompson põe-se num compromisso com o futuro, no qual o *telos* maior da transformação social revela o historiador e o homem de ação. Neste inspirado parágrafo, Thompson coloca-se de corpo e alma:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do "obsoleto" tear manual, o artesão "utópico" e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas accidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas accidentais.

O caminho traçado por Thompson começa em 1790, quando uma espécie de "Revolução Inglesa", comparável à Revolução Francesa, aconteceu. A intensa movimentação das camadas populares, jacobinos ingleses, inspirados em Tom Paine e nos revolucionários franceses, levou-os a sistemáticas tentativas revolucionárias, agravadas pelas condições específicas, geradas pela Revolução Industrial inglesa nos seus albores. Tais tentativas falharam, dominadas por uma forte coalizão entre a burguesia industrial e os terratenentes, que impediram os jacobinos ingleses e os militantes do jovem movimento sindical de "fazer" a Revolução, mas conduziram-nos a uma especial consciência de classe operária, profundamente marcada pelo ideário radical inglês do século XVIII. Este foi o ganho real da "Revolução Industrial", a ruptura da "muralha chinesa", que separava a história da agitação operária da sua história cultural e intelectual.

Outro aspecto importante foi a herança da tradição libertária oriunda do século XVII, que protegia o indivíduo contra o absolutismo, justificando, em certas circunstâncias, o direito de amotinar-se contra a autoridade. É importante destacar o lado fortemente conservador dos insurgentes, como, por exemplo, os *food rioters*, legitimados em suas ações pela velha economia moral dos pobres, assentada na idéia de imo-

ralidade de qualquer método que visasse a alta dos preços dos suprimentos básicos, em detrimento das necessidades do povo. Era a anteposição da economia moral à economia de mercado. Esta temática, do protesto popular, aparecera em trabalhos de Rudé, Rose e Hobsbawm, mas Thompson foi o primeiro a integrá-la no contexto mais geral do radicalismo inglês, a indicar sua importância na emergência da consciência política popular. Nestes termos, os motins de Gordon, nos anos 1780, foram as últimas ações populares do século XVIII.

Gradualmente, o protesto popular perdeu seu caráter conservador, rumando a comportamento radical. Thompson considera que a história da classe operária foi falsificada pelos historiadores que a abordaram a partir da tradição pacifista dos movimentos trabalhistas do final da Era Vitoriana. Insiste na permanência, na continuidade da tradição revolucionária inglesa durante o século XIX, algo mais do que uma simples resposta à ação de agentes provocadores. O ludismo não foi apenas um protesto cego; bem-informados e organizados, seus ideais conscientes opunham-se à economia política prevalente, se bem que ancorados em costumes tradicionais. O medo do radicalismo popular e do ludismo ajudou a criação de uma consciência de classe média, bem como forjou a aliança entre proprietários e industriais. A aliança potencialmente revolucionária do proletariado urbano com a burguesia mais radical, que dá sinais de emergência nos anos 1790, foi frustrada pelos Massacres de Setembro, deixando os trabalhadores radicais sozinhos em sua própria luta.

Entre 1790 e 1832, havia na Inglaterra o que se pode chamar de situação revolucionária sem revolução. A força da contra-revolução orientou o impulso revolucionário, depois de 1800, rumo à incrementação do fervor religioso do metodismo, uma forma ritualizada de 'masturbação' psíquica, evidente na violenta evangelização e nas conversões espetaculares, comuns a muitos tipos de 'renascimentos'. Depois de 1820, o movimento desaguou no constitucionalismo radical dos reformadores da classe média. O metodismo e o radicalismo político foram duas experiências transformadoras. Ao 'plantar a árvore da liberdade' na classe trabalhadora, os sentimentos radicais e democráticos metamorfosearam-se, de modo a tornar-se um elemento distintivo da consciência da classe operária, no século XIX. As condições geradas pela Revolução Industrial dilaceraram as relações sociais. A reciprocidade de interesses entre empregadores e trabalhadores desapareceu. E, apesar de ganhos duvidosos nos padrões de vida, agravou-se a miséria e a exploração. No bojo deste conflito, premidos pela contra-revolução e pela Revolução Industrial, a classe trabalhadora passa a ver-se como uma classe, com interesses, valores e cultura comum. Atinge-se a autoconsciência coletiva, a maturidade da consciência da classe operária, nos anos 30. Produziu-se, então, a mais notável cultura popular que a Inglaterra até então conhecera. Um ganho espiritual, na

medida em que os trabalhadores dela emergiram com propósitos definidos, com sentimentos radicais e democráticos, com uma cultura específica, que somente entra em declínio com as sociedades afluentes e o avanço das comunicações de massa.

Este magnífico livro encerra um oceano de questões. Reteremos apenas as mais debatidas, a começar pelo metodismo. Aqui se revela uma das principais virtudes do autor, a integração entre história religiosa e história social. Destaca as afinidades submersas entre o metodismo e o utilitarismo da classe média. Realça o impacto do metodismo na recreação popular e na disciplina do trabalho. Argumenta, contra Hobsbawm, que o metodismo, longe de ser uma 'religião do trabalho', era um componente do processo físico de contra-revolução, uma força social estabilizadora e regressiva, capaz de canalizar, de modo inofensivo, as ameaças sociais ou os menos produtivos. Nesta medida, o metodismo constituía-se no pólo negativo do processo social e salvou a Inglaterra da Revolução. Certamente, trata-se de uma questão complexa e com pontos numerosos ainda por clarificar. Um é o atribuído caráter 'milenarista' do metodismo. Outra, o fato de que muitos metodistas milenaristas eram exatamente os mais radicais, a tal ponto que 'milénarismo' e 'radicalismo' eram considerados sinônimos em muitos círculos metodistas. Uma terceira deriva da observação de Hobsbawm, de que os metodistas representavam uma parcela reduzida da população industrial.

Uma Revolução Industrial menos quantificada, menos tecnicizada, emerge das páginas de Thompson. Seguindo as pegadas de Marx, enfatiza a degradação da massa trabalhadora a ponto de criar um 'estado' revolucionário. Ao mesmo tempo, brota a consciência coletiva e a cultura operária, conformando uma classe forte, brava, inteligente e cooperativa. Flagrantes contradições? Parece-nos que não. Se entre 1790 e 1840 houve incrementação ligeira nos padrões materiais de existência, houve também uma intensificação da exploração e maior insegurança. Se em 1840 a situação era melhor que nos últimos 50 anos, sua experiência social, como um todo, representava uma verdadeira catástrofe, desde que comparada ao mundo das relações sociais anteriores à Revolução Industrial. "É bem possível médias estatísticas e experiências humanas correrem em direções opostas [...]. O povo pode consumir mais mercadorias e tornar-se menos feliz ou menos livre, ao mesmo tempo." Progresso material e declínio de condições psicológicas da existência não são irreconciliáveis.

A questão da classe, da consciência de classe e do estado de revolução, devem ser analisadas conjuntamente. Sobre as possibilidades revolucionárias, Thompson afirma que havia algo parecido com uma revolução nos anos 1790. Em 1832, havia de novo um estado de crise revolucionária. O ano de 1819 foi um ensaio para 1832 e, em ambos os anos, uma revolução era possível, principalmente em 1832. Refere-se à

insurreição política da massa e à quase-insurreição dos trabalhadores pobres, que apesar das preliminares de uma guerra civil, não resultou em revolução. Argumenta que pelo fato de a revolução não ter acontecido, não significa que jamais poderia ter acontecido. A possibilidade de uma tradicional potencialidade conspirativa está sempre presente nestas interpretações. Valeria a pena, talvez, lembrar com Hobsbawm que a formulação de "questões do tipo 'se ao menos', em relação à história operária ou qualquer outra", exige uma consciência lúcida do que estamos fazendo, por que o fazemos e o que esperamos com isto. Thompson está, certamente, alerta para estas limitações do raciocínio hipotético na História.

Fiel à sua concepção de classe – um produto da ação e da experiência vivida num determinado quadro de referências culturais, uma relação acima de tudo – Thompson privilegia a fragmentação empírica da classe operária, destaca a riqueza do conflito, mas geralmente remete a consciência de classe ao universo dos artesãos, a quem ele considera "um caso especial – a elite intelectual da classe". As fortalezas da resistência da classe operária foram os centros artesãos, e a cultura radical era a cultura dos trabalhadores especializados. Os artesãos elevaram o nível da consciência política. Isto não impediu, pelo contrário, cavou um enorme fosso entre os artesãos de um lado e a massa dos trabalhadores londrinos, do outro, mesmo em 1832. "Nas cidades conviviam", diz Thompson, "uma cultura plebéia, obscena e vigorosa, coexistindo com a tradição mais política entre os artesãos." Esta pluralidade complexa da classe operária se evidencia no próprio fazer de sua história. Ela aparece nas agitações dos anos 1791-95, clamando por direitos amplos e forçando uma aglutinação ao nível da classe proprietária. Depois de 1795, verificou-se uma profunda alienação entre as classes, aliviando a tensão e provocando brechas na classe proprietária. As cicatrizes cicatrizaram-se tão logo as agitações se renovaram em Rawfolds, às quais seguiram-se uma nova acomodação entre os proprietários e industriais, em 1832, que acabou por produzir uma configuração mais duradoura da sociedade inglesa.

O que Thompson está prognosticando é que a disposição de agir como classe, de comportar-se como classe, ocorreu neste período. Ele não está afirmando que uma consciência ampla e plena, compartilhada por todos os segmentos da classe trabalhadora, fora atingida, como tem sido sugerido por vários historiadores.⁶

Thompson acrescenta muitíssimo ao nosso conhecimento sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, oferecendo-nos novos materiais e novas abordagens, definindo os paradigmas de uma nova história social. Sua análise sobre a formação da classe

6 Rule, John. *The labouring classes in early industrial England 1750-1850*. Londres, Longmans, 1986, p. 386.

operária parte da vivência concreta da classe, privilegiando, porém, as dimensões simbólicas, no sentido mais amplo. É no quadro da dimensão cultural que o autor vai rastreando a construção da classe, no plano de suas formas específicas de viver o mundo que a rodeia, de senti-lo, de expressá-lo e de contra ele se revoltar. As manifestações de oposição, de revolta, típicas do conjunto da classe trabalhadora inglesa, estão no centro nervoso de constituição de classe. Dessa forma, a urdidura da classe operária passa pelo processo de fazer a sua consciência, no plano mesmo das suas manifestações imediatas e cotidianas. Assim, a classe não é pensada pelo autor como uma categoria definida por um 'lugar' determinado e prefixado na dimensão material da vida, nem tampouco portadora de uma consciência à qual se pode chegar a partir de sua inserção estrutural. A consciência da classe é, *ex ante*, resultado da sua própria trajetória no tecido da sociedade, movimento esse que a constrói e, ao mesmo tempo, lhe permite fazer a própria história.

Um exemplo concreto desse procedimento é o livro *Senhores e caçadores*, publicado em 1975, e que fora originalmente pensado para compor a coletânea *Albion's fatal tree*,⁷ mas que cresceu de volume e importância a ponto de justificar-se sua publicação em separado. A obra contém, nos dizeres do próprio autor, uma série de experimentos, a começar pela forma de redação que segue a trilha do encaminhamento da pesquisa, reproduzindo em parte as vicissitudes e complexidades do pesquisador; negligencia as interpretações dos autores que analisaram o período imediatamente anterior ao objetivo do estudo, os anos de 1723-1725, mergulhando em fontes manuscritas. À falta de documentação jurídica indispensável para seu estudo, à rarefação dos jornais, valeu-se das experiências dos moradores humildes e pobres das florestas, seguindo os liames que os atavam ao poder, encarando a sociedade de "baixo", da forma como ela própria se via em 1723. Nestes termos, o episódico, o fragmentário, torna-se emblemático e permite a recuperação de eventos que se perderam para o conhecimento histórico e, até mesmo, para o saber de seus coevos: "uma procissão com repolho aqui, um repique de sinos ali, [...] um panfleto na rua, [...] cartas anônimas, canções assobiadas, baladas cantadas nas tavernas".

Seu objetivo principal era o estudo das origens da Lei Negra, decretada em maio de 1723, e que de um só golpe instituiu 50 novos delitos capitais, delitos estes que, analisados rigorosamente sob o império da lei, da formalização jurídica, do cutelo do poder, poderiam chegar a 200 ou 250 crimes passíveis de pena máxima. Trilhava

7 Obra organizada por Douglas Hay, Peter Linebaugh e E. P. Thompson. Foi publicada pela Allen Lane, em 1975. *Whigs and hunters* foi publicado em 1975, reeditado em 1977, e traduzido para o português em 1987 pela Paz e Terra.

Thompson as sendas tortuosas da história do crime no século XVIII,⁸ veredas estas que poderiam conduzi-lo ao próprio aparato do Estado britânico no século XVIII, Estado este que existia para preservar a propriedade e, incidentalmente, a vida e a liberdade dos proprietários.

Ancorado na trajetória da pesquisa, o autor parte do delineamento do seu microcosmo social, a Floresta de Windsor. Para entender o mecanismo de poder ali instalado é levado à recomposição da administração da Floresta por volta de 1723, o poder burocrático florestal, pano de fundo imprescindível à compreensão da Lei Negra, suas origens e desdobramentos sociais. A Floresta não vivia a concórdia social. Pelo contrário, as tensões e conflitos multiplicavam-se, "proprietários alodiais e arrendatários por costume estavam em permanente conflito pelos direitos comunais, tanto com os funcionários da floresta quanto com seus próprios senhores". Ainda mais, "como tais direitos eram amplos e válidos para todos os habitantes, é provável que os diaristas rurais tenham tomado o partido dos agricultores". Em meio ao conflitivo quadro social, ganha realce o papel dos Negros de Windsor, uma figura social composta de bandidos sociais e rebeldes rurais, na concepção de Hobsbawm. "Florestanos armados", "gente do campo", que se habituara à resistência armada, aos cercamentos privados, à usurpação das terras comuns, ao seu direito de cortar lenha, recolher turfa ou apascentar seus rebanhos, como define Thompson. Mas o universo dos "transgressores" é mais amplo e intrincado. Não se reduz aos que pintavam seu rosto com fuligem, camuflando-se, os *negros*; estende-se por todos os escalões da estratificação social, dos trabalhadores não-qualificados aos fidalgos, passando por artesãos, comerciantes e agricultores. Entre os primeiros está o contingente mais numeroso; entre os fidalgos e baronetes, o menor. Diaristas rurais, empregados fixos no campo e cavaleiros de estalagens formam o estrato mais numeroso da "delinqüência" na Floresta de Windsor, entre 1722-1724. O contingente de artesãos e agricultores vem logo a seguir.

Nas Florestas de Hampshire, a ação de bandos de Negros incendiava a imaginação popular, revivendo a lenda de Robin Hood, encarnada no "Rei John", um grupo de homens que se divertiam com exercícios viris e roubo de cervos, mais por galhofa do que por interesse material. Audazes, pareciam dotados da força mágica do ocultamento. Na verdade, moviam-se no secreto da proteção popular, sob o manto de ressentimentos sedimentados por décadas. Audaciosos, anunciavam suas aparições, surgindo em meio de centenas de pessoas, apesar de não contarem mais do que 15 membros. Caras

8 A história social do crime tem produzido revelações inesperadas. Cf. Lane, Roger. "Crime and the Industrial Revolution: British and American views". *Journal of Social History*, 7(3):287-303, 1974.

pintadas de preto, casacos e bonés de couro, liderados pelo “Rei John”, que com seus “falsos-pretos” apregoava fidelidade ao Rei George, mas reservava-se o direito de “fazer justiça e verificar que os ricos não insultassem nem oprimissem os pobres”.

No lado oposto aos Negros, caçadores clandestinos, encontravam-se os senhores, os Whigs, que nos anos 20 formavam um conjunto heterogêneo de “especuladores políticos, traficantes de capitais, oficiais cevados nas guerras de Marlborough, dependentes oportunistas da Justiça e da Igreja, e grandes magnatas fundiários”. Não eram herdeiros da Revolução Puritana de 1640, mas sim da reação conservadora de 1688. “Vestiam desajeitadamente, como uma fantasia, a retórica libertária transmitida pelos seus ancestrais.” A Lei Negra colocou um poder incomensurável em suas mãos para constrangimento daqueles aos quais consideravam um estorvo. Um instrumento legal que “na melhor das hipóteses... tornou-se uma curiosa espécie de carta magna da morte para os legisladores do século 18”. Por isso, Thompson considera que a vida política da Inglaterra, nos anos 20, tinha algo de uma “república de bananas”, na qual os “predadores lutam pelos espólios do poder sem concordarem em se submeter a regras e formas racionais ou burocráticas”.

O duro embate entre os deserdados das Florestas e os guardas encarregados de submetê-los consegue apenas postergar a expropriação para o século XIX em alguns redutos, tais como a Floresta de Windsor, Nova Floresta e Floresta de Dean. Os direitos de pastagem aí mantidos eram excepcionais, exatamente porque os conceitos de propriedade mantinham-se aí “defasados em relação ao espírito da época”. A transformação do conceito de propriedade no decurso da Revolução Inglesa do século XVII, na qual declina a noção de propriedade real em favor da propriedade iminente, relacionada ao possuidor, consolida-se no século XVIII, quando se firma a jurisprudência em favor da propriedade absoluta dos bens, abolindo as formas arcaicas e pré-capitalistas de propriedades e direitos simultâneos. As reivindicações dos menos favorecidos, quando ouvidas, eram estigmatizadas pelo espírito de caridade. As resistências, ao fechamento dos campos, por exemplo, identificadas a uma conjuração social, precipitavam a utilização da lei como peça estratégica no arsenal dos processos judiciais.

Exatamente neste ponto, quando ensaia reflexões sobre a natureza histórica da lei no século XVIII, Thompson torna-se o historiador instigante e criador. Investe contra o marxismo vulgar para o qual “o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe”; “fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante”. Nega o caráter de “já explicado” da lei como elemento da superestrutura. Reconhece que a lei, entendida como instituições ou pessoas, pode ser “facilmente assimilada à lei da classe dominante”. Mas, insiste que

... a lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm uma relação ativa e definida com as normas sociais; e, por fim, pode ser vista simples-

mente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios – isto é, simplesmente *enquanto lei*.⁹

Neste contexto, a Lei Negra não expressava apenas a ascendência da oligarquia Whig e a busca da legitimação de sua propriedade. Reflete também outras formas de propriedade que estavam em jogo e que atingiam diretamente o interesse do proprietário rural, do trabalhador rural, dos funcionários, dos habitantes das florestas. A lei acabava por ser o fruto da prática efetiva visceralmente “imbricada na própria base das relações de produção [...] endossada por normas tenazmente transmitidas pela comunidade”, não podendo simplesmente ser descartada como ideologia.

Evidentemente, numa sociedade dominada pelo discenso, a lei era formulada e aplicada diretamente para impor o poder de classe e legitimá-lo. Sabiamente, a hegemonia da classe dominante inglesa do século XVIII expressava-se, sobretudo, “pelos rituais de profunda meditação dos Juizes de Paz, pelas Sessões Trimestrais, pela pompa das Sessões Judiciais e pelo teatro de Tyburn”. Destarte, as relações de classe expressavam-se *através das formas da lei*, que apresentavam suas próprias características, história e lógica de desenvolvimento. *Toda retórica do século XVIII inglês está saturada da noção da lei* (grifo nosso), transformando seus emuladores em prisioneiros de sua própria retórica, retórica esta que permeava a mentalidade de parte da multidão plebéia. A lei, por conter princípios de igualdade e universalidade, estendia-se forçosamente à toda condição humana, transformando a necessidade em virtude.

De forma contundente, sarcasticamente, Thompson reverbera a história ingênua: “Se a lei é manifestadamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legítimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma”. Sua eficácia como instrumento de dominação é mostrar-se avessa às manipulações, parecer ser justa e sendo mesmo às vezes justa. Ideologia não é mera hipocrisia. Mesmo os dominantes necessitam sentir-se legítimos no seu poder, moralizados em suas funções, sentirem-se úteis e justos. “A lei é, em si mesma, um bem incondicional.”

A obra jurídica dos séculos XVI e XVII, respaldada pela ação dos revolucionários do século XVII, transmitiu-se como herança para o século XVIII, originando nas mentes de uns poucos homens a aspiração de ideais e valores jurídicos universais. “A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas”, sentencia Thompson, “simultaneamente podem modificar em profundidade o comportamento dos

9 Neste mesmo sentido, ver Munger, Frank. “Measuring repression of popular protest by English justices of the peace in the Industrial Revolution”. *Historical Methods*, 12(2):76-82, 1979.

poderosos e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos.”

O estudo de um objeto aparentemente limitado no tempo, no espaço e no tema, a Lei Negra, no ano de 1724, em algumas florestas inglesas, mostrou-se profundamente reveladora da natureza da sociedade e do poder na Inglaterra setecentista, sugerindo aos historiadores um campo ilimitado para suas pesquisas, nos domínios da história social do crime. Michel Foucault já chamara a atenção para os ritos da punição social, “a execução pública entendida, não somente como ritual jurídico, mas também político. Ele pertence, mesmo em casos menores, à cerimônia pela qual o poder se manifesta”.¹⁰ Neste sentido, as execuções por crime de felonía não podem ser classificadas como incompreensíveis e desimportantes. Têm a sua lógica no quadro da sociedade e são fundamentais no sentido de revelar o processo de internalização da obediência.¹¹ A desobediência civil é aparentada da desobediência política. Por isso, mesmo que não se conseguisse provar nos tribunais que os Negros tinham qualquer ligação com os radicais jacobistas, o poder constituído esforçou-se por estabelecer estas conexões. Seria o potencial insurgente um dado imanente, parte de “uma cultura política compartilhada pelo povo em todas as áreas?”¹²

Senhores e caçadores constitui-se num livro fundamental à compreensão, não apenas da sociedade inglesa setecentista, mas da formação da estrutura jurídica moderna na qual, diga-se de passagem, estão ausentes princípios democratizantes. Isto é, o corpo legal em construção reflete muito mais a reação conservadora, que se seguiu aos arroubos radicais urdidos no processo da Revolução Inglesa do século anterior. O conhecimento das leis em vigor, todavia, permite vislumbrar, de um lado, a permanência de um tipo de sociedade – a realeza e os senhores – e, de outro, a força incoercível das transformações atestadas na própria necessidade do poder em se expressar por via legal. Talvez por isso mesmo, o livro recupere a dupla dinâmica da estrutura judiciária inglesa: coibidora e inovadora.

Nesse passo, adquirem sentido as discussões que o autor mantém com o marxismo. A vertente marxista contra a qual invectiva, entretanto, reflete linhagens ancoradas em posturas oficiais, linhagens vulgares, que dão ao leitor, em certas passagens, a sensação de que o autor enfrenta moinhos de vento. Vale dizer, *Senhores e caçadores*

10 Foucault, Michel. *Discipline and punish: the birth of the prison*. Londres, 1977, p. 47.

11 Cf. Shape, J. A. “Last dying speeches: religion, ideology and public execution in seventeenth-century England”. *Past & Present*, 107:166-7.

12 Underdown, David. *Revel, riot and rebellion, popular politics and culture in England 1603-1660*. Oxford, 1985, p. 121.

recende às velhas lutas e oposições travadas por um grupo de intelectuais ingleses no interior do Partido Comunista inglês, nos anos 50. Provavelmente seja por essa razão que o livro desconheça as contribuições marxistas e para-marxistas referentes aos problemas da ideologia e da cultura que, pelo menos desde os anos 30 e 40, já haviam sido tocados, sobretudo no segundo momento, pela densa produção dos frankfurtianos.¹³

Nesse fluxo de considerações, é possível extrair outros desdobramentos do livro de Thompson, e que já se encontravam presentes em suas publicações anteriores, ou seja, o seu progressivo distanciamento do marxismo. Em *Senhores e caçadores*, o autor deliberadamente não trabalha com categorias explicativas, como classe, por exemplo. Assim, ao recusá-las, a construção de sua obra passa a refletir esta postura, ou seja, o autor dá a seu livro o andamento da trajetória de sua pesquisa. O conhecimento da história deixa de ser uma construção a partir da recuperação do processo de criação coletiva dos homens, para assemelhar-se ao processo de investigação do estudioso. Nesse passo, a ruptura de Thompson com o Partido Comunista inglês reverbera seu próprio distanciamento do marxismo, transformando o autor num tipo de pensador radical, semelhante aos marginais que ele próprio buscou recuperar. Considerar tal dimensão da obra de Thompson, porém, recoloca um novo patamar de discussões, patamar este que apenas enriquece o debate em torno do processo de conhecimento científico, mas que em nada diminui a densidade e a leveza de sua obra, após a qual, como disse Hobsbawm, “o século XVIII nunca mais será o mesmo”.

13 Dentre os autores recentes que se encaminharam por explicações diferentes daquelas propostas por Thompson, destacamos: Perkin, H. J. *The origins of modern English society 1780-1880* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1969), que analisa a emergência da sociedade de classe de uma forma menos combativa e a consciência de classe como resultante, em parte, da abdicação das responsabilidades sociais tradicionais por parte dos dirigentes e, em parte, de sua rejeição pela classe média; Calhoun, Craig. *The question of class struggle: social foundations of popular radicalism during the Industrial Revolution* (The University of Chicago Press, 1982), que enfatiza os protestos populares do período mais como desdobramentos de ações comunitárias do que de classe; Glen, R. *Urban workers in the early Industrial Revolution* (Londres, Croom Helm, 1984), cuja pesquisa demonstra que, apesar da difusão das organizações trabalhistas, as evidências de inter-relações de solidariedade são limitadas.

**E. P. THOMPSON:
um personagem dissidente e libertário**

*Edgar Salvadori de Decca**

Não é nada fácil para mim falar de Thompson. Apesar de não conhecê-lo pessoalmente, troquei inúmeras correspondências para que se tornasse possível a publicação, no Brasil, de seus livros mais importantes: *A formação da classe operária inglesa* e *Senhores e caçadores*. Durante anos, seus originais estiveram guardados nas gavetas da editora Paz e Terra e ninguém mais acreditava em sua publicação. Quando fui convidado para dirigir a coleção *Oficinas da História*, em 1987, coloquei como condição de trabalho o desafio da publicação de seus livros. Por este motivo, hoje, eu me sinto muito gratificado ao ver os seus livros muito bem editados e traduzidos para o português. São dois trabalhos de características distintas, mas que contribuíram enormemente para a renovação da pesquisa histórica no Brasil. O primeiro deles foi escrito longe da academia, nos tempos em que Thompson dava aulas noturnas em sindicatos operários. O segundo foi escrito durante o período em que Thompson esteve ligado à universidade, mas nem por isso deixa de ser um trabalho ousado. Isto porque Thompson sempre se distinguiu por sua ironia e irreverência diante da ideologia e da história oficiais.

Este artigo não é uma avaliação teórica e historiográfica do autor. Poderia ter optado por este caminho, mas acho que atualmente não me sinto atraído por estas questões. Vou procurar percorrer outros rumos, e quem sabe, trazer algumas informações para o leitor ainda não familiarizado com a obra de Thompson. Para um leitor mais atento ao rigor das citações, este artigo também é irreverente. Ele não dá indicações precisas sobre as citações. Elas pertencem à minha memória e julguei mais interessante escavar as lembranças do que vasculhar os livros e revistas da biblioteca. Durante anos estive ligado à obra de Thompson e foram dezenas e dezenas de artigos que li a respeito de sua obra. Agora gostaria de citar aquelas coisas que ficaram marcadas em minha memória. Por isso, os leitores devem levar em consideração alguns

* Departamento de História da Unicamp.

desvios da memória e também as suas imprecisões, porque ela é sempre muito frágil e fugaz. Afinal, escrevo *in memoriam* este artigo.

Para entendermos Thompson e toda uma geração de historiadores marxistas ingleses, devemos situá-los como uma geração que viveu a crise do comunismo depois da morte de Stalin e que também tomou conhecimento dos documentos desse período da história da URSS, divulgados pelo governo Krushev. Para termos uma idéia da importância desta crise do comunismo, que também convive com a invasão da Hungria por tropas soviéticas, podemos dizer que na Europa a intelectualidade de esquerda e comunista tomou duas posições importantes. De um lado, ficaram aqueles que, apesar de saberem muito a respeito da URSS, decidiram dar-lhe um crédito de confiança e permaneceram nas fileiras dos partidos comunistas ocidentais. Foi o caso, por exemplo, de Sartre, na França e de Eric Hobsbawm, na Inglaterra. Outros não deram este crédito de confiança e optaram por uma posição de esquerda independente dos PCs, como foram os casos de Claude Lefort, Castoriadis e Merleau-Ponty, na França, e particularmente Thompson, na Inglaterra.

Esta geração viveu de forma muito intensa a crise do comunismo do período pós-guerra e Thompson representa, na Inglaterra, este pensamento de indignação diante do que representou o período stalinista na URSS. Assim como vários intelectuais franceses, Thompson também se desliga do Partido Comunista inglês. Nesta altura do campeonato, também Sartre escreve um livro criticando a invasão da Hungria, *O fantasma de Stalin*, que é uma obra de denúncia, um depoimento virulento por parte da esquerda contra a invasão soviética na Hungria. Thompson, nesta ocasião, 1956, se desliga do Partido Comunista inglês. Ele sai junto com outro historiador do movimento operário, que é pouco conhecido entre nós, porque sua obra foi muito pouco divulgada, seu nome é John Saville. Trevor Hopper, outro historiador inglês importante, cuja obra é muito pouco conhecida entre nós, também se afasta do Partido Comunista. Dos que permaneceram no Partido Comunista inglês, destacam-se Eric Hobsbawm e Christopher Hill. Thompson, ainda como militante do PC inglês, se juntará com John Saville para criar uma revista do grupo dos historiadores do PC, a revista *Reasoner*. Em seu primeiro editorial, eles dizem claramente que a *Reasoner* era uma revista dissidente no interior do próprio grupo do PC. Ela tinha como intenção derrubar as teses clássicas que vinham sendo defendidas pela política da Terceira Internacional.

Com a sua expulsão e saída do PC, ele funda uma nova revista, também com John Saville, cujo nome é *New Reasoner*, para continuar com esta idéia de servir como uma revista de contraponto ao pensamento do PC na década de 50.

Isso, de uma certa forma, mostra a trajetória intelectual de Thompson e como, de fato, a crise do stalinismo na década de 50 foi a marca maior para que Thompson afirmasse a sua postura dissidente e libertária.

Entretanto, acho que, tivesse ou não ocorrido a crise do PC, a tradição de Thompson inevitavelmente o tornaria um dissidente radical. Por isso que o título deste artigo é "Um personagem dissidente e libertário". Por estes traços de dissidente radical, cujas tradições remontam à época da revolução gloriosa, ele foi sempre um militante político, um ativista político, mas que nunca pertenceu por muito tempo a nenhuma organização político-partidária. Ele é herdeiro das tradições anarquistas e libertárias inglesas, que George Woodcock localiza entre os movimentos radicais do século XVII na Inglaterra, com os *levellers* e *diggers* da época da revolução gloriosa.

Foi durante seu tempo de estudante, em Cambridge, que Thompson se filiou ao PC, mas ele abandona as fileiras do partido em 1956. Um ano antes deste desligamento tem o seu primeiro livro publicado, uma biografia de William Morris, poeta marxista inglês, que combinou militância política com atividade artística. Este livro, cujo título é *William Morris: romantic to revolutionary*, publicado originalmente em 1965, teve uma segunda edição em 1972, ainda não traduzido para o português. Apenas como observação: o primeiro e o último livros de Thompson são dedicados a dois poetas radicais ingleses, William Morris e William Blake.

Em 1960, a revista *New Reasoner* se funde com uma outra revista de esquerda, a *Universities and Left Review*, para se tornar uma das mais famosas revistas de esquerda em língua inglesa, a *New Left Review (NLR)*.

Será na *New Left Review*, em 1965, que Thompson travará um dos debates mais quentes dentro do marxismo inglês e europeu, criticando acidamente dois editores da revista, Perry Anderson e Tom Nairn, por seu marxismo teórico e abstrato, completamente afastado das tradições da cultura popular da Inglaterra. Pela primeira vez, com seu texto cortante, Thompson mostra-se um excelente polemista, outro traço de sua tradição dissidente radical.

Mas, antes de sua polêmica com os editores da *NLR*, em 1963, é publicado o livro *The making of English working class (A formação da classe operária inglesa)*, sem dúvida, uma das obras historiográficas mais importantes do século XX. Segundo o *Citations Index*, Thompson, que se tornou mundialmente conhecido por este livro, foi, durante os anos 80, um dos 250 autores mais citados de todos os tempos. Ele escreveu este livro num período em que dava aulas noturnas para escolas de sindicalistas. Neste livro pôde, pela primeira vez, mostrar suas divergências com o marxismo de cunho economicista. Seu livro é um imenso painel das tradições culturais populares e nos revela a importância destas tradições para a formação da primeira classe operária

da história. A busca destas tradições culturais para explicar o aparecimento da classe operária inglesa iria dirigir os rumos da pesquisa histórica de Thompson durante muitos anos. Na verdade, como historiador, Thompson dedicou-se quase exclusivamente aos estudos das tradições libertárias e radicais inglesas, entre os séculos XVII e XVIII.

Quem lê o editorial do primeiro número da *NLR* vai ver, muito claramente, qual é a intenção da revista. A *NLR* quer fazer com que o marxismo deixe de ser uma discussão teórica, vazia e abstrata dos conceitos, e que a teoria marxista possa também, vamos dizer, entrar nos processos sociais e entender, em última instância, os modos de vida. Que essa teoria não seja exclusivamente um campo de debate em termos de abstração teórica. Isto está escrito no editorial do primeiro número da revista, na qual Thompson e sua esposa Dorothy participam como membros do conselho editorial. Parece-me que está aqui a chave para entendermos as divergências de Thompson com Perry Anderson, em 1965, quando este último torna-se o editor da revista. Num certo sentido, foi através da *NLR* que Thompson recebe as críticas mais contundentes do pensamento de esquerda da Inglaterra. A resposta contundente de Thompson a Anderson e Nairn punha em questão os próprios rumos assumidos pela revista, sob a direção destes dois teóricos marxistas. Com Perry Anderson, na verdade, a revista acaba se tornando uma revista teórica de grande porte e de uma importância inegável para o debate marxista dos anos 60, mas para Thompson ela se afastava de seus propósitos originais. De fato, se lermos o editorial do número 1 da *NLR* teremos que tomar partido a favor do Thompson, pois na verdade, estava escrito neste número que a revista tinha como objetivo fazer do marxismo uma teoria que orientasse a ação política, que fosse, de fato, uma teoria da práxis, que fosse uma teoria que ajudasse a entender o processo de constituição da vida cotidiana das classes populares, que contribuísse nos debates do movimento socialista e trabalhista. Segundo Thompson, esta é a razão pela qual ele se afasta da *NLR*, é que *NLR* tinha perdido este objetivo, perdeu de vista esta meta. Talvez tenha sido o próprio Thompson quem tenha levado até às últimas consequências o projeto original da revista. Quando publicou o seu livro *The making of the English working class*, Thompson fez da teoria marxista um pensamento ativo e uma teoria que não fica única e exclusivamente no campo das abstrações. As categorias analíticas do marxismo, nas mãos de Thompson, transformam-se em categorias que nos permitem entender a maneira pela qual se constituem os modos de vida e a consciência dos grupos sociais que lutaram e resistiram ao capitalismo. Isso, de uma certa forma, mostra um pouco como Thompson desenvolveu um projeto intelectual que, de um certo modo, estava na base do grupo dos historiadores do Partido Comunista inglês e que, posteriormente, ele tentou levar para a *NLR*. Este livro foi escrito entre 60 e 63, num período que Thompson é professor de adultos em escola noturna, que são escolas sindicais.

Escreve quando ainda militava no sindicalismo inglês e, como ele próprio disse a uma revista americana que o entrevistou, a *Radical History*, ele o escreveu para operários, com a intenção de que fosse oferecido ao mundo operário uma alternativa de interpretação à história da formação da própria classe operária inglesa. Esta obra tinha a intenção não só de atingir os operários, mas também pretendia abrir um diálogo novo entre as velhas e novas esquerdas inglesas. Quer dizer que o alvo da obra de Thompson era muito preciso: em primeiro lugar oferecer uma alternativa de interpretação sobre a formação da classe operária da Inglaterra, a primeira classe operária do mundo moderno que tinha recebido de Engels o primeiro tratamento histórico. Em segundo, abrir um debate entre as velhas e novas esquerdas, no que dizia respeito à teoria marxista, muito abalada em seu prestígio intelectual devido aos resultados do stalinismo.

Bem, agora eu vou dar algumas referências para a gente tentar entender um pouco esta personagem radical que foi Thompson. De todas as coisas que eu li a respeito da morte do Thompson, tem uma que me chamou muito a atenção. É uma homenagem muito bonita que foi publicada por Perry Anderson, crítico teórico do Thompson de tantos anos. Ele, talvez, tenha escrito a coisa mais bonita a respeito da trajetória intelectual e política do Thompson e essa homenagem que o Perry Anderson presta ao Thompson começa dizendo assim:

... numa noite em 1963 eu estava voltando para casa. Quando eu cheguei na porta da minha casa tinha uma garrafa de vinho francês com um bilhete que eu ao abrir li. Era um bilhete deixado pelo Thompson dizendo: Perry, veja só que grande notícia eu tenho para lhe dar. Vamos tomar esta garrafa de vinho juntos, o *The making of the English working class* foi publicado em livro...

Perry ficou muito contente e algumas horas depois o Thompson chega e eles tomam o vinho, comemoram e o Perry faz a seguinte frase para terminar esta parte introdutória do artigo: "é que desde 63, o Thompson parecia muito mais velho do que nós, pelo menos uns 15 anos...". Essa era a imagem de Thompson e que Perry Anderson quis transmitir no artigo. Thompson viveu a vida de forma tão intensa, ele se entregou de tal forma às causas que ele acreditou, que ele consumiu sua vida nestas causas e é por isso que dá para entender um pouco porque as pessoas de sua geração se parecem mais jovens. Perry Anderson tem um porte físico jovial e é apenas alguns anos mais jovem que Thompson. Eric Hobsbawm, Christopher Hill, John Saville são mais velhos e estão vivos, mas Thompson não. Na verdade, foram sempre professores universitários e Thompson não. Thompson consumiu a sua vida em nome das causas que ele defendeu.

Em 1989, numa cidade socialista austríaca, Linz, foi realizado o 25º Congresso Internacional dos Historiadores do Movimento Operário. Eu estava neste congresso e me encontrei com Hobsbawm. Conversando com ele, perguntei a uma certa altura, como estava Thompson e ele falou "Edgar, o Thompson está muito doente, muito mal de saúde. Eu acho que o Thompson não deve durar muito tempo...", o custo que o Thompson teve por militar nos movimentos pacifistas e nos movimentos anti-nucleares e ecológicos europeus foi de tamanha proporção que ele praticamente perdeu a vida na luta por esses ideais. E Hobsbawm terminou dizendo o seguinte:

... ele não só consumiu a vida dele nisso. Thompson era um homem que podia viver uma vida muito tranqüila porque ele não só era um intelectual muito prestigiado... então não faltaria nunca a ele a oportunidade de conferências, ser professor convidado das universidades mais importantes do mundo, como a família também deixou propriedades em nome dele. Você pode não acreditar, ele consumiu todos os bens que ele tinha na causa do movimento pacifista.

Ele estava completamente pobre, é por isso que dá para entender o que ocorre em 1990, quando ele se vê obrigado a ir ao Canadá, dar um curso como professor visitante, porque do ponto de vista financeiro ele estava com suas economias arruinadas. Em 1989, ele não só estava com suas finanças arruinadas como muito mal de saúde também. Em 1992, Dale Tomish, importante historiador americano, amigo de Thompson, estava na Europa e foi visitá-lo. Depois da viagem ele me telefonou e disse:

... Edgar, Thompson está morrendo, ele não tem mais condições de ficar em pé e às poucas horas que ele tem condições de se levantar, ele se dedica a fazer uma obra que ele sempre sonhou escrever. Que ele durante anos procurou fazer. Uma obra, cujo o nome em inglês é *Witness to the beast*,

uma biografia e uma história da cultura do radicalismo inglês na figura de William Blake. Então, também é possível compreender Thompson por sua maneira radical de encarar a vida.

Paul Baker foi, durante muitos anos, editor da revista inglesa *New Society*, revista de esquerda. Logo depois que Thompson morre, ele escreve no editorial desta revista o seguinte:

... a riqueza de um país não se mede em estatísticas nem por crescimento econômico, mas pelo número de seus dissidentes, um país é rico pelo número de dissidentes que ele tem e ele diz ter. Hoje morreu, talvez, um dos grandes dissidentes da história da Inglaterra, que foi Edward Thompson...

De fato, se nós tivermos que ver a trajetória intelectual do Thompson seria muito pertinente aliar suas tradições intelectuais a este pensamento libertário, que na Inglaterra nasce com os radicais da revolução gloriosa, como os Diggers e os Levellers, esse pensamento dissidente que, de uma certa forma, do ponto de vista doutrinário, seria possível, fora da Inglaterra, associarmos com o pensamento anarquista. As características doutrinárias dos Diggers e dos Levellers, na revolução inglesa, se diferenciam das doutrinas burguesas da revolução no ponto em que elas negavam o Estado e criticavam a propriedade privada. Isto é, no momento em que a crítica do Estado monárquico está sendo feita, através do movimento da revolução burguesa, eles participam do movimento da revolução burguesa como ala radical e, em última instância, pregavam o fim da propriedade privada. Mas não pregavam só o fim da propriedade privada, eles pregavam também o fim do Estado. Quer dizer, no momento em que todo o pensamento político inglês está raciocinando em termos da constituição do Estado burguês, esses movimentos radicais e libertários visavam, justamente, o fim do Estado e da propriedade privada.

Estas tradições são muito fortes na Inglaterra, são linhagens de tradições libertárias muito críticas às instituições do capitalismo. Podemos compreender porque Thompson, apesar de se tornar um historiador marxista, acabou se tornando um marxista muito heterodoxo. Esta combinação de dissidência, radicalismo e marxismo podem explicar melhor a adesão de Thompson às causas trabalhistas e aos movimentos pacifistas e sua pouca afinidade e permanência em organizações político-partidárias.

Mas, seria importante, para nós, historiadores, pensarmos também – e isso vai ser muito marcante na obra do Thompson –, nessa tradição radical dissidente, cuja característica principal é a eloquência. Nós que trabalhamos hoje em dia com o discurso histórico, com a questão da narratividade na história, deveríamos lembrar que o ponto central do pensamento radical, quer dizer, do ser radical, dissidente e libertário é, antes de tudo, ter a paixão pela palavra, a paixão pelo discurso. Esta paixão pela palavra polêmica é que faz do radical, um radical e é o que os ingleses chamam de *trouble-makers*, criadores de problemas, aqueles que têm o domínio da palavra, fazem da palavra seu modo de vida, amam a palavra. Os criadores de problemas não vieram ao mundo para resolver problemas, eles vieram para criar problemas, para polemizar. Não são aqueles que a gente conhece como organizadores, administradores e racionalizadores das situações ou da história. Eles vieram ao mundo para criar novos problemas, no duplo sentido. É por isso que a historiografia inglesa tem uma dívida muito grande com este *trouble-maker*, pois criar problemas é criar novos campos de reflexão e de investigação. Thompson é dessa tradição que tem na palavra a sua paixão e é por isso que nós, historiadores, devíamos estar atentos ao fato de que quando falamos de

Thompson é importante lembrar que ele também escreveu literatura, que ele também escreveu poesia e que a força da obra de Thompson está no seu modo de escrever. Na vida acadêmica, suas aulas e conferências foram exemplos do magnetismo da retórica. Ele deixava o auditório completamente dominado pela palavra, era de uma grande força emocional e principalmente crítica. Ele teve na palavra o seu grande instrumento de combate intelectual e político. Por essa razão, a gente tem que ter um certo cuidado ao analisar a obra do Thompson, porque ele inaugura uma forma nova de escrever a história, porque para um radical a crítica nunca é uma crítica factual, como se faz comumente na tradição historiográfica moderna. A historiografia moderna baseia-se na constituição de uma narrativa, em que as provas factuais acabam sendo a base de afirmação e de veracidade do discurso historiográfico. O discurso historiográfico tem legitimidade e reconhecimento se houver provas factuais que o comprove. Esta tradição radical e dissidente, no campo da historiografia, é fundamentalmente contra o factual, ela não prova sua legitimidade e não faz a crítica a partir de fatos. O radical, o dissidente, não usa suas provas factuais para destruir o argumento do outro. Ele brinca com as palavras, ele faz jogo de palavras. O que interessa é desmontar a maneira pela qual o seu adversário ou o seu inimigo, se vocês quiserem, aquele que é objeto da sua crítica, constrói no discurso a lógica dos fatos. Por isso, se vocês observarem em toda sua obra historiográfica, Thompson nunca faz a crítica do seu adversário por meio de uma prova factual, ele sempre pega os argumentos do adversário, faz jogo de palavras, desmonta a lógica discursiva do adversário. Eu pus, na orelha da edição em português do *The making...*, uma passagem da entrevista que o Thompson deu à *Radical History*, dos Estados Unidos, a respeito da sua historiografia e fica muito claro essa matriz historiográfica quando ele diz a sua opinião sobre a historiografia inglesa:

... creio que grande parte desta historiografia inglesa considerou a sociedade do ponto de vista das expectativas e da auto-imagem da classe dominante, a propaganda dos vencedores (...) por isso, eu creio que recuperar uma história alternativa supõe quase sempre polemizar com a ideologia dominante...

Na verdade, a obra de Thompson tem como fundamento desconstruir, agora que nós estamos numa linguagem pós-moderna, o discurso do vencedor. Thompson fez isso desde a origem da sua obra intelectual. A maneira pela qual Thompson faz história é sempre uma desconstrução da história oficial, da ideologia dominante. Ele desconstrói o discurso do vencedor, ele desconstrói a armadilha das palavras que faz com que a gente se convença, a partir de bases factuais, de que aquilo que a versão dominante apregoa como sentido da história é o único sentido possível. Thompson sempre dizia, contra os fatos apresentados pela ideologia dominante, que a questão não é a de apre-

sentar outros fatos, mas mostrar qual é a armadilha que o discurso dominante constrói para legitimar a coerência da sua narrativa historiográfica. Thompson tem essa estratégia desde os seus primeiros trabalhos. O que é importante salientar é essa capacidade polêmica de Thompson de trabalhar no plano do discurso, uma grande questão que, hoje, se debate no campo historiográfico, isto é, qual o papel da narrativa no discurso historiográfico. Para Thompson, desde a década de 60, era muito claro o lugar da narrativa. A narrativa é tudo, a narrativa é que constrói o objeto histórico, é o modo pela qual o discurso historiográfico se constitui enquanto lógica, enquanto coerência para que determinadas bases factuais sejam legitimadas. Thompson diz que não adianta contrapor fatos com fatos para fazer a crítica da história oficial ou da ideologia dominante. Precisamos desmontar as armadilhas do discurso da ideologia dominante, usando uma boa dose de ironia e um enorme senso crítico.

Foi assim que a crítica deste dissidente atingiu de forma radical figuras tão significativas da política internacional, como Margareth Thatcher e Ronald Reagan em sua luta pelo desarmamento nuclear. Ao invés de *Proteção e sobrevivência* (*Protect and survive*), nome de um folheto educativo inglês que explicava a necessidade das bases nucleares na Europa, Thompson escreveu um livro panfleto intitulado *Protesto e sobrevivência* (*Protest and survive*), alertando para o perigo das bases nucleares, pois em caso de guerra atômica a primeira região mundial a ser destruída, seria, justamente, a Europa. Se tomarmos a obra de Thompson, muito pouco lida pelos historiadores, que são seus livros dedicados ao movimento pacifista, veremos a quantidade de polêmicas que ele criou com as mais diversas personalidades do mundo internacional. Ele escreveu uma frase, em uma carta que me mandou em uma ocasião, que dizia o seguinte: "... eu não dialogo com os poderes constituídos...". Isso era um princípio dele. Ele polemizava, mas não dialogava. Houve situações em que o movimento pacifista europeu teve oportunidade de dialogar e negociar com Ronald Reagan, teve condições de negociar com Margareth Thatcher, teve condições de negociar com a URSS. Em todas estas oportunidades ele se recusou ao diálogo com os líderes das instituições estatais dominantes modernas. Ele sempre disse o seguinte: "... com os representantes das instituições modernas eu polemizo, eu não dialogo...". E polemizar para Thompson era contra-argumentar, não factuamente. Através da palavra, desmontar os argumentos da ideologia dominante. Para nós é muito difícil entender quem tem na palavra sua grande arma. Thompson foi um militante político radicalíssimo que não tinha sua arma numa organização, numa máquina política, nem nas armas, que ele abominava. Sua arma eram as palavras e por isso sempre existiu muita ironia em seus textos.

Uma outra questão que é muito importante para entendermos sua trajetória intelectual como historiador e ativista político é a passagem entre a sua obra historio-

gráfica e os vários livros que ele escreveu sobre a questão do pacifismo e sobre a questão nuclear. Geralmente nós, historiadores, dedicamo-nos ao estudo dos livros e artigos de história e os livros polêmicos; da fase pacifista, praticamente, desconhecemos. Mas é interessante por que, nessa fase intelectual, tem muita coisa para a gente entender o pensamento do Thompson e ver como seu pensamento se desenvolve a partir das suas pesquisas e a partir da militância nos movimentos pacifistas.

Há um artigo de Thompson durante a militância pacifista, que é de uma grande ironia, mas de fato, é um novo posicionamento teórico do autor. Ele diz no artigo que foi um pensador que se dedicou ao marxismo e que talvez fosse a hora, não de se afastar do marxismo, mas a partir da teoria marxista criar um pós-marxismo. Acho que ninguém que tenha falado sobre a obra de Thompson notou que ele se propôs a reavaliar as categorias analíticas do marxismo. Ele diz o seguinte, numa passagem de um artigo pouco conhecido: "... o que o moinho de vento foi para o feudalismo e a máquina a vapor foi para o capitalismo a máquina de guerra é para o exterminismo...". Thompson inaugura um novo modo de produção pós-capitalista, cujo nome é exterminismo. No feudalismo predomina o moinho de vento, no capitalismo a máquina a vapor e no exterminismo, a máquina de guerra. No exterminismo, o socialismo e o capitalismo estão juntos, quer dizer, no pós-capitalismo já houve a alternativa socialista, já houve o socialismo real. A partir de então, como pensar a sociedade, como pensar a história no modo de denominação exterminista? Thompson, em seus últimos artigos, faz uma virulenta crítica a todas as formas de Estado. Por isso ele dizia que, no exterminismo, nós não podemos dialogar com o Estado, nós temos que ultrapassar as formas estatais. Ele dizia assim: "... eu não acredito em democracia...". Não se espante leitor, com esta frase. Ela é própria do pensamento radical e libertário, se quisermos, anarquista. As novas políticas, os políticos informais, os novos movimentos sociais contemporâneos têm que pensar um estatuto de política informal que supere o problema da democracia, porque a democracia assegura formalmente direitos, ela define formalmente direitos, mas não assegura os direitos os quais ela formalmente define. Isto pode ter sido dito por Thompson, mas não coloco entre aspas por precaução. Com certeza, sua militância nos movimentos pacifistas radicalizou ainda mais sua crítica às instituições estatais. Com esta postura, ele pretendia reavaliar o marxismo para pensar um modo novo de fazer a política e a história.

Enfim, se observarmos a obra do Thompson desde o seu princípio até os seus últimos embates como pacifista, iremos encontrar sempre esse caráter libertário, esse pensamento radical.

E. P. THOMPSON E A TEORIA NA HISTÓRIA

Holien Gonçalves Bezerra*

Todos estes textos (de Thompson) foram, a seu modo, tanto uma intervenção militante no presente como uma recuperação profissional do passado.¹

Esta afirmação de Anderson, historiador que dialogou criticamente com Thompson durante as últimas décadas, situa com precisão o legado deste que foi um dos maiores historiadores da atualidade: militantemente intervém no presente e profissionalmente pratica a história. Duas faces de uma mesma moeda. Vale a pena olhá-la de perto, para conferir-lhe o valor.

Neste debate em que se procura destacar algumas das principais contribuições de Thompson para a construção do conhecimento histórico, procurarei, de minha parte, relembrar alguns traços biográficos do Thompson *militante*, membro de um expressivo grupo de historiadores britânicos, *teórico* de posicionamentos pessoais em relação à teoria e defensor de um *método* que coloca a história no âmbito das disciplinas respeitáveis.

Alguns dados biográficos

1924-1993: este foi o período de vida do historiador. Dentre os muitos episódios marcantes de sua existência, a guerra foi uma experiência intensa. Durante a Segunda Grande Guerra foi oficial do exército britânico, lutando na Itália e na França. Após a guerra, passa algum tempo na Iugoslávia e na Bulgária, como voluntário na reconstrução de estradas e de outras obras. Esta experiência o ajuda, como atesta, na explicação do conceito de luta popular coletiva. Retoma os estudos de literatura e depois

* Departamento de História da UFG.

1 Anderson, Perry. *Teoria, política y historia. Un debate con E. P. Thompson*. Madrid, Siglo XXI, 1985, p. 2.

de história, na Universidade de Cambridge. Desenvolve então forte gosto pela poesia. Casa-se com Doroty Thompson, historiadora e entusiasta do Partido Comunista britânico.

Antes da guerra, já havia ingressado no Partido Comunista britânico. Com a invasão soviética na Hungria, abandona o partido, juntamente com Christopher Hill e Rodney Hilton, entre outros. Não rompe, porém, com o socialismo e com o marxismo. A ruptura é com o marxismo-leninismo. Defende o *socialismo* como humanismo socialista. Não repudia o *marxismo*, mas procura libertar-se dos dogmatismos. Não repudia o *comunismo* como movimento. Se diz "comunista libertário-democrático".

Trabalha na universidade até a década de 70, quando a abandona para escrever. Sua predileção é pela educação de adultos. Tem intenso contato intelectual com o continente americano, atuando como professor visitante em universidades da América do Norte.

Como historiador, contribui de maneira radical para os estudos de história e para a construção de sua prática. Dentre suas inúmeras obras publicadas, cito apenas quatro, que estão na base da elaboração das presentes reflexões: 1955 – *William Morris. De romântico a revolucionário, um estudo biográfico*; 1963 – *A formação da classe trabalhadora inglesa (1790-1830)*; 1978 – *A miséria da teoria: defesa da história e do materialismo histórico, frente às ciências sociais e às filosofias da história*; 1979 – *Tradição, revolta e consciência de classe: estudos sobre a crise da sociedade pré-industrial*.

É importante pontuar também a presença de Thompson em expressivas revistas de história, em cujas páginas se desenrola um rico debate: *Past & Present* (1952), *New Left Review* (1960), *History Workshop* (anos 60). As datas são do início destas publicações.

A vida política de Thompson foi constantemente marcada pela militância em torno de causas que abalavam profundamente a vida da sociedade: até 1956 é membro destacado do Partido Comunista britânico; luta de forma incansável pelo desarmamento nuclear; participa de movimentos em defesa das minorias.

Thompson e a historiografia inglesa

A historiografia inglesa tem sua trajetória vinculada no liberalismo, com raízes positivistas, e uma convicta prática de individualismo metodológico.

Após a Segunda Guerra Mundial, um forte grupo de historiadores pertencentes ao Partido Comunista britânico se faz presente: Dobb, Hobsbawm, Thompson(s), Hill, Hilton, R. Willians, Genovese, Anderson. Levantam a bandeira do pensamento livre

contra o reacionarismo burguês – o racionalismo científico. Thompson e Hill abandonam o partido em 1956, permanecendo Dobb e Hobsbawm.

Harvey Kaye, em sua interessante obra sobre os historiadores marxistas britânicos (*The British marxist historians. An introductory analysis*, 1984), defende que este grupo de historiadores constrói uma tradição historiográfica e uma tradição teórica. Enquanto tradição teórica comum, coloca-se a problemática de um afastamento do determinismo econômico e de uma prática construtiva do materialismo histórico.

Enquanto tradição historiográfica, acentuaram-se algumas características básicas: estudo das origens, desenvolvimento e expansão do *capitalismo* do ponto de vista social; preocupação em desenvolver o *marxismo* como teoria para a determinação de classes, recolocando-se a *luta de classes* como sendo de importância capital no processo histórico; a história focalizada *de baixo para cima*; elaboração da teoria a partir da prática histórica; contribuição à cultura política britânica para uma consciência histórica socialista e democrática.

Há ainda a possibilidade de se considerar o grupo de historiadores britânicos caracterizados por tendência de outra ordem. Alguns dão a primazia à *ação humana*: Thompson, Hill, Willians, Genovese, que se acomodariam na categoria de nós "sócio-culturais". Quando a primazia é dada às *estruturas*: Dobb, Hobsbawm, Hilton, Anderson são denominados "sócio-econômicos". Trata-se de uma discussão em aberto.

Em síntese, no conjunto destes historiadores há uma clara preocupação com as experiências de resistências e rebeliões das classes despossuídas. A análise da cultura e da política britânica combina-se com a busca das raízes populares na história longínqua.

A compreensão da experiência da classe trabalhadora se dá no contexto das relações e confrontos de classes historicamente específicas. A tônica recai sobre a *experiência de classe* e sobre a *dimensão política* desta experiência – dominação e subordinação, embate entre as classes baixas e as elites. Há ênfase na oposição e rebelião – sua realidade, força, limitações. As classes baixas são participantes ativas na construção da História e na totalidade da História. Elas podem fazer história. Um claro posicionamento político.

Contribuição e posicionamentos – teoria/metodologia

A prática teórica é abrangente. Está presente em todos os gestos do historiador – do cidadão –, do *homo politicus*. A prática metodológica informa-se na teoria, e diz respeito aos procedimentos do historiador no processo de sua produção de conhecimentos históricos.

A obra e vida de Thompson distinguem e praticam as duas posturas. Interessa-nos preencher, a partir da prática do historiador, como teoria e método se confundem (fundir com) e tornam específicas as formas da história saídas das mãos de Thompson.

A "teoria" para Thompson

Thompson refuta empréstimos extemporâneos. A teoria não se situa no campo da filosofia ou de algum outro campo, mas situa-se no campo da própria história. Não há instâncias verificadoras de conceitos aplicáveis à "realidade". Não é o "materialismo histórico", elaborado conceitualmente por filósofos marxistas, que dará os parâmetros interpretativos da história. A posição de Thompson sobre estas questões aparece vigorosamente explicitada em sua obra *A miséria da teoria – ou um planetário de erros*, de 1978, na qual critica as colocações de Louis Althusser e defende com veemência a história como uma disciplina historicamente convalidada.

A História não depende de um corpo geral de marxismo-como-teoria, localizado fora. O terreno comum é o materialismo histórico. Não há uma Sede para a Teoria fora da própria prática do conhecimento. O recurso confirmatório está na lógica da história.²

É importante notar que a história é uma "disciplina" com procedimentos próprios que lhe proporcionam seu próprio discurso, assim como a filosofia, a física, as ciências sociais, etc. As credenciais científicas de uma disciplina estão na lógica ou disciplina central para a sua prática.

A História construiu uma disciplina própria, seu próprio discurso de demonstração. Os historiadores marxistas, através de suas práticas de conhecimento, vêm elaborando uma *tradição* que dá corpo a uma série de conceitos e categorias que se caracterizam pela sua historicidade. Buscam uma lógica que está preocupada em se adequar aos fenômenos que estão sempre em movimento.

Por *lógica histórica* entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causalção, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (instâncias ilustrações).³

2 Thompson, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 54-5.

3 Idem, *ibidem*, p. 49.

A teoria histórica tem por função refinar conceitos, noções, categorias, como instrumentais para a produção do conhecimento histórico. A teoria não pertence apenas à esfera da teoria: "toda noção ou conceitos surge de engajamentos empíricos e, por mais abstratos que sejam os procedimentos de sua auto-interrogação, esta deve ser remetida a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência".⁴

A dialética do conhecimento histórico consiste neste diálogo entre uma *tese* (o conceito ou hipótese), posta em relação com suas *antíteses* (determinação objetiva não-teórica). A História realiza este diálogo. A prática deste conhecimento "é uma representação adequada (embora aproximada) da seqüência causal, ou da racionalidade, desses acontecimentos, e conforma-se (dentro da lógica da disciplina histórica) a um processo que de fato ocorreu no passado".⁵

A teoria da História é fruto do próprio trabalho da tradição dos historiadores.

Conhecimento teoricamente informado

O conhecimento histórico adquire seu *status* científico enquanto procura ser um conhecimento teoricamente informado. Trata-se do resultado de um duplice diálogo: o diálogo entre o *ser social* e a *consciência social*, representado na *experiência* humana, e diálogo entre a *organização teórica da evidência* e o *caráter determinado de seu objeto*.

A construção das tramas do fato social – *ser social* objetivamente existente, com seu inquestionável estatuto ontológico, – presencia-se de forma concomitante na *consciência social*, seja como uma cultura, mesmo que não autoconsciente, seja em forma de mito, de ciência ou de lei, de ideologia articulada e construída. Consciência esta que volta sobre o ser social, que se informa ainda mais de pensamento – e de pensamento que é vivido. O acento sobre o ser social (a empiria) ou sobre a consciência social como prioritariamente determinante é que define o movimento pendular: empirias/processos ideológicos. Thompson constata que hoje se atribui grande importância aos processos ideológicos.

A "coisa", o ser social, não é inerte. Os acontecimentos são ágeis, não são inertes. São a construção da *experiência* que é a "categoria que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento".⁶

4 Idem, *ibidem*, p. 54.

5 Idem, *ibidem*, p. 54.

6 Idem, *ibidem*, p. 15.

A experiência está em toda parte, nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais, construindo coisas de maneira ativa, sem esperar passivamente o ato do conhecedor "científico", diz Thompson. É o resultado necessário do diálogo entre o ser social e a consciência social.

O conhecimento teoricamente informado é, ainda, um diálogo entre a organização teórica da evidência e o caráter determinado de seu objeto.

A evidência, com suas propriedades determinadas, é interrogada pela lógica da História – uma disciplina construída pelos historiadores. O tribunal de recursos da disciplina é sempre a evidência e não um corpo definido e fechado de conceitos – uma teoria pré-dada.

Thompson enumera oito proposições desta lógica da História, constituindo-se em um conjunto de afirmações de extrema utilidade para a reflexão sobre o fazer História. Ressaltamos, no momento, suas considerações sobre o processo histórico, exatamente esta organização teórica da evidência. A palavra com Thompson:

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária de comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras... Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais. Embora essa definição surja em resposta à pergunta formulada, essa não "inventa" o processo... Os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causalidade, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar em nenhum grau, o status ontológico do passado. O objetivo disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história.⁷

O status ontológico do passado, portanto, garante a compreensibilidade do processo. Este processo, por sua vez, no momento de sua construção – dado o diálogo entre ser social e consciência social – é um acontecer indeterminado, inacabado. A experiência garante a não predeterminação do processo. Mas, enquanto se constitui, adquire uma lógica racional ou de pressões determinantes. Por isso, as categorias são definidas em contextos próprios, sofrendo continuamente uma redefinição histórica. Estas são reflexões que poderíamos considerar como fazendo parte das características mais profundas da dialética marxista.

A historicidade das categorias e dos conceitos nos diz claramente que eles não podem ser tomados como modelos, mas apenas como indicadores de expectativa. Nos ajudam e facilitam a indagação das evidências – não se submetem a regras. Mas apre-

7 Thompson, E. P., op. cit., pp. 50-1.

sentam generalidades e elasticidades que precisam ser especificadas no confronto com as evidências. Ex.: exploração, hegemonia, luta de classes, feudalismo, etc. São conceitos abertos, formativos e modeladores.

Materialismo histórico e teoria da história

Thompson parte de uma constatação várias vezes repetida de que existe, concretamente, uma tradição historiográfica e teórica já consagrada pela prática de historiadores marxista. Constata, ainda, que o Materialismo Histórico, desde antes de Marx, já vem buscando explicações que denotam as uniformidades e os processos históricos, as regularidades das formações sociais não como necessidades regidas por leis ou por coincidências fortuitas. Trata-se, muito mais, de pressões moduladores, de articulações de práticas humanas.

Nesta altura, podemos ressaltar alguns enfoques que se constituem na contribuição específica Thompson nesta trajetória da tradição do Materialismo Histórico.

A luta de classes permanece uma categoria explicativa chave em sua obra. Determinação enquanto condições objetivas, não anula e não obstaculiza a auto-atividade de sujeito histórico que não permanece inerte. A classe operária "se fez a si mesmo tanto quanto foi feita".⁸ O embate entre o ser social (as forças condicionantes da trama do real) e a consciência social operante (os sujeitos exercendo suas vontades nos limites do possível e do desejável) constitui o real social, que é determinado apenas depois de realizado. O processo de construção desse real social é, por definição, indeterminado. Depende das forças em luta, na construção do mundo indefinido pelos ideais, vontades e valores que dominam os diferentes interesses dos grupos antagônicos.

Por isso, estes grupos são forjados no impacto da luta. Eles existem e se firmam no processo das disputas, das conquistas e das derrotas "a luta de classe é conceito anterior ao de classe, a classe não antecede, mas surge da luta".⁹ A determinação é uma experiência das mais dramáticas, mas, ao mesmo tempo, das mais construtivas. Porque a História é exatamente a sua história.

A experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiência. Claro que não são sujeitos autônomos nem "indivíduos livres". Suas

8 Idem, ibidem, p. 121.

9 Idem, ibidem, p. 121.

situações e suas relações produtivas lhes são determinadas como necessidades (ninguém trabalha simplesmente como quer, nem a remuneração ;é sempre condizente com suas necessidades). As contingências históricas exerce pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos estamos submetidos.

Pois bem, essa experiência é trabalhada na consciência e na cultura das pessoas e dos agrupamentos de pessoas, de acordo com suas afinidades. A *cultura* é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências. O conjunto destas experiências, de classe dominada ou de classe dominante, orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social conquistado na experiência e na cultura determina os caminhos da história que, no processo, é indeterminada.

Um dado importante na obra de Thompson é a constatação de que a experiência e a cultura não são vivenciadas apenas como idéias e no campo do pensamento. A experiência passa a ser experimentada como *sentimento*, como parte da vida cotidiana, que é incorporada na cultura em seu sentido mais concreto: normas criadas, obrigações familiares e de parentesco, organização da vida urbana ou rural, etc. Passa a constituir um conjunto de valores que atuam imperceptivelmente nos meandros da vida inteira dos indivíduos e das classes assim constituídas e construídas. Experiência que deixa suas marcas profundas também nas formas mais elaboradas da sociedade, como arte, o direito, a religião.

Assim, a *moral* não está fora do alcance dos processos conflituosos entre as classes. Seu surgimento, fixação e transformações estão umbilicalmente relacionados com as experiências da formação das classes sociais. A moral não pode ser concebida como um corpo que paira sobre as classes e os indivíduos, caracteriza pela inércia das essências imutáveis. Na verdade, "... toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesses [...] toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores".¹⁰

Consciência social, experiência, cultural, valores, luta de classes, classes sociais, são, dentre muitos outros, o universo teórico-metodológico-histórico em que Thompson exerce seu ofício de historiador. E muito tem nos ajudado em nossa caminhada.

O trabalho teórico de Thompson está presente em suas obras de historiador, e em suas polêmicas com historiadores, de sua tradição marxista ou de outras tradições. Mas também está presente nos embates políticos empreendidos no seio do Partido Comunista britânico. Já independentes deste, após 1956, batalha na idéia fixa das con-

¹⁰ Thompson, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 189-90.

dições para a implantação do Socialismo – e nas questões candentes do mundo contemporâneo, como o desarmamento nuclear, a ecologia, as minorias.

O legado de Thompson é, sem dúvida, incomensurável. A reflexão por ele deixada sobre a Teoria da História e sobre a História é um rico manancial para se recuperar questões primordiais para os historiadores de hoje e de sempre:

- Que tipo de conhecimento o historiador produz?
- Para que serve? Qual sua validade?
- Qual a dimensão política da comunidade de historiadores?
- Qual o lugar das contribuições de Thompson no conjunto do currículo das academias?
- Qual sua relação com as historiografias francesas praticadas mais recentemente?
- Como pensar o inter(trans)disciplinar: a Filosofia, a Lingüística, etc., etc., etc.?

E. P. THOMPSON: Bibliografia selecionada¹

Déa Ribeiro Fenelon*

Livros e Coletâneas

William Morris: romantic to revolutionary.

1955 – London, Lawrence & Wishart.

1977 – Rev. ed., New York, Pantheon.

The making of the English working class.

1963 – London, Victor Gollancz.

1968 – 2nd ed. with a new postscript, Harmondsworth, Penguin. 1980 – 3rd ed. with a new preface.

1987 – Tradução de Denise Bottman. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.

Whigs and hunter: the origins of the black act.

1975 – London, Allen Lane.

1977 – Reprinted with a new postscript, Harmondsworth, Penguin.

1987 – Tradução de Denise Bottman. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

The poverty of theory and essays.

1978 – London, Merlin and New York, Monthly Review Press.

¹ Naturalmente que este trabalho não se pretende exaustivo. A base inicial foi retirada do livro de Harvey J. Kaye e Keith McClelland, *E. P. Thompson – critical perspectives*, citado em meu artigo. Alguma atualização foi tentada, mas é bastante difícil em se tratando de artigos e ensaios. A longa lista foi mantida com a idéia de apresentar uma visão panorâmica de alguns temas abordados por Thompson. Outro trabalho interessante é o de Bryan D. Palmer, *The making of E. P. Thompson: marxism, humanism and history*. Toronto, New Hogtown Press, 1981. Do mesmo autor também: *E. P. Thompson: objections and appositions*. Londres, Verso, 1974, que traz o levantamento de todos os artigos publicados por ocasião da morte de Thompson.

* Departamento de História da PUC-SP.

1981 – *A miséria da teoria*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar. Esta edição, em português, inclui apenas o artigo título que contém a polêmica com Althusser.

- Na edição inglesa há outros ensaios que estão citados na lista de artigos a seguir.
- Recentemente foi publicada em *Textos Didáticos*, n. 10, “As peculiaridades dos ingleses”. IFCH/Unicamp, maio de 1993, que faz parte desta Coletânea.

Writing by candlelight.

1980 – London, Merlin.

Zero option.

1982 – London, Merlin.

1982 – In USA: *Beyond the cold war*. New York, Pantheon.

Double exposure.

1985 – London, Merlin.

The heavy dancers.

1985 – London, Merlin, in USA: *The heavy dancers*. New York, Pantheon. –

This edition incorporates *Double Exposure*, but excludes selected essays of the British edition.

The sykaos papers.

1988 – London, Bloomsbury and New York, Pantheon.

Customs in common.

1991 – Penguin Books, Harmondsworth.

Witness against the beast.

1993 – *William Blake and the moral law*. Cambridge, Cambridge University Press.

Persons and polemics. Historical essays.

1994 – Merlin, London.

Trabalhos como Editor

There is a spirit in Europe: a memoir of Frank Thompson.

1947 – With T. J. Thompson. London, Victor Gollancz.

The railway: an adventure in construction.

1948 – London, The British-Yugoslav Association.

Out of apathy.

1960 – London, Stevens & Sons/New Left Books.

The may day manifesto.

1968 – With Raymond Williams and Stuart Hall, rev. edn, ed. Raymond Williams, Harmondsworth, Penguin.

Warwick University Ltd.

1970 – Harmondsworth, Penguin.

The unknown Mayhew: selections from the morning chronicle 1849-1850.

1971 – With Eileen Yeo. London, Merlin.

Albion's fatal tree: crime and society in 18th-century England.

1975 – With Douglas Hay et al. London, Allen Lane and New York, Pantheon.

Family and inheritance: rural society in western Europe, 1200-1800.

1976 – With Jack Goody and Joan Thirsk. Cambridge, Cambridge University Press.

Protest and survive.

1980 – With Dan Smith. Harmondsworth, Penguin.

1981 – Rev. edn in USA, New York, Monthly Review Press.

Star wars.

1985 – Harmondsworth, Penguin.

Prospectus for a habitable planet.

1987 – With Dan Smith. Harmondsworth, Penguin.

Panfletos

The fascist threat to Britain.

1947 – Citado em Palmar, B. D. *The making of E. P. Thompson*. Toronto, New Hogtown Press, 1981.

The Struggle for a free press.

1952 – London, People's Printing Society.

The communism of William Morris.

1959 – A lecture by Edward Thompson given on 4 May in the Hall of the Art Workers' Guild, London.

1965 – The William Morris Society.

Education and experience.

1968 – Fifth Mansbridge Memorial Lecture.

Homage to Salvador Allende [a poem].

1973 – Spokesman Broadsheet, 30 September.

Protest and survive.

1980 – CND/Bertrand Russell Peace Foundation.

Infant and emperor: poems for Christmas.

1983 – London, Merlin.

Star wars: Self-Destruct Incorporated.

1985 – With Ben Thompson. London, Merlin.

Artigos e Ensaos

“Comments on a people’s culture”

1947 – *Our Time*.

“Omladinska Prupa”

1948 – E. P. Thompson (ed.), *The Railway*.

“A new poet”

1949 – *Our Time*, June.

“On the liberation of Seoul [poem]”

1951 – *Arena*, 2(6).

“The murder of William Morris”

1951 – *Arena*, 1(7).

“William Morris and the moral issues of today”

1951 – *Arena*, 2(8).

“Winter wheat in Omsk”

1956 – *World News*, 30 June.

“Reply to George Matthews”

1956 – *The Reasoner*, 1, July.

“Through the smoke of Budapest”

1956 – *The Reasoner*, 3, November.

“Socialism and the intellectuals: a reply”

1957 – *Universities and Left Review*, 2.

“Socialist humanism”

1957 – *The New Reasoner*, 1.

“God and king and law”

1947-8 – *The New Reasoner*, 3. [On Peterloo.]

“Agency and Choice”

1958 – *The New Reasoner*, 5, 1958.

“Nato, neutralism and survival”

1958 – *Universities and Left Review*, 4.

“Commitment in politics”

1959 – *Universities and Left Review*, 6.

“The new left”

1959 – *The New Reasoner*, 9.

“Homage to Tom Maguire”

1960 – In *Essays in Labour History*, ed. Asa Briggs and John Saville. London, Macmillan.

“At the point of decay’ and ‘Revolution”

1960 – Both in *Out of Apathy*, ed. E. P. Thompson. (‘Revolution’ also appeared in *New Left Review*, 3.)

“Outside the Whale”

1960 – In *Out of Apathy*, ed. E. P. Thompson; repr. in E. P. Thompson, *The Poverty of Theory and Other Essays*.

“At the point of production”

1960 – *New Left Review*, 1.

“Countermarching to Armageddon”

1960 – *New Left Review*, 4.

- "Revolution again! Or shut your ears an run"
1960 – *New Left Review*, 6.
- "The long Revolution"
1961 – *New Left Review*, 9-11.
- "The peculiarities of the English"
1965 – *Socialist Register*; repr. in E. P. Thompson, *The Poverty of Theory and Other Essays*.
- "The book of numbers"
1965 – *The Times Literary Supplement*, 9 December. (Anon., review of Peter Laslett, *The World We Have Lost*.)
- "Preface"
1967 – Staughton Lynd, *Class Conflict, Slavery and the United States Constitution*.
- "Glandular aggression"
1967 – *New Society*, 19 January.
- "Time, work-discipline and industrial capitalism"***
1967 – *Past & Present*, 38.
1991 – "O Tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo", in Silva, Tomaz Tadeu (org.), *Trabalho, educação e prática social*. PA, Ed. Artes Médicas. Versão portuguesa de *Sociologia da Educação* - Grécia, Miranda e Stoer (orgs.), publicado por Livros Horizonte, Lisboa.
- "The political education of Henry Mayhew"
1967 – *Victorian Studies*, 11.
- "Introduction"
1968 – To Frank Peel, *The Risings of Luddites, Chartists and Plug-Drawers*. London, Frank Cass.
- "Disenchantment or default? A lay sermon"
1969 – In Conor Cruise O'Brien and W. D. Vanech (eds), *Power and Consciousness*. New York, New York University Press, pp.149-81.
- "Mayhew and the morning chronicle"
1971 – In E. P. Thompson and E. Yeo (eds), *The Unknown Mayhew*.

** Os artigos assinalados foram reunidos por Joseph Fontana na edição espanhola *Tradicón revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica/Grijalbo, 1979.

- "Organizing the left"
1971 – *The Times Literary Supplement*, 19 February.
- "The moral economy of the English crowd in the 18th – centur"***
1971 – *Past & Present*, 50.
- "Rough music: le charivari anglais"
1972 – *Annales ESC*, 27.
- "Anthropology and the discipline of historical context"
1972 – *Midland History*, 1. (Review of Keith Thomas, *Religion and the decline of magic* and A. Macfarlane, *The family life of Ralph Josselin*.)
- "An open letter to Leszek Kolakowski"
1973 – *Socialist Register*, repr. in E. P. Thompson, *The Poverty of Theory and Other Essays*.
- "Under the same roof-tree"
1973 – *The Times Literary Supplement*, 4 May. (Anon., review of P. Laslett (ed.), *Household and Family in Past Time*.)
- "Alexander Pope and the Windsor Blacks"
1973 – *The Times Literary Supplement*, 7 September
- "Testing class struggle"
1974 – *Times Higher Education Supplement*, 8 March. (Review of John Foster, *Class Struggler and the Industrial Revolution*.)
- "In citizens, bad books"
1974 – *New Society*, 28 March.
- "Patrician society, plebeian culture"
1974 – *Journal of Social History*, 7.
- "A question of manners"
1974 – *New Society*, 11 July.
- "A nice place to visit"
1975 – *New York Review of Books*, 6 February. (Review of Raymond Williams, *The Country and the City*.)

- "The crime of anonymity"***
1975 – In *Albion's Fatal Tree*.
- "Détente and dissent"
1975 – In *Détente and Socialist Democracy: a discussion with Roy Medvedev*, ed. Ken Coates, Nottingham, Spokesman.
- "The grid of inheritance: a comment"
1976 – In *Family and Inheritance*, ed. Goody, Thirsk and Thompson.
- "On history, sociology, and historical relevance"
1976 – *British Journal of Sociology*, 27(2). (Review of Robert Moore, *Pitmen, Preachers and Politics*.)
- "Modes de domination et révolutions en Angleterre"
1976 – *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2.
- "Interview with E. P. Thompson"***
1976 – *Radical History Review*, 3.
1984 – Repr. in *Visions of History: Interviews with E. P. Thompson et alii*. New York, Pantheon.
- "Romanticism, utopianism and moralism: the case of William Morris"
1976 – *New Left Review*, 99.
- "Caudwell"
1977 – In *Socialist Register*, ed. R. Miliband and J. Saville, London, Merlin.
- "Response to Tony Benn"
1977 – In *The Just Society*, ed. Ken Coates and Fred Singleton, Nottingham.
- "Folklore, anthropology, and social history"
1977 – *Indian Historical Review*, 1H(2).
1979 – Repr. in England as 'A studies in labour history pamphlet', John L. Noyce, Brighton.
- "Happy families"
1977 – *New Society*, 8 September. (Review of L. Stone, *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800*.)

- "London"
1978 – In *Interpreting Blake*, ed. M. Phillips. Cambridge, Cambridge University Press.
- "Eighteenth-century English society: class struggle without class?"**
1978 – *Social History*, 3(2).
- "The poverty of theory or an orrey of errors"
1978 – In E. P. Thompson, *The Poverty of Theory and Other Essays*.
- "Sold like a sheep for £1"
1978 – *New Society*, 14 December. (Review of George Rudé, *Protest and Punishment*.)
- "Recovering the libertarian tradition"
1979 – *The Leveller*, 22, January. (Interview.)
- "Comment on 'Common values? An argument'"
1979 – *Stand*, 20(2).
- "The common people and the law"
1980 – *New Society*, 24 July.
- "Danger of being too clever by half"
1980 – *The Guardian*, 10 August.
- "Notes on exterminism, the last stage of civilization"
1980 – *New Left Review*, 121.
1982 – Repr. in *Exterminism and Cold War*, ed. New Left Review. London, Verso. This volume also contains *Europe, the weak link in the cold war*.
1985 – Tradução: *Exterminismo e Guerra Fria*. E. P. Thompson (ed.). São Paulo, Brasiliense.
- "*Rough music et charivari. Quelques réflexions complémentaires*", in *Le Charivari*, J. Le Goff and Jean-Claude Schmitt (eds.). (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.)
- "European Nuclear Disarmament: an interview with E. P. Thompson (by Michael Kazin)"
1981 – *The Socialist Review*, 58.
- "E. P. Thompson replies to Sabata"
1984 – *New Statesman*, 4 May.

- "East and west Europe belong to the same culture"
1985 - A conversation between Thompson and George Konrad, *The Listener*, 13 June.
- "Why is star wars? and 'Folly's comet'"
1985 - In *Star Wars*, ed. E. P. Thompson.
- "Letter to Americans"
1986 - in Mary Kaldor
- "The view from Oxford Street"
1986 - In Mary Kaldor and Paul Anderson (eds.), *Mad Dogs. The U.S. Raids on Libya*. London, Pluto Press with END.
- "Agendas for radical history"
1986 - E. J. Hobsbawm, Christopher Hill, Perry Anderson and E. P. Thompson, *Radical History Review*, 36.
- "The reasons of the Yahoo"
1986 - *Yale Review*, Summer.
- The rituals of enmity*
1987 - In *Prospectus for a Habitable Planet*, E. P. Thompson and Dan Smith (eds.).
- "Eighteenth-century ranters: did they exist?"
1988 - In *Reviving the English Revolution*, ed. Geoff Eley and William Hunt (eds.). London, Verso.
- "Wordsworth's crisis"
1988 - *London Review of Books*, 10(22), 8 December, pp. 3-6. (Review of Nicholas Roe, *Wordsworth and Coleridge: The Radical Years*.)

RESENHAS

THOMPSON, E. P. *Customs in commom*.
New York: New Press, 1991, 547 páginas.

Sidnei Munhoz*

Customs in Common é o penúltimo livro do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993), que é considerado um dos mais influentes historiadores deste século. Sua influência, no Brasil, fez-se sentir inicialmente através da Unicamp e, posteriormente, pela PUC-SP, e destas espalhou-se por outras universidades brasileiras. Apesar da significativa influência na historiografia brasileira, Thompson teve poucas obras traduzidas para o português (às vezes com atrasos de décadas, como é o caso de sua obra prima *The making of the English working class*,¹ editada aqui 24 anos após sua primeira edição). Lamentavelmente, nem mesmo sua prematura morte motivou a publicação ou mesmo a abertura de maior espaço para a análise de suas obras em cadernos especializados veiculados pela grande imprensa.

Após escrever *The making of the English working class*, Thompson interrompeu os estudos sobre o processo de formação do operariado inglês, no decorrer do século XIX, mergulhando no estudo da cultura popular do século XVIII. Contudo, no início dos anos oitenta, Thompson congelou estas pesquisas, para dedicar-se integralmente ao ativismo pacifista e aos escritos engajados, relativos ao armamentismo e à Guerra Fria. Indagado a respeito da continuidade de seus trabalhos sobre o século XVIII, Thompson prometeu retomá-los futuramente, assim que o perigo do conflito nuclear fosse dissipado.

Customs in commom constitui-se no cumprimento da promessa de Thompson, contudo não é uma nova obra, mas a vigorosa revisão dos seus escritos sobre a cultura

* Professor de História Contemporânea da Universidade Estadual de Maringá. Mestre em História Social pela Unicamp e doutorando pela USP.

1 Thompson, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth, Penguin Books, 1963. Tradução brasileira: *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História).

popular na Inglaterra do século XVIII, acrescida de alguns novos artigos. Nesta obra, o autor retomou o debate com alguns de seus críticos, dentre os quais pode-se destacar John Bohstedt, Istvan Hont, Michael Ignatieff e Dale Williams. São republicados sem qualquer alterações "The moral economy of the English crowd in the eighteenth century",² e "Time, work discipline and industrial capitalism".³ Também foi publicada uma revisão do primeiro destes, "The moral economy reviewed. Patrician society, plebeian culture"⁴ e "Eighteenth century English society, class Struggle without class?"⁵ foram fundidos dando origem a um único artigo, "The Patricians and the plebs. Rough Music" constitui-se em uma revisão detalhada de "Rough Music: Le Charivari anglais", publicado em 1972. Em "The sale of wives" analisa o costume de venda de esposas, para serviços sexuais ou domésticos, estudando cerca de três centenas de casos, ocorridos principalmente entre 1760 e 1880. Na introdução do livro, denominada "Customs and culture", estabelece uma sofisticada análise da rede de relações e costumes na formação da cultura popular no século XVIII. Thompson defende a tese da existência de uma forte e enraizada cultura popular, em oposição à idéia, então dominante, de que haveria ocorrido o declínio das tradições populares neste período.

Em *Moral economy reviewed*, Thompson rebateu a crítica de Istvan Hont e Michael Ignatieff de que estava preso à visão smithiana de mercado. Afirma que mercado

2 Thompson, E. P. "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century", *Past & Present*, 50, february, 1971, pp. 76-131. Neste texto, o autor resgata a complexidade dos motins alimentares, indicando a existência de uma economia moral da multidão e denunciando o economicismo e o mecanicismo profundamente enraizados nas análises marxistas ortodoxas, que vislumbravam, nestas ações, a expressão de uma fase pré-política do movimento operário, caracterizada por ausências sucessivas de classe, partido, vanguarda e consciência de classe.

3 Thompson, E. P. "Time, work-discipline, and industrial capitalism", *Past & Present*, 38, february 1967, pp. 59-97, em que analisa a disciplinarização do trabalhador através da introjeção de uma noção de tempo mecânico. As transformações dar-se-iam não apenas no plano tecnológico, mas também em um nível cultural.

4 Thompson, E. P. "Patrician society, plebeian culture", *Journal of Social History*, 7(4):382-405, 1974. Neste texto, Thompson indica que haveria ocorrido, no transcorrer do século XVIII, a dissociação entre cultura plebéia e cultura patricia. Ele acredita que, apesar da hegemonia cultural patricia, muitos costumes plebeus tornaram-se menos visíveis e de difícil decodificação para a *gentry*. Assim, os conflitos emergentes foram adquirindo, crescentemente, contornos de conflito de classes.

5 Thompson, E. P. "Eighteenth century English society: class struggle without class?", *Social History*, 3(2):133-66, may 1978 em que Thompson analisa o processo de formação da classe operária inglesa, com a introdução das noções de hegemonia cultural e paternalismo.

é uma metáfora que mascara os interesses privados dos capitalistas e que, em muitos casos, os *riots* impediram que a escassez provocasse fome generalizada. Sugere, ainda, muito cuidado no emprego do termo mercado, afirmando não entender exatamente o que seria mercado no século XVIII, ou o que possa ser uma economia que não seja de mercado. Thompson vê nos *riots* uma possível estratégia reguladora. Entende que eles abriam mercados fechados nos quais normalmente ocorriam barganhas entre negociantes, obrigando-os a oferecer, no mercado, produtos estocados com o intuito de especular. Denuncia a edulcoração do mercado com uma neutralidade inexistente, considerando-se a apropriação privada de seus benefícios.

Suzanne Desan⁶ acredita que Thompson subestimou fatores de natureza sócio-econômica. Para ela, "comunidade" seria mais complexa do que Thompson percebeu, pois ele não teria observado as diferenças internas, as disputas de poder e os diferentes papéis nela desempenhados. Para Desan, economia moral poderia ter diferentes significados para distintos membros da mesma comunidade.

Em seus estudos sobre o século XVIII, Thompson desvendou a existência de uma crescente confrontação entre economia de mercado e economia moral das plebes. No estabelecimento destes conflitos seria tecida uma intrincada rede de resistência à imposição dos novos valores. Ao mesmo tempo consolidar-se-iam valorações nas quais a simbologia dos costumes antigos adquiriria uma nova dimensão social. Para Thompson, neste processo, desenvolveu-se o embrião da formação de classe e de uma consciência de classe.

Thompson entende que até a última década do século XVIII somente pode-se referir à classe social como categoria heurística. Até então haveria a predominância de relações paternalistas, onde a *gentry* exerceria sua dominação através da hegemonia cultural. Contudo, para ele, as plebes foram desenvolvendo práticas defensivas fundadas no direito consuetudinário, obrigando a *gentry* a concessões e compromissos.

Através destas concessões e de uma rede de reciprocidades paternalistas, a *gentry* teria exercido sua dominação. Isto não teria provocado a eliminação dos conflitos, mas sua delimitação. A hegemonia da *gentry* foi capaz de impedir a eclosão de revoluções, mas não evitou a emergência de rebeliões ou desordens pontuais. Desta forma, o preço pago pelas classes dominantes inglesas, para garantir sua hegemonia, conclui Thompson, teria sido a licenciosidade das plebes.

6 Cf. Desan, S. "Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis". In: Hunt, L. (org). *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 63-96.

Geoff Eley⁷ questiona a tese do paternalismo da *gentry*, pois entende que, entre 1830 e 1840, os radicais atacavam a aristocracia proprietária de terras e a corrupção burocrática e, o homem de classe média opunha-se à legitimação da propriedade das manufaturas e dos comerciantes. Ainda para Eley, há em Thompson uma certa imprecisão conceitual onde, por exemplo, o termo “plebes” ocupa papel semelhante a outros termos como “povo”, “classes baixas” e “populacho”.

Thompson descortinou um século XVIII permeado por conflitos de classes em processo de formação. Ele acredita que este tipo de conflito tornou-se possível em função da fragilidade interna do estado inglês. Respondendo a alguns críticos que questionam a possibilidade da mais moderna, imperialista e poderosa nação haver sido, internamente, uma nação frágil, Thompson afirma que o estado dirigido pelos Whigs constituía-se na realidade em um estado de rapina. Em decorrência, não era organizado como aparato administrativo no exercício do poder de classe, mas como agente de apropriação de recursos e de corrupção. Em outras palavras, era um estado corrupto que possibilitava a apropriação privada de recursos públicos, por parte da burguesia inglesa.

Os conflitos seriam produto da tentativa desenvolvida pelos pobres de manter algum controle sobre o mercado, com base na *Common Law*. Muitos críticos afirmam que Thompson vê rebeldia e contestação onde há apenas crime. Linebaugh corrobora a tese de Thompson ao demonstrar que estaria havendo um processo de criminalização de costumes antigos que entravam em conflito com a nova ordem.

No conjunto dos artigos que compõem *Customs in common*, Thompson resgata o desenvolvimento de estratégias díspares, descontínuas e desconexas que possibilitam a resistência ao estabelecimento de uma nova ordem baseada no mercado livre. Isto aconteceria, principalmente, em decorrência da abolição de direitos consuetudinários provocada pela consolidação da nova ordem. Nestes enfrentamentos, os pobres buscavam apoio nas justificativas morais da *Common Law* para dar suporte a suas práticas contestatórias. Thompson vê rebeldia no recurso a essas tradições, e não uma prática conservadora. Para ele, não existe um retorno ao passado, através destas práticas, pois existe racionalidade e seletividade na escolha de costumes que possam ser utilizados contra a imposição dos novos valores considerados injustos. Entende, ainda, que muitos destes “costumes” eram recentes e constituíam-se em reivindicações por novos direitos.

⁷ Eley, Geoff. “Edward Thompson, social history and political culture: the making of a working class public, 1780-1850”. In: Kaye, H. e McClelland, K., op. cit., pp. 12-49.

Em que pese o fato desta coletânea de artigos tratar especificamente da Inglaterra do século XVIII e de todo o conseqüente cuidado necessário para não se promover transposições mecânicas, penso que seria extremamente útil a certos repetidores da propaganda neoliberal no Brasil uma leitura atenta destes textos. Desta forma, talvez, pudessem poupar-nos da tediosa repetição de algumas falácias sobre a capacidade autorreguladora do mercado.

**E. P. Thompson visto por Perry Anderson em
Teoría, Política y Historia. Un Debate con E. P. Thompson
Madrid, Siglo XXI, 1985 (1ª edição inglesa, 1980)**

Modesto Florenzano*

Quando Perry Anderson escreve sobre um autor, seja este um historiador, como é o caso de Thompson, seja um filósofo, como, por exemplo, Bobbio, não se pode não admirar e louvar a inteligência, a clareza e a profundidade, com que capta e contextualiza seus pensamentos e a grandeza e equilíbrio com que avalia o mérito e a importância de suas obras. Sabe-se que Bobbio, ao ler o ensaio de Anderson "The affinities of Norberto Bobbio" (*New Left Review*, 170, 1988) não conteve sua admiração e escreveu ao autor uma carta (3/11/1988) especialmente para elogiá-lo por esta virtude ("Carteggio Bobbio-Anderson", in: G. Bosetti, *Socialismo Liberale*, Unitá, 1989).

No caso de Thompson, o efeito provocado pelo livro de Anderson, que aqui se examina, foi o de reconciliar estes dois notáveis historiadores e militantes da esquerda inglesa, separados por quase duas décadas de agudas divergências e violentas polémicas. Como revela Anderson no livro, estas tiveram início, respectivamente, com a mudança na direção da *New Left Review*, em 1962 (fundada dois anos antes por Thompson, entre outros) que levou o primeiro à direção da revista e o segundo à sua saída, e com a publicação, em 1965, do ensaio "The Peculiarities of the English", em que Thompson atacava com violência as posições teóricas e políticas defendidas por Anderson e Nairn e as reinterpretações que ambos ofereciam da história da classe operária inglesa.

Com o aparecimento, em 1978, de *A miséria da teoria* de Thompson, que além de atacar violentamente a Althusser também atacava a direção da *New Left Review*, considerada por ele como a responsável pela difusão do maléfico marxismo althusseriano na Inglaterra, Anderson propôs-se, ao mesmo tempo, defender Althusser (e se defender) dos ataques e fazer um ajuste de contas, fraternal, com Thompson: por um lado, encerrar a polémica e, por outro, esclarecer as diferenças, as divergências que as motivaram e os mantiveram separados. Não que estas tivessem deixado de existir, mas seu reconhecimento não deveria ser um impeditivo a um eventual diálogo e participação

* Departamento de História da USP.

em causas conjuntas, dentro do terreno comum da esquerda, do socialismo inglês e internacional. E, com efeito, no *Post scriptum* à edição espanhola do livro, Anderson registra com satisfação que

Edward Thompson aceitou o convite para examinar conjuntamente os novos problemas, em um dos ensaios mais transcendentais e essenciais da década de 1980: "Notes on exterminism, the last stage of civilization", publicado na *New Left Review*, 121, maio-junho de 1980 (p. 229).

Mas deixemos de lado aqui as considerações do autor sobre a teoria e a política de Thompson – que se revelam principalmente em seus livros *A miséria da teoria* e em *William Morris. From romantic to revolutionary* (1955 e, edição revista, 1977) – para só considerar as que Anderson tece sobre as suas obras históricas mais importantes e mais conhecidas, inclusive entre nós, *A formação da classe operária inglesa* (1963) e *Senhores e caçadores* (1975).

Começemos com os elogios, pois é com eles que Anderson inicia o livro:

Edward Thompson é hoje nosso melhor escritor socialista na Inglaterra, e possivelmente na Europa. Os que leram *The making of the English working class* ou *Whigs and hunters* sempre as recordarão como grandes obras de literatura. A maravilhosa variedade de timbre e ritmo que, em seus melhores momentos, dominam a escritura – apaixonada e alegre, caústica e delicada, considerada e coloquial – não tem paralelo no seio da esquerda.

Mas não se trata apenas do seu valor literário, pois estas duas obras, juntamente com os demais estudos de Thompson, constituem o produto mais original do *corpus* da historiografia marxista inglesa à qual tantos eruditos de talento contribuíram (p. 1).

Todos os textos de Thompson

têm sido, à sua maneira, tanto uma intervenção militante no presente como uma recuperação profissional do passado... Estas obras de história tem sido também contribuições deliberadas e centrais à teoria: nenhum outro historiador marxista esmerou-se tanto em confrontar e examinar sem insinuações nem circunlóquios as difíceis questões conceituais surgidas em sua investigação (p. 2).

Mas aos elogios seguem-se as críticas. Anderson examina as três teses que sustentam a arquitetura de *The making of the English working class*, a saber: a da *code-terminação* (a tese de que a classe operária inglesa, nas palavras de Thompson, "se fez a si mesma na mesma medida em que foi feita"), a da *consciência*, como pedra angular da noção de classe (a tese de que "a classe se produz quando alguns homens, como resultado de experiências comuns – herdadas ou compartilhadas –, sentem e

articulam a identidade de seus interesses entre eles e contra outros homens cujos interesses são diferentes – e geralmente opostos – aos seus") e a da *inferência de conclusão* (a tese de que a identidade da classe operária inglesa já se havia completado no começo da década de 1830, não estando mais "em seu processo de formação").

Sobre a primeira tese, depois de se perguntar se Thompson "*demonstrou* que a classe operária inglesa se fez a si mesma na mesma medida em que foi feita, não em um falso sentido cientificista, mas em termos de um balanço plausível de dados?", Anderson conclui que

Dada a ausência de um tratamento direto destes moldes massivos dos começos da história da classe operária inglesa, não há como se determinar o papel da autoderminação coletiva em sua formação. A paridade entre ação e condicionamento afirmada ao princípio fica em pé como um postulado que nunca é realmente comprovado mediante o oportuno espectro de dados empíricos de ambas as caras do processo (p. 42).

E Anderson demonstra quais são os "moldes massivos" que estão ausentes no texto de Thompson: "(1) os setores de vanguarda da Revolução industrial, (2) a configuração rentista e comercial de Londres, (3) o impacto das revoluções francesa e americana, (4) a galvanização do chauvinismo bélico" (p. 42).

No que diz respeito ao item (1), Anderson mostra que além de não se encontrar no livro de Thompson "um dado tão elementar como o da envergadura aproximada da classe operária, ou sua proporção com relação ao resto da população, em nenhum momento de sua "formação", também não se encontra um tratamento da força de trabalho de setores como

O algodão, o ferro e o carvão que constituem virtualmente a totalidade da primeira fase da industrialização na Inglaterra. [Assim,] É muito difícil avaliar a importância relativa de uma área de experiência subjetiva na classe operária inglesa, dada a ausência de uma base objetiva sobre a qual assentar o modelo da acumulação capitalista em um conjunto durante esses anos (pp. 36 e 38).

Sobre o item (2), afirma que Thompson não considerou como devia

o fato de que Londres era uma capital rentista, comercial, burocrática e dominada pela corte e pela *city* durante o século XIX – de forma mais parecida a Viena ou Madrid, do que a Paris, Berlim ou São Petersburgo – ia ser um grande obstáculo para a gestação de um movimento operário politicamente agressivo na Inglaterra. Uma capital sem indústria pesada contribuiu para apagar no proletariado industrial o instinto do poder (p. 39).

Sobre o item (3):

a comoção produzida conjuntamente pelas revoluções francesa e americana... não encontra em *The making of the English working class* um tratamento proporcional à sua importância histórica real... Apesar de sua importância capital ao longo de duas décadas, o leitor apenas aprende algo sobre as complexas atitudes e os debates que se produziram no radicalismo inglês em torno dos acontecimentos ocorridos na França. Um aparente preconceito metodológico os exclui: ao não poder registrar as revoluções sociais do exterior como atividade autônoma da classe operária inglesa, caem fora da resenha histórica destes anos (p. 40).

E sobre o item (4), considera que Thompson

minimiza a mobilização *nacionalista* de toda a população inglesa levada a cabo pela classe dominante em uma luta tremenda pela supremacia *sobre a França*. De fato não se pode apresentar um panorama completo da cultura popular inglesa posterior a 1815 sem fazer referência à profundidade da captura ideológica da "nação" que, com fins conservadores tem lugar na Inglaterra... O poder do *ancien régime* inglês baseava-se em uma combinação de cultura e coação, tanto antes quanto depois das guerras. A principal arma de seu arsenal ideológico... foi um nacionalismo contrarrevolucionário. Sua importância estrutural, geral e duradoura, era certamente maior que a de fenômenos locais e limitados como o metodismo, por históricas que tivessem sido suas manifestações (as quais Thompson, por certo, dedica um dos capítulos mais inesquecíveis de seu livro)... a Inglaterra foi o primeiro país da Europa em que a nação superou à religião como forma dominante de seu discurso ideológico... Seria difícil adivinhar tudo isto a partir de *The making of English working class*, onde não se desenvolve nenhum, ou quase nenhum, dos vínculos ideológicos que subordinavam os produtores primários não já a seus patrões... mas a seus governantes (pp. 40-2).

Sobre a segunda tese, reafirmada de maneira mais taxativa e inequívoca em *A miséria da teoria*, isto é, de que é a consciência de classe o traço distintivo da formação da classe, Anderson considera que

resulta impossível reconciliá-la com o registro dos dados empíricos da história. Com frequência existiram classes cujos membros não "identificaram seus interesses antagonísticos" em nenhum processo de clarificação ou de luta... O erro de Thompson é fazer uma generalização abusiva da experiência inglesa que ele estudou: a notável consciência de classe característica da primeira classe operária industrial da história do mundo é projetada universalmente sobre outras classes. O resultado é uma definição de classe demasiado subjetivista e voluntarista, mais próxima de um *partipris* ético-retórico que de uma investigação empírica (pp. 43-4).

A terceira tese do livro de Thompson é a de que a classe operária, inexistente como tal quando começa a década de 1790, está formada na de 1830, quando adquire

uma nova consciência de sua unidade. Mas, Anderson, apoiando-se nos trabalhos de T. Nairn, V. Kiernan e G.S. Jones (pp. 48-50), que mostram que "a característica primordial da história da classe operária do século XIX foi sua *descontinuidade*, não sua *continuidade*", pergunta-se "como pôde ter-se 'formado' a classe operária na década de 1830 se logo experimentou esta 'surpreendente transformação' cujos traços essenciais duraram quase um século?". Sua resposta é que "a classe operária inglesa não estava 'formada' na década de 1830", nem no sentido sociológico, nem no sentido político. E Anderson conclui:

A classe que Thompson descreve era revolucionária por temperamento e ideologia, mas não era socialista. Depois da metamorfose de meados do século, e quando algumas das suas frações se fizeram socialistas, deixou de ser revolucionária. Nisto radica toda a tragédia da história do trabalhismo inglês até o momento, como a chamou T. Nairn com toda razão (p. 51).

O que se pode dizer das críticas de Anderson a *The making of English working class*? Com certeza, que elas são ao mesmo tempo pertinentes e não pertinentes. Não pertinentes porque o próprio Anderson, elegantemente, reconhece, depois de discutir a primeira tese de Thompson, que, "nenhum livro pode dizer tudo. É razoável pedir algo mais a abundante riqueza exibida com requinte por *The making of English working class*?" (p. 42). Pertinentes porque as críticas demonstram que os temas e teses principais de Thompson não estão livres, ou ao abrigo, de um questionamento seja do ponto de vista empírico, seja teórico. Isto é, que é possível, a partir das mesmas teses de Thompson (codeterminação, consciência e formação de classe), e utilizando ou explorando os mesmos – e também outros – materiais empíricos, chegar, como fez Anderson, a outros resultados. Basta apenas, como é, de fato, o caso, que ambos tenham um entendimento diferente do significado daquelas três importantes categorias marxistas. E, *il va sans dire*, sobre, o próprio marxismo e sobre "moral e estratégia". Thompson, afirma Anderson, no final do livro, "reconheceu generosamente em uma ocasião que 'o *quid* da questão' (entre eles) estava na contraposição entre 'uma grande ênfase na cultura e uma nova ênfase no poder'" (p. 227).

Passemos à crítica ao outro livro de Thompson, *Whigs and hunters*, e que nos parece plenamente pertinente e digna de ser endossada. De acordo com Anderson,

Thompson demonstra com força e originalidade a brutalidade da repressão legal desatada pelo governo de Walpole pelas menores infrações da propriedade agrária. A maior parte de *Whigs and hunters* é dedicada a expor as origens dos *Black acts* de 1723, quando interesses dos grandes se imiscuiram nos direitos populares e nos costumes tradicionais

dos bosques de Berkshire e Hampshire. A reconstrução destes conflitos silenciados e esquecidos é uma magnífica façanha de recuperação histórica (p. 97).

Mas, Thompson, extrapola: “não baseia seu juízo somente sobre eles: emite um veredito geral sobre a natureza do governo Walpole que ultrapassam os temas concretos estudados no livro” (p. 97), e por outro lado, desenvolve considerações, sobre o papel e a importância do Direito, do que ele chama de “o império da lei”, na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. E o problema, naturalmente, não está na extrapolação em si, isto é, no fato de ter ultrapassado os “temas concretos”, e de desenvolver reflexões sobre o Direito, mas na caracterização e interpretação que faz de ambos.

O “óbvio”, nas palavras de Thompson, “que alguns marxistas modernos passaram por alto, como é a diferença entre o poder arbitrário e o império da lei”, é, para Anderson:

... muito menos óbvio do que Thompson parece supor. Pois... alguns dos despotismos mais violentos da história promulgaram e puseram em vigor amplos sistemas legais. Uma tirania pode governar perfeitamente, *de acordo com a lei*: de acordo com suas próprias leis... O que Thompson faz é misturar o caso do Direito inglês do século XVIII, muito específico – e raro – do ponto de vista histórico, com o do Direito em geral. A própria expressão “o império da lei”, um arquetípico modismo insular, fala por si só. Porque a ‘lei’ nunca ‘impera’: imaginar o contrário seria coisificar as relações sociais em uma falácia formalista clássica (p. 218).

Mas é, principalmente, o veredito de Thompson, negativo e subjetivo, sobre Walpole e o poder whig, na primeira metade do século XVIII, que não pode ser aceito, pois não encontra sustentação nem nos fatos, nem na historiografia. Walpole é descrito por Thompson como “o menos simpático dos chefes de governo da Inglaterra”. No prefácio de *Whig and hunters*, informa que não sabe em absoluto quem se beneficiou de sua administração “fora do círculo pessoal de Walpole”. E contrapõe este governo “aos escritores de mais talento, fugindo desta classe de políticos whig, (e que) se refugiaram quase todos no humanismo tory”. À figura, antipática e negativa de Walpole, “o mais corrupto e oportunista” dos governantes whig, Thompson opõe a figura positiva e simpática do seu contemporâneo e adversário, o “humanista tory”, publicista e escritor, Jonathan Swift: através dos séculos “apertamos a mão de Swift”, afirma em *A miséria da teoria*. Tão intensa e incontrolável é a fúria de Thompson contra o poder whig da primeira metade do século XVIII, cuja crueldade e corrupção vê como sem paralelo, que chega ao ponto de, em outro escrito (*Eighteenth-century English society*), qualificar a Inglaterra da época de “república bananeira”.

Mas para Anderson “faltam provas de um incremento real da crueldade da classe dominante já que Thompson não oferece cifras acerca da aplicação global dos decretos sobre a pena capital ao final do século XVII e princípios do XVIII”. E nota que:

Esta omissão é tanto mais surpreendente pelo fato de que seu colega Douglas Hay oferece as cifras e chega a conclusões muito interessantes sobre o mesmo tema... A hipótese que obviamente tudo isto sugere – e é estranho que Thompson não a examine em *Whigs and hunters* – é que a legislação dos *Black acts* e outras leis similares deveria ser considerada mais como uma parte deste ‘teatro’ estilizado da hegemonia de classe que ele analisa de forma tão imaginativa em outro lugar (*Patrician society, plebeian culture*), uma exibição legislativa destinada a impressionar e intimidar, do que um instrumento executivo de castigo cotidiano. Como quer que se olhe, é evidente que nos anais do governo de Walpole não há nenhum episódio comparável às matanças e deportações massivas realizadas pela *gentry* e os oficiais puritanos da *Commonwealth* na Irlanda em meados do século XVII. Sem levar em conta o que veio depois... (pp. 98-9)

Sobre, nas palavras de Thompson, o “cinismo religioso unido à subordinação da Igreja aos interesses de uma facção”, que teria “deixado doente ao arcebispo Laud”, Anderson se pergunta:

Era o fanatismo, ainda muito estendido no século anterior, preferível ao ceticismo? Não contribuiu a secularização da Igreja estabelecida para a emancipação cultural e intelectual? O governo whig da década de 1720 favoreceu a tolerância religiosa, um dos grandes feitos da humanidade, enquanto que o ‘humanismo’ tory representava a volta do fanatismo e da desumanidade (p. 99).

Anderson também se pergunta se se pode considerar exata a descrição thompsoniana do governo dos whigs hanoverianos que não beneficiava a ninguém “fora do círculo pessoal de Walpole”, ou, como Thompson, define em outro lugar (*Eighteenth-century English society*), o Estado inglês da época: “não era tanto o órgão efetivo de uma classe determinada mas um parasita no lombo deste mesma classe (a *gentry*) que havia triunfado em 1688”. Sua resposta é “seguramente não” (p. 103). Para Anderson, qualificar, como faz Thompson, os regimes whigs da época como “simples montagens parasitárias é substituir as categorias da análise materialista pelos impropérios dos pasquins tory”. Pois,

o Estado inglês serviu aos interesses do bloco agrário e mercantil dominante, e serviu-os extremamente bem. Na década de 1760 chegavam ao país colossais riquezas procedentes do tributo colonial de um império que eclipsava a todos os demais. No interior, o mesmo regime deu mostras de sua extraordinária correspondência de classe às necessidades dos magnatas e da *gentry* por sua estabilidade. Nenhuma outra ordem política iguala este

recorde na moderna história britânica: meio século de um tranquilo monopólio de partido, seguido por outro meio século de alternância de partidos dentro de uma mesma estrutura praticamente inalterada (pp. 101-2).

Para demonstrar que o julgamento de Thompson sobre Walpole é completamente equivocado, Anderson cita a frase do historiador J. H. Plumb, conhecido especialista em Walpole e Inglaterra do século XVIII: "Quanto mais conheço este grande homem mais cresce minha admiração por ele" (p. 103). De acordo com Anderson: "Walpole não merece nem os ataques de Thompson nem o entusiasmo de Plumb". E sobre Swift, "a mão que Thompson queria que apertássemos", Anderson lembra que:

[Swift] levantou-se com ódio e cólera contra os dissidentes, os homens da *Commonwealth*, os estrangeiros, as mulheres, antigos amigos pessoais e inimigos públicos. Suas polêmicas foram indiferentes à verdade. A intolerância política e religiosa, a xenofobia e a misoginia desequilibram a obra de Swift em seu conjunto (p. 105).

E mais à frente prossegue:

A posteridade não tem razões para lamentar que a Inglaterra tenha sido governada por Walpole no espírito de Defoe, em lugar de ser governada por Bolingbroke segundo os ditados de Swift (p. 107).

Para Anderson,

O recurso latente 'ao humanismo *tory*' como critério válido para julgar o governo Walpole é uma séria debilidade de *Whigs and hunters* que conduz às vezes a uma reprodução acrítica da polêmica contemporânea e não a uma formulação dos conceitos históricos baseada no conhecimento moderno – entre cujos recursos se incluem não apenas dados desconhecidos para qualquer dos atores da época, mas também documentos de épocas posteriores – vale dizer, a *direção* do tempo (p. 109).

A crítica do marxista Anderson à esta interpretação de Thompson também foi feita pelo historiador liberal L. Stone que considera *Whigs and hunters*:

um exemplo de revisionismo à *outrance*, um desafio a um dos dogmas mais sólidos dos últimos decênios, que vê em Walpole o arquiteto da estabilidade política, da prosperidade, do domínio da lei, da liberdade política para as camadas proprietárias: de tudo aquilo, em suma, que fez da Inglaterra a inveja do mundo civil contemporâneo (p. 194).

Para Stone:

Do paradigma de Thompson, em conclusão, permanecem em pé somente dois elementos: em primeiro lugar o fato, não propriamente surpreendente, que o direito penal – mas não o civil – foi verdadeiramente, em última análise, um instrumento usado pela elite para proteger a vida e as propriedades suas e alheias recorrendo ao terror seletivo. Mas serviu alguma vez para outra coisa, o direito penal? Em segundo lugar, existia indubitavelmente uma "economia moral da multidão" que inspirava os tumultos pelo pão, os encarcerados por dívidas e certos outros grupos de caráter local para os quais a lei não coincidia com a justiça natural. Mas nem mesmo esta pode ser considerada uma grande novidade (p. 198, *Viaggio nella Storia*, Laterza, 1987)

Mas reitere-se, como conclusão, que se a crítica de Anderson a Thompson – ao contrário da de Stone (cheia de veneno, pois o que diz – *entrelinhas* – é que da interpretação thompsoniana do século XVIII inglês só ficou de pé o que não era original dele!) – em nenhum momento deixa de ser implacável, também em nenhum momento perde a generosidade e a admiração, o reconhecimento da excelência e da grandeza da obra, a um só tempo histórica e política, de Thompson.

ENTREVISTA

PESQUISAS

ENTREVISTA

MERCEDES VILANOVA*

*Maria Lúcia Martinelli, Elza Koumrouyan e Juana E. Arias Rojas***

M.V. Eu creio que em cinco minutos explico a minha trajetória, e, em seguida, iniciamos o debate, que é o mais interessante. A minha trajetória profissional começa na época franquista. Era uma época de clandestinidade, uma espécie de túnel em que a história, o passado se mistificavam. Nós havíamos mistificado a república, a luta militante, o anarquismo, as coletividades, a guerra civil e, assim, quando ingressei na universidade e quis fazer uma história séria, minha pergunta foi por quê havia fracassado a revolução social? Em outra conjuntura, talvez, pudesse ajudar a fazê-la?

Isso faz muito tempo, eu era jovem, otimista, ingênua, pensava que as coisas eram averiguáveis e tinha muita esperança em uma história científica. Mas isto é o passado. Então, para estudar a revolução social na Espanha, me parecia que o sujeito privilegiado era a CNT (Confederação Nacional de Trabalhadores), sindicato anarcosindicalista. Tentei estudar a trajetória anarquista durante a guerra civil e logo me dei conta das dificuldades que havia em ir além da militância. Não queria estudar a militância, mas sim a relação entre a militância e a maioria. Constatei as dificuldades em estudar esta relação, em parte, porque na época franquista era muito difícil ter acesso às fontes, e também a história escrita estava errada, pois retratava somente o ponto de vista do militante. As maiorias não falam ou, se falam nós, os acadêmicos, não as entendemos, *somos surdos à palavra da maioria*.

Vistas as dificuldades para se estudar o período de guerra, que depois efetivamente estudei, pensei que, para averiguar a influência dos líderes carismáticos sobre as massas, podia analisar o slogan anarquista "NÃO VOTAR" e ver se era seguido, como dizia toda a historiografia. Então, para estudar a abstenção libertária especiali-

* Professora da Universidade de Barcelona.

** A produção deste texto foi possível graças à colaboração da doutoranda Elza Koumrouyan e da mestranda Juana E. Arias Rojas, ambas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, que cuidaram da transcrição e da tradução do debate, cabendo a mim, Maria Lúcia Martinelli, professora assistente doutora do mesmo Programa, a compilação e redação final do texto.

zei-me nas eleições e na democracia parlamentar. Passei do estudo da democracia assembleária para a democracia parlamentar e, então logo, constatei que o slogan anarquista "NÃO VOTAR" não foi seguido pela maioria, rompendo assim com um dos mitos historiográficos mais persistentes. Para averiguar e evidenciar isso, tive que fazer uma "história estatística de qualidade", na qual foram surgindo outras perguntas, sobre a participação da mulher, por exemplo. Paralelamente a isto, cem pessoas de minha equipe iniciaram o estudo das coletividades e o mais espetacular que descobrimos sobre a trajetória eleitoral (a trajetória eleitoral é a combinação entre participar ou abster-se em uma série de eleições, e é secreta pois o voto é secreto) durante a democracia parlamentar foi que poderíamos projetá-la na democracia assembleísta, que se caracteriza por ser pública, e na repressão franquista. Com isso estávamos demonstrando que as eleições, do ponto de vista do escrutínio ou da maioria, não dos candidatos e do poder, são fundamentais para uma aproximação de qualidade das maiorias. Nesta análise, cada vez mais profunda, da abstenção, através da estatística e, sobretudo, da fonte oral, descobri os analfabetos e analfabetos de Barcelona.

Se a primeira descoberta, de que o slogan anarquista não havia sido seguido, mudou minha percepção da relação entre a militância e as maiorias, a descoberta da importância da personalidade analfabeta mudou minha estratégia metodológica para se fazer uma história de qualidade das maiorias, e mudou ainda minha própria percepção de minha subjetividade como pessoa alfabetizada; e mudou minha trajetória profissional até fazer-me o que hoje sou. Creio que sou, profissionalmente, uma especialista no invisível, sou especialista em averiguar quem são os que não votam, que são os "invisíveis", e isto tem-me convertido em uma especialista em tentar descobrir quem são estas pessoas que se escondem dos alfabetizados, que são os analfabetos. E, aqui estou.

Em síntese, e em uma síntese muito rápida, acredito que houve primeiro uma recorrência historiográfica tradicional às fontes bibliográficas, que me apontaram o anarquismo como algo fundamental na história espanhola dos anos 30, como anos de mudança social. Sobre esse período realizei uma estatística qualitativa, inicialmente de forma ampla e depois mais refinadamente, que me colocou as perguntas fundamentais sobre a democracia para, finalmente, utilizar a fonte oral para buscar algumas respostas, que sempre são incompletas, não exaustivas. É uma fonte viva que é necessária para a contemporaneidade, mas que se define por ser parcial, subjetiva, diferente e, por isso mesmo, útil à estatística, que nos ensina, nos leva a mergulhar no processo de aprendizagem, em que entrevistador e entrevistado intercambiamos, pelas distintas percepções que temos um do outro, buscando uma síntese progressiva de nossa própria visão como historiadores e da história do passado. Bem, creio que me estendi para além dos cinco minutos, e já temos o suficiente para iniciarmos o debate.

Assim, abro uma primeira rodada de perguntas, acrescentando que só me interessa uma história cujo diálogo possa ser universal. Interessa-me o local porque é o verdadeiro, mas só me ajuda se me permite falar com os demais, falar com vocês; senão, não tem sentido o que faço.

Nessa relação com os analfabetos, que perspectivas de trabalho você encontrou quando em contato com eles?

M.V. Bem, minha definição de subjetividade profissional não pessoal *é que a máxima, ou a melhor objetividade, é a máxima subjetividade bem explicada*. Se sabemos explicar bem a subjetividade, chegamos à objetividade; para mim não tem outra explicação, é muito difícil, mas realmente, então, a pergunta é dupla:

1. Qual é o significado de minha subjetividade para os analfabetos?
2. Quais as perspectivas que se me abriram com esta descoberta com os analfabetos?

Bem, para mim, foi um choque brutal porque eu havia, durante 15 anos, buscado o majoritário no invisível; havia dirigido todos os meus trabalhos, teses, doutorado, sempre em busca do majoritário, havia passado dos anarquistas às mulheres, havia tentado decifrar o trabalho manual buscando o majoritário, e, de repente, em uma entrevista com uma mulher analfabeta, descobri que durante 15 anos havia me equivocado porque na história espanhola e, seguramente, na mundial, o majoritário não é nem o anarquismo, nem as mulheres, nem o trabalho manual, mas o autenticamente majoritário é o *analfabetismo*. Fiquei com muita vergonha, foi uma entrevista que fui fazer de ônibus na periferia de Barcelona. Não sei porque fui de ônibus. Custou-me muito marcar esta entrevista, porém quando eu regresssei sabia que minha vida havia mudado, porque constatara quanto a Academia havia-me deformado, tornando-me incapaz de descobrir o que as estatísticas me diziam. Eu tinha os analfabetos nas listas de pesquisa, havia estudado o comportamento eleitoral nas estatísticas e, não obstante, não me havia dado conta da qualidade e isto foi um golpe brutal. Você perguntou que perspectivas isso abre? É muito complexo falar sobre as perspectivas que se abrem. Creio que descobri o analfabetismo porque havia estudado a abstenção, e a abstenção tem uma grande vantagem pois é o outro lado da participação, de modo que são duas faces de uma mesma moeda. A minha tese é que a democracia não pode ser entendida sem essas duas faces, que são solidárias, pois todos somos abstencionistas e participantes. É relativamente simples, porque é como uma foto social de um momento, embora este seja invisível, é além do mais secreto. Eu creio que porque havia passado tantos anos querendo descobrir isto, que está no coração da tese abstrata, é que pude

descobrir o analfabeto, ou a analfabeta, porque era uma mulher. Ora, o analfabeto não soma nunca cem, ou seja, não há definição possível absoluta de analfabeto. Direi que é aquele que não sabe ler e nem assinar, é uma comparação com o alfabetizado. Ou seja, há uma complexidade que faz o conceito riquíssimo, levando-o inclusive a mudar com o contexto espacial e temporal. Não é o mesmo na Idade Média, na Idade Moderna ou na Contemporânea. Então digamos, que de início a perspectiva que me abriu foi a de que:

1. Eu, que era especialista em fonte orais, não me havia dado conta de que os analfabetos eram os depositários idôneos, porque são aqueles que só deixam vestígios estatístico; ou seja, chegara a tal ponto a minha deformação acadêmica que, apesar de buscar o marginal, o majoritário, de dedicar-me à fonte oral, não me havia dado conta de que os testemunhos mais idôneos eram os dos analfabetos.

2. O analfabeto, neste momento, constituiu como que um muro que nunca havia podido imaginar, uma autêntica barreira que, para mim, que ia com o livro na cabeça, era um desafio tremendo. Tivemos que montar uma estratégia até realmente chegar à convicção de que havia um muro. Foi quando traçamos uma investigação interdisciplinar com lingüistas, sobretudo. Bem, levei dez anos estudando isto e eu creio que estamos na pré-história porque, nunca, ninguém quis compreender o analfabeto senão para alfabetizá-lo. Porém, eu, naturalmente, que sou amante da abstenção, passei a ser amante dos analfabetos, eu não queria alfabetizar. Parecia-me ridículo; queria compreender-lhes, mas, havia um muro. Então, que fazia com este muro? Tentamos penetrá-lo, pareceu-nos que a única maneira de penetrá-lo era a história de vida. Mas, pensar que os melhores sociólogos, historiadores e antropólogos têm entrevistado analfabetos e alfabetizados e não sabem as diferenças. E não sabem porque os analfabetos utilizam a nossa linguagem, são muitos espertos, se escondem, se fazem invisíveis enfim, porque há toda uma estratégia. Então, indo muito rápido, posso dizer que a interpelação do analfabeto foi sobre a minha alfabetização. Não podia compreendê-los, porque não sabiam o que era ser alfabetizado; eu penso que não sabemos o que é a alfabetização, senão para manipular, porque a confundimos com a escola.

Bem, isto é muito abreviado, depois o interessante do tema é que existe desde o analfabetismo absoluto até a alfabetização de elite, há toda uma gama.

E finalmente, e indo muito rápido, se minha hipótese inicial foi que eram diferentes, a minha hipótese final é que somos iguais. O problema é subjetivo e o que interessa, do ponto de vista da democracia, não é a alfabetização, mas sim a democratização da informação pertinente para o avanço individual e social. É o que a militância não sabe fazer.

Bem, eu acho que você coloca uma questão fundamental, que seria a de nos propor uma nova relação entre alfabetizados e analfabetizados em certo sentido. Ou seja, como que dentro dessa relação que você está colocando e, para nós profissionais preocupados com a questão da democratização da informação, ou com a questão de que esses sujeitos não fiquem mais apagados e invisíveis. Como se coloca, então, a questão de uma cultura oral e no caso dos testemunhos orais.

M.V. Eu não falei de relação, em nenhum momento eu disse a palavra relação!

Eu afirmo que você está colocando que nós, alfabetizados, temos, em relação aos analfabetos, uma perspectiva de alfabetizá-los.

M.V. Isso não é uma relação, é uma estratégia de poder. Eu não disse relação, disse que, em geral, se vê o analfabeto como resíduo e não se procura compreendê-lo. Eu não disse também que tenham que deixar de ser invisíveis, pois há o direito à invisibilidade. O que eu disse é que a descoberta, entre aspas, do analfabeto confrontou-me com a minha subjetividade, ou com a minha alfabetização, que é muito diferente. Isto sim foi o que eu disse, mas quanto à relação eu não disse, porque não penso assim. É que estamos acostumados a ouvir o que queremos ouvir. Esta é a dificuldade da fonte oral, a resposta está contida na pergunta.

E aí não tem diálogo...

M.V. ... original, porque não sabemos o que é. E o analfabeto não tem isto. Bem, eu estou sendo um pouco radical nas minhas colocações. Estamos acostumados a ver o mundo a partir da militância, e assim não o vemos como é, mas como queremos que seja, da forma que nos parece que tenha que ser.

Gostaria que você falasse um pouco mais sobre seus estudos.

M.V. Venho me dedicando sistematicamente a estudos eleitorais, especialmente sobre a abstenção. Do ponto de vista eleitoral, os estudos tradicionais que concordam com os meus, demonstram até que ponto o sexo e a idade são fundamentais nas eleições. Demonstrei que tão fundamental, ou mais, do que o sexo e a idade, é o analfabetismo, e é um registro importante, porque ainda ninguém havia constatado isso. Assim, o analfabetismo rompe a barreira do sexo e, acredito que, do ponto de vista antropofeminista, é uma esperança para a sociedade. Eu não tenho o ponto de vista antropológico e espero não tê-lo nunca. Não sou antropóloga, não faço entrevistas como os antropólogos, faço o que eu gosto, e não utilizo parâmetros. Se tenho um enfoque cultural ou não, eu não sei, mas também não sei se o analfabetismo e a alfabetização seguem um parâmetro cultural. Mas, penso que sobretudo nas grandes cidades onde

vivemos há um analfabetismo funcional e recorrente, e há um analfabetismo médio, impulsionado pelo poder, que existe na Universidade e que é antidemocrático. Parece-me que é a questão crucial do século XXI. Mas é complexo, entre outras coisas, é complexo porque a maioria das pessoas, nas cidades, não necessita ser alfabetizada, para trabalhar e em países como os nossos dominados pela Igreja Católica, há um tradicional interesse pelo analfabetismo. Basta lembrar que foi a Igreja que queimou os livros e colocou, entre os textos e os fiéis, um representante para interpretar o texto. É uma das chaves para entendermos a nossa história contemporânea. Como alfabetizados não podemos entender, porque a passagem do oral para a escrita é complexa, longa e foi manipulada pela escola. Eu não sou especialista nisto, mas creio que da forma como foi colocada a minha investigação, fui a primeira pessoa que pôs o dedo na chaga. A primeira vez foi em 1985, em Barcelona; repeti no México em 88, então me voltaram as costas porque as pessoas militantes estão obcecadas pela miséria. Hoje creio que é algo que, paulatinamente, aceito, mas é muito difícil, porque a alfabetização serve sobretudo para o ócio, para a política e para a religião, mas não para o trabalho.

Como você analisa a relação entre o poder e o analfabetismo?

M.V. Eu não disse que o poder produz analfabetismo. É ao contrário. O poder produz alfabetizado. É exatamente ao contrário. Segundo, as teses da união da alfabetização com a modernização econômica, sobretudo na moda dos anos 60, eram teses de boa fé, que têm sua origem na ilustração. É a ilustração que cria a ilusão deste homem universal, educado, frente ao homem selvagem que tem que ser alfabetizado e a tese final é que alfabetização é igual a modernização. Parece que é de boa fé. Tem se visto que não é assim. Embora os países historicamente alfabetizados no primeiro mundo, ou semi-alfabetizado pelas Igrejas Protestantes, ser alfabetizado é a tese final. É que alfabetização é igual a modernização. Parece que é de boa fé. Tem se visto que não é assim. Embora os países historicamente alfabetizados no primeiro mundo, ou semi-alfabetizados pelas Igrejas Protestantes, estejam no coração do avanço econômico, tecnológico e cultural de Ocidente. A alfabetização na Europa tem vindo em ondas. Primeiro, os comerciantes na Idade Média; depois os homens, do século XVIII e primórdios do XIX; e ao final as mulheres e as crianças, nos primórdios do século XX. Por uma necessidade da escola, a necessidade burguesa de educar na própria ideologia. O interessante é que todos os analfabetos sabem contar, pois isso é necessário e aqui fica demonstrado claramente que a alfabetização não é necessária, porque o que é indispensável é a numeração, todos sabem contar, têm lojas, e vendem, e compram e não são enganados. Assim, se eles sabem contar, porque não sabem ler? Parece que uma resposta inicial é porque realmente não é necessário. Então, eu não disse que

tivesse correlação entre anarquismo e analfabetismo. Eu não disse isso. Ainda mais, eu acredito que o anarquismo, que é uma filosofia de elite, exige a alfabetização e o anarco-sindicalismo, eu não sei aqui, mas na Espanha é um sindicato que pratica a democracia direta, necessita da alfabetização. Com isto eu estou introduzindo a idéia de que para militar há que ser alfabetizado e a primeira procedência da pessoa que quer ser militante, é alfabetizar-se. É autodidata. Normalmente a escola racional moderna é totalmente distinta da escola burguesa. Mas, para mim, isto é uma elite dentro do mundo laboral operário.

Como você analisa a questão da fonte oral?

M.V. Os historiadores, em geral, cremos que tudo é auxiliar. Bom, eu não. Eu acredito que nada seja auxiliar de nada. Então, a fonte oral é muito difícil e é muito cara e deve ser utilizada só quando não se tem uma outra solução. Tudo que se pode averiguar por outras fontes que não sejam as orais, deve ser feito. Um problema também da fonte oral, é a possível trivialidade do individual, a sedução e o desafio da fala ou do depoimento. Então, eu acredito que a maioria é invisível, pois tudo que é interessante é majoritário e não se vê. Creio que a única maneira de se aproximar com rigor é através de parâmetros estatísticos, não de cifras absolutas, senão porcentagens. Eu entendo que, para nós, a porcentagem é algo absolutamente essencial. Necessitamos saber quantos, que porcentagens de fraude fiscal, que porcentagens de não participação. E dentro destas grandes porcentagens, a porcentagem da porcentagem que é a estatística fina. É necessário ter parâmetros. A porcentagem, a porcentagem da porcentagem. Depois da estatística um outro elemento importante é a correlação entre variáveis, pois somente o coeficiente de correlação nos estabelece relações que são invisíveis e que são fundamentais. É elementar o que eu falo. São umas poucas coisas, mas são importantes. São fundamentais junto com a porcentagem, a porcentagem da porcentagem: a correlação, e, por outro lado o marco geográfico, a distribuição espacial que também é importante, pois o minoritário pode estar distribuído em grandes espaços e então adquire outra força. Com isto quero dizer que, no projeto de pesquisa, o mais importante é a pergunta, que pode tomar muito tempo, mas é fundamental para a trajetória.

Gostaria que você explorasse um pouco mais essa questão da fonte oral.

M.V. O que eu disse da passagem do oral à escrita é um problema da alfabetização, não é um problema da fonte oral. Não tem nada a ver com a fonte oral. É um problema que ponho aqui, porque nas sociedades como as nossas a transição para a alfabetização define a modernização. Evidentemente há obstáculos, pois vivemos numa sociedade televisiva, e pode ser que nem cheguemos à alfabetização, pois vivemos em

uma sociedade onde não se lê, no máximo se escreve, porque todos no rádio e na televisão escrevem. Estas mudanças, a última ruptura com a alfabetização, que é a eletrônica, estão tão próximas de nós que quase não a compreendemos. Isto não tem nada a ver com a fonte oral. Então, repito que a fonte oral é o último recurso, mas também poderia dizer que é o primeiro, isto é, há que matizá-lo, há que se dar conta do custo da investigação, ou seja, estar consciente do valor de nossos projetos. A fonte oral é cara, e, por isso, disse que deve ser o último recurso, mas, ao mesmo tempo é um *shortcut*, é um atalho, cujo uso depende do valor de nosso projeto.

Você deixou muitas interrogações...

M.V. Muitos pontos de interrogação. O importante são as perguntas e não as respostas, sempre são as perguntas que interessam e não as respostas.

Eu queria que você falasse um pouco mais sobre a fonte oral, uma vez que você colocou que há alguns riscos e eu quero estar mais segura nestes riscos, os riscos que eu posso correr, especificamente na fonte oral.

M.V. Maior risco, maior interesse! Bem, vamos ver. A fonte oral é basicamente uma entrevista. ENTRE-VISTA, ou seja, são duas pessoas que se vêem, quer dizer o outro está nos olhando tanto quanto nós a ele: ele tem a sua estratégia e nós temos a nossa. O primeiro é reconhecê-lo. Neste diálogo, deve-se buscar a igualdade, o que é muito difícil nas sociedades em que vivemos, pois o conhecimento está hierarquizado e subordinado, tornando quase impossível a existência da igualdade. Mas, é preciso buscá-la, e é um processo de aprendizagem, de ambos os lados. É parcial porque é política, e nesta parcialidade podemos buscar a confrontação e a união, e o mais interessante é a diferença, é o diálogo entre diferenças, buscamos as diferenças. Bem, então, há muitas maneiras de entrevistar, e dependem do projeto; nem todo mundo pode entrevistar. Não pense que todo mundo está qualificado para entrevistar, é um erro grave pensar que todos podem entrevistar. Necessitam-se umas características determinadas para entrevistar. Pode-se aprender, mas nem todo mundo pode entrevistar porque o risco de provocar danos é muito grande. Nós também arriscamos, mas eles arriscam mais, porque não sabemos nunca qual é o teto da comunicabilidade e buscamos o indizível, o não dito, e queremos romper o silêncio. Ou seja, eu creio que há, basicamente, três tipos de entrevistas: o questionário fechado, semi-aberto ou semi-dirigido e história de vida. A minha postura, neste momento, é que a história de vida é absolutamente necessária porque responde e contesta muitas das perguntas que temos colocado sem necessidade de formulá-las e nos evidencia os silêncios. Para mim, tão importante quanto a entrevista é a seleção das pessoas entrevistadas.

O meu trabalho é com trabalhos rurais da Amazônia. Só que esses grupos são trabalhados com a tradição oral, são índios e seringueiros. Como perceber essa experiência na fala deles, o que essa experiência com a educação representa na vida deles, sem utilizar a fonte oral? Porque você está questionando um pouco o uso da fonte oral e eu só vejo esta perspectiva.

M.V. Bem, dentro da especialidade, a tradição oral é um aspecto que eu não conheço. Mas, eu sei que a tradição oral não existe, que se inventa. Não acreditemos que é verdadeira toda tradição oral, ela é também inventada. Eu não posso responder porque não é a minha especialidade, mas o que é curioso é que os que trabalham com tradição oral é que estão mudando nossa perspectiva historiográfica. As maiores contribuições à historiografia do Ocidente vêm dos estudos com tradição oral, onde estão demonstrando como se inventa a subjetividade, e como a tradição oral foi criada e manipulada pelos alfabetizados que exploram essas pessoas. É fascinante, e o que eu recomendaria seria comparar com a historiografia africana, que é boa e porque eles são classicamente chamados de povos sem história.

Você poderia falar-nos sobre essa prática multidisciplinar e como o contato com essas outras áreas poderia ajudar o nosso trabalho?

M.V. Bem, o invisível não é igual ao silêncio, porque o silêncio se nota. Às vezes é muito pesado, e, além do mais, há muitos tipos de silêncio e nós todos sabemos. Portanto, há muita diferença entre o silêncio e o invisível. Quando eu fui colocada diante da necessidade de entrevistar os analfabetos, recorri aos linguistas. É um trabalho relativamente tosco, mas trabalhar com linguistas me ajudou a formular o questionário, porque me ajudou a utilizar determinados verbos nas perguntas. Perguntas como: como se informou?, como sabia quê?, que foi para você?; ou seja, determinadas perguntas cujas respostas permitiam uma análise linguística. Isto, eu nunca seria capaz de fazê-lo, pois era necessário recriar o universo comunicacional dos indivíduos. O que ocorre é que nós, professores universitários, somos terríveis e trabalhar com disciplinas custa muito, mas este é um exemplo concreto. Outro exemplo, estou fazendo com geógrafos. A cartografia é fundamental porque as pessoas vivem em um espaço, e somente um estudo cartográfico detalhado explica muitas coisas. Portanto, agora, eu estou trabalhando com geógrafos. Depois com os informáticos, mas os informáticos são terríveis. A técnica os domina, é uma tragédia trabalhar com informáticos porque concebem a técnica como tão importante, que passa a ser o prioritário; para mim a informática tem que ser auxiliar. Com os politicólogos, porque eu entendo que sobre uma realidade todas as olhadas são diferentes, todas, quanto mais olhadas sobre o mesmo objeto, mais saberemos sobre o objeto, ainda que a nossa ambição seja a história que não é.

Então, a força dos diferentes especialistas é que nos dá enfoques diferentes que a mim me parece que são interessantes.

Com respeito à ruptura do silêncio, claro, aí há o direito à mentira, o direito a calar-se, e *eu estou convencida de que o que não se diz é o mais importante, sempre*. O que não se diz numa entrevista é o que realmente interessa. Nós estabelecemos estratégias determinadas, inclusive eu minto nas entrevistas para averiguar verdades. Quem mais sabe é a polícia, temos que aprender muito com a polícia. São os que sabem mais, desgraçadamente, os detetives. Bem, eu sofri sempre em busca do marginal, do majoritário, e um dos primeiros golpes fortes foi constatar que a maior aspiração era não deixar nenhuma lembrança, isto foi um choque brutal. Em estudos pontuais, concretos, locais, a maioria não havia deixado nenhuma lembrança, nem os seus próprios pertences. Quando busquei o perfil desta maioria eram jornalistas, imigrantes, pobres, analfabetos. *Porque a militância deixa lembranças, e o silêncio histórico não deixa nenhuma lembrança!* O silêncio dos outros se rompe através da busca de testemunhos não substituíveis, ou seja, quando através das fontes escritas temos uma amostra, decidimos que deve ser amostra certa. Não há substituição possível, então, aqui rompemos o silêncio porque as pessoas querem passar despercebidas. E além do mais dizem: a história é escrita, não pertence a eles. Nós temos que dar conta. É a história da militância, do poder, mas nunca das maiorias e, como o sabem, querem passar despercebidos. E realmente isto pode colocar uma questão moral: até que ponto temos direito de fazê-los entrar em uma história em que não querem entrar? Tenho testemunhos que me custaram oito meses, não para localizar, mas para que me abrissem a porta, e, quando me abriram a porta, disseram-me: queremos passar despercebidos. Foi uma grande lição, ou seja, que eles tem voz, mas que não querem dá-la e eles têm o seu direito.

Você recomendaria para nós algum trabalho arquivista com essas fontes?

M.V. Bem, tradicionalmente os historiadores não são arquivistas. Isto é um drama. O que define o contemporâneo de todos os tempos é o de haver fixado as fontes para o futuro. A nossa responsabilidade é fixar as fontes da contemporaneidade e tirar o supérfluo. Eu, pessoalmente, creio que temos uma responsabilidade com a criação de arquivos de fontes orais, mas o que vamos recolher? A pergunta não tem resposta. Ou melhor, há resposta: recolhemos aquilo que necessitamos para nosso projeto de investigação, que compartilhando com uma equipe especializada, depois, arquivamos. É o que dá seriedade ao nosso trabalho, porque poderá ser consultado por outras pessoas, que da mesma forma que podem comprovar a estatística, podem comprovar tam-

bém a fonte oral. Mas, não existe o arquivo sonoro, das palavras, e estes arquivos se definem por terem projetos amplos, para utilização de historiadores futuros.

Eu sou partidária de que o que se recolhe tem que ser recolhido em profundidade e bem feito, ou seja, prefiro menos, mas bem feito e profundamente, e não generalidade. Claro, isto é a minha opção pessoal, que é difícil. Isto é muito delicado, é um tema delicado. Eu me senti responsável por isto e, na Espanha, tenho sido pioneira ao buscar que os arquivos tenham projetos de história oral. Mas, a política cultural normalmente não vai por aí. Além do mais faltam entrevistas. Não é uma coisa que se faz em minuto; depois há a decisão de transcrever ou não o tratamento do material.

Poderia trabalhar um pouco as diferentes posições atuais da história oral?

M.V. Bem, há uma grande tradição dos países do Leste europeu em histórias de vida e biografias. Na Polónia, Hungria, Suécia, inclusive são promovidos concursos radiofônicos em que as pessoas mandam suas biografias; isto seria uma maneira. Eu conheço projetos nos cárceres nova-iorquinos de mulheres que são estimuladas a registrar suas biografias, pois a fonte oral tem um aspecto terapêutico. Foi o que eu disse em meu escrito em *Transformar-se ou calar, o silêncio mata, literalmente*. Há pessoas que tem se suicidado por não poder explicar sua trajetória. Tem sido feito muito na Inglaterra, e estamos começando a fazer na Espanha, é a relação entre os jovens e os velhos; entre a escola secundária e os aposentados, há programas de história oral que ajudam aos dois e é uma maneira de aprender por dois pólos. Depois há, classicamente, a história oral americana. São projetos financiados por grupos. Por exemplo, os politólogos querem saber como se faz a política com as universidades, com os oftalmologistas, com os médicos, ou seja, políticos, partidos políticos, sindicatos, administrações fazem sua própria história oral, projetos de história oral que são interessantes. Depois há outro, na França, que está trabalhando com Thompson. Está nascendo um projeto na Rússia, muito interessante, através do refazer das genealogias horizontais de pessoas. Entrevistam os imigrantes, na cidade, e a partir de sua história se refaz a trajetória de todos os seus irmãos. E com isto se tem uma perspectiva da diversificação social da imigração, não por genealogias, mas sim horizontal. Bem, é uma outra maneira de fazê-lo. Thompson, que vocês conhecem, que esteve aqui, tem feito este tipo de histórias, digamos social. Há um outro tipo de história inglesa que é a história local feita pelas pessoas. As próprias favelas podem fazer sua história local, feita pelos próprios sujeitos. Eu não faço isto, mais isto é um outro tipo de história. Há também um outro tipo de história como a de Portelli, como a de Paserini que é um tipo de história mais unida à Psicologia, que se mistura à Psicanálise, que é uma aproximação diferente à entrevista, o que é também muito interessante. Depois, há o

meu grupo de Barcelona; fazemos muita coisa, mas colocamos projetos em que estatística tem um peso importante, em que procuramos responder perguntas pontuais da historiografia clássica. A França estudou muito as elites, os que decidem frente aos que não decidem, que é uma outra maneira de dizer o majoritário daquilo que não é.

Na verdade, estamos na pré-história da fonte oral e este é o problema que todos temos. Ainda não temos parâmetros para uma boa crítica, não sabemos exatamente como tratar a transcrição, não sabemos se devemos transcrever ou não, como transcrever, como utilizar a transcrição. Nós fizemos muitos trabalhos sem transcrever. Ou seja, é um processo, está aberto, é uma metodologia aberta. E depois, seguindo um pouco, há o problema da propriedade da fonte, que é um problema interessante, e a traição do testemunho, porque, finalmente, somos nós que utilizamos a fonte, ou seja, aqui, também, há posturas diversas: o anonimato ou não; a edição ou não; o testemunho, tirá-lo do contexto ou não. Todas são opções, digamos, não fáceis, ou seja, tem que se pensá-las, ou no mínimo é preciso explicá-las, tem que se dizer o que se faz. É uma fonte nova e tão rica que nos sobrepassa, o problema é esse.

Agora, por exemplo, Portelli, e eu estou com Portelli, pensa que, se na publicação da fonte não se publica a pergunta, estamos traindo a fonte. No entanto, até agora, quase ninguém colocava as perguntas. Da mesma maneira que os psiquiatras sempre falam o que dizem seus psicoanalizados, embora nunca digam quais são as suas perguntas. *É muito difícil mostrar quão mal perguntamos!* A linguagem oral não se apaga, não volta atrás, o dito é dito. Muito diferente do escrito, não permite uma volta, o que nos põe em uma situação de tensão tal que é quase insuportável, porque não podemos equivocar-nos. O erro, além do mais, o entrevistado o vê em seguida. *Uma pergunta mal feita não se recupera.* Temos que ser grandes profissionais.

Você acha que isso seria mais como uma intimidação para quem está pensando, ou um desafio que tem que ser levado adiante? Quando você coloca essas questões de estarmos traindo até mesmo o nosso entrevistado com as nossas perguntas, isso, para nós, é um desafio ou uma contínua retomada da história oral e não um deixar de lado?

M.V. Não, eu creio que, nós os intelectuais, somos bastante estúpidos, e não trabalhamos com rigor, não nos preparamos adequadamente. É claro que qualquer cientista, nas ciências duras, repete no mínimo 40 vezes o que faz. Nós somos tão egóistas que não podemos perder um minuto de trabalho. É duro, mas tem-se que criticar. O trabalho historiográfico bem feito é difícil, é duro. Somos muito superficiais, publicamos coisas muito superficiais. Justificamo-nos com as notas ao pé das páginas, é ver-

dade, quando a nossa justificativa deveria ser a qualidade do texto, mas fazer um texto de qualidade é difícil. Intimidar não, claro, eu penso que estou aqui no Olimpo falando para a pós-graduação. *As pessoas que estão envolvidas com um processo de pesquisa têm que saber se este projeto irá justificar sua vida profissional ou não, e, se não, que não o faça, pois me parece que damos a nossa vida profissional a isto.* Por isso é importante. *Acredito que o produto deve ser o melhor que possamos fazer; não se trata que seja muito bom, trata-se de ser o melhor que podemos fazer.* Tem que se ter a máxima imaginação possível. Bem, o melhor é que saibamos que pesquisar exige um trabalho lento, um trabalho basicamente lento, em que não há atalhos e os diálogos são muito difíceis, custa muito dialogar, porque não nos é ensinado em doutrinas. Por isso Portelli diz que a entrevista é o trabalho político mais radical, porque aprendem os sujeitos e aprendemos nós, mas aprender é difícil. Ou seja, eu não intimido. *Se eu não amar o que eu faço, não o faço.* É realmente um luxo o que fazemos na Universidade, eu creio que não se pode justificar de outra maneira, então, temos que fazer bem e tomara seja útil. Sim, porque creio que nós estamos em um mundo com falta de imaginação, esse é um problema que nós temos, pois na Academia nos castram a imaginação: é uma máquina trituradora!

Você falou em uma alfabetização inteligente, qual é a alfabetização inteligente e porque ela é necessária?

M.V. Deveria ter dito crítica. Ou seja, a alfabetização tem vários níveis e o que se considera de elite é aquela que é crítica, porque não considera que o escrito por Marx, por Lenin, ou por quem quer seja é a verdade definitiva.

A alfabetização crítica é a que é capaz de não aceitar que a palavra do autor, que vem da autoridade, é válida; que acredita que qualquer texto é possível de ser criticado, ou seja, é antidogmática e, eu creio que este tipo de alfabetização em nossas sociedades deve haver uns 5% de pessoas que a tenha, não mais. Ensinar isto, então, porque é necessário? Basicamente por duas coisas, ou três:

1. Para o ócio, para a literatura; para desfrutar bem é necessária a alfabetização; para ver a televisão e "curtir", é necessária a alfabetização; para entender as notícias, quer dizer, para o ócio, que é um campo importantíssimo.

2. Para a política é necessária a alfabetização; não se pode fazer política sem alfabetização; é absolutamente necessária porque para organizar-se é necessária a alfabetização, não nos emaranhemos, ou seja, para a política é importante.

3. Para uma vida espiritual não sectária é necessária a alfabetização, porque os grandes textos, aos que se têm que ter acesso, é necessária a alfabetização. Então me parece que alfabetização é o tesouro do Ocidente, ou seja, estou absolutamente con-

vencida. A de elite, a outra, para trabalhar não é necessária. Eu creio que não é necessária para a democracia, porque os analfabetos votam corretamente. Para organizar-se democraticamente não necessitamos a alfabetização, que não nos digam isso os políticos, porque não é certo. O país mais alfabetizado, que é a Alemanha, cometeu as maiores barbaridades, através de seu sistema democrático. Ou seja, democracia e política não têm a ver com a alfabetização, têm a ver com outras coisas, não com a alfabetização.

Ou seja, para a riqueza da vida política é necessária a alfabetização ou não?

M.V. Eu creio que a vida política não é rica. Para organizar-se nesta sociedade atual, o maior drama que temos é que a informação pertinente mais importante está concentrada em pouquíssimas mãos e não é visível, porque a alfabetização tem permitido, porque o sistema eletrônico e mundial que temos tem permitido, isto tem que se romper e só se romperá através de uma alfabetização de elite organizada politicamente, *que possa democratizar a informação*. Ou seja, o perigo que temos não é norte e sul; não é ricos e pobres, é que cada vez a maioria, e também nas universidades, está mais separada do autêntico conhecimento que está questionando o mundo. Passamos muito bem, temos encontros, escrevemos livros. É colossal. Estou no Olimpo aqui, mas creio que o perigo maior não é a miséria no norte e sul, senão que estamos chegando a uma sociedade de gestores em que a maioria está marginalizada do conhecimento pertinente, do que nos interessa e não sabemos; não sabemos o que ocorreu na guerra do Golfo, qual é a estratégia militar, não sabemos; não há transparência bancária; não sabemos como funciona o mundo da droga; temas fundamentais. Ou seja, eu penso que o perigo na chegada do século XXI de analfabetos, quiçá cada vez há mais. Estamos entrando em uma sociedade de gestores, onde até o turismo se faz por gestores. Ou seja, tudo é gerenciado, cada vez somos menos pessoas nesta sociedade, neste mundo de gestores cada vez estamos mais marginalizados. Isto sim é um problema de alfabetização e de informação. Eu não vejo no mundo atual o controle político disto. Para mim, a alfabetização máxima de elite está no Capitólio onde estão realmente "as cabeças". Uma coisa me impressionou muito: segui os processos eleitorais americanos e me convidaram para um super seminário, o primeiro depois que Reagan tinha vencido. Foi caríssimo e se organizou em Washington, pensei que iria haver uma análise das eleições porque era justo, depois da eleição presidencial, mas já estavam analisando a estratégia da próxima. Claro, esta foi uma grande lição, é a estratégia deles, ou seja, não perdem um minuto, não se interessam mais pelo que passou, porque já haviam alcançado o poder, *porque a política acaba quando se obtém o poder, então começa outra história*.

A opinião pública expressa através dos grandes meios pode influir, digamos, de uma maneira esperançosa. Mas os meios de massas são alfabetizados, todos, todos. São alfabetizados na escrita, ou lêem ali, ou lêem aqui, mas todos os dias vão com o livrinho na mão, *são imagens falantes*.

PESQUISAS

Espanhóis em São Paulo: modos de vida e experiências de associação*

*Laura Antunes Maciel***

*Maria Antonieta Martinez Antonacci****

A exigüidade de referências sobre os espanhóis no interior do processo migratório, ou a presença e atuação do imigrante espanhol na sociedade brasileira, é uma constatação recorrente, apontada por todos os pesquisadores que trabalham com esta temática. Durante muito tempo, a historiografia brasileira circunscreveu a análise da imigração, no Estado de São Paulo, ao âmbito da produção e acumulação cafeeiras, tomando como referência e modelo explicativo os italianos – nacionalidade que mais sobressaiu em termos numéricos e culturais. Assim, as experiências concretas, bem como os traços culturais e sociais dos italianos prevaleceram sobre as dos demais imigrantes, silenciando ou mesmo desqualificando um significativo contingente populacional composto por portugueses, espanhóis, alemães, ingleses, etc.

Basta um rápido balanço na bibliografia sobre a “história da imigração” e também sobre a “história do movimento operário” no Brasil e no Estado de São Paulo, em particular, para se constatar a “ausência”, o “silêncio” ou a “invisibilidade” de outros grupos étnicos, dentre eles, os espanhóis. O leitor desavisado poderia imaginar que isso seria resultado do pequeno contingente migratório espanhol, da sua inexpressiva participação cultural e associativa, ou da ausência dos espanhóis na militância operária do início do século XX. No entanto, se considerarmos apenas as estatísticas oficiais de entrada/saída de imigrantes no Estado de São Paulo, ao longo das últimas décadas do século XIX e até os anos 30 deste, podemos afirmar que os espanhóis foram inferiores, numericamente, apenas aos

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

** Doutoranda do Programa de História da PUC-SP

** Professora do Departamento de História da PUC-SP.

italianos, com exceção do período entre 1905 e 1914, quando a imigração espanhola predominou sobre a italiana.¹

Apesar da política imigratória no Estado de São Paulo ter se orientado no sentido de atrair mão-de-obra para as fazendas de café, através da subvenção das passagens, é certo que grandes contingentes de imigrantes acabaram por se instalar na capital, atraídos pelo seu desenvolvimento e pela oferta de empregos na indústria nascente. Uma prova disso é que a legislação estadual, baixada para regulamentar a imigração e a colonização, em 1906-7, já dispunha sobre a presença de imigrantes em outras ocupações, como jornaleiros, operários e artistas.²

Num grande salto de crescimento, a cidade de São Paulo, que em 1872 possuía apenas 23.243 habitantes, em 1900 já concentrava 10% de toda a população do Estado e, teria, em 1920, 577.621 moradores. Deste total, 35,5%, ou 205.245 habitantes, eram estrangeiros, divididos em 33 nacionalidades diferentes, entre os quais os espanhóis constituíam 24.902 pessoas.³ O aumento contínuo e intenso da população paulistana, a partir das últimas décadas do século passado, transformou a capital num grande

1 Cf. estatísticas de imigrantes entrados no Estado de São Paulo, publicadas nos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, organizados anualmente desde 1827 pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. No período entre 1827-1914 entraram 289.547 espanhóis em São Paulo, sendo que nos anos de 1905, 1909 e 1914 eles superaram os italianos em volume de entrada (cf. *Boletim do Deptº Estadual do Trabalho*, São Paulo, Typographia Brasil de Rothschild e Cia., 1915, pp. 7-10). Para uma análise comparativa ver: Levy, Maria Stella Ferreira. "O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". *Revista de Saúde Pública*, 8(supl.):49-90, São Paulo, 1974.

2 Lei 10.450 de 27/12/1906 e dec. 1.458 de 10/04/1907 art. 1. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*.

3 Os dados para 1872 e 1900 são fornecidos por Morse, Richard. *De comunidade a metrópole*. (São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954, pp. 129-30 e p. 362); para 1920 ver: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento Geral do Brasil, 1920*. (Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1962). Conforme dados do próprio censo, existiam no Estado de São Paulo 3.530 estabelecimentos agrícolas e 127 indústrias de propriedade de espanhóis. Em 1935, uma estatística industrial paulistana indicou que os espanhóis eram donos de 245 fábricas. (Cf. Rodrigues, Jorge Martins. *São Paulo de ontem e de hoje*. Deptº de Cultura, 1938, p. 135.) Se, como afirma José de Souza Martins, o imigrante espanhol desse período estava "entre os mais pobres e os de menor mobilidade social", estes números poderiam fornecer um indicador de outra natureza apontando para a capacidade desses espanhóis, em pouco tempo, acumular dinheiro suficiente para lançar-se individualmente num empreendimento como proprietários. Ou ainda podem relativizar o peso de determinantes como analfabetismo ou profissão exercida na Espanha na escolha e construção de uma nova vida no Brasil. Martins, José de Souza, "A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930", *Revista de História*, 121. São Paulo, ago-dez. 1989, p. 10.

centro de produção e comércio com *status* de metrópole brasileira, estimulada também pela primeira crise de superprodução cafeeira e pela redução da imigração subsidiada, proibida pelo decreto Prinetti, que "redirecionaram o fluxo de trabalhadores para a capital". Além disso, vale notar que no período entre 1904-18 entraram no Estado de São Paulo 695 mil imigrantes e, destes, 430 mil, ou 62% do total, vieram fora da imigração subvencionada, por conta própria e, portanto, livres para se estabelecerem onde quisessem.⁴

O crescimento da cidade chegava em 1914 a assustar o Departamento Estadual do Trabalho que, em seu Boletim, vislumbrava os perigos que esse "pernicioso urbanismo" poderia causar, advertindo para a "plethora das cidades" e do "pauperismo", causados pelas ilusórias promessas de trabalho e prosperidade que fascinavam quantidades cada vez maiores de imigrantes estrangeiros e trabalhadores rurais nacionais. De diferentes maneiras, esses imigrantes contribuíram, com sua presença e, sobretudo, com suas atividades, modos de vida, experiências e tradições, para as mudanças na paisagem urbana e cultural da cidade de São Paulo.

Apesar do número significativo de espanhóis na capital, a sua presença na cidade, ao longo do período 1890-1930, não é facilmente percebida e esta é a primeira questão que se coloca ao pesquisador: buscar os significados do silêncio sobre o imigrante espanhol e as possibilidades de sua desconstrução. A reiterada invisibilidade dos espanhóis na cidade de São Paulo talvez possa ser creditada ao tipo de fontes tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre a imigração, ou seja, os relatórios dos órgãos estaduais voltados para colonização, como a Hospedaria dos Imigrantes, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Seção de Demografia e os Boletins do Deptº Estadual do Trabalho. Considerando que estas fontes foram produzidas pelas instituições responsáveis pelo atendimento e/ou controle destes imigrantes e que tinham sua razão de ser na política imigratória desenvolvida pelo governo do Estado de São Paulo, subsidiada e voltada prioritariamente para o fornecimento de braços às fazendas de café, é compreensível que elas espelhem a "face oficial" da imigração no Estado.

Nesta documentação, os espanhóis aparecem, ao lado de outras nacionalidades, apenas como números a engrossar as estatísticas de entrada e saída, e nela pode-se encontrar algumas informações esparsas sobre a ocupação que possuíam na Espanha, se vieram sozinhos ou com a família, número de filhos, grau de instrução e principalmente qual o destino no interior do Estado de São Paulo. As análises e preocupações

4 Ribeiro, Maria Alice. *História sem fim... Inventário da saúde pública - São Paulo 1880/1930*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 100 e 157, nota 3. Ver também: Nascimento, José Leonardo. *Trabalho e prestígio social: os espanhóis em São Paulo* (mimeo, 1993).

destes órgãos, expressas nas suas publicações e relatórios, giravam em torno das demandas de mão-de-obra, condições de vida e trabalho, valor dos salários pagos nas fazendas, além de organizar as estatísticas de cada setor.

Pouco ou nada informam, no entanto, sobre o imigrante que “escapou” do controle burocrático dos órgãos oficiais de imigração, ou daqueles que, uma vez cumprido o contrato com os fazendeiros, deixaram o interior em busca de novas oportunidades nas cidades vizinhas e na capital ou, simplesmente, fugiam das fazendas. Ouçamos o relato de um destes imigrantes:

Chegamos, [...] pelo antigo trem dos ingleses, à Imigração da Visconde de Parnaíba. Verdadeira Torre de Babel. Centenas de espanhóis, italianos, russos, [...] falando, gesticulando, gritando... mais parecia um “canil”. [...] Levas enormes seguiam nos trens para o interior de São Paulo. [...] Um sobrinho de minha mãe, [...] veio nos buscar. Conhecendo as artimanhas destas situações, e sabendo o que nos esperaria na lavoura, nada agradável – sorrateiramente nos tirou da Imigração, levando-nos para a casa da irmã de minha mãe, já de há muito tempo no Brasil, habitando, por aquela época, à rua Ana Neri, em São Paulo.⁵

Talvez por privilegiarem aquelas fontes, alguns autores, como José de Souza Martins, concluíram que os espanhóis em São Paulo dirigiram-se quase que na totalidade para as áreas produtoras de café no interior, apontando, se não a impossibilidade, pelo menos uma grande dificuldade em recuperar informações sobre as condições de vida e os tipos de trabalhos desempenhados pelos espanhóis nas cidades.⁶ Este autor vai além, ao afirmar que o “silêncio” sobre os espanhóis é quase total, não existindo fontes, estudos, relatórios ou crônicas sobre eles e, que, mesmo os poucos exemplares dos periódicos editados pela colônia que sobreviveram nos arquivos, trazem poucas informações sobre sua presença no Brasil.

Outra justificativa para essa “diluição” dos espanhóis seria a sua tendência à integração, demonstrada pela rapidez com que se “fundiram paulatinamente no cadinho da nacionalidade”, através dos casamentos fora da colônia, do “aportuguesamento” dos nomes de família, ainda que ele fosse um tipo “altivo”, “arrogante” e “com tradição nacional mais

5 Dias, Eduardo. *Um imigrante e a revolução* (Memórias de um militante operário). São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 16. O autor, nascido em Almunhecar, cidade costeira da província de Granada, em 1917, chegou ao Brasil em 1926. Nesta autobiografia, relata suas memórias sobre a travessia, os bairros paulistanos onde viveu a partir de então, suas experiências como operário da indústria vidreira e têxtil, o dia-a-dia e o lazer operários, a militância e os militantes dos meios sindicais e partidários.

6 Martins, José de Souza, op. cit., p. 14.

arraigada”, mesmo quando “plebeu e pobre”, justificados pelo fato de que a “Espanha já teve um império por sobre o qual jamais o sol se deitava”.⁷

Uma questão a ser considerada é a levantada por Avelina Gallego,⁸ sobre as resistências espanholas contra a emigração para outros locais que não as suas colônias (Cuba, Argentina e Porto Rico), além das reiteradas tentativas de combatê-las, expressas por intelectuais, pela população em geral e até pela postura oficial do governo espanhol. Diferentemente da Itália, para quem a emigração “solucionava problemas internos” e era, portanto, “um fato positivo”, o Estado espanhol e também as autoridades consulares no Brasil reprovavam a emigração e os emigrantes, considerando-os “traidores” e “ladrões de sua Pátria”. Para a autora, esta animosidade não poderia gerar o reconhecimento e o empenho, por parte das autoridades espanholas, na defesa dos direitos e a criação de órgãos para amparo e aglutinação destes cidadãos espanhóis em território brasileiro.

Por outro lado, as diferenças regionais e culturais, bem como aquelas provocadas pela guerra civil, parecem ter se mantido também no Brasil, colaborando para a fragmentação da colônia e diminuindo suas chances de ganhar visibilidade e de imprimir suas marcas na sociedade brasileira. De certa forma, estas dissensões foram estimuladas pelo Estado espanhol, como afirma Avelina Gallego, numa tentativa de evitar que, coesos e fortalecidos, os emigrantes do pós-guerra tivessem maior poder de pressão sobre suas entidades representativas.

Se, para os próprios espanhóis, o imigrante simbolizava a pobreza, a derrota e o atraso, as referências ao espanhol no Brasil não foram menos freqüentes ou depreciativas. Os jornais e crônicas paulistanos consagraram uma imagem negativa e pejorativa dos espanhóis (e do galego em particular) até para cidadãos comuns, como o Sr. Amadeu, filho de imigrantes italianos, operário metalúrgico e torcedor do Palestra, que ao lembrar o desenvolvimento do futebol em São Paulo afirma: “No Corinthians estava a massa: os pretos e os espanhóis”.⁹ Símbolo do “cobiçoso incansável”, inculto e ignorante, eles representavam “a cara escura do processo imigratório”, com sua miséria e abandono.¹⁰ Esta visão também esteve presente no Brasil e misturava-se com outra, mais jocosa, na qual o espanhol é considerado um boa-vida, jogador inventado, a “torrar” dinheiro nos frontões jogando pelota, cheios de “ardor picaresco”

7 Ellis Jr., Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1934, pp. 159-66.

8 Gallego, Avelina Martinez. *Os espanhóis em São Paulo: presença e invisibilidade*. São Paulo, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1993, pp. 65-8.

9 Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, p. 89.

10 Galicia & America: cinco séculos de História. (Catálogo da exposição) Xunta de Galicia/Consellería de Relacións Institucionais e Portavoz do Goberno/Consello da Cultura Galega, 1992, p. 67.

que os levava a falar demais, contar vantagens e que acabou sendo consagrada na expressão "espanholada".¹¹ O jogo da pelota foi muito comum em São Paulo pelo menos até os anos 30. Nos bairros e também no centro da cidade existiram vários frontões que promoviam torneios concorridos, a julgar pelas inúmeras propagandas e pelos artigos publicados na grande imprensa contra essas "casas do vício" que atraíam "bêbados e desordeiros". A influência espanhola também se fez sentir nas animadíssimas touradas e corridas de touros promovidas pelos circos, que sobreviveram até os primeiros anos deste século, explorados por empresários espanhóis.

Considerando estas questões e nos orientando pelos pressupostos de uma História Social atenta a modos de vida, experiências sociais e ao fazer-se dos sujeitos históricos, foi que optamos por outros caminhos. Identificamos fontes e locais de pesquisa que oferecessem a possibilidade de acompanhar as experiências concretas de espanhóis na cidade de São Paulo, no período entre 1890-1930, procurando-os nos espaços de trabalho, nos locais de moradia, nas atividades culturais e associativas, no lazer, na militância, etc. Frente a inexistência de acervos, instituições ou mesmo informações sobre estudos específicos sobre a temática, foi necessário percorrer um longo e sinuoso processo de pesquisa, cruzando bibliografia específica sobre cada um destes temas, seguindo pistas a partir de nomes que poderiam apontar sua origem espanhola, articulando diferentes suportes documentais como crônicas, fotografias, memórias, etc.

Nossas dificuldades foram ainda maiores porque são poucos os trabalhos sobre a cidade de São Paulo, universo e cenário em que buscávamos mapear a atuação destes imigrantes. Mais uma vez, foi preciso "dar conta" desde as crônicas que descreveram a cidade e os seus habitantes até teses mais recentes, nas quais a cidade muitas vezes aparece apenas como "pano de fundo" para análises sobre a industrialização, origens e desenvolvimento do teatro e do cinema, remodelação e modernização urbana além, é claro, da extensa produção sobre o movimento operário e libertário e sobre o processo migratório.

Assim, nossa primeira preocupação foi identificar memórias, crônicas, romances e descrições sobre a cidade de São Paulo e seus habitantes, procurando inicialmente arrolar informações sobre bairros e ruas habitados por espanhóis, referências a tipos de trabalhos, associações, escolas, diversões, etc., identificados com os imigrantes es-

¹¹ Moura, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora* (Evocações da metrópole). São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980, p. 156. Nos dicionários da língua portuguesa este verbete traduz a expressão ou manifestação exagerada, hiperbólica, em geral jactanciosa; fanfarrice. Esta expressão era utilizada para designar também os acontecimentos políticos considerados inconseqüentes ou aventureiros. Outro verbete - "espanhola" -, além de designar a nascida na Espanha, indica o nome dado "à gripe na pandemia de 1918", que muitas mortes causou em São Paulo e cuja lembrança marcou a literatura daquele período, além da memória dos habitantes da cidade.

panhóis, tentando mapear a sua presença física e cultural na cidade. A partir destas fontes, torna-se possível, também, perceber como eles foram apreendidos enquanto grupo e como se construiu uma imagem do imigrante espanhol e a partir de quais elementos.

Recorrendo a esta documentação, como também a fotografias sobre a cidade, podemos, por exemplo, encontrar os seus espaços de moradia e lazer nos inúmeros cortiços existentes na Mooca, Brás, Belenzinho e Bom Retiro, típicos bairros operários paulistanos do começo deste século. No Brás, os espanhóis moravam nas ruas Caetano Pinto, Carneiro Leão, Gasômetro e no velho Beco do Lucas, onde dividiam cortiços com os italianos.¹² Pode significar alguma coisa o fato de que uma vila na rua Ana Neri, Mooca, habitada exclusivamente por espanhóis, tivesse o sugestivo nome de *La Mierda*? Outras referências, como a concentração de "ibéricos" neste bairro, remetem para o "glorioso Madrid, clube que na década de 40 seria campeão dos campeões da várzea paulistana",¹³ onde jogavam Manolo e Vega, entre outros.

Os conflitos de rua entre espanhóis e italianos, nos bairros da Mooca e Bom Retiro, são outra referência constante nos relatos memorialistas. As explicações giram em torno do "complexo de inferioridade" dos espanhóis em relação ao "progresso social" dos italianos, os primeiros "crescendo à sombra" dos "rivais" que, a medida que melhoravam de situação, iam se mudando para o Brás.¹⁴

Já as estatísticas elaboradas pelo Departamento Estadual do Trabalho, sobre os acidentes de trabalho na capital, indicam a alta incidência de acidentes envolvendo espanhóis. Do total de estrangeiros vítimas de acidentes de trabalho, os espanhóis representaram 156, ou 9,3%, em 1913; 138, ou 8,6%, em 1914 e 61, ou 5,2%, em 1915, ficando atrás apenas dos italianos e portugueses.¹⁵ Em alguns profissionais como

¹² Penteado, Jacob. *Belenzinho, 1910* (Retrato de uma época). São Paulo, Martins, 1962, p. 57. Trata-se das memórias do autor e de sua família, também eles moradores do Brás, Mooca e Belenzinho, bairros industriais paulistanos com grande concentração de espanhóis. Manuel Diégues Junior informa que os espanhóis concentraram-se também nos bairros da Penha e Vila Matilde, além da área mais industrializada e próxima ao centro da cidade. In: *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro, MEC, 1964, p. 174.

¹³ Dias, Eduardo. op. cit., p. 20. Este clube seria formado basicamente por "carvoeiros da Rua Santa Rosa", segundo Ebe Reale. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1982, p. 41.

¹⁴ Rizzo, Paulo Lício. *Pedro Maneta*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 3. Este romance retrata as condições de vida e trabalho, os conflitos entre espanhóis e italianos na Mooca e no Brás, a partir da trajetória da família Martinez entre os anos 20 e 30. Ainda que o próprio autor o considere "uma biografia romancada", ele é fruto das observações e convivência com a população destes bairros quando encarregado de uma congregação presbiteriana na Mooca.

¹⁵ *Boletim do DET*, ano 5, n° 18 (1° trimestre 1916). São Paulo, Typ. Brasil de Rothschild e Cia.

operários, carroceiros, pedreiros, cocheiros, condutores de bondes, motoristas e trabalhadores (braçais), entre outros, o número de espanhóis acidentados é superior à soma de acidentados nas mesmas atividades, superando também a sua própria proporção sobre o total de acidentados, o que pode indicar a sua concentração nestas atividades.¹⁶ A pesquisa com os registros da Prefeitura para a expedição de matrículas e pontos de trabalho, bem como com as fotografias destes locais, existentes em acervos públicos da cidade, pode informar mais sobre estes aspectos.

Se observarmos os dados disponíveis quanto a internações e/ou falecimentos de imigrantes doentes na Santa Casa de Misericórdia, podemos perceber que os espanhóis mantêm sempre o terceiro lugar, descontados os brasileiros. Na enfermaria da Hospedaria dos Imigrantes, os números relativos a 1908, quando a epidemia de varíola espalhou-se na capital, informam que deram entrada 307 pessoas, das quais 115 eram espanhóis.¹⁷

Quanto ao mercado de trabalho, referências diversas indicam a inserção dos espanhóis nos ofícios menos qualificados, como cocheiros, condutores de bondes, pedreiros, sapateiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, trabalhadores braçais e, particularmente, como carroceiros – atividade carregada de preconceitos. Os serviços de carroceiro, ajudante e carregador atraíam grande parcela dos trabalhadores urbanos, dado o pequeno investimento inicial e pelo fato deles poderem trabalhar independentes, sem vínculo com empresas.¹⁸ O fato dos carroceiros transportarem qualquer tipo de produto, inclusive lixo, talvez explique em certa medida o estigma que pesava sobre os espanhóis.

A grande imprensa e os registros policiais criaram uma imagem destes trabalhadores ligados ao transporte como combativos e violentos, cujas greves paravam toda a cidade, como em julho de 1903, ressaltando sua disposição para participar das greves

1916, p. 22. O analista chama a atenção, na página 13, para o fato de que o decréscimo no número de acidentes era mais uma consequência da “crise que acarretou a diminuição do trabalho e, portanto, (...) das probabilidades de acidentes”, do que a prevenção ou melhoria das condições de trabalho.

16 Cf. Martins, op. cit., p. 14, nota 18.

17 Hutter, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914* (O processo migratório). São Paulo, IEB/USP-CESP, 1986, p. 164. Uma outra fonte são os mapas de doentes entrados e de falecimentos ocorridos na Santa Casa para o período entre 1904-08, discriminados por nacionalidade, pp. 168-77.

18 Cruz, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo – 1900/1920). São Paulo, Marco Zero, 1991, pp. 30-31. Esta autora oferece muitas pistas de análise além de referências de fontes que permitem aprofundar estas questões. Todas as considerações sobre a presença dos carroceiros na cidade apoiam-se neste trabalho.

gerais e de quebra-quebras. Para a polícia e grande parte da opinião pública, eles eram “profissionais perigosos”, já que, por dever do ofício, circulavam por todos os bairros e poderiam servir de elementos de comunicação entre os demais trabalhadores da cidade. Nas estatísticas criminais que associam profissão e crime, os carroceiros, junto com os pedreiros e padeiros (outras atividades desenvolvidas pelos espanhóis), são as atividades mais identificadas. Os espanhóis, em todo o período analisado, ocupam também o terceiro lugar nos dados quantitativos referentes a vadiagem, criminalidade e de repatriados pelo Estado brasileiro.¹⁹ Poderíamos pensar que, a partir dessa associação entre profissão *versus* nacionalidade *versus* crimes cometidos, foi possível reforçar, junto com uma imagem mais comum do espanhol violento, do anarquista exaltado e do boa-vida, uma visão desses imigrantes como indesejáveis e escória da cidade?

A necessidade de manter os carroceiros sob os olhares vigilantes da municipalidade e da polícia terminou por produzir uma farta documentação formada por estatísticas, legislação, relatórios, além dos registros de expedição de licenças, em que constam informações sobre a nacionalidade, pontos prefixados pela Prefeitura que nos permitem analisar o volume de trabalhadores envolvidos nestas atividades e a importância do trabalho que realizavam. Através de fotografias da cidade é possível recuperar a grande concentração dos carroceiros nas proximidades dos mercados e feiras livres, onde são flagrados no serviço cotidiano de transporte, como também através dos relatos e descrições sobre a cidade, já que todos se ocuparam destes trabalhadores.

Diversas fontes dão conta de que os espanhóis preferiam trabalhar no comércio (cafés, hotéis, bares, restaurantes, secos e molhados, etc.). Um caminho seria levantar os proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais nesses gêneros,²⁰ nos quais os espanhóis predominavam, e também dos seus funcionários, através de registros da Prefeitura como alvarás, lançamento de impostos e estatísticas.

Os espanhóis podem ainda ser encontrados no comércio ambulante (e em outras atividades de trabalho informal), o maior responsável pela circulação de mercadorias na capital, segundo estatísticas da própria Prefeitura, e o meio mais fácil para imigrantes

19 Cf. Fausto, Boris. “Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)”. In: Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 207.

20 Como o chapeleiro José Tácia com comércio estabelecido à travessa do Comércio, em 1886, ou Maurícia Gilda Villagen, dona de um “bar espelunca” que lhe servia também de residência na rua 25 de março, em 1902. Cf. Fonseca, Guido. *Crimes, criminosos e a criminalidade*, pp. 99 e 104. Outros dados talvez possam ser encontrados no Recenseamento Operário da capital realizado, em 1927, pela Delegacia de Ordem Política e Social, além das denúncias encaminhadas pelos trabalhadores do setor, através do memorial publicado no OESP, a 17/8/18, p. 3.

recém-chegados ganharem a vida. Este setor foi objeto de freqüentes tentativas de enquadramento, através da legislação e fiscalização de produtos, como dos largos e praças movimentados, sem esquecer de ruas próximas aos mercados, disputados como pontos de vendas. Seria necessário levantar os assentamentos de matrículas e a expedição de alvarás pela Prefeitura, em que constam a nacionalidade, a localização determinada, o tipo de produto, etc., cruzando com fotografias e descrições destas atividades.

Outras ocupações tradicionalmente associadas aos espanhóis foram a de recolhedor, "ou carrinheiro", como eram chamados, e a de comerciante de sucatas (garrafas, sacos vazios), metais (chumbo, cobre) e ferro-velho, instalados principalmente nas imediações das ruas Piratininga e Santa Rosa, localizadas no bairro do Brás, mas cuja presença se fazia sentir em todos os bairros da cidade onde passavam coletando materiais, conforme referências de várias fontes. No trabalho com sucatas, muitas fortunas e "impérios" foram construídos; afinal, pergunta Jacob Penteadó, "quem nunca ouviu falar no 'rei do ferro-velho'?", afirmando que sempre houve "um monarca dessa espécie" no Brás. Muitos também estiveram ligados ao comércio de cereais, nas ruas próximas ao Mercado Municipal, como a Santa Rosa e a Paula Souza, e nas feiras livres de São Paulo. Os espanhóis dominaram ainda o comércio de sacaria, na mesma zona cerealista do Brás.²¹

Valendo-se do recurso a depoimentos orais, Nascimento desenvolve relevante estudo sobre a presença de espanhóis na comercialização de sucatas e no ramo de sacaria em São Paulo. Indicando que, "enquanto atividade estigmatizada como marginal à economia do país, ela se furtou às tabelas estatísticas, aos números e às pesquisas governamentais", Nascimento recupera a concentração espanhola no tráfico de metais usados via testemunhos orais. Seu estudo enfrenta as dificuldades que envolvem a pesquisa com comércio de sucatas, construindo uma significativa relação entre espanhóis - silenciados na historiografia sobre imigração - e mercância de ferro-velho -, atividade desqualificada por ocupar-se com "objetos sem valor".

Mais do que se ocupar do mundo do trabalho e dos negócios, das trajetórias de famílias espanholas do comércio de ferro-velho ao desmanche de automóveis, em São Paulo, que acompanhou o estabelecimento da indústria automobilística, Nascimento não perdeu de vista as articulações destas atividades espanholas com a vida da cidade. Questão que consideramos ser necessário aprofundar e diversificar, no sentido de apreender modos de vida, de associação e de expressão cultural de espanhóis em São Paulo,

21 Sobre a tradicional associação entre espanhóis e o comércio de metais usados, ver os trabalhos citados de José Leonardo do Nascimento, pp. 11-20, e Penteadó, op. cit., pp. 57 e 229.

atentando para como, historicamente, vivenciaram suas experiências de imigrantes, indissociáveis das relações e dos modos de ser que fizeram a vida urbana de São Paulo.

Estas atividades parecem ter se constituído como domínio exclusivo dos espanhóis na cidade de São Paulo, muitas vezes sendo associadas aos espaços físicos onde se desenvolviam, construindo também uma identidade comum para todos os espanhóis. Guilherme de Almeida registrou suas impressões do "bairro espanhol", onde predominava o

... cheiro de aniagem e de cebola. As sacas abrem as bocas de cereais, bocejam, panudas, empanturradas, nas portas dos armazéns; as résteas escorrem dos tetos, enroscam-se nas paredes sujas, rescendem forte como tranças suadas... Botequins. Em cada botequim, uma mulher de luto no balcão. Em cada mulher de luto, uma cara de cartomante. Pó-de-arroz sem 'rouge'.²²

No entanto, não podemos descartar ou subestimar a participação de imigrantes espanhóis em inúmeras atividades autônomas, exercidas por conta própria, "tais como saqueiros, cigarreiros, funileiros, remendões, sorveteiros, vendedores de brinquedos, de frutas, além de compradores e revendedores de garrafas, chumbo, metal e cobre", como também nos informa Jacob Penteadó.

Entre o pessoal contratado pelo governo do Estado, os espanhóis somavam 165 do total de 1.408 estrangeiros distribuídos em diversas empresas, como a Repartição de Água e Esgotos, a Diretoria de Limpeza Pública, o Desinfetório Central, o Instituto Butantã, a Comissão de Saneamento de Santos, etc., em atividades que não exigiam qualificação. É provável que eles possam ser encontrados nas atividades desenvolvidas pela Ligth, tanto nas cocheiras e oficinas como nas obras de expansão dos trilhos, que contratavam diaristas para trabalhos mais pesados, como cavouqueiros, carregadores, capinadores, varredores, pedreiros, etc.

Não se pode deixar de considerar o número aparentemente significativo de trabalhadores espanhóis na construção de ferrovias, como a São Paulo Railway, em que sua presença se faz notar nos velhos álbuns de fotografias e na memória de antigos funcionários que, ainda hoje, lembram deles como operários menos qualificados, assim como os negros, destinados aos trabalhos pesados na limpeza da linha, abastecimento de lenha, marceneiros e, em menor número, como maquinistas, foguistas e operários das oficinas da Mogiana.²³

22 Almeida, Guilherme de. "Cosmopolis". *OESP*, de 10, 17, 24 e 31 de março; 7 e 21 abril e 5 e 19 de maio de 1929.

23 Martínez, Elda González. "Espanoles en Brasil: características generales de un fenómeno emigra-

Apesar do que se diz em contrário, muitos empregaram-se mesmo nas fábricas, principalmente naquelas que exigiam menor qualificação ou com trabalhos mais "sujos" e pesados, como a fábrica de cimento em Perus, inaugurada em 1926, e a montadora de veículos General Motors, instalada em 1925, em que encontramos registros de contratos de trabalhadores de nacionalidade espanhola. Num setor como o têxtil, aparentemente território dos operários italianos, pudemos encontrar, no levantamento sobre as condições de trabalho neste setor, realizado em 1912 pelo Departamento Estadual do Trabalho, 338 espanhóis espalhados pelas 33 fábricas visitadas, superados numericamente apenas pelos italianos, nacionais e eventualmente pelos portugueses. Chama a atenção o fato deles aparecerem em número razoável em fábricas tradicionais, como a fábrica Santana de sacaria de juta, de Jorge Street (Brás), a tecelagem Mariângela, propriedade do conde Matarazzo (Brás), o Cotonifício Crespi (Moóca) e a Italo Brasileira (Brás), entre outras.²⁴

Os trabalhos que relacionam o aumento da população resultante da imigração com o crescimento da prostituição, vadiagem e da criminalidade, em geral, na cidade de São Paulo, apresentam dados estatísticos nos quais os espanhóis aparecem à frente de outras etnias cujas colônias ultrapassavam, em muito, o número e presença destes na capital. Desde as últimas décadas do século passado, as autoridades policiais já alertavam para o perigo que "espanhóis e italianos" representavam, pois eram "peritos no vício", cometiam toda sorte de crimes, "conseguindo ainda, escapar à ação da justiça".²⁵ Os jornais paulistanos partilhavam a opinião da polícia, reforçando a imagem dos estrangeiros como os responsáveis, não apenas pelo aumento da criminalidade,

torio". *Ciência e Cultura*, 42(5/6):343, mai.-jun. 1990.

24 *Boletim do DET*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1912, pp. 74-5. Das 33 fábricas arroladas, 31 localizavam-se na capital, uma em Santos e outra em São Bernardo. O número total de operários era de 11.642, tendo sido recenseados 10.204 em 23 estabelecimentos, sendo 2.648 homens e 6.801 mulheres. Do total de operários recenseados, 7.499 eram estrangeiros, 1.843 nacionais e 862 de nacionalidade ignorada. Sobre a experiência de trabalho de um imigrante espanhol numa tecelagem na Moóca, ver a "biografia romanceada", *Pedro Maneta*, escrita por Paulo Lucio Rizzo, em 1942.

25 Cf. relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia João Augusto P. Fleury, referente ao ano de 1879, p. 8. Apud: Fonseca, Guido. *Crimes, criminosos e a criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo, Ed. Resenha Tributária, 1988. Conforme este autor, os primeiros dados numéricos sobre a criminalidade são de 1893 e foram elaborados a partir dos inquéritos policiais remetidos à Justiça e são, portanto, incompletos. De toda forma, a predominância de estrangeiros é constante (e entre eles os espanhóis ocupam o 3º lugar) até 1904, quando os brasileiros assumem a liderança nas estatísticas criminais.

mas, também, pela introdução em nosso meio de "técnicas e modalidades delituosas, a maioria das quais, desconhecidas entre nós".

Os estrangeiros estariam, de acordo com estas fontes, mais presentes nos crimes contra a propriedade, latrocínios, furtos qualificados, várias modalidades de "contos do vigário", delitos contra os "costumes", como o meretrício, o cáften profissional, as agressões e homicídios. Além disso, as estatísticas apontavam, em 1904, que cerca de 80% do total de pessoas que viviam de esmolas na cidade eram estrangeiros, existindo também os que simulavam pobreza, o que levou as autoridades a tomarem providências legais para expulsar do país esses "parasitas sociais".²⁶

Muitas vezes a imprensa operária manifestou preocupação com os resultados da angústia provocada pelas dificuldades do viver na cidade em crescimento, que resultava na difusão do alcoolismo entre os trabalhadores, ilustrada pelo exemplo do espanhol Manuel Gazon, de 60 anos, solteiro, com profissão declarada de hortelão, encontrado bêbado e com ferimentos provocados pela queda numa rua central, às 11 horas da manhã. O artigo, publicado na *Folha do Povo* de 14/5/1909, informa ainda sobre o atendimento do trabalhador pelos médicos da Central de Polícia e sua posterior prisão, apontando os perigos do alcoolismo para os trabalhadores, sinônimo de alienação e comprometimento do trabalho.

A prostituição, considerada um "produto" da imigração, foi objeto de preocupação da polícia que organizou, já em 1914, o primeiro cadastramento policial de prostitutas, no qual as espanholas totalizavam 38 mulheres, 8 em 1915, 143 em 1922, e 237 em 1936. Nos romances ambientados na São Paulo das primeiras décadas deste século, bem como nas inúmeras memórias, são freqüentes referências a existência de uma "hermosa filha de Castilla" como caixeirinha no restaurante "Terraço Paulista", em 1890; ao famoso bordel da Lola, no "nº 15 da Rua São João"; a casa de uma "alcoviteira espanhola", de nome Santa na Rua Vitória; ao crime violento cometido por Bernardino Barceló y Gomilla, contra Helena Dias, moradora de uma "pensão de mulheres" na Praça da República, sem esquecer que a figura central da novela *Madame Pommery é uma cocotte* descendente de ciganos espanhóis e judeus poloneses e traz alguns diálogos em espanhol.²⁷

26 Os dados sobre criminalidade estão em Fonseca, Guido, op. cit., pp. 51-8.

27 O autor desta novela é Hilário Tácito, pseudônimo de José Maria de Toledo Malta, editada pela primeira vez em 1920, pela Revista do Brasil (São Paulo, Biblioteca Academia Paulista de Letras, vol. 6, 1977). As demais referências estão em Fonseca, Guido. *História da prostituição em São Paulo* (São Paulo, Resenha Tributária, 1982, pp.186-187 e 204). Ver, também: Raffard,

mente o espanhol Francisco Serrador que, desde 1905, exibia filmes como ambulante e conseguiu montar a primeira sala fixa de exibição de fitas na capital, batizada "Eldorado". Proprietário dos cinemas Eldorado, Bijou, Bijou Theatre, e dos teatros Radium e Íris, este empresário montou, a partir de 1909, a Companhia Serrador, iniciando a produção de filmes "cantantes", muitos deles interpretados em espanhol pelos cantores Claudina Montenegro e Santiago Pepe, espanhóis radicados na cidade.

Outro que fez carreira no cinema foi José Medina, descendente de espanhóis, fotógrafo, artista de teatro amador e proprietário de uma casa de pinturas. Em 1916 associou-se a Gilberto Rossi, conhecido diretor e proprietário de escola de cinema, com quem formou a "Rossi Film", produzindo filmes "posados", naturais, de propaganda e jornais para divulgação das realizações do governo Washington Luís. Este cinema, produzido em São Paulo, nasceu no Brás, feito em boa parte por estrangeiros, artistas de teatro, mas também artesãos, barbeiros, torneiros e funcionários públicos, de maneira improvisada em fundos de quintais, em poucas horas, "marginal por definição".³³

Ainda importa destacar a intensa repercussão das concepções desenvolvidas por Francisco Ferrer y Guardia quanto à definição e organização das Escolas Livres anarquistas no Brasil, nas quais eram chamadas Escolas Modernas. O nome deste libertário espanhol transformou-se em bandeira de luta na campanha pró criação de escolas anarquistas, após seu assassinato em 1909, denominando também associações criadas pelos trabalhadores. A cada ano o movimento libertário, tanto na capital quanto no interior, comemorou o dia 13 de outubro cultuando sua lembrança com discursos e comícios em praça pública, reafirmando seus ideais de liberdade e divulgando o programa das escolas.

As primeiras Escolas Modernas fundadas em São Paulo localizaram-se no bairro do Brás, em 1912 (Av. Celso Garcia, 262; Rua Maria Joaquina, 13), não por acaso um bairro com grande concentração de imigrantes espanhóis. As Escolas Modernas, além da instrução e educação dos filhos de trabalhadores, transformaram-se em polos de divulgação libertária, através da publicação de boletins e do incentivo a práticas culturais como conferências, apresentações de poesias, bandas e orquestras, além de bailes.³⁴

33 Galvão, Maria Rita. *Crônica do cinema paulistano*. São Paulo, Ática, 1975, pp. 18-54; os vários depoimentos coletados pela autora fazem referências a atores espanhóis ou possivelmente descendentes como João Cypriano, encanador e ator; Francisco Garcia, trabalhava com ferro velho, ator, aluno da escola de cinema "Azzuri"; família Collado (Philomeno, Inocência, Rafaela, Traversa) e Benedito Ortiz, entre outros. As informações sobre o cinema e o teatro em São Paulo referem-se todas a esta fonte.

34 Sobre as Escolas Modernas ver: São Paulo (Estado). *Boletim da Escola Moderna*. Suplemento sobre a obra de Ferrer (edição fac-símile) (São Paulo, Arquivo do Estado/SEC/Centro de Memória

Ao lado de sua intensa participação nas atividades teatrais, cinematográficas e educacionais, é pelo número de jornais e associações espanholas que se pode apreender mais que a presença de espanhóis em São Paulo, sua produtiva e dinâmica vida social e cultural. Além dos periódicos com diversificada gama de interesses, destaca-se a proliferação de associações de socorros mútuos,³⁵ de interesses culturais e assistenciais, que sinalizam o caráter gregário e organizativo dos espanhóis em meio a suas divergências, dissensões e contendas internas, ou em relação aos poderes governamentais. As múltiplas formas de criação de folhas periódicas e de associações trazem a tona os modos de ser dos espanhóis, expressam aspectos da vida cotidiana, os pequenos eventos e preocupações do grupo.

O arrolamento de periódicos publicados em língua espanhola e das diversas associações existentes na cidade, dos quais encontramos referências, apontam a pluralidade de espaços e relações sociais ocupados pelos espanhóis em São Paulo.

IMPrensa

1. Alborada – órgão de la Casa de Galicia e posteriormente da Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, Instrucción e Recreo (*ainda é editado*)
2. Boletín de la Sociedad Española de Socorros Mútuos e Instrucción (1902)
3. Democracia Española – publicación quincenal al servicio de la colectividad residente en el Brasil (1953)
4. Diário Castelhana – periódico del Brasil para las Américas (1948)
5. Eco del Braz (1904)
6. Ecos da Terra (déc. 60)
7. El Correo Español (1891)
8. El grito del Pueblo (defensor de los intereses del proletariado)
9. España – las Provincias (déc. 60)
10. España – órgano oficial de la Casa de España (déc. 60)
11. Gaceta Hispana – órgano de vinculación Hispano-Brasileña (1936)

Sindical, 1991); Tragtenberg, Maurício, "Francisco Ferrer e a pedagogia libertária". *Educación e Sociedade*, 1(1):17-49, 1978. A referência a um "Círculo dos Estudos Sociais Francisco Ferré" (sic) em São Paulo, participando ativamente das comemorações do 1º de Maio em 1914, está em 1890-1990: *cem vezes primeiro de maio*, p. 106.

35 Parte das informações sobre as mutuais mantidas por espanhóis em São Paulo, até a década de 30, encontra-se em: Luca, Tânia R. de. *O mutualismo em São Paulo: o sonho do futuro assegurado*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado em História, 1988, p. 313. As outras referências sobre associações e imprensa estão em Gallego, Avelina Martínez, op. cit., pp. 28-59.

12. Gaceta Hispanica del Brasil (déc. 60)
13. Intercambio Hispano-Brasileiro – órgano de la Cámara de Comércio Española en Brasil (1930?....)
14. La Gaceta Española (1897)
15. La Iberia– órgano defensor de la colonia española
16. La Nación– periodico español (1929?)
17. La voz de España – órgano de la colonia española de San Pablo; publicación quincenal gráfica y literaria (1900)
18. La voz de España – Diario español (1898)
19. Las provincias – órgano de la coletividad española en San Pablo y su estado (déc. 60)
20. Prensa Hispanica – semanario independiente (déc. 60)
21. Prensa Hispano-Brasileira (déc. 60)
22. Prensa Hispano-Brasileira – periódico independiente, escrito en castellano (1960)
23. Revista Española Ilustrada (1917?)
24. Revista Hispano-Americana (1952)
25. Revista Nuevas de España (déc. 60)
26. Tribuna Española – semanario español (?)
27. Tribuna Hispanica – semanario español (déc. 60)

ASSOCIAÇÕES

1. Agrupación Julian Besteiro ou Asociación Cultural Julian Besteiro (*ainda atuante*)
2. Agrupación Pablo Iglesias
3. Asociación Nuestra Señora del Pilar
4. Casa de Aragón, Rioja y Navarra (1961)
5. Casa de Cervantes
6. Casa de España de São Paulo (1918)
7. Casa de Galicia-Hogar Español (1955)
8. Casa de Valencia (1956)
9. Centro Asturiano (1961)
10. Centro Catala
11. Centro Cultural Garcia Lorca (1968 e *ainda atuante*)
12. Centro de Cultura Social (1933 *ainda atuante*)
13. Centro Democrático Espanhol de São Paulo (1964-1975)
14. Centro Dramático Cervantes (1910 a 1923) e depois como Grêmio Dramático Cervantes (1924 a 1932) até a década de 60?

15. Centro Espanhol (?)
16. Centro Galego (1903-1909?) reaparece em 1932 permanecendo ativo até ser transformado em Centro Democrático Galego em 1954
17. Centro Recreativo Andaluz
18. Centro Republicano Espanhol (1909-1940?)
19. Centro Unión Catala (déc. 20?)
20. Centro Unión Española (1919)
21. Centro Vasco Guernica Kutun
22. Círculo Cervantino
23. Circulo Dramático Isaac Peral (1923-1932)
24. Circulo Espanhol (1924)
25. Federação Espanhola (1916-1939?)
26. Grupo Artístico Ibérico (1923)
27. Grupo Dramático Hispano-Americano (1930-196?) fundiu-se com a Casa de Espanha
28. Grupo Montserrat de São Paulo
29. Instituto Regional Valenciano (1969)
30. Liceu Español (1903?)
31. Liga Española de Defensa Mutua (?)
32. Liga Patriótica Española (1899?)
33. Logia Unión Española (1914)
34. Logia XX de Setembro (1923)
35. Sociedade Beneficência Espanhola (1922)
36. Sociedade Beneficente Espanhola de São Paulo (1910)
37. Sociedade Beneficente Rosalía de Castro (1984 *ainda atuante*)
38. Sociedade Espanhola de Socorros Mutuos (1898)
39. Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mutuos, Instrução e Recreio (é a mesma acima *ainda atuante*)
40. Unión Hispano-Brasileira (1936)

A partir deste levantamento inicial, acreditamos que as dificuldades em localizar registros e evidências sobre os espanhóis na cidade de São Paulo, sinalizadas por diversos pesquisadores, decorrem de um olhar viciado e de formas convencionais de tentar situá-los historicamente. Para descobri-los, é preciso quebrar a lógica dos grandes marcos, dos eventos político-partidários e buscá-los nos espaços e situações concretos do dia-a-dia. Para tanto, pode-se recorrer a crônicas, memórias, notícias, jornais, atas e relatórios de associações e fotografias, já localizados e acessíveis nas diversas insti-

tuições pesquisadas, além de depoimentos orais. Ao contrário de fontes históricas tradicionais, as fontes orais permitem recolher a fala do homem comum e de grupos excluídos de uma história oficial. Através desses depoimentos, pode-se resgatar fragmentos da memória da imigração espanhola em São Paulo e a forma como esses sujeitos rememoram e refazem, hoje, suas experiências, conflitos, expectativas e frustrações, ou como se construiu ou não sua identidade como imigrantes na cidade.

Neste texto, procuramos apresentar os primeiros resultados do levantamento realizado nos arquivos paulistanos e indicar as possibilidades de pensar a realização deste projeto sob múltiplos recortes temáticos: lazer, trabalho, associações culturais e educacionais, etc. Estas questões podem ser enfrentadas nos dois momentos distintos que marcaram a imigração espanhola para São Paulo. O primeiro, que vai das últimas décadas do século XIX até os anos 30 deste, coincide com a chegada de outros grandes contingentes de imigrantes europeus, que engrossaram o mercado de trabalho industrial, participaram da urbanização e experimentaram as tensões sócio-culturais que caracterizaram a cidade de São Paulo como *urb* moderna. O segundo, iniciado com a chegada dos refugiados da Guerra Civil Espanhola, cresce com a Segunda Guerra Mundial e se intensifica na década de 50, caracterizando-se pela escolha da capital paulista em razão da diversificação e maior tecnificação do seu parque industrial, assim como das facilidades abertas pelo acordo Brasil-Espanha, através da Comissão Intergovernamental para as Migrações Europeias-CIME. O projeto "Espanhóis em São Paulo: modos de vida e experiências de organização", em qualquer um dos dois períodos delimitados, pode ter múltiplos tratamentos e oferece diferentes possibilidades de enfoques e abordagens, que pretendemos definir com maior precisão no decorrer da análise e fichamento do material já identificado.

A trajetória de um grupo e a criação de um núcleo

Yvone Dias Avelino*

Nosso grupo, hoje denominado CORDIS,¹ nasceu no ano de 1991 com um conjunto de professores e alunos interessados em refletir sobre "História e Literatura". Eram professores que pesquisavam nas áreas de História da América, História e Arte e História e Literatura, da PUC-SP e da USP.

Participando, os seus integrantes, de encontros científicos, e estabelecendo contatos com outras instituições, fomos convidados pelo professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy da USP que há muito vinha pesquisando a mesma temática, com outro grupo de mesmo perfil, e mesma composição que o nosso.

Aceitamos vivamente mais esse desafio na nossa trajetória, era o que pensavam e expressavam todos. Das primeiras reuniões surgiu a possibilidade de estabelecer-se como temática comum as antinomias Saúde/Doença - Vida/Morte, haja visto interesse de todos em lidar com as tramas² da vida no espaço urbano.

A partir da realização de Seminários e Encontros, nasceu o nome do grupo e a proposição da pesquisa intitulada *Saúde, doença e morte, suas representações na cidade de São Paulo (1850/1940)*. As discussões se processavam, outras pessoas se integravam e criaram-se vertentes de análise de acordo com as fontes disponíveis: legislação, discurso médico, viajantes, imprensa, almanaques, demografia, literatura, hoje acrescidas pela criminalidade, religiosidade e cultura indígena.

* Departamento de História da PUC-SP

1 Cf. as razões deste nome, in: Avelino, Yvone Dias, "História social da saúde, da doença e da morte e suas representações na cidade de São Paulo (1830-1940)", *Revista Projeto História*, 10. São Paulo, dez. 1993, p. 139.

2 Os fatos não existem isoladamente e nesse sentido o tecido da história é o que se chama de "trama". Essa trama não se organiza em uma seqüência cronológica, ela pode passar de um plano para outro. É impossível descrever a totalidade e toda descrição é seletiva, o historiador nunca faz o levantamento do mapa factual, ele pode, no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam.

Os integrantes do grupo foram dilatando seus interesses acadêmico-profissionais e, alguns, por razões diversas, acabaram por deixar o CORDIS. Uns meses antes deste grupo existir já havíamos proposto ao Departamento de História uma discussão sobre a criação de Núcleos, Institutos e Centros de Pesquisa, tão em moda em outras Universidades, Departamentos e Programas de Pós-Graduação.

Por indicação do Colegiado, havia se formado uma comissão com os professores: Vera Lucia Vieira, Adilson José Gonçalves e por mim. Elaboramos um documento que foi aprovado em reunião do Colegiado de professores; depois de terem sido encaminhadas cópias a cada docente, com certa antecedência à pauta de discussão, para opinarem. Se não me falha a memória, um pouco antes, já se esboçava nesse Departamento de História o Núcleo da Mulher com atividades bastante produtivas.

Os meses passavam, e nada se concretizava além desse Núcleo da Mulher, apesar da aprovação do Colegiado sobre o documento apresentado. Coincidindo com a reestruturação do Grupo CORDIS, pessoas que permaneciam, pessoas novas, novas fontes, interesses dilatados e muita expectativa, reativamos a discussão dos Núcleos em uma reunião do Departamento, e, novamente, foi instituída uma Comissão para objetivar normas de organização dos Núcleos a serem criados. A Comissão, composta pelos professores Antonio Rago Filho, Fernando Torres Londoño, Adilson José Gonçalves e por mim, elaborou um documento que, com alguns reparos e indicação de outros Núcleos, foi aprovado por unanimidade.³

Delineado mais esse novo perfil de incentivo à pesquisa no curso de graduação, criou-se a possibilidade da implantação do Núcleo de História Social da Cidade, sob minha coordenação, alocado ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para onde se dirigiram os componentes do Grupo CORDIS.

Esse Núcleo se organizou em torno de dois projetos temáticos: "Viver e morrer em São Paulo. As representações da saúde, doença e morte (1850-1940)" e "Universidade, memória e sociedade" (1945 até nossos dias).

Sobre o primeiro projeto, já tivemos oportunidade de apresentá-lo na *Revista Projeto História*, 10, publicada pela EDUC (1993).

Pela pesquisa desenvolvida estamos elaborando um texto filtrado pela análise de fontes diversas sobre a História da saúde, doença e morte, circunscrita à cidade de São Paulo no período entre os anos de 1850 a 1940. São Paulo, desde meados do século

3 Os documentos apresentados pelas Comissões de Proposta de Núcleo e de Implantação de Núcleos e aprovados respectivamente em reuniões do Colegiado do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP acham-se nos arquivos do referido órgão. Não foram aqui anexados porque achamos que não se fazia necessário.

XIX, começava a redefinir as questões relativas a SDM (Saúde, Doença e Morte), no sentido de encaminhar e de normatizar a ação pública na área. Configura-se a associação de práticas médicas com as ações do Estado, como estratégia para planificação urbana e conseqüente controle social. Os fenômenos de modernização e de modernidade permeiam-se no cenário histórico, onde a urbanização se faz acompanhar da crescente adaptação cultural dos ideários externos. Além disso, evidencia a crise do sistema patriarcal e a expansão de um Estado normatizador, que buscava a realização da nacionalidade pós-independência. Busca-se o entendimento da vida paulistana face às diferentes percepções da S.D.M., pontuadas por suas representações e cercadas pelas condições que conferiram a São Paulo a marca de sua personalidade como *éthos* urbano.

O segundo projeto, que caracteriza a outra vertente de análise do trabalho de pesquisa do Núcleo de História Social da Cidade, especificamente, trata da História da PUC-SP. Este projeto se organizou muitos anos antes do primeiro e do novo rumo do Departamento dentro da política dos Núcleos. Surgiu quando o então Vice-Reitor Acadêmico, professor Dr. João Edênio dos Reis Valle, solicitou ao Departamento de História que fosse feita a História da PUC-SP. Dado ao fato de somente dois professores⁴ daquele Departamento se interessarem pelo tema, a responsabilidade de sua coordenação passou ao Programa de Pós-Graduação em História. No início formou-se um grupo especial de pesquisa incluindo alunos e professores, estabelecendo-se um plano de trabalho que remontaria ao ano de 1945. Muitas dificuldades fizeram com que esta idéia inicial sofresse alterações. Dentre elas podemos mencionar o péssimo estado da documentação sobre o assunto, a qual empoeirada e desorganizadamente repousa, não em "berço esplêndido", mas no rés do chão de uma sala do "Prédio Velho" da PUC. Esta documentação é imprescindível ao estudo dos primeiros tempos da Universidade e não dispúnhamos, na ocasião, de condições e tempo para catalogá-la.

Uma das razões é a de que o grupo reduziu-se em virtude dos alunos terem prazo para a entrega de suas dissertações de mestrado. Na prática continuaram atuando só os dois professores do Programa de Pós-Graduação em História, responsáveis pelo tema.⁵ Assim sendo, a falta de pessoal exigiu que fosse feita uma reestruturação do

4 Adilson José Gonçalves e Euclides Marchi, que trabalharam na organização do "Museu de Rua" juntamente comigo, com os professores Dra. Luciana Silveira de Aragão e Frota, Jorge Claudio do Porandubas e Selma do Departamento de Antropologia da PUC-SP. Este Museu foi realizado com a colaboração do engenheiro Julio Abe, ligado a documentação fotográfica da Prefeitura de São Paulo, e foi exposto por ocasião do aniversário da Universidade, onde se encontra até hoje distribuídos os painéis sem seqüência, totalmente danificados e violentados nos corredores do subsolo.

plano de pesquisa. De comum acordo optamos por inverter a abordagem prevista. Ou seja, partimos da realidade do "aqui e agora", levando em consideração os que pensavam e faziam a PUC naquele momento histórico. Estávamos na década de 80. Isto tudo, naturalmente, dentro de uma compreensão mais complexa do conceito de Universidade, do que era a universidade brasileira e especificamente desta Universidade "democrata e pluralista".⁶ Esta terminologia era voz corrente entre os depoimentos extraídos através da DO (Documentação Oral),⁷ entre os que detinham cargos de direção acadêmica e/ou administrativos na PUC-SP. Optamos pela DO por ser, no caso, a técnica de pesquisa mais adequada ao nosso trabalho. Pelo seu próprio caráter, ela complementa e muito auxilia a pesquisa contemporânea.

Propriamente em termos históricos, o recurso dos testemunhos orais é antigo. Já em sua *História da Revolução Francesa*, Michelet põe na palavra do povo o próprio fundamento da tradição nacional. Modernamente em 1948, Allan Newins, da Universidade de Columbia, *acrescentou* as fontes orais captadas junto a testemunhos da História, dos documentos que já constavam de arquivos impressos e escritos.

De qualquer forma, o valor da incorporação destes testemunhos nada representaria não fora a proposta de, através desta forma técnica, atingir-se pela prática a etnológica retrospectiva de um revisionismo, que tem como propósito fazer construir uma História com nova base, dando palavra aos representantes das minorias culturais. Paul Thompson vai mais longe. Pretende que a técnica atue como instrumento de uma contra-História.

Com o aumento do interesse pelo assunto, estas reflexões podem repousar sobre a concordância com o antropólogo, sobre o fato de que o homem percebe, pensa e se exprime nos *termos de sua cultura específica*.

Dentro da própria História é preciso admitir que não há, com o tipo de coleta de material oral, uma História que se possa chamar de totalmente espontânea.

Tal qual outros tipos de fontes para o historiador, o resultado da entrevista, ou seja, o texto transcrito deve ser submetido ao mesmo trabalho crítico de outros docu-

5 O trabalho passou a ser efetivamente realizado pelas professoras Dras. Yvone Dias Avelino e Luciana de Aragão e Frota.

6 A universidade brasileira havia se democratizado e era assunto de mesas-redondas, palestras e comunicações em simpósios nacionais. Na realidade, observava-se que em alguns aspectos ela havia falido e em outros crescido. O binômio docência/pesquisa cada vez mais se solidificava. Ela "inchou" com o aumento de clientela, mas permaneceu elitista em outros aspectos.

7 Técnica complementar de pesquisa ligada à elaboração de documentação contemporânea. Vem sendo usada em nosso trabalho com as mesmas preocupações que norteiam o historiador com relação ao documento histórico e à concepção própria da História.

mentos e as mesmas leituras múltiplas e acuradas. A atração de tornar possível a apreensão da História em processo do fazer-se é, portanto, um risco a ser minimizado.

Os caminhos ampliam-se e distanciam-se, só de fazer falar a documentação, agora trata-se de tornar-se responsável também por elaborá-la, preservando-a para o futuro.

Assim, muitas leituras sobre Universidade e os trabalhos daqueles que foram entrevistados, submetemos a um processo de análise. Familiarizados com o seu pensamento, ficou mais fácil a confecção do documento oral. Desta forma, idealizamos a possibilidade da criação do "Laboratório Interdisciplinar de Documentação Oral", cuja proposta, já com os estatutos, foi submetida à apreciação da Comissão Geral de Pós-Graduação.⁸

Aprovado, iniciamos um trabalho conjunto, com os cursos de Ciências Sociais e Serviço Social. Era uma ousadia, e foi um trabalho árduo, posto que era a História Oral, como se convencionou chamá-la nos Estados Unidos e na Inglaterra, muito pouco usada no Brasil e sofria muita discriminação por parte dos historiadores. Fosse hoje, talvez, o Laboratório tivesse vingado. A proposta era formar um acervo com a documentação utilizada pelos alunos de outros centros universitários, a grande maioria do nordeste, vindos com bolsas PICD. Além da falta total, de um apoio institucional, do descrédito da técnica utilizada, a professora que conosco colaborava, por razões pessoais, prestou concurso em uma Universidade Federal. Deixou a PUC, e ambas propostas, a da História da Universidade e a do Laboratório Interdisciplinar de Documentação Geral, que hoje seria talvez pioneiro depois do CPDOC, dada a importância da Documentação Oral na preservação da Memória, feneceram.

A DO, modernamente, vem ganhando uma posição relevante junto ao rol das técnicas metodológicas das diversas áreas científicas.

Portanto está a exigir atenções mais constantes quanto a definição do seu corpo teórico, bem como de uma legislação específica. Estes serão temas a serem enfocados e que não podem ser desprezados.

DO é, basicamente, a conservação do conhecimento e da experiência dos homens por meio de fitas de gravação. Corresponde, portanto, à preocupação maior da História que se interessa, num sentido amplo, com o homem, suas idéias e palavras, elementos essenciais nas tentativas de compreender o curso de suas ações ao longo do tempo. Ela não é porém privativa do historiador (é um sistema extrator de memória e de histórias de vida e pode ter seu campo estendido para subsidiar outras áreas).

8 Esta documentação encontra-se nos arquivos da Pós-Graduação da PUC-SP. Não está aqui anexada por se tratar de um documento volumoso.

Depois de uma década, com o plano da candidatura do professor Joel Martins, e a criação do PUC 2000, novamente fomos convidados para reativar o projeto da História da Universidade. O PUC 2000 era também uma proposta arrojada que não encontrou ressonância. Restou-nos associar a nossa já avançada pesquisa ao Núcleo de História Social da Cidade, recém criado, e nesta vertente de pesquisa encontramos alguns colaboradores: professor Adilson José Gonçalves e professora Rosa Kulcsar, do Departamento de História, Roberto Coelho Barreiro Filho, doutorando, e a mestranda Vanessa Simon Cavalcanti, ambos alunos do Programa de Pós-Graduação de História, professora Ane Shyrlei Araújo da Faculdade de Comunicação e Filosofia, alguns alunos e, por mim, que coordeno este projeto.

Para proceder o levantamento de dados referentes a estrutura da Universidade, nada mais natural que ouvir os seus agentes. Criar de modo científico, re-presentificando o passado para entender esta Universidade hoje. Como ela se projeta na sociedade, especificamente no bairro de Perdizes, onde se espalha o seu espaço físico.

Assim sendo, parece-nos que se justificam as temáticas das duas pesquisas estarem integradas nesse Núcleo que basicamente objetiva:

- desenvolver projetos científicos que possibilitem interações: ensino/pesquisa; percepção/expressão; teoria/práxis; universidade/sociedade;
- estimular debates, participar de simpósios, encontros e seminários; promover eventos acadêmicos, educacionais e culturais;
- incentivar o fomento à iniciação científica;
- criar condições para o diálogo constante com a sociedade, através da pesquisa, da extensão, da assessoria e prestação de serviços;
- sedimentar projetos inter, multi e transdisciplinares nas áreas de saúde, educação, cultura e arte;
- propiciar o intercâmbio entre a universidade, a comunidade, a iniciativa privada e o poder público.

À procura de outras experiências NEM-PUC-SP*

Maria Izilda Santos de Matos**

*No teatro da memória, as mulheres são
sombras tênues.*
Michelle Perrot

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vêm passando as Ciências Humanas nos últimos tempos. É possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise que demandava uma revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa crise nas Humanidades levou à procura do "outro", o que possibilitou a uma ampliação do saber e uma abertura para a descoberta das mulheres e das relações de gênero, no passado e no presente.

Na realidade, os estudos sobre a mulher nas Ciências Sociais brasileiras têm uma certa ancestralidade – sem retroceder muito, poderíamos citar a publicação, em 1969, de *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti¹, e mais recentemente vêm crescendo na produção acadêmica, em função de um conjunto de fatores que tem dado visibilidade às mulheres, mediante sua conquista de novos espaços. Um primeiro fator seria a maior presença feminina no mercado de trabalho, inclusive nas universidades, conjugada à expansão da luta das mulheres em vários canais de participação.

Essa presença tem instigado os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas e presentes, descobrindo-as como objeto de estudo em abordagens que têm revelado um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo

* Núcleo de Estudos da Mulher da PUC-SP.

** Departamento de História da PUC-SP.

1 Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro A., 1969.

onde se multiplicam formas peculiares de integração-diferenciação, permanência-transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas. Procura-se recuperar a ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfilar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias.

Assim, num leque de várias correntes de interpretações, vem-se procurando recuperar a atuação das mulheres como sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando-se testemunhos femininos.

O crescimento desta produção sobre as mulheres, principalmente depois da incorporação da categoria gênero, ao contrário de esgotar as possibilidades, abriu um campo movediço de controvérsias, instaurando um debate fértil, em particular de âmbito interdisciplinar.

Foi nesse quadro de inquietações, na emergência da temática e de questionamentos sobre a incorporação da categoria gênero, que surgiu o NEM-PUC-SP. Criado por iniciativa do Departamento de História, constituiu-se como um espaço acadêmico interdisciplinar para o desenvolvimento de discussões e pesquisa sobre as mulheres e as relações entre os gêneros, os fatores que determinam condições de vida, as relações de dominação e as possibilidades de participação/emancipação feminina.

Além da formação de grupos de estudo e pesquisa que englobem diferentes aspectos do tema, o NEM-PUC-SP vem procurando criar um espaço de discussão que informe e estimule a reflexão sobre temas históricos e da atualidade, relacionados diretamente à mulher e/ou às relações entre os gêneros.

Como núcleo criado no universo acadêmico, procura concentrar estudiosos do tema, congregando e apoiando alunos de graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores de diversos departamentos e faculdades da PUC-SP e outras instituições que desenvolvam ou pretendam desenvolver pesquisa sobre a mulher e/ou gênero. Desta forma, mediante um esforço convergente de investigação, promoção, capacitação e comunicação, o NEM-PUC-SP busca a integração criativa entre a reflexão e a prática social transformadora, resgatando experiências as mais diversas.

Também atua no acompanhamento e assessorias de apoio institucional, bem como na organização de seminários, discussões de projetos, cursos de extensão universitária/aperfeiçoamento e atividades culturais. O trabalho de divulgação consta de boletins, outras publicações e materiais de áudio e vídeo, buscando garantir a permanência da comunicação com diversos interlocutores. Nesse sentido, o Núcleo vem estabelecendo relações com instituições acadêmicas, culturais e sociais de âmbito nacional e internacional, orientando-se para o intercâmbio de experiências e a concretização de colabo-

rações, projetos. Para propiciar vínculos e redes de operação na sustentação de esforços convergentes, mantém um diálogo constante e frutífero com instituições como CERU, CEDAL, NEMGE/USP, PAGU, CEHILA, CECEP, IEB, IEA, CIM, Fundação Carlos Chagas, Conselho Estadual da Condição Feminina e outros núcleos, localizados em particular na UFF-RJ, UERJ, UFP, UFSC. Recentemente, firmou intercâmbio institucional com a Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher de Portugal.

Ainda nesse sentido de estabelecer intercâmbio de experiências, tem recebido professores visitantes estrangeiros – Sueann Caulfield, da Universidade de Nova York, 1991; Muriel Nazzari, da Universidade de Indiana University, 1992; Jean Pierre Blay, Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine, Universidade Paris I; Dominique Fogeyrollas Schwebel, GEDISST/IRESO/CNRS; Mary Karasch, Universidade de Oakland, 1993; Ana Vicente, Comissão para a Igualdade de Direitos da Mulher de Portugal, 1994 – e professores conferencistas nacionais – Maria Odila Leite da S. Dias e Eni Mesquita Samara, USP, 1991; Maria Aparecida Moraes Silva, Unesp, 1992; Magda de Almeida Neves, UFMG, 1992; Bela Feldman Bianco, Unicamp, 1993; Raquel Soihet, UFF, 1995.

Desde 1991, o NEM-PUC-SP vem oferecendo cursos tanto na PUC-SP como em órgãos públicos (Secretaria Municipal de Educação, SP/1992; Secretaria de Cultura de Diadema/1994) e em diferentes fóruns e associações (ANPUH, 1993/1994/1995; CECEP, 1995; CAJAMAR, 1993/1994).

Realizou ainda ciclos de debate (Fórum Mulher: Trajetória, Conscientização e Perspectivas, 1991; Trabalho e Trabalhadores, 1992), mostras de cinema (Imagens de Mulher na América Latina, 1992) e vem participando, através de seus membros, em diferentes fóruns, encontros, seminários, congressos nacionais e internacionais: Seminário Interdisciplinar de Estudos de Gênero – Centro de Estudos Avanzados da Universidad de Buenos Aires – Argentina, 1991; Seminário Mulheres Latino-Americanas, Mudanças e Visibilidade: Desafios à Pesquisa – Memorial da América Latina, 1992; Institucionalização dos Estudos Feministas na Academia – NEMGE-USP, 1992; Trabalho e Domicílio no Brasil – IUPERJ/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992; V Seminário Nacional Mulher e Literatura – CCHLA/UFRN, 1993; Simposio Internacional de Diversidad Cultural y Construcción de Identidades en América Latina y el Caribe: nuevos enfoques – Caracas, Venezuela, 1993; XIII Congresso Internacional de Ciencias Antropológicas y Etnológicas – México, 1993; Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia. Desafios e Perspectivas – IUPERJ/UFF, 1994; III Congresso LusoAfroBrasileiro de Ciências Sociais – Portugal, 1994; 48º Congresso Internacional de Americanistas – Suécia, 1994; Congresso Internacional: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa – Portugal, 1994.

O NEM-PUC-SP desenvolve pesquisas através de projetos integrados e/ou interdisciplinares, sendo dotado de bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os resultados parciais e finais de sua produção se encontram divulgados em diversas publicações efetivadas por seus membros.

Entre outras conquistas, o NEM-PUC-SP hoje conta com o apoio da Fapesp, através do projeto FAPLIVROS, na concessão de bibliografia sobre história da mulher e relações de gênero, à disposição para a consulta ao público na biblioteca de pós-graduação da PUC-SP.

Para correspondência e intercâmbios

NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Rua Monte Alegre, 984, sala 20
05014-001 - São Paulo-SP - BRASIL
tel: (011)535.2162
(011)62.8132
fax: (011)240.0654

Equipe de coordenação

Helleieth Saffioti - Depto. Sociologia
Maria Lucia Carvalho - Prog. Serviço Social
Norma Telles - Depto. Antropologia
Maria Izilda Santos de Matos - Depto. História
Maria Angélica Soler - Depto. História

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. A Revista *Projeto História* é temática, e seus artigos, resenhas, traduções, entrevistas e pesquisas devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.
2. Todos os textos enviados aos editores da Revista *Projeto História* serão submetidos ao Conselho Editorial e a revista só aceitará trabalhos inéditos.
3. Os artigos e as traduções devem conter em torno de 25 (vinte e cinco) laudas e 70 (setenta) toques de 30 (trinta) linhas. As resenhas devem conter 5 (cinco), as entrevistas 15 (quinze) e as pesquisas 10 (dez) laudas.
4. Os originais devem ser encaminhados em disquete de 3,5", Programa Word 6.0 for Windows - e em duas cópias impressas.
5. As traduções devem vir acompanhadas da respectiva autorização do autor do artigo.
6. Cada artigo deve vir acompanhado de seu resumo em português e inglês (*abstract*), com aproximadamente 100 palavras e com título em inglês.
7. Referências bibliográficas devem constar no texto (Autor, data: página), notas de rodapé e bibliografia ao final do texto (em ordem alfabética).
8. Na primeira página do artigo deve constar informação sucinta sobre formação e filiação acadêmica-institucional do autor, em rodapé e indicação em asterístico.
9. O livro resenhado, sendo nacional, deverá ter sido publicado no máximo até há 2 (dois) anos; sendo estrangeiro, no máximo até há 3 (três) anos.
10. Cada autor de artigo, tradução, resenha, entrevista e pesquisa receberá 2 exemplares da Revista.
11. A guia de esclarecimento para nossos colaboradores, o temário dos próximos 3 (três) números será respectivamente: Cultura e Cidade, Cultura e Trabalho, Cultura e Representação, no sentido de melhor aprofundarmos nossas discussões relativas às atuais linhas de pesquisa em desenvolvimento no Programa.
12. Endereço para envio de trabalhos: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Comissão Editorial da Revista *Projeto História*.
Rua Monte Alegre, 984 - Prédio Novo - 4º andar - sala 414 - São Paulo - SP -
Cep 05014-001

Impresso por:
Édile Serviços Gráficos e Editora Ltda.
Rua Águas Virtuosas, 987
Fone: 266-9890 - CEP 02532-000 - São Paulo - SP

SUMÁRIO

Apresentação

DOSSIÊ: DIÁLOGOS COM E. P. THOMPSON

POR QUE DIALOGAR COM E. P. THOMPSON?

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Marcos Antonio da Silva

TRADUÇÃO

RAZÃO E DESRAZÃO EM E. P. THOMPSON

Bill Schwarz. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro

BLOWIN' IN THE WIND: THOMPSON E A EXPERIÊNCIA NEGRA NO BRASIL

Silvia Hunold Lara

E. P. THOMPSON E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:

REVISÕES CRÍTICAS E PROJEÇÕES

José Carlos Barreiro

E. P. THOMPSON - HISTÓRIA E POLÍTICA

Déa Ribeiro Fenelon

EXPERIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIMENTO HISTORIOGRÁFICO EM

E. P. THOMPSON

José Jobson de Andrade Arruda

THOMPSON: UM PERSONAGEM DISSIDENTE E LIBERTÁRIO

Edgar Salvadori de Decca

THOMPSON E A TEORIA NA HISTÓRIA

Holien Gonçalves Bezerra

E. P. THOMPSON: BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Déa Ribeiro Fenelon

RESENHAS

THOMPSON, E. P. *CUSTOMS IN COMMOM*

Sidnei Munhoz

THOMPSON VISTO POR PERRY ANDERSON EM *TEORIA, POLÍTICA E HISTÓRIA*

UN DEBATE CON E. P. THOMPSON

Modesto Florenzano

ENTREVISTA

MERCEDES VILANOVA. Entrevistada por Maria Lúcia Martinelli, Elza Koumrouyan e

Juana E. Arias Rojas

PESQUISAS

ESPANHÓIS EM SÃO PAULO: MODOS DE VIDA E EXPERIÊNCIAS DE ASSOCIAÇÃO

Laura Antunes Maciel e Maria Antonieta Martinez Antonacci

A TRAJETÓRIA DE UM GRUPO E A CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO

Yvone Dias Avelino

À PROCURA DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS

NEM-PUC-SP - NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER

Maria Izilda Santos de Matos